

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

**Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra
indígena Raposa Serra do Sol**

Marcio Antonio Destro

Brasília
2006

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Mestrado em Relações Internacionais

**Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra
indígena Raposa Serra do Sol**

Marcio Antonio Destro

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília,
junto ao Instituto de Relações Internacionais, como
pré-requisito para a obtenção do título de mestre em
Relações Internacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Albene Miriam F. Menezes

Brasília
2006

Destro, Marcio Antonio

Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol / Marcio Antonio Destro. - Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, área de concentração História das Relações Internacionais), UnB, Brasília, 2006.

1. História - Vale do Rio Branco (RR) 2. Índios - Demarcação de Terra Indígena 3. Índios - Minorias Indígenas 4. Índios da América do Sul - Brasil -Roraima 5. Soberania I. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Albene Miriam Ferreira Menezes

Presidente

Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho

Membro

Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa

Membro

Prof^ª. Dr^ª. Ione de Fátima Oliveira

Suplente

“Se for provado que a relatividade está certa, os alemães me chamarão de alemão, os suíços de cidadão suíço e os franceses me chamarão de cidadão do mundo. Se ficar provado que a relatividade está errada, os franceses me chamarão de suíço, os suíços de alemão e os alemães me chamarão de judeu”.

Albert Einstein (1879-1955)

À Prof^a Albene Miriam Ferreira Menezes, minha Orientadora, agradeço pelas palavras de incentivo e pela orientação segura, quando sabiamente utilizou tanto a técnica de *laissez-faire* como a correção efetiva dos rumos das pesquisas conforme urgia a necessidade relativa ao momento.

Externo aqui meus agradecimentos aos professores do Instituto de Relações Internacionais, com especial deferência aos Prof. Antonio Carlos Lessa e Argemiro Procópio Filho, por haverem ajudado sobremaneira a construir as bases intelectuais que soergueram este exaustivo trabalho de pesquisa e construção mental.

À minha esposa Ingria, que soube administrar nosso lar em minhas ausências intelectuais, e ao meu filho Lucas, que me perdoe se um dia sentir que lhe faltou – em algum momento - o acompanhamento de seu pai, pois que talvez me falte ser mestre na administração do tempo para desdobrar-me nos afazeres profissionais, acadêmicos e nas responsabilidades familiares.

Finalmente, agradeço tanto a meus pais - que forjaram minha personalidade e meu caráter -, assim como a inspiração divina que brotou nos momentos em que mais precisei, quando da redação do trabalho que ora se apresenta.

RESUMO

O objeto deste estudo é a análise histórica da evolução da fronteira setentrional brasileira, ressaltando questões contemporâneas, com a finalidade de contribuir para uma visão sistêmica e atual do processo de ocupação da região amazônica, tendo como cerne a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. As delimitações da Reserva Raposa Serra do Sol decorreram como fruto de trabalhos de pesquisa relativa à presença histórica de índios das etnias Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapichana na região do rio Branco, em meio a colonizadores portugueses, holandeses, espanhóis e ingleses que passaram ao longo dos séculos desde o descobrimento da América. O processo que levou à demarcação da reserva no ano de 2005 foi, além de demorado, extremamente complexo devido aos interesses políticos e econômicos naquela área, que abarcaram desde a esfera local até uma rede internacional de contatos entre organizações da sociedade civil. A ameaça à soberania nacional, no que concerne a demarcação de ‘forma contínua’ daquela reserva e não em ‘ilhas’, foi uma bandeira constantemente levantada pelos atores nacionalistas das esferas regional e nacional, contrapondo o peso da ascensão das minorias étnicas na agenda internacional e, por conseguinte, a influência internacional nos assuntos internos do Estado, sobrevivendo efeitos nos campos social, econômico e político. O tema estudado termina por abarcar o mérito da discussão em questões contemporâneas relacionadas a globalização, etnia e poder.

PALAVRAS-CHAVES

Roraima, Demarcação de Terra Indígena, Minorias Indígenas, Soberania

ABSTRACT

The object of this study is the historic analysis on the evolution of the Brazil's northern frontier, emphasizing contemporary questions aiming to provide an actual systemic vision of the occupation process in the Amazon, with the kernel in the demarcation of the Indian's Area Raposa Serra do Sol. The delimitations of this area was due a research work related to the historic presence of Macuxi, Taurepang, Ingarikó and Wapichana Indians in the region of Branco River, among Portuguese, Dutch, Spanish and English settlers along the centuries since America's discovery. The process that led the demarcation of the Indian's area in 2005 took a long time and was extremely complex due to political and economic interests on that area, as it covered from the local sphere an international net of contacts between civil organizations. The threat to the national sovereignty, concerning to the demarcation in 'continuous shape' of the Indian's area and not in 'islands shape', was an argument constantly argued by the nationalist actors of the regional and national spheres, against the international influence in the State internal subjects related to the ethnical ascension in the international scene and the arisen effects product of the changes in the systemic forces that influence the social, economic and political fields. This historic study is linked to the discussion about contemporary questions related to globalization, ethnics and power.

KEYWORDS

Roraima, Demarcation of Indian's Areas, Indian's Minority, Sovereignty

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	X
INTRODUÇÃO	1
I. COLONIZAÇÃO TARDIA: O DESBRAVAMENTO DE RORAIMA	6
1.1. A ocupação da Amazônia	6
1.2. A conquista do rio Branco	13
1.3. A Igreja e a colonização	31
1.4. Século XX, o século dos grandes projetos	41
1.5. O Estado de Roraima e sua problemática	56
II. SEMEANDO A DISCÓRDIA INFRA, INTRA E INTERNACIONAL: A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL	76
2.1. Os estudos antropológicos e a história da região da Raposa Serra do Sol	76
2.2. Vários atores, diferentes propósitos: caldeirão de interesses	88
2.3. Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol	109
III. ASCENSÃO DAS MINORIAS ÉTNICAS VERSUS SOBERANIA	117
3.1. Soberania: conceitos e debates aplicados ao caso brasileiro	117
3.2. Ascensão dos autóctones no cenário internacional e seus reflexos no Brasil	127
3.3. Politização dos Índios: reflexos em Roraima	135
3.4. Percepções e ameaças em nível regional e nacional	148
3.5. Identidade Nacional em xeque?	166
CONCLUSÕES	179
FONTES E BIBLIOGRAFIA	185
ANEXOS	XI
ANEXO 1 Roraima - Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais	XII
ANEXO 2 Descarga líquida diária do rio Branco em Caracarái – Ano 1996	XIII
ANEXO 3 Infra-estrutura de transporte de produção na Amazônia	XIV
ANEXO 4 Faixa de Fronteira – Bases do Exército – 1998	XV
ANEXO 5 Estado de Roraima visto do espaço	XVI
ANEXO 6 Mapa da América do Sul	XVII

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APIR	Associação dos Povos Indígenas de Roraima
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDR	Centro de Informação da Diocese de Roraima
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CMA	Comando Militar da Amazônia
DOU	Diário Oficial da União
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISA	Instituto Socioambiental
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Programa Calha Norte
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PPA	Programa Plurianual
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNI	União das Nações Indígenas
UFRR	Universidade Federal de Roraima

INTRODUÇÃO

O trabalho como piloto da Força Aérea Brasileira, que por mais de uma década permitiu a esse pesquisador percorrer os espaços amazônicos, se traduziu em uma oportunidade ímpar de conhecer de perto as particularidades e os problemas que afligem aquela região. Suas características singulares, a selva, as culturas, as comunidades, os hábitos alimentares, os índios, os garimpeiros, os militares, os caboclos e toda uma gama de personagens, que criam cotidianamente a história da Amazônia, foram registrados pelos cinco sentidos e ainda permanecem na memória.

Dessa forma, o estudo da problemática indígena foi identificado como tema relevante e baseou-se em experiências vividas na região, com destaque para o processo da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol pela repercussão nacional e internacional veiculada na mídia. Como parte de um processo de aprendizagem do grande sistema amazônico, a vivência dos problemas cotidianos, vistos respectivamente sob os prismas de um brasileiro e de um militar, somada às reflexões desenvolvidas no mestrado em Relações Internacionais da UnB, possibilitaram a criação de um trabalho de pesquisa para a identificação das forças sistêmicas que atuam na região do rio Branco e como elas se inter-relacionam.

A escolha de um tema específico para se trabalhar a problemática da região amazônica não se torna uma tarefa difícil quando há material disponível para isso, mesmo considerando que a produção científica sobre a região não é farta como a desenvolvida na porção meridional do país. Apesar da dificuldade inicial de obter dados relevantes para delinear uma linha prévia de abordagem, nos primeiros contatos com as fontes chamou à atenção a exacerbada manifestação de atores nacionalistas em relação à ameaça da soberania nacional que representaria a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, por abarcar vasto território do estado de Roraima, em uma região de tríplice fronteira, além de outros fatores ligados aos choques entre índios e a população envolvente.

Nesse contexto, configurou-se relevante a busca dos fatores históricos que teriam levado à construção social, política e econômica da região, a fim de se compor um quadro que refletisse uma linha de abordagem de longa duração e pudesse trazer à tona aspectos das

raízes dos conflitos atuais, sem o que se poderia derivar para um tratamento parcial e por demais incompleto.

Essa perspectiva inicial resultou no objetivo de analisar a evolução histórica da fronteira setentrional brasileira, por meio de uma visão que abarcasse a história de longa duração - desde os primeiros registros de entradas de colonizadores nessa região -, ressaltando questões contemporâneas com a finalidade de proporcionar, na medida do possível, uma visão sistêmica e atual do processo de ocupação da região amazônica, enfocando aspectos ligados à soberania nacional relacionados ao processo de demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

Para atingir o objetivo proposto procedeu-se, por meio de um estudo de caso, a coleta de dados enfocando primariamente a história política da região e secundariamente as histórias social e econômica, utilizando recursos e ferramentas disponíveis nos arquivos da Capital Federal e na Internet. Os dados foram coletados pessoalmente por meio de pesquisas bibliográfica, de arquivos, de fonte de imprensa e eletrônica (Internet), abrangendo temas relativos à teoria das relações internacionais, fronteira, soberania e à problemática da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. Além disso, para observar o necessário rigor científico em um trabalho historiográfico, a pesquisa buscou atender uma característica essencial: a diversificação das fontes a fim de identificar tanto o contraditório como o complementar.

Ademais, para a seleção e a análise dos dados, em consonância com os objetivos deste trabalho, elaborou-se uma questão norteadora como ferramenta utilizada para perscrutar os arquivos (abertos) existentes, delimitando a coleta de dados, a utilização de conceitos secundários, a argumentação e a linha de abordagem do tema. Em conformidade com o tema a ser abordado, chegou-se ao seguinte texto para a questão norteadora:

- Levando-se em consideração a problemática da interdependência entre os países e a relativização do conceito de soberania, quais seriam os possíveis significados e as implicações para a soberania brasileira de aspectos concernentes à demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol?

Procedeu-se à pesquisa em diversos órgãos de imprensa, observando os critérios de circulação nacional e formador de opinião pública, sobressaindo o Jornal Folha de São Paulo, pela facilidade de acesso aos seus arquivos no período abrangido pelo estudo, como também ao baixo custo de aquisição do material. O mesmo ocorrendo para a seleção de âmbito

estadual, em que sobressaiu a Folha de Boa Vista. A utilização de dados de outros jornais e revistas ocorreu por amostragem (não sistemática), utilizando-se o acervo disponibilizado na Internet e as leituras diárias feitas pelo autor.

A pesquisa através de acervo digital e internet, utilizando ferramentas de busca como Google, Yahoo, JSTOR e PROQUEST, propiciou o acesso a obras de domínio público, artigos, opiniões, acervos catalogados em bibliotecas e outros. Como forma de ampliar a capacidade de busca, a pesquisa dos termos foi realizada também nos idiomas português, espanhol e inglês. Como exemplo, a operacionalização de pesquisa no site de busca Google para identificar órgãos do governo federal brasileiro que veiculam informações acerca da AIRASOL pode ser ilustrada com o seguinte quadro: o cruzamento dos termos “soberania” e “Roraima” gerou inicialmente 719 itens. Aplicando-se um filtro para selecionar os sites governamentais, restaram 499 itens. Após o acréscimo do termo “raposa”, restaram 124 arquivos digitais dos seguintes órgãos: Ministério do Planejamento, Ministério da Justiça, Casa Civil da Presidência, Ministério Público Federal, Câmara Legislativa, Exército Brasileiro, Departamento de Polícia Federal, Radiobrás, Assembléia Legislativa de Roraima, MRE e FUNAI.

Após a coleta e a análise dos dados, o estudo das fontes levou à divisão do tema em três capítulos, sendo que a abordagem sob o prisma de uma história de longa duração envolveu apenas pinceladas das histórias econômica, cultural, social e política, como parte de uma pesquisa com base primordialmente em fontes secundárias, forma possível para esse pesquisador consolidar tão vastos aspectos em um período de dois anos de pesquisa, paralelamente aos outros trabalhos acadêmicos da pós-graduação em relações internacionais e aos afazeres profissionais junto à Força Aérea Brasileira.

Destarte, o primeiro capítulo refere-se ao desbravamento da região do rio Branco, atual estado de Roraima, situando a abordagem do tema no ambiente construído historicamente por colonizadores portugueses, holandeses, espanhóis e ingleses frente a uma população pré-existente de índios de diversas etnias. A busca por espaço territorial e de influência/controlar sobre os povos indígenas permeou essa fase inicial de conquista do rio Branco até, praticamente, a solução da questão do Pirara entre o Brasil e a Guiana Inglesa no início do século XX. Encerra-se o primeiro capítulo com a problemática de Roraima, resultado de séculos de interações de forças políticas, econômicas e sociais, para tecer um cenário onde ocorre ponto focal do trabalho, relativo à demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

O segundo capítulo traz a descrição da problemática acerca da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, que teve na histórica presença dos índios na região a base para a delimitação do espaço territorial de aproximadamente 1,7 milhão de hectares alocado às etnias Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapichana. Como existiram diversos atores com interesses na região, o processo que levou à demarcação da reserva no ano de 2005 foi, além de demorado, extremamente complexo devido aos interesses políticos e econômicos naquela área, que abarcaram desde a esfera local até uma rede internacional de contatos entre organizações da sociedade civil.

A ameaça à soberania nacional, no que concerne a demarcação de ‘forma contínua’ daquela reserva e não em ‘ilhas’, foi uma bandeira constantemente levantada pelos atores nacionalistas das esferas regional e nacional, vencidos por uma conjuntura descrita ainda no segundo capítulo, mas que adentra no terceiro para fazer um paralelo da influência internacional nos assuntos internos dos Estados - levando-se em consideração esse caso específico da demarcação da área da Raposa - e analisar a ascensão das minorias étnicas na agenda internacional e os efeitos suscitados por essa mudança das forças sistêmicas que atuam no campo interno (nas áreas social, econômica e política).

Esses aspectos aventam, de forma breve, as problemáticas da soberania brasileira na Amazônia e da demarcação de terras indígenas, cujas amplitudes estendem-se tanto quanto a diversidade presente na região e que torna singular a tarefa de conceber um panorama de toda a ocupação realizada ao longo dos séculos, percebendo-se que a visão abrangente e homogeneizante não se aplica na porção setentrional do território brasileiro, e requerendo-se uma abordagem interdisciplinar para expor a complexidade existente.

Ademais, questões acerca da soberania, dos nacionalismos e choques entre culturas são frequentemente abordados na literatura contemporânea e servirão de suporte para aplicação no estudo de caso que ora se apresenta, trazendo importantes contribuições de Bertrand Badie, Norbert Rouland, Marie-Claude Smouts, Stephen D. Krasner, Eric Hobsbawn, dentre outros como descritos na bibliografia.

Também, gostaria de ressaltar o trabalho dos antropólogos, que fundamentaram a argumentação existente nesse estudo, pois sem a pesquisa de campo utilizada e sua atuação na esfera histórica seria bem mais difícil, ou mesmo incompleta, a construção que permeia os próximos capítulos. Conforme Marie-Claude Smouts, vice-presidente da Associação Francesa de Ciências Políticas, o desafio atual para o estudo das relações internacionais, dependendo do tipo de tema abordado, pode envolver a:

“... necessidade de um esforço de conceituação emprestado tanto da antropologia política quanto da sociologia das mobilizações; tanto da economia política internacional quanto da reflexão sobre o Estado e da filosofia política... a próxima etapa somente será ultrapassada com base em sólidos estudos de caso”.¹

Ressalte-se que a Antropologia passou a estudar questões atinentes à formação do Estado-Nação a partir dos anos 1980 e aquelas referentes a etnicidade, possibilitando o debate acerca da democracia nas complexas relações entre majorias e minorias étnicas. Conforme o antropólogo Geraldo Barboza de Oliveira Junior, particularmente no Brasil, também se passou a gerar polêmica a atitude dos antropólogos de “questionar os modelos de desenvolvimento e sua relação com as sociedades indígenas”.²

Com a consolidação neste trabalho de uma síntese do esforço de diversos antropólogos (alguns atuantes no Estado de Roraima e na UFRR) - profissionais estes que invariavelmente trabalharam “in loco” nos espaços ocupados pelos povos indígenas e que realizaram reconhecidos trabalhos de coleta, ordenação e análise dos dados - espera-se que as organizações públicas e privadas, relacionadas de alguma forma ao tema estudado, possam localizar oportunidades e identificar óbices para implementar medidas que levem em consideração ponderações acadêmicas sobre a problemática de ocupação da Amazônia e seus reflexos quanto à interdependência no ambiente internacional.

Este trabalho se justifica, também, pela proposta de catalogar e analisar dados de fontes distintas (fontes oficial, de imprensa e bibliográfica) sobre o tema, trazendo aspectos do debate sobre soberania na Amazônia na forma de um estudo acadêmico, realizado através da reflexão acerca de parâmetros científicos, sobre um assunto relevante e de destaque na mídia nacional e internacional, que se encontra em processo de desdobramento nos tempos atuais.

Finalmente, os aspectos históricos e teóricos evidenciados neste trabalho servem para emoldurar uma visão mais específica que trata da demarcação de terras indígenas em região de faixa de fronteira, cujo tema torna-se intimamente atrelado ao conceito de soberania, por trazer, como cerne da questão, toda uma problemática de ocupação do território *vis-a-vis* a internalização de pressões internacionais difusas.

¹ SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Tradução de Georgete M. Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 27-28.

² OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. *Os Macuxi: desenvolvimento e políticas públicas em Roraima*. 1998. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, ILHA DE SANTA CATARINA, 1998, p. 7-8.

I. COLONIZAÇÃO TARDIA: O DESBRAVAMENTO DE RORAIMA

"Tomo posse destas terras, se houver entre os presentes alguém que a contradiga ou a embargue, que o escrivão da expedição o registre".

Capitão-Mor Pedro Teixeira (1639)

“Os índios do Branco amam os holandeses, fazem boa opinião dos portugueses e aborrecem os hepanhóes”.

Ouvidor Ribeiro de Sampaio (1777)

1.1 A ocupação da Amazônia

A ocupação da Amazônia brasileira pelos portugueses não ocorreu de forma serena, pois coexistiram interesses de diferentes povos europeus pela posse daquela região, na realidade habitada pelos índios. Destaca-se a presença de franceses, holandeses e ingleses, que se estabeleceram ao norte, enquanto os espanhóis pressionaram de oeste para leste, até se depararem com os fortes de pedra e as missões construídas pelos colonizadores luso-brasileiros para barrar-lhes o caminho.³

As disputas por território levaram, algumas vezes, aqueles países a negociarem suas querelas diplomaticamente, no bojo de tratados dos concertos políticos europeus, que terminaram por sedimentar a construção do território brasileiro por meio do entendimento entre as potências coloniais, consolidando o que seria a forma como encontramos o Brasil atual. O marco inicial foi o Tratado de Tordesilhas (1494), assinado entre Espanha e Portugal, que demarca as terras, para os europeus recém descobertas, e reservava para Portugal uma terça parte do que futuramente viria a ser a área total do território brasileiro.

³ Ver dentre outros: HOLANDA, S. Buarque de & PANTALEÃO, Olga. *Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista*. In: HOLANDA, S. Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. I, vol. I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

O meridiano de Tordesilhas, traçado em comum acordo entre as duas potências da época, era uma linha imaginária e não representou uma posição definida nos mapas, variando conforme os interesses políticos representados por Portugal e Espanha, que desviavam a linha do meridiano para aquinhoar maior porção de terras no continente americano. Tais “fraudes” eram realizadas por meio dos padres matemáticos e perduraram até a véspera da assinatura do Tratado de Madrid.⁴

Entretanto, havia outras potências interessadas no novo continente sendo que, àquela época, ingleses e holandeses chegaram ao Nordeste e procuraram fazer a exploração mercantil das espécies vegetais e animais que puderam identificar para posterior envio aos mercados da Europa. Para manter o território livre de concorrentes audaciosos, os portugueses expulsaram todos aqueles que invadiram a colônia e projetaram sua presença em direção norte, oeste e sul. Para o historiador Arthur César Ferreira Reis, o que impulsionava os portugueses a ocupar mais territórios era a cobiça mercantil.⁵

Em complemento a Reis, o pesquisador Aimberê Freitas afirma que a atitude tomada pelos portugueses de expandir o território colonial foi uma forma de reagir aos desmandos das ações da Espanha enquanto dominava Portugal, pois aquela coroa assinou Tratados como o de Westphalia doando regiões da Amazônia e do Nordeste brasileiro à Holanda, motivo pelo qual ocorreram lutas para se manterem terras brasileiras livres de estrangeiros. Além disso:

“Portugal sempre fora um aliado da Inglaterra, mas quando a Espanha passou a dominá-lo sob as ordens do Rei Felipe III (sic), que era inimigo da Rainha Elizabeth I, esta passou a atacar as terras portuguesas na América, que, na verdade, eram espanholas naquele período. A Espanha decretou a exclusão do comércio na costa americana de toda potência estrangeira. A partir daí, ingleses, franceses e holandeses aprimoraram sua pirataria”.⁶

As investidas ao continente americano, realizadas por franceses, ingleses e holandeses, teriam motivação não só pelas “... divergências religiosas e das famílias reais européias, mas

⁴ Conforme o pesquisador Aimberê Freitas, “A definição das linhas de contorno do litoral, no entanto, por ser de mais fácil execução, foi logo concluída, já em 1519, por Lopo Homem, cartográfico real português e foi este mapa, com variações pequenas, que serviu de base à cartografia portuguesa nos séculos seguintes. Referia-se, no entanto, apenas aos contornos do litoral atlântico e nada mais... Os espanhóis pensavam de modo inverso aos portugueses. Aceitavam os mapas portugueses no que se refere aos contornos do litoral, mas aproximavam o meridiano para Leste, de tal modo que nos mapas de Lopes de Velasco de 1574, este passa ao norte no Ceará e ao sul em Cabo Frio (Rio de Janeiro), reduzindo, em muito, o espaço português”. In FREITAS, Aimberê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998, p. 42-43.

⁵ REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: CEA - Companhia Editora de Letras, 1972, p. 17.

⁶ FREITAS, 1998, p. 36-39.

também na política hegemônica desenvolvida por Felipe III”, tendo atingido com sucesso as Guianas, o Caribe e a América do Norte.⁷

Apesar de diferentes argumentações, é inegável o esforço dos portugueses para conquistar e manter a soberania em território brasileiro, utilizando para isso políticas da coroa na priorização da ocupação do território, na exploração econômica por meio das companhias e no assentamento de colonos com a utilização dos serviços dos nativos da região.

Dessa forma, a ocupação e domínio dos espaços da região norte ocorreu lenta e efetivamente visando ao controle dos rios que compunham a bacia amazônica, concorrendo com os exploradores e colonos ingleses, irlandeses, holandeses e franceses. Tais circunstâncias foram registradas em obra do pesquisador André Ferrand de Almeida:

“Ainda no final do século XVI, em 1595, Walter Raleigh subiu o Orinoco em busca do El Dourado. Pouco mais tarde, em 1610, foi a vez de Thomas Roe que comandou uma expedição exploratória ao Amazonas, navegando 400 quilômetros rio acima. Dez anos depois, Roger North trouxe cem colonos ingleses e irlandeses para se estabelecerem na região. André Ferrand de Almeida destaca que se deve aos ingleses a primeira tentativa de se fazer um mapa cartográfico do curso do Amazonas. Somente um século mais tarde os portugueses começaram a cartografar a mesma região, ficando, no entanto, restritos a foz do Amazonas na altura de Belém. Os holandeses, por sua vez, desde finais do século XVI já haviam estabelecido as colônias de Orange e Nassau na margem direita do rio Xingu que usavam como entreposto para o comércio com os índios da região”.⁸

Destaca-se que durante o período da união ibérica (1580-1640) ocorreu a conquista do litoral norte e da Bacia Amazônica pelos portugueses. A ocupação daqueles espaços teve início pelo litoral da Paraíba em 1583, com a expulsão dos franceses; posteriormente veio a conquista de Sergipe aos índios, em 1590; seguida da ocupação do Rio Grande do Norte, em 1599, e do Ceará em 1603. A conformação da porção norte da colônia portuguesa ocorreria após a expulsão dos franceses no Maranhão, em 1615, e a fundação da fortaleza de Belém do Grão-Pará, em 1616, alcançando a foz do rio Amazonas⁹.

⁷ CASTRO apud FREITAS, 1998, p. 39.

⁸ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, 2001, p. 28-29. In CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 46.

⁹ CARVALHO, Delgado de & CARVALHO, Ana Maria Delgado de. *História das Américas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1975, p. 61-62.

Mas, a questão com os franceses seria resolvida somente em 1713, com o Tratado de Utrecht, quando ocorreram entendimentos entre Portugal e França, em que essa última se compromete a desistir das terras relativas ao Cabo do Norte, atual estado do Amapá.¹⁰

Nessa época já não se falava mais em delimitação dos territórios por linhas astronômicas, como utilizadas no Meridiano de Tordesilhas em 1494, advindo o princípio do *uti possidetis*, que como todo novo conceito ainda não estava definido clara e positivamente, mas que foi essencial nos atos do Tratado de Utrecht.¹¹

Esse novo conceito introduzido nas relações entre as potências revigorou a preocupação da coroa portuguesa com o delineamento cartográfico de suas posses no novo continente, devido às circunstâncias que rondavam a catalogação do espaço ocupado e fez com que, em 1729, D. João enviasse uma missão científica composta pelos “padres matemáticos Domingos Capacci e Diogo Soares com o objetivo de traçar um mapa do Brasil de longitudes observadas”.¹²

As disputas por território eram constantes na fase de conquista do continente americano e continuariam como item prioritário na pauta internacional até o início do século XX. Nesses aspectos, no início do século XVIII a expansão portuguesa foi objeto de reclamações por parte de interlocutores espanhóis, como bem lembrado por Freitas:

“Mesmo os protestos de D. Jorge Juan e D. Antônio Ulhoa, dois oficiais da marinha espanhola que tinham acabado de regressar da sulamérica, após demorada visita ao Vice-Reio do Peru, que defendiam a necessidade de ser contida, por Espanha, a marcha luso-brasileira ao longo do rio Amazonas, de nada valeram. Estes dois homens advogavam uma resistência aos propósitos luso-brasileiros na Amazônia e produziam farta documentação assessorados por missionários jesuítas de Maynas. Propósitos esses, alias, que, até então tinham sido conduzidos sob a indiferença das autoridades de Espanha”.¹³
(sic)

¹⁰ O Tratado de Utrecht traz, em 11 de abril de 1713, no seu art. VIII, os seguintes dizeres: “*A fim de prevenir toda a ocasião de discordia, que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal, Sua Magestade Christianissima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes . . . qualquer direito e pretensão que póde, ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamada do Cabo do Norte, e Situadas entre o Rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vicente Pinsão, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas terras, para que ellas sejam possuidas daqui em diante por Sua Magestade Portuguesa...*” Disponível em <http://www.irdeb.ba.gov.br/bahiahistoriadoc1tratadoutrecht.htm>. Acessado em 29 Abr. 2005.

¹¹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Vol. I As Origens*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 193.

¹² FREITAS, 1998, p. 42

¹³ Freitas acrescenta que “Jorge Juan y Ulhoa, além desse trabalho, publicaram, em 1747, em 4 tomos, uma ‘Relación Histórica Del Viagem a la América Meridional hecha de orden de S.Magestade para medir algunos grados de meridiano Terrestre, y venir por ellos em conocimiento de la verdadera Figura y Magnitud de la Tierra, con otros varias observaciones astronômicas e Físicas’, em que trocam o assunto profligando a política de descaso de Espanha com relação aos seus domínios amazônicos”. In FREITAS, 1998, p. 48-49.

Esses argumentos não modificariam os rumos das negociações, que seriam conduzidas secretamente por Alexandre de Gusmão, a fim de estabelecer um acordo para delinear as fronteiras entre Portugal e Espanha no novo continente. Figura relevante no processo de conformação do território brasileiro e nas políticas executadas pela Coroa, como a taxação das minas e a emigração de açorianos para o Brasil, o luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, nascido em Santos no ano de 1695, teve papel de destaque no processo de negociação do Tratado de Madrid que, firmado em 13 de janeiro de 1750, tornou-se um marco da revisão do Tratado de Tordesilhas, baseando-se nos princípios do *uti possidetis* para legalizar a ocupação de 2/3 do atual território brasileiro e assegurar ao Brasil forma compacta e dimensões continentais.¹⁴

Jaime Cortesão destacou alguns dos objetivos tencionados por Gusmão na disputa por territórios, que culminou na assinatura do Tratado de Madri:

“1º O equilíbrio das soberanias portuguesas e espanhola pela partilha das bacias do Amazonas e do Prata, atribuindo, na sua maior parte, a primeira a Portugal e a segunda à Espanha; 2º Reservar à soberania portuguesa o grande planalto central aurífero e diamantífero, coração da ilha continente, e as suas vias fluviais de acesso; 3º Dar fundo, grande e competente, ao Brasil austral para proteger a estrada mineira de Camapuan e assegurar às regiões das Minas os recursos pecuários do Rio Grande do Sul; 4º Arredondar e segurar o país, ou seja, realizar a ilha continente e dar-lhe viabilidade orgânica; e 5º Finalmente, estabilizar a soberania dando-lhe uma nova sanção jurídica: a do *Uti possidetis*”.¹⁵

Nas negociações que precederam a assinatura do Tratado de Madri, os lusitanos teriam maior capacidade de argumentação por “sua cultura em geografia e história da geografia” e por disporem do trabalho dos padres Capacci e Diogo Soares, realizado em 1729, que permitiu à Gusmão elaborar os chamados “Mapas das Cortes”, com os limites coloniais obtidos por meio de um “conjunto precioso de noções geográficas que ele reunira e que eram totalmente desconhecidas dos espanhóis”.¹⁶

Nessa época, a conquista portuguesa ultrapassou a esfera militar, estendendo-se também para o campo diplomático e no conhecimento da região, que era superior aos esforços

¹⁴ ALEXANDRE de Gusmão. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/bases/descbrasil/agusmao.htm>. Acessado em 04 Dez. 2005. Vide também as obras: RIO BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750*. Rio de Janeiro: Minist. Educ. e Saúde, 1953. 60 p; e ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid*. Coimbra: INIC, 1990.

¹⁵ Ver a obra: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. In FREITAS, 1998, p. 50-51.

¹⁶ CORTESÃO apud FREITAS, 1998, p. 49.

espanhóis. O Tratado de Madri efetivamente reconheceu a expansão realizada pelos portugueses e foi duramente criticado após a percepção pelos espanhóis do que deixaram em abandono e, apesar das tentativas para a recuperação do espaço que deixaram de conquistar, as ações que se seguiram foram profundamente desastrosas, como a construção de fortes no Orenoco e no Cassiquiari, na região do alto Rio Negro, ou a missão que levaram adiante no alto Rio Branco, em 1777, que também fracassou após a sua expulsão pelos portugueses.¹⁷

A legalização dos territórios mobilizados durante a fase expansionista até o ano de 1750, ano do Tratado de Madrid, traria uma nova onda de ocupação de territórios, haja vista que os trabalhos de demarcação de fronteiras levariam a nova disposição dos limites entre as colônias pertencentes às duas coroas, as quais designaram como seus Comissários os governadores Mendonça Furtado, do lado português, e José de Iturriaga, do lado espanhol.

Em contrapartida, devido à ocupação do espaço promovido pelos portugueses, *vis-à-vis* a questão dos limites impetrados pelo Tratado de Tordesilhas, a coroa espanhola persistiu na revogação do Tratado de Madri, fato obtido no ano de 1761 com o advento do Tratado de Pardo, cuja motivação foi bem retratada por Freitas:

“Os portugueses puseram a culpa pela não execução do Tratado de Madrid na forte resistência dos jesuítas. Tanto os jesuítas espanhóis como os jesuítas portugueses, boicotaram, ao máximo, os trabalhos das Comissões de Limites... A expansão brasileira rumo ao oeste e ao norte foi a razão principal alegada sempre pelos jesuítas espanhóis ao boicote não deliberado. Já os jesuítas portugueses, pareciam querer esses missionários nos domínios portugueses. Os jesuítas obedeciam uma ordem comum emanada da cúpula da Companhia de Jesus. Com a anulação do Tratado de Madrid, ficaram sem definições as fronteiras espanholas e portuguesas na América”.¹⁸

A anulação do Tratado de Madri deixou as fronteiras coloniais portuguesas e espanholas, no continente americano, sem o embasamento legal que poderia conter a expansão de ambas as partes. Isso teria levado, entre os anos de 1773 e 1775, à presença espanhola na região do rio Branco, que adentrou os rios Uraricoera e Tacutu, criando três povoados, sendo dois no primeiro e um no segundo.¹⁹

Somente com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, ocorreria nova regularização dos limites entre as colônias espanholas e portuguesa, com a confecção de mapas da região, em que se destaca a participação do Coronel Engenheiro Manuel da Gama

¹⁷ REIS, 1972, p. 38.

¹⁸ FREITAS, 1998, p. 110-111.

¹⁹ FREITAS, 1998, p. 111.

Lobo D´almada, importante personagem para a história do Brasil que atuou na Amazônia ao final do século XVIII, quando ocorreu o efetivo desbravamento da região do rio Branco pelos portugueses.

1.2 A conquista do rio Branco

A região do rio Branco, localizada ao norte da porção central da América do Sul, foi uma das últimas regiões conquistadas por exploradores, diga-se de várias nacionalidades. No século XVI ela passou despercebida nos registros históricos, fazendo parte do Estado do Maranhão apenas no século seguinte. Freitas comenta que somente na primeira metade do século XVII foi registrada a existência do rio Branco, pelo Padre Cristóvão Acuña em seu livro *Nuevo Descubrimiento Del Rio de Las Amazonas*, resultado da exploração iniciada pelo lusitano Pedro Teixeira, em 1637.²⁰

A divisão administrativa da colônia ultramarina de Portugal, com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi concebida pela coroa espanhola na época da unificação das coroas e acabou favorecendo o avanço português na região norte, haja vista a facilidade do acesso pela bacia do rio Amazonas, além da impossibilidade de protestos da Espanha devido à unificação. Freitas acrescenta que a divisão da colônia entre Brasil e Maranhão deveu-se primordialmente a dois motivos:

“... o primeiro é que o Estado Brasil, com sede em Salvador, não dava e nem poderia dar (por razões várias, incluindo-se aí a questão das correntes marítimas contrárias) a assistência política e administrativa necessária. A segunda era a pressão constante da Inglaterra, da França e da Holanda por conquistar as terras da Amazônia”.²¹

As pressões de outras potências da época foram registradas historicamente, como a situação desencadeada pelos ingleses, que atacaram o recôncavo baiano no final do século XVI, incendiaram São Vicente e saquearam Santos e Recife. Mas esse tipo de atuação estrangeira seria diferente em relação à Amazônia, pois havia o interesse em realizar conquistas duradouras, conforme ocorrido no estabelecimento uma feitoria no Oiapoque, por Robert Hacourt e seus sócios Sir Thomas Challener e John Rovenson, que ainda receberam do Rei Jaime I as terras existentes entre o Rio Essequibo e o Amazonas.²²

²⁰ FREITAS, 1998, p. 79

²¹ “A cobiça internacional da região, de que nos fala o ... historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, vem de longa data. Com toda essa insistência, resultou, como fato inevitável, o **enclave europeu** da América do Sul: Guiana Inglesa (independente deste 1966 com o nome de Guiana), Guiana Holandesa (independente desde 1972 com o nome de Suriname) e a Guiana Francesa que ainda se mantém, como colônia considerado território de ultramar francês”. REIS apud FREITAS, 1998, p.60

²² FREITAS, 1998, p. 36-37.

A investida inglesa viria também através de Robert North, que fundou uma companhia comercial para explorar a Guiana para concorrer com as companhias de outras potências em busca de especiarias no novo continente, mas que acabou sendo desfeita após a interferência de um embaixador espanhol. Não satisfeito com o revés obtido, no ano de 1626, North aliou-se a Robert Hacourt e, com a anuência do Conde de Buckingham, fundou outra companhia que efetivamente atuou na porção setentrional da América do Sul.²³

Os portugueses não poderiam ficar para trás na corrida para estabelecer a conquista da Amazônia²⁴, partindo da cidade de São Luís, no dia 5 de fevereiro de 1637, o português Pedro Teixeira, com a finalidade de reconhecer, explorar e colocar marcos de ocupação portugueses, utilizando-se para isso do conhecimento e da adaptação à selva dos índios. Em 16 de Fevereiro de 1639, chegou a Quito, na América Hispânica em uma empreitada que durou cerca de dois anos, retornando a Belém no dia 12 de dezembro de 1639.²⁵

O descobrimento do rio Branco foi citado na exploração empreendida por Pedro Teixeira, não indicando necessariamente que o rio teria sido explorado, mas sim que o mesmo existia. Conforme o historiador João Pandiá Calógeras, data do ano 1671 as primeiras explorações do rio Branco, relatadas na *Relação histórico-geographica do Rio Branco da América portuguesa* e no *Diário da Viagem* do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.²⁶

A antropóloga Nádia Farage, em sua premiada obra historiográfica intitulada *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*, ressalta que foram registradas as primeiras incursões àquele rio no início do século XVIII, por meio das biografias de Francisco Ferreira e do carmelita Fr. Jerônimo Coelho, ambos acusados de traficar índios. Ressalte-se que, apesar da economia colonial amazônica, pautada na região do rio Branco pela extração de madeiras, resinas, cacau e salsaparrilha, destacaram-se na

²³ Segundo Freitas, “Sob as ordens dessa organização, James Pucell fundou o Forte de Taurege, hoje Santana, na foz do Rio Mazagão, destruído, depois, por Pedro Teixeira. Em 1629, Willian Clovel e Thomas Hixson fundaram, na costa do Amapá, um Forte que deram o nome de Fort North, de onde chegaram a atacar Gurupá. Este forte foi destruído por Jácome Raimundo de Noronha e Pedro Teixeira”. In FREITAS, 1998, p. 37.

²⁴ “Deve-se ressaltar que o entendimento da época era de que quem conquistasse um rio, (fosse grande ou pequeno) teria direito de conquista assegurado naquele e nos seus afluentes. Assim, quando o Comandante Pedro Teixeira subiu e desceu o grande rio Amazonas ficou assegurada a conquista deste e de seus tributários para seu Rei Felipe IV de Espanha”. In FREITAS, 1998, p. 61.

²⁵ Para maiores esclarecimentos sobre a biografia de Pedro Teixeira, ver as obras portuguesas: AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização*. Lisboa: Livraria Editora, 1901, pp.31-34; e SIMÕES, B. Carvalho. *Pedro Teixeira, o Conquistador da Amazônia*. Coimbra: Câmara Municipal de Cantanhede, 1993. Além de ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do rio amazonas*. Montevideo: Oltaver, 1994.

²⁶ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Vol. III da Regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 278.

ocupação daquele rio a sua importância como fornecedor de escravos indígenas e a posição estratégica que mobilizou a atenção do Estado para defender a Amazônia de aventureiros espanhóis e holandeses.²⁷

Corroborando a observação de Farage, encontramos em Francisco Doratioto a constatação de que os holandeses atuaram efetivamente no Novo Mundo a partir de 1621, com a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a qual “... dispunha de 800 navios, entre mercantes e de guerra, e cerca de 67 mil marinheiros”. Sua presença foi atuante no Nordeste do Brasil até o ano de 1654 e, assim como os ingleses, também conquistaram a região da Guiana compreendida entre o oceano Atlântico e o rio Essequibo, “região essa que a Espanha, em 1648, cedeu, na prática, à Holanda”.²⁸

Freitas complementa com as informações de que já:

“Em 1599, os holandeses estavam instalados na margem esquerda do Rio Xingu. Em 1610 possuíam feitorias no Rio Jarí e Amapá. Em 1616, criaram uma companhia comercial para explorar a Amazônia. Em 1623 fundaram o Forte de Gurupatuba, atual Gurupá. Nesse mesmo ano, fundaram a feitoria de Mandiatuba, atual Monte Alegre e a feitoria de Macapá. Em 1646, construíram os Fortes de Cassiporé e de Maica”.²⁹

A presença holandesa também teria sido identificada na primeira incursão portuguesa em profundidade na região amazônica, por meio do registro do padre Acuña, em 1639, que mencionou “ter encontrado manufaturados, que se supunham holandeses, em mãos dos índios habitantes da região do rio Solimões, a oeste da foz do rio Negro”.³⁰ Mesmo após oitenta anos da observação do padre Acuña, em 1719, o governador Berredo registrou que a fortaleza do rio Negro não impedia o comércio de manufaturados holandeses na região, propondo a construção de uma fortaleza na foz do rio Jauaperi, no intuito de cortar a comunicação com o rio Essequibo.³¹

Paralelamente, conforme o historiador Evaldo Cabral de Mello, com a separação das coroas de Portugal e Espanha a partir de 1640, o novo monarca português (D. João IV) teria três tarefas a desempenhar para afirmar-se no cenário internacional: obter o reconhecimento do reino e do trono português na Europa, defender as suas fronteiras na península ibérica e

²⁷ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 55-56.

²⁸ DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina: Da Utopia Bolivariana à Fragmentação*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1994, p. 24.

²⁹ FREITAS, 1998, p. 36.

³⁰ ACUÑA apud FARAGE, 1991, p. 75.

³¹ FARAGE, 1991, p. 76.

reintegrar as suas colônias perdidas para os Países Baixos, preponderantemente para a Companhia das Índias Ocidentais, tarefa essa que ainda perduraria por mais dois séculos.³²

Devido à Guerra de Pernambuco, com a capitulação de Recife, a comunidade judaica do Brasil holandês seria dispersada pelo Caribe, Guiana, Nova Amsterdã ou mesmo regressado para a Holanda, abrindo novas frentes de comércio e postergando a conquista definitiva do território pelos portugueses na região norte da colônia, região das Guianas.³³

Os holandeses também realizavam comércio com os índios, destacando-se a aquisição de escravos e especiarias em troca de ferramentas, armas, tecidos e outros artigos industrializados.³⁴ Em 1724 foi registrado esse tipo de transação com os Manao, no rio Negro, cujo chefe, de nome Ajuricaba, desafiou a soberania portuguesa ao ostentar uma bandeira holandesa em sua canoa. Os índios também receberiam artefatos de traficantes do Pará e enfrentaram os portugueses ao atacar missões do rio Negro para levar índios que estavam aldeados. Apesar da tentativa de negociar a paz, pelo jesuíta Joseph de Souza, os Manao continuaram a atacar as missões, motivo pelo qual Ajuricaba foi posto em ferros e enviado à Belém. Como não aceitasse a condição em que se encontrava, atirou-se da canoa em que viajava, morrendo afogado e causando espanto entre os portugueses.³⁵

Segundo Carlos de Araújo Moreira Neto, a revolta dos Manao ocorreria por conta da administração de Bernardo Pereira Berredo à frente do Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1718-1722, descrita como submissa aos interesses dos colonos para a exploração do trabalho de índios escravizados e por fazer guerras contra grupos indígenas. Assim, um ano depois da saída de Berredo, o governador Maia da Gama começaria a esmagar duramente os Manao com a alegação de ‘maquinações dos holandeses do Suriname’.³⁶

O acerto jurídico e religioso da época permitia a captura de nativos que desrespeitassem os colonizadores portugueses e a sua venda como escravos nas praças de Belém e São Luís. Também era possível a “ação filantrópica” de “resgate” dos índios feitos

³² MELLO, Evaldo Cabral. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 21.

³³ MELLO, 1998, p. 249.

³⁴ Andrés Pereira, cronista do Grão Pará, no relato de Antonio Loureiro em seu livro *Síntese da História do Amazonas*, diz que: “na vida econômica das colônias (da Amazônia), ingleses e holandeses dedicavam-se às trocas com os índios. Compravam-lhe urucu, algodão, madeiras, tabaco, peles e aves. Havia um engenho que fabricava açúcar e run. Toneladas de pirarucu e peixe-boi eram remetidas a Londres, Amsterdam e Flessingue”. In FREITAS, 1998, p. 37

³⁵ FARAGE, 1991, p. 62-63.

³⁶ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759*. In HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, p. 106-109.

prisioneiros por outras tribos, que teriam o mesmo destino dos nativos insurgentes ao invés de serem devorados como espólio de guerra pelos índios canibais. O governo colonial, assim, instituiu as Tropas de Resgate como uma ação que traria benefícios tanto para a região como para os resgatados, tendo sido esse tipo de incursão “o móvel e principal instrumento da exploração do Rio Negro”³⁷, realizando entrada nesse rio, no ano de 1657, os jesuítas Francisco Velloso e Manoel Pires, os quais tornaram a Belém com setecentos escravos.³⁸

Apenas em 1736 ocorreria a entrada da primeira tropa oficial de resgate de índios no rio Branco, assim como são dessa data os registros de produtos naturais trazidos da região. Desde o ano de 1727 as tropas de resgate eram autorizadas pela Junta das Missões a trabalharem lado a lado com traficantes particulares, por meio de concessão de alvarás para resgatar índios. No ano de 1740, uma escolta comandada pelo velho traficante conhecedor da região, Francisco Ferreira, teria tomado a margem direita do Uaricoera em busca dos Wapixana e Macuxi.³⁹

Poucos anos depois, no ano de 1743, a eclosão de uma epidemia de sarampo fez com que se justificasse o aumento de entradas no rio Branco, pelas enormes baixas apresentadas na população do rio Negro. Assim, desciam aos milhares os índios daquela região para abastecer os proprietários de fazendas e as missões. Nessa época a navegação pelo canal de Cassiquiare, que liga os rios Negro e Orinoco, levaria os portugueses a apresar índios aldeados em missões jesuíticas espanholas e, em 1746, os holandeses registraram que os habitantes das cabeceiras do rio Rupununi estariam rejeitando contato com os brancos devido aos maus tratos dos portugueses.⁴⁰

No ano de 1750, o Visitador Geral das Missões Carmelitas, Frei José de Magdalena, estava em visita rotineira à região do rio Branco quando foi encontrada uma escolta holandesa com o propósito de capturar índios. Tal fato ocorrera quando do envio de uma escolta portuguesa à aldeia de Aracari, de índios Paraviana, onde encontraram resistência holandesa, pois estavam ali para resgatar escravos. Dessa forma, Magdalena trouxe ao Governador Mendonça Gurjão a denúncia de que os holandeses estariam prejudicando o descimento de índios para os portugueses, pois aqueles estrangeiros viriam anualmente, na época das cheias,

³⁷ FREITAS, 1998, p. 41.

³⁸ BARROS, Pe. André de. *Vida de Apóstolo do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus* apud NABUCO, Joaquim. *O direito do Brasil*. In FREITAS, 1998, p. 40-41.

³⁹ FARAGE, 1991, p. 70-71.

⁴⁰ FARAGE, 1991, p. 72-73.

para realizar seu intento de resgatar os índios, além do que haveria ameaça de chegarem até a região do rio Negro.⁴¹

Para efeito ilustrativo e baseado em dados atuais registrados no gráfico do Anexo 2, pode-se perceber a concentração das cheias no rio Branco em sua variação anual, que denota o período do meio do ano entre os meses de abril e setembro como o mais propício para a navegação.

Como resultado prático dos problemas relativos à disputa com os holandeses, foi ordenada a construção de uma fortaleza às margens do rio Branco⁴², fato que não ocorreu de imediato em virtude da falta de verbas, sendo utilizada como medida paliativa pelo governo de Mendonça Furtado o envio de patrulhas na época das cheias, compostas por soldados e moradores da região.⁴³ A construção dessa fortaleza demoraria mais de vinte anos para ser realizada devido à preocupação portuguesa em definir suas fronteiras junto à Espanha, após a assinatura do Tratado de Madri, relegando ao segundo plano as querelas com os holandeses.

Adicionalmente, o fato de holandeses estarem realizando o resgate de índios na região do Rio Branco gerou polêmica na colônia, quando era evidente também o interesse dos proprietários de terras em dispor de escravos, havendo petições dos colonos portugueses para que fossem novamente oficializadas as tropas de resgate, visto que as guerras intertribais era costume arraigado entre os índios daquela região e, se os vencidos não fossem vendidos como escravos aos portugueses, certamente os seriam aos holandeses.

Entretanto, a resposta da metrópole seria incisiva na proibição das tropas de resgate, alegando que a proibição ocorria de fato para evitar a tirania contra aqueles povos e permitir a sua catequização, devendo ainda os colonos portugueses utilizar o subterfúgio de atraí-los com prêmios e favores para tê-los como aliados.⁴⁴

Essa posição portuguesa era fruto de uma política elaborada de ocupação e manutenção da posse de suas colônias, como bem colocado pelo Historiador Almir Diniz de Carvalho Júnior:

⁴¹ FREITAS, 1998, p. 87. MAGDALENA apud FARAGE, 1991, p. 79-80.

⁴² Freitas cita Gursen de Miranda ao destacar o fato de que “os portugueses, então, foram construir Fortes na Amazônia como se fosse um leque aberto. No dizer de Gursen de Miranda, tratava-se de um *anel de segurança*. Foram construídos, segundo aquele autor, até o final do século XVIII, cerca de 43 fortalezas na Amazônia, sendo o Forte de São Joaquim um dos últimos. Obedeciam a uma macro estratégia militar de defesa portuguesa. Muito semelhante, aliás, com os atuais pelotões de fronteira”. MIRANDA, A. Gursen de. *O forte São Joaquim do rio Branco*. In FREITAS, 1998, p. 92.

⁴³ MENDONÇA FURTADO apud FARAGE, 1991, p. 81.

⁴⁴ FARAGE, 1991, p. 80.

“Os portugueses sabiam que sem o apoio dos índios aliados tanto eles quanto os estrangeiros não poderiam vencer. A conquista e ampliação das fronteiras na Amazônia não podiam prescindir do guerreiro indígena. Neste sentido, além de derrotar o inimigo europeu, os militares portugueses tinham bastante cuidado com a repressão aos seus aliados índios. Arrasavam sem piedade todos eles como forma de dar exemplo para as demais nações daqueles nativos. Assim fizeram com os Nhengaibas, aliados dos ingleses e moradores nas ilhas da barra do Amazonas. Reforçaram suas forças em Cametá, em 1632, e de lá se dirigiram para dar “castigo” a esses índios. A força compunha-se de duzentos e quarenta soldados e mais cinco mil índios aliados”.⁴⁵

O desafio ao empreendimento português na Amazônia não seria apenas a concorrência direta com as outras potências européias, como Holanda, Inglaterra e França, mas também o enfrentamento militar dos aliados indígenas daquelas potências, que teria ocorrido durante o período colonial. Carvalho Júnior nos diz que ocorreu esse tipo de atrito em todo o território brasileiro e exemplifica que na Amazônia teria sido “...contra os Manao, Maiapena, Tora e Caiuvicena que habitavam os vales do Rio Negro, Branco e Madeira. O mesmo aconteceu contra os Nhengaiba, nos arredores de Belém”.⁴⁶

Apesar dos problemas vivenciados pelos colonos portugueses em relação à ocupação estrangeira e com os índios revoltosos, a exploração da Amazônia continuaria trazendo o desenvolvimento para a cidade de Belém, local em que se concentrava a distribuição dos índios resgatados para serem escravos nas fazendas dos arredores. Enquanto isso, São Luís perdia importância até o ponto em que foi criado o Estado do Grão Pará e Maranhão, em 31 de Julho de 1751, obtido por meio da assessoria do Marquês de Pombal ao Rei D. José I, que também nomeou Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, para ser o governador do novo Estado. Mendonça Furtado trouxe novas instruções para a política de ocupação da Amazônia e manutenção das suas fronteiras, agora redefinidas pelo Tratado de Madri.⁴⁷

As novas ordens da coroa portuguesa resultaram no aumento das entradas portuguesas na região amazônica, para ocupar efetivamente aquele território em vista do disposto nas linhas do Tratado de Madri. Afora a ocupação, era também necessário viabilizar a

⁴⁵ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. 2005. 407 f. Tese (Doutorado) - História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 48-49.

⁴⁶ CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 54.

⁴⁷ “Por esse novo Tratado, Portugal trocou a Colônia do Sacramento (atual Uruguai), as Filipinas e a margem esquerda do Rio Amazonas, acima do Rio Japurá, pela posse definitiva das terras conquistadas além da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas”. In FREITAS, 1998, p. 64-65.

sustentabilidade das vilas criadas por meio de atividades produtivas que as interligassem em um tipo de economia de âmbito regional, além de fazer com que os povos indígenas se tornassem aliados para o seu intento. Como exemplo dos diversos interesses das duas potências ibéricas na região amazônica, enquanto os portugueses buscavam na exploração de especiarias dar ares de desenvolvimento e liberalidade para com os povos indígenas - com resultados discutíveis -, os espanhóis buscaram na região do rio Branco encontrar o lendário **Eldorado**.

Foram registradas três investidas espanholas naquela região, sendo que:

“A primeira expedição organizada por Centurion para conquistar o **Eldorado** foi confiada a Nicolas Martinez. Este seria guiado, desde Angustura até ao **Eldorado**, por índios Macuxi, Arecuna e outros. Nas instruções transmitidas por Centurion a Martinez, constava que ele, ao chegar no sítio do **Eldorado**, *tomaria posesión de la tierra em nombre de S. M. se exigiria a los indios selvajes el juramento de fidelidad, em pago Del cual se les daria proteccion, amparo y defensa contra sus enemigos*. Emanuel Amódio nos garante que Martinez saiu de Angustura, em janeiro de 1772, mas não chegou ao seu destino devido a problemas de saúde na tropa, tendo regressado a Barcelona, em setembro no mesmo ano. A segunda expedição foi confiada a Vicente Diez de La Fuente. Este, partiu de Angustura, em 1773, com 125 homens com armas fora os indígenas”.⁴⁸

La Fuente não chegou a completar o trajeto até a posição estimada do Eldorado, enviando como preposto o cabo Isidoro Rendón, que explorou os rios Uraricoera, Amajari, Tacutu, Mau e Surumu. Rendón também teria realizado contato com índios de etnia Macuxi e fundado três povoações com a ajuda desses índios: San Juan Batista de Cada Cada, Santa Bárbara e Santa Rosa de Curaricara.⁴⁹

A terceira tentativa espanhola de encontrar o Eldorado partiria de Guirior, no mês de setembro de 1775, sob o comando do cadete de infantaria Antônio Lopez que encontrou os povoados fundados pelos espanhóis em “*situación tranquila y com buenas relaciones entre españoles e indigenas macuxis e wapixanas*”.⁵⁰

Freitas ressalta que os espanhóis tinham o domínio dos rios na região ao norte do atual estado de Roraima quando os portugueses estavam efetivamente no rio Negro e subiam

⁴⁸ AMÓDIO apud FREITAS, 1998, p.133.

⁴⁹ Conforme Freitas, “Santa Rosa de Curaricara foi fundada na confluência deste rio, que na verdade trata-se do rio Uraricapara, com o Uraricoera. Santa Bárbara foi fundada entre a confluência do rio Amajari com o Uraricoera e a confluência do Uraricoera com o Tacutu. Como este trecho é exclusivamente de lavrado, logo Santa Bárbara foi fundada nos campos naturais do rio Uraricoera. San Juan Batista de Cada Cada foi fundada entre a foz do Mau e a confluência do Tacutu com o Uraricoera”. In FREITAS, 1998, p.134.

⁵⁰ MARTINEZ apud AMÓDIO. In FREITAS, 1998, p. 137.

ocasionalmente o rio Branco. Quando chegavam a navegá-lo os portugueses “limitavam-se ao baixo rio Branco ou, no máximo, ao médio rio Branco. Esporadicamente, sertanistas e/ou missionários subiam o Branco até o alto”.⁵¹

Entretanto, o estopim para a construção de um forte no rio Branco já teria ocorrido vinte anos antes, por meio de um holandês chamado Gervais Leclerc, que chegou em 16 de março de 1755 a Barcelos, capital de São José do Rio Negro, com a informação de que haviam espanhóis estabelecidos nos rios Uraricoera e Tacutu. Dando ciência ao governador Tinoco Valente, este repassou a informação ao Governo do Estado, com sede em Belém. A notícia surpreendeu os portugueses, pois não esperavam que os espanhóis pudessem vencer as cordilheiras e a distância que separava o rio Branco do Orinoco.⁵²

Para contrapor a investida espanhola, no início da década de 1770 foi concebido pelo Marques de Pombal um plano secreto para ocupar a região do interior da colônia portuguesa, com a construção de fábricas em áreas estratégicas mais próximas às fronteiras com a colônia espanhola, o estabelecimento de fortificações e a corrupção de autoridades espanholas para instituir comércio de mercadorias e tecidos em troca de prata. A capital do Grão-Pará absorveu o comércio das fronteiras com os domínios espanhóis pela facilidade da navegação do Amazonas e seus afluentes, que aliado ao estabelecimento de fábricas reduziu o custo das mercadorias de 500 a 1000% em relação ao trajeto tradicional de caminhos por terra da Bahia e do Rio de Janeiro.⁵³

Desafortunadamente, para o intento português, ocorreu a descoberta do plano por espíões espanhóis, que motivou o posicionamento de tropas espanholas ao longo das fronteiras com a colônia portuguesa e acirrou os ânimos entre as duas coroas. Em 1776 foram substituídos os administradores castelhanos das províncias limítrofes, como Santa Cruz de la Sierra, Mojos e Chiquitos, que vieram com novas ordens para aumentar a vigilância em relação aos portugueses. Assim, ocorreu a diminuição dos negócios até a completa paralisação em 1777, com a morte de D. José I e a saída de cena do Marquês de Pombal.

Destarte, o início das obras do forte São Joaquim ocorreria entre os anos de 1775 e 1776, conforme a estratégia de Pombal para a região, tendo os militares empreendido sua construção junto aos afluentes que formam o rio Branco, os rios Tacutu e Uaricoera, para

⁵¹ FREITAS, 1998, p.137.

⁵² FREITAS, 1998, p.137. RIBEIRO DE SAMPAIO & LOBO DALMADA apud FARAGE, 1991, p. 121-122.

⁵³ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Las relaciones hispano-lusitanas en América y el secretísimo plan de comercio del Marqués de Pombal*. In MENEZES, Albene Miriam F. (Org.). *História em Movimento*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1999, p. 183-200.

defender as duas frentes que se impunham às pretensões portuguesas na região: espanhola e holandesa.⁵⁴ Tal aparato serviria para impedir o acesso daqueles estrangeiros no rio Negro e estabelecer a posse portuguesa do rio Branco com a realização de aldeamentos.

Assim, os portugueses foram motivados para ocupar a região do rio Branco, pois as tropas que para lá foram enviadas tinham as ordens não só de expulsar os espanhóis, mas também de iniciar a construção de um forte e aldear os índios da região.⁵⁵

Aquela fortaleza foi decisiva para a vitória sobre os colonizadores espanhóis em 1777, em consequência do projeto de construção de um dos melhores técnicos a serviço de Portugal, o capitão Filipe Sturn. Também foram criados aldeamentos indígenas e estabelecimentos pastoris como resultado de estudos anteriores da região, pois o:

“... reconhecimento geográfico e etnográfico havia sido realizado por uma equipe brilhante de cientistas luso-brasileiros como Lôbo d’Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira Serra, Antônio Pires da Silva Pontes, José Simões de Carvalho, que levantaram cartas e escreveram descrições minuciosas da bacia e da zona de fronteira, que alcançava o Rupunuri, até onde chegava a ação das autoridades luso-brasileiras.”⁵⁶

Foram identificados àquela época um total de seis aldeamentos, sendo eles: N. S. da Conceição e Santo Antonio, no rio Uaricoera; São Felipe, no Tacutu; N. S. do Carmo, no baixo rio Branco; Santa Bárbara e Santa Isabel no rio Branco, ao sul do Forte São Joaquim. A organização dos aldeamentos comportava etnias diferentes - contrariando determinação do diretório para que não as misturassem -, nos quais eram encontrados os índios Wapixana, Parauana, Atoraiú, Saporá, Tapicari, Wayumará, Paraviana, Erimissana, Amariba e Pauxiana. Além desses índios aldeados, seriam também conhecidas pelos portugueses as etnias Macuxi, Caripuna, Securi, Carapi e Sepuru Umaiana.⁵⁷

Apesar do sucesso inicial da empresa portuguesa na região do rio Branco, começariam a partir de 1780 os ciclos de levante dos índios aldeados e a consequente reorientação da política indigenista. Entre os anos de 1780 e 1781, foram abandonados pelos índios os aldeamentos existentes no rio Branco, exceto o de N. S. do Carmo, sendo que somente em 1784 recomeçariam os aldeamentos, como os de São Felipe, São Martinho, Santa Maria e N. S. da Conceição. Nessa época foram registrados os primeiros aldeamentos de índios Macuxi em Santa Maria, São Martinho e no Forte São Joaquim. Mas nova revolta toma forma em

⁵⁴ RIBEIRO DE SAMPAIO apud FARAGE, 1991, p. 123.

⁵⁵ PEREIRA CALDAS & TINOCO VALENTE apud FARAGE, 1991, p. 123.

⁵⁶ REIS, 1972, p. 118.

⁵⁷ RIBEIRO DE SAMPAIO, FERREIRA & SILVA PONTES apud FARAGE, 1991, p. 124.

1790 gerando como conseqüência a diminuição dos aldeamentos para aquela região, que nunca mais teriam a mesma intensidade. Os motivos para a descontinuidade dos aldeamentos resumiram-se praticamente à sua incapacidade de auto-sustentação, dependendo das benesses da produção de farinha dos aldeamentos do rio Negro, que não davam conta das demandas do Branco.⁵⁸ O Governador Pereira Caldas referia-se aos índios do rio Branco como “preguiçozíssima gente”, mas não deixava de atender aos pedidos de suprimentos, pois em suas palavras, “... sempre convém conserva-la ao menos para não termos por inimiga, ou para que não passe a engrossar os vizinhos estabelecimentos confinantes ...”.⁵⁹

Começava a ruir a construção portuguesa para o rio Branco pela falta de recursos logísticos, contrariando a tendência registrada pelo Ouvidor Ribeiro de Sampaio, no ano de 1777, que coloca uma interessante argumentação sobre a arrematamento dos povos indígenas nos aldeamentos:

“Parece que suspiravam aquelles índios pela nossa sujeição, deram logo a conhecer quanto dependiam de nós; porque, posto que os holandeses os socorressem de algumas cousas, era a troco de escravos, porem na sujeição portuguesa, sem tão violentos meios, alcançavam o que desejavam, já da real magnificência, já do fructo da sua industria, que lhes animava e facilitava a ordem de administração civil, que lhes propúnhamos”.⁶⁰

A tática de dar presentes aos índios tendo em troca o seu aldeamento, já no início do ano 1776, empreendida pelo comandante da tropa portuguesa que subiu o rio Branco para expulsar os espanhóis, Fillipe Sturm⁶¹, não garantiu a fidelidade dos povos aldeados quando cerca de quatro anos depois os recursos se esvaíram e os índios começaram a debandar os aldeamentos.

Mesmo com o perdão real dado em 1784 para os debandantes, no ano de 1788 um grupo de índios Macuxi, da região do rio Surumu, recebeu em armas uma escolta que tentava arrematar novamente os índios nos aldeamentos, repelindo a tropa em meio a algumas baixas.⁶² Desde 1786 era evidente o fracasso das escoltas do perdão real, tendo o comandante do Forte São Joaquim informado ao governador que o melhor resultado do ano anterior tinha

⁵⁸ FARAGE, 1991, p. 124-138.

⁵⁹ PEREIRA CALDAS apud FARAGE, 1991, p. 140.

⁶⁰ RIBEIRO DE SAMPAIO apud FARAGE, 1991, p. 145-148.

⁶¹ FILLIPE STURM apud FARAGE, 1991, p. 150.

⁶² BORRALHO apud FARAGE, 1991, p. 153.

sido o descimento de dezesseis índios Parauana, da região do Catrimani para o aldeamento de São Marcos, mas não permaneceram os índios naquele local, fugindo logo depois.⁶³

A partir de 1790 os aldeamentos do rio Branco foram evacuados, à exceção de N. Sr^a. do Carmo, sendo a população indígena dispersa em povoações distantes dentro da própria capitania. Apesar de terem-se trazido índios de outras regiões para habitar o rio Branco, a barreira humana que fazia parte da estratégia portuguesa de ocupação do vale do rio Branco já não mostrava a mesma força inicial, ensejando uma revisão dos fatores de planejamento para cumprir o objetivo de manter a soberania portuguesa naquele rincão e tornar a ocupação auto-sustentável. Começava-se a perceber as falhas da política pombalina, mas sem perder o foco na ocupação do rio Branco, pois, nas palavras de Lobo D'Almada, “uma das maiores vantagens que se pode tirar do rio Branco é povoá-lo, e coloniar toda esta fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do paiz”.⁶⁴

Uma iniciativa que viria a mudar a visão do Estado em relação ao desenvolvimento da região foi a descoberta dos campos naturais do rio Branco (conforme visualização por foto satélite disponível no Anexo 5, em tonalidade avermelhada), por uma expedição enviada pelo governador João Pereira Caldas. Isso viria ao encontro da política portuguesa de desenvolver a região amazônica e introduziria, no ano de 1789, a criação extensiva de gado na região nos mesmos moldes encontrados na ilha de Marajó, cercania de Belém. O próprio Pereira Caldas “... mandou escolher vacas, novilhas e touros em Alenquer, no Pará e recomendou a Lobo D'Almada que iniciasse a criação de gado no rio Branco, sugerindo, na ocasião, a remessa, também, de gado cavalari”.⁶⁵

As características da região do Branco, acima de sua primeira cachoeira, permitiram o assentamento de colonos com a criação das fazendas nacionais de São Bento, São José e São Marcos. Freitas acrescenta que, “em 1805, contava-se 68 cabeças de gado cavalari e 2.126 de gado vacum. Trinta de dois anos depois da introdução do gado, o rio Branco tinha 118 cavalos e 4.347 cabeças de gado bovino”.⁶⁶ Com a abertura de uma nova frente de atuação, as relações dos portugueses com os povos indígenas no alto rio Branco mudariam o rumo anterior, de cunho paternalista, para a exploração de seus territórios e de sua mão-de-obra.

⁶³ BITANCURT apud FARAGE, 1991, p. 155.

⁶⁴ LOBO D'ALMADA apud FARAGE, 1991, p. 128.

⁶⁵ FREITAS, 1998, p. 95.

⁶⁶ Códice 340 da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. In FREITAS, 1998, p. 95.

A expansão portuguesa buscava a integração do índio à sociedade ou, em alguns casos, forçava o seu deslocamento para outras terras. Em uma obra de Victor Leonardi podemos perceber essa situação, quando:

“Os Tarumã subiram o rio Negro – homens, mulheres e crianças -, carregando suas tralhas, redes e xerimbabos. Entraram pelo rio Branco e desapareceram do mapa do Brasil, com os seus sofisticados ralos de mandioca. Foram considerados extintos. Em 1837, no entanto, o viajante e naturalista alemão Robert Schomburgk encontrou aproximadamente 500 membros da tribo Tarumã ao longo dos rios Essequibo e Cuyuwini, na Guiana Inglesa”.⁶⁷

Leonardi acrescenta que os Tarumã eram povos que faziam longas viagens com o intuito de fazer escambo com os povos Caripuna do alto rio Branco. Além disso, citando o diário de Samuel Fritz, traz também a informação de que esse povo indígena chegaria até a Guiana Francesa quando foi identificada “uma escopeta de procedência francesa utilizada por índios Tarumã”.⁶⁸

A relação ambígua dos portugueses para com os índios, que os tratavam ora como aliados ora como empecilho à ocupação, revelava que esses povos autóctones eram ao mesmo tempo úteis para a conquista e a manutenção do território colonial, mas também que suas culturas possuíam diferenças quanto aos costumes e uso da terra que dificultavam os intentos dos colonizadores. Assim, alguns povos indígenas acabaram sendo impedidos a migrarem após as entradas dos colonizadores, mesmo percebendo-se que o aspecto migratório era natural entre os índios.

Na região do rio Branco, a figura dos principais foi o foco das atenções portuguesas, evidenciado nas assertivas do diretório pombalino, mas as relações políticas com os povos daquela região não tiveram sucesso pela falta de recursos alocados e de sustentabilidade dos aldeamentos. Deve-se destacar que as alianças entre povos indígenas e os colonizadores europeus foi relevante, pelas articulações políticas e econômicas realizadas, e seriam trazidas à tona quando da disputa territorial da região do Pirara.⁶⁹

⁶⁷ FREIRE, 1993/1994, apud LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, 1999, p. 45-46.

⁶⁸ FRITZ, apud LEONARDI, 1999, p. 50.

⁶⁹ Farage relata a história de um principal de nome Manariwan que, conforme relatos de autores ingleses, “teria sido um chefe Caribe que, no ano de 1810, empreendeu uma viagem a Demerara, capital da Guiana Inglesa, para oferecer um escravo índio ao governo inglês. Diante da recusa do governador em aceitá-lo, ameaçou – em outra versão de fato o fez – estourar o crânio do cativo com sua maça, tendo então declarado que para o futuro sua nação jamais daria trégua aos ingleses [W. Hilhouse, (1832) 1978: 29; W. Brett, 1851: 134]”. **Segue** →

As disputas territoriais entre Portugal e Holanda, evidentes no século XVIII, seriam adiadas para o século seguinte, com o ingresso de um ator hegemônico que modificou o curso da história da região, conforme observado por Farage:

“Ao final do século XVIII, a expansão colonial portuguesa na região do rio Branco estacava, vacilante: a tentativa de povoamento visivelmente fracassara, toda a ocupação resumia-se a uma guarnição militar. De modo análogo, a colônia holandesa, a partir dessa época, viveria um período conturbado: os estabelecimentos do Essequibo, Demerara e Berbice foram sucessivamente tomados por ingleses e franceses, devolvidos aos holandeses por um breve intervalo na década de 90, até que em 1803 recaíram em mãos dos ingleses, que deles se assenhorearam de modo definitivo (M. N. Menezes, 1977:5-6). A alternância na posse da colônia em muito contribuiu para desorganizar a atividade dos postos holandeses e, em decorrência, as relações estabelecidas com os povos indígenas na colônia. Em especial o tráfico de escravos índios, ponto de contato com os povos indígenas em áreas distantes da costa, viria a sofrer um golpe decisivo em 1793, quando foi decretada a proibição de escravidão indígena”.⁷⁰

Ainda no século XIX, as fronteiras com a Guiana não estavam demarcadas, havendo uma área de litígio na região do Pirara, que somente viria a ser solucionada com a atuação de Joaquim Nabuco. Apesar disso, os encontros entre funcionários imperiais naquela região ocorreu inicialmente sem conflitos, como registrado entre 1810 e 1811, com os ingleses capitão P. Simon, tenente-coronel Von Sirtema e dr. John Hancock, que teriam ingressado no

Na versão fornecida por R. Schomburgk (1923, II: 346 e segs.), “... diz o naturalista que o chefe Caribe, a quem se refere por Mahanarva, teria chegado a Demerara com vários seguidores. Entrevistando-se com o governador, teria dito que sua nação era numerosa e grande a intrepidez de seus incontáveis guerreiros; seu intuito, segundo Schomburgk, era intimidar os ingleses e deles extorquir ‘tributo’, o que de fato teria conseguido sob a promessa de manter ‘suas hordas selvagens em paz com a colônia’. O governo, porém, logo enviaria uma expedição ao interior, liderada por J. Hancock, para proceder a uma avaliação da real influência de Mahanarva. A expedição, afirma Schomburgk, teria observado Mahanarva e seus seguidores em sua exata dimensão, que nada tinha de tão temível: ‘cavalheiros haviam se deixado levar pelo embuste de um selvagem matreiro’.

Tomando a história de Manariwan como um argumento em sua defesa, a Inglaterra apresentaria uma versão que contém significativa diferença com relação àquela de R. Schomburgk: seu discurso constrói a figura de um ‘aliado’, e não mais a de um ‘selvagem matreiro’.

O alinhamento que faz a defesa inglesa dos dados biográficos de Manariwan é, por si mesmo, eloqüente: em primeiro lugar, Manariwan seria, na primeira década do século XIX, época de sua entrevista com o governo inglês, reconhecido como chefe de todos os grupos indígenas do alto Essequibo, inclusive, note-se, dos Macuxis, Wapixana e Atorai, habitantes do território disputado, supremacia esta que a expedição de Hancock teria atestado (B & BGB – Case presented by HM Government, 1903, V: 41-42).

As relações de Manariwan com os colonizadores, ainda segundo a defesa inglesa, remontariam a um tempo mais distante, pois que havia sido aliado dos holandeses, antigos senhores da Guiana: sob o nome de Manawari, havia recebido em 1778 uma insígnia de capitão dos holandeses, em reconhecimento aos serviços prestados ...

E, em especial, aventavam os ingleses que esta personagem, Manariwan, seria aquele mesmo Maranari, chefe que, ..., na década de 80 do século XVIII, havia recusado sistematicamente a aldear-se entre os portugueses e, dado seu envolvimento no tráfico de escravos, migrara para a área de influência holandesa.

Na construção inglesa, portanto, a aliança de Manariwan com os holandeses teria sido estabelecida em detrimento de uma vassalagem aos portugueses. Tal aliança, reafirmada quanto aos ingleses em 1810, garantia à Inglaterra o domínio sobre o território disputado que Manariwan representava (B & BGB - Case presented by HM Government, 1903, V: 42; J. Rodway, 1896: 13)”. Cf. FARAGE, 1991, p. 170-171.

⁷⁰ FARAGE, 1991, p. 169.

território do alto Rupunuri, onde foram recebidos por destacamento luso-brasileiro com cordialidade, mas impedidos de adentrar para além daqueles limites.⁷¹

Também o prussiano Robert Schomburg, no ano de 1835, sob os auspícios ingleses da Royal Geographical Society, realizou estudos no vale do Essequibo e chegou a visitar o forte de São Joaquim, onde foi recebido com deferências pelo seu comandante. Schomburg voltaria ainda para uma segunda viagem de estudos, em 1837, autorizado pelo governo regencial após solicitação realizada pela Inglaterra.⁷²

A problemática da fronteira entre a Guiana e o Império do Brasil inicia-se, em uma de suas dimensões, com a existência de uma missão anglicana junto aos Macuxi, entre os rios Pirara e Rupununi. Sob a coordenação do missionário protestante Tomás Youd, foram reunidos índios de etnia Macuxi na mesma época em que o destacamento brasileiro do Pirara ausentou-se do local para agrupar-se aos esforços que debelariam a guerra civil que assolava a região do Grão Pará, o movimento da Cabanagem. Conforme Reis, os índios voltaram-se para a ajuda britânica devido aos maus tratos infligidos por brasileiros, pois sofreriam:

“os vexames das expedições predatórias brasileiras, realizadas a título de recrutamento para as fileiras do exército naquela conjuntura difícil que vivia o Império no setor amazônico ou promovidos para punição, por atos considerados passíveis da ação penal”.⁷³

Em 1838, Youd lançou dúvidas sobre a posse brasileira da região do Pirara em carta dirigida ao capitão do forte São Joaquim, Antonio de Barros Leal, advindo a idéia de expansão territorial ao invocar uma primeira ocupação com a tese de *res nullius*. Esse fato torna-se relevante quando se constata que anteriormente foram manifestados apenas interesses humanitário e religiosos.⁷⁴

No ano de 1839, o governo brasileiro enviou àquela região um destacamento da Guarda Nacional para retirar Youd, que teria alienado ao Brasil quinhentos índios Macuxi ao

⁷¹ REIS, 1972, p. 120.

⁷² Schomburg “... ao mesmo tempo que se convencia de que aqueles trechos sul-americanos entravam a constituir novidades geográficas pelos descobrimentos a que estava procedendo e não pela ação anterior dos técnicos de Portugal e do Brasil, principiou a exercer uma atuação suspeita, de agente político, ao invés de manter-se no terreno das verificações científicas para que tinha sido expedido. Em exposições remetidas a Londres, insistia na tese de que aqueles espaços eram parte do império britânico, que devia demarcá-los e ocupá-los permanentemente”. In REIS, 1972, p. 120.

⁷³ REIS, 1972, p. 121.

⁷⁴ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Vol. III da Regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 288-289.

instruí-los nas língua e religião oficiais inglesas.⁷⁵ O missionário, então, remeteu ao governo inglês um memorial relatando a necessidade de fossem demarcadas as fronteiras da colônia, alegando que os índios ficariam expostos às “expedições de escravização do governo brasileiro”. Em sua proposta, a fronteira deveria seguir a margem do rio Tacutu, desde suas nascentes até o rio Surumu, indo depois deste até as nascentes do rio Cotingo.⁷⁶

Paralelamente a esse episódio, Schomburg terminou a sua segunda expedição em território brasileiro e incluiu no seu livro *A Description fo British Guiana (Londres, 1840)* descrições que indicavam para a Inglaterra a existência de “uma fronteira histórica e um esquecimento doloroso”. Tais descrições acarretariam a emissão de uma nota de S. Majestade Britânica ao governo brasileiro, em 20 de fevereiro de 1841, que designava Schomburg para “iniciar explorações tendentes a fixar as fronteiras da Guiana com o Império Brasileiro”. Entretanto, esse pesquisador prussiano a serviço de S. Majestade Britânica colocou marcos para delimitar a fronteira entre as duas nações, localizados nos rios Surumu, Tacutu, Mau e Pirara, que foram motivo de protestos brasileiros até serem retirados pelos britânicos.⁷⁷

Com uma atitude que Reis considerou desacertada, pela anuência do Brasil frente às pretensões britânicas, em 8 de janeiro de 1842 foi enviado ao embaixador da S. Majestade Britânica junto à Corte de D. Pedro II um *memorandum* que tratava de toda a situação no Pirara, invocava algumas reservas com o intuito de não abdicar de seus direitos, mas mencionava a possibilidade de neutralizar o território em disputa. Na tentativa de resolver a situação que se instaurara com a maior potência da época, foi convocado o Conselho de Estado para analisar o assunto e, em 28 de setembro, chegou-se a conclusão que “o *divortium aquarum* da Pacaraima à serra do Acaray era o máximo das concessões que o Império sul-americano podia fazer ao Império de S. Majestade Britânica”.⁷⁸

⁷⁵ “De Belém, veio ordem do Presidente da Província General Soares de Andréia, para que se intimasse o missionário Youd a abandonar o território nacional. Youd, sem mais delongas, retirou-se para a margem direita do Rupunuri, de onde foi, posteriormente, convidado a sair, pois que ainda aquela posição estava em zona indiscutivelmente pertencente à soberania brasileira. O missionário ainda desta vez acatou a intimação, embora, como da vez anterior, deixasse a situação levando em sua companhia o gentio sôbre que principiava a exercer o poder de sua persuasão, passando a instalar-se em Waraputa Rapids, no Essequibo. In REIS, 1972, p.121-122.

⁷⁶ R.H. SCHOMBURGK ao governador Light, 16 Jul. 1839, in B&BGB – Na. Mem. Ing., 1903, III: 89-93 apud FARAGE, 1991, p. 15-16.

⁷⁷ “As autoridades britânicas da Guiana, por outro lado, recebiam instruções no sentido de opor-se a toda e qualquer tentativa de usurpação do Pirara ou do território ocupado até então pelo que elas chamavam de ‘tribos independentes’ e na verdade eram os grupos indígenas que sempre haviam vivido sob a soberania luso-brasileira, participando das ações militares contra os espanhóis, da fundação dos pequenos núcleos demográficos encontrados pelas autoridades luso-brasileiras, do estabelecimento das fazendas de gado que começavam a assegurar à região uma nova paisagem econômica”. In REIS, 1972, p. 122-123.

⁷⁸ “... peça assinada por Paulino de Souza, que a elaborou, Lopes Gama e Marquês de Abrantes”. In REIS, 1972, p. 123-125.

Para se ter uma idéia das tendências da política externa brasileira, na obra de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, encontramos no período que se estende de 1844 a 1876 como o de incremento da vontade nacional perante o cenário externo, “resultando numa política externa enérgica em seus meios e independente em seus fins” para resistir a todas as formas de ingerência externa.⁷⁹

Assim, houve um período em que as negociações com os britânicos não evoluíram e que coincidiu com a eclosão, na região Amazônica, de um *boom* econômico que faria os brasileiros voltarem-se para um negócio extremamente rentável à época. Conforme Freitas:

“Depois da grande seca no Nordeste, em 1878, o Amazonas recebeu levas de retirantes nordestinos que foram mandados ao interior para a extração da borracha. Com a introdução dessa mão de obra, a Província experimentou importante surto de desenvolvimento. O desbravamento dos altos rios, a penetração na floresta à cata da goma elástica alterou, profundamente, a vida econômica da região”.⁸⁰

A querela do Pirara se arrastaria até o início do século XX, tendo a proclamação da república no Brasil acelerado o processo para uma solução pacífica. No ano de 1891, o governo britânico manteve seu objetivo de instituir a fronteira na linha Mau-Tacutu e propôs um “acôrdio sôbre a linha geral de divisão, nomeando-se depois uma comissão mista para fazer a demarcação”. Apesar de aceita a possibilidade de negociação, não houve evolução significativa na delimitação do território em disputa. Nova proposta britânica brotaria das relações entre os dois países, em 28 de dezembro de 1898, para que fosse aceito um governante por ambos os contendores para arbitrar o caso, assumindo as vezes o Rei Vitório Emanuel I, da Itália. A defesa brasileira compunha inúmeras peças de estudo e foi confiada a Joaquim Nabuco.⁸¹

Apesar da atuação da diplomacia brasileira, tão famosa à época, a área em litígio com a Inglaterra foi dividida aproximadamente pela metade, quando em 1904 foi emitido o laudo do árbitro italiano. Esse laudo, quando trazido à público no Brasil, resultou em duras críticas a

⁷⁹ CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 65-66.

⁸⁰ FREITAS, 1998, p. 76.

⁸¹ “Antônio Ladislau Monteiro Baena, a pedido do govêrno paraense, elaborara uma interessante monografia sôbre *O Intento que têm os inglêses de Demerari de usurpar as terras ao oeste do Rio Repunuri adjacentes à face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia*, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sua admirável *Revista*, número III, em edição especial, em 1846, no Maranhão. Ernesto Matoso, em 1897, sob o pseudônimo de Sílvio Sênior, publicara em Belém um interessante opúsculo intitulado *Limites da República com a Guiana Inglêsa*, que êle apresentava como ‘memória justificativa dos direitos do Brasil’, e em cujas páginas divulgava, para o público, o assunto, com clareza, documentação apreciável e argumentação que bem servia a interessar e esclarecer a opinião nacional”. In REIS, 1972, p. 125-126.

um dos ícones da diplomacia brasileira, Joaquim Nabuco, pois era a primeira derrota após retumbantes sucessos empreendidos na fase de demarcação de fronteiras sob a gestão do Barão do Rio Branco.⁸²

A perda refletiu também em outras dimensões históricas. Conforme Reis:

“A penetração era uma realidade positiva. A cobiça européia alcançava um triunfo no episódio. Os ingleses tinham acesso, agora, a Amazônia, pelo Pirara. O sonho de Walter Raleigh e dos aventureiros que haviam tentado submeter o delta amazônico e a costa do Macapá à soberania britânica, estava em parte satisfeito”.⁸³

Afora o processo de arbitramento da região do Pirara, em que foram relevantes as relações de influência dos povos europeus junto aos indígenas e a ocupação dos espaços territoriais, Leonardi analisa a situação dos índios no Brasil e ressalta que o governo teria mantido no início do século XX uma atuação opressiva para com esses povos, pois:

“... uma espécie de colonialismo interno continuou caracterizando as relações das frentes pioneiras, ligadas à economia extrativista, com as tribos ainda autônomas do rio Negro. A abolição do trabalho escravo, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, não alteraram essa disposição oligárquica para atos truculentos, pois, em 1905, mais 283 índios Waimiri-Atroari foram trucidados, em um ataque comandado pelo capitão Júlio Catingueira, a mando do governador Constantino Nery... Em 1949, ocorreu novo massacre de índios Waimiri-Atroari, perpetrado por caçadores de jacaré, financiados por comerciantes exportadores de couro desse animal”.⁸⁴

Para diminuir os focos de tensão resultantes do atrito entre as culturas do povo europeu e a dos autóctones na Amazônia, os missionários da Igreja teriam um importante papel na aculturação dos povos indígenas. Dessa forma, quando não era possível o contato pacífico e a submissão indígena aos ditames coloniais, o uso da força podia ser implementado para que os objetivos dos colonizadores fossem atingidos.

Entender como atuavam os missionários na região amazônica torna-se uma dimensão necessária a ser estudada para que se tenha uma visão geral do processo de ocupação e manutenção dos territórios conquistados, frequentemente aos povos indígenas, que tinham as opções de submeterem-se aos desígnios dos colonizadores ou deslocarem-se para outras paragens.

⁸² “Rio Branco foi a primeira voz que se fez ouvir aplaudindo publicamente a ação de Joaquim Nabuco que êle, no testemunho de Afrânio Peixoto, considerava um vencedor, ante as circunstâncias políticas internacionais que vivia o Velho Mundo, e o chanceler tão bem conhecia e avaliava em tôda sua importância e dura realidade”. In REIS, 1972, p. 128-129.

⁸³ REIS, 1972, p. 129.

⁸⁴ LEONARDI, 1999, p. 52.

1.3. A Igreja e a colonização

Presentes no Brasil desde o seu descobrimento pelos portugueses, os missionários compunham a força-tarefa que desbravou as mais distantes porções do território que hoje se reconhece internacionalmente como sendo brasileiro. O trinômio índio-missionário-militar fez parte do processo de colonização nos espaços amazônicos e cuja eficácia pode-se constatar pela conformação das fronteiras de dimensões continentais, ao contrário do que designava acordos dinásticos que antecederam ao desbravamento e conhecimento do continente, a exemplo do Tratado de Tordesilhas.

Entretanto, pode-se dizer que a influência das missões religiosas é complexa, pois abrangeu diversos interesses e variações de teologia aplicadas aos povos da região, destacando-se a presença da Igreja Católica Apostólica Romana na Amazônia que, devido à predominância portuguesa, acompanhou o movimento das forças colonizadoras aos mais distantes rincões.⁸⁵

As expedições para desbravar os territórios para a coroa portuguesa eram constituídas em sua base por militares e missionários que encontravam, por vezes, grupos indígenas resistentes à ocupação. Como parte da estratégia portuguesa, a existência de inimigos entre os próprios povos indígenas era importante para confirmar a supremacia na região amazônica, pois alimentava as expedições de resgate e reafirmava as alianças com os povos simpatizantes dos portugueses. Conforme Carvalho Júnior, isso obrigou os portugueses a estabelecerem alianças com líderes indígenas e a incentivarem a atuação dos missionários, pois “somada ao domínio militar, a ação ‘evangelizadora’ das diversas ordens religiosas que atuaram na Amazônia foi essencial para o efetivo controle dessa tão ampla região”.⁸⁶

Os povos indígenas eram tanto a base de sustentação da economia colonial amazônica como também as chamadas muralhas dos sertões para conter outros povos europeus que cobiçavam as riquezas e os territórios da região. Assim, a sua importância como aliados dos portugueses fez com que a coroa modificasse a forma de sua escravização, impondo cada vez

⁸⁵ Ver: HAUCK, João Fagundes; HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977-1980. 2v; HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992. BOFF, Leonardo. *América latina: da conquista à nova evangelização*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

⁸⁶ CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 54.

mais ao longo dos anos controles para que os colonos portugueses não abusassem de suas prerrogativas, visto que a importância dos povos indígenas era primordial para a manutenção dos territórios desbravados.

Em contrapartida, foram registradas diversas revoltas dos colonos em relação às leis baixadas pelo governo para controle dos índios, como no ano de 1625, em consequência da promulgação de lei sobre a administração dos índios. As revoltas que ocorreram em São Luís e no Pará também tiveram por motivo as ordens emanadas dos jesuítas, havendo levantes em Gurupá que resultaram na prisão de seus missionários. A atuação do padre Vieira, famoso por sua retórica, teve peso relevante na eclosão dos conflitos quando esteve à frente da missão no Maranhão, pois detinha influência na corte por suas ligações com o rei. Em 1655 realizou uma viagem para Portugal, onde utilizou suas habilidades argumentativas para realizar o Sermão da Palavra de Deus, na capela Real, com a apresentação dos problemas da missão no Maranhão, obtendo com isso a indicação de um novo governador para o Maranhão e Pará, André de Vidal Negreiros, além da promulgação real da lei de 9 de abril de 1655, que dava tanto a liberdade para os índios como também a primazia da Companhia de Jesus sobre as outras ordens religiosas.⁸⁷

Outro levante ocorrido em 1661, na cidade de Belém, levaria à expulsão de todos os jesuítas, até mesmo do padre Vieira, atingindo uma escalada que acabou voltando o movimento contra o governo colonial, na pessoa de seu ouvidor geral, simpatizante daqueles missionários. O perdão geral, que viria em 1663, foi acompanhado de uma mudança drástica na condução da política para com os povos indígenas, pois a administração temporal desses povos passaria das mãos dos missionários para os capitães das aldeias.⁸⁸

Conforme o historiador Caio Prado Júnior, a atuação dos jesuítas na América ocupa um lugar de destaque na história das missões cristãs, como vanguarda para a ‘domesticação dos naturais’. Entretanto, teriam se individualizado em sua obra missionária de modo a preparar a estrutura vigente para constituir na América o seu império temporal, conforme amostras de suas missões no Paraguai. Assim, seus projetos acabaram por ir contra os interesses dos colonos, por monopolizarem a conquista das almas - ‘disfarçando o monopólio

⁸⁷ O auge da atuação do padre Antonio Vieira naqueles anos foi observado por Carvalho Júnior, em que “Entre 1658 e 1660, escreveu o ‘Regulamento das Aldeias’, mais conhecido como a ‘Visita de Vieira’. Através desse documento, estabeleceu as diretrizes da missão na Amazônia, estas orientações, com pouquíssimas mudanças, acabaram vigorando por mais de um século. Este documento tratava mais diretamente do cotidiano da ação missionária, envolvendo desde a forma da doutrina até a disposição do espaço de moradia dos missionários e índios. Não eram regras apenas para serem seguidas pelos jesuítas, senão por todas as outras ordens”. In CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 98-99.

⁸⁸ CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 76-77.

do braço indígena' -, e motivaram as revoltas no Maranhão e Pará, onde os moradores não possuíam recursos financeiros em abundância para adquirirem escravos africanos.⁸⁹

Essas revoltas coloniais tinham por motivação a retirada do poder dos colonos sobre a mão-de-obra que era a base de sustentação da economia colonial, por isso, os moradores do Maranhão tinham fortes razões para contestar tanto as ordens da coroa como a administração dos jesuítas, que limitavam o uso dos índios para o comércio insipiente daquela região. Antônio Vieira sintetizaria em poucas palavras a revolta demonstrada pelos moradores do Maranhão, dizendo que a atuação dos colonos para “capturar índios e tirar de suas veias o ouro vermelho foi sempre a mina daquele estado”.⁹⁰

No ano de 1693, a Coroa dividiu o Maranhão e o Grão-Pará em áreas de atuação dos missionários jesuítas e carmelitas, cabendo aos carmelitas as áreas dos rios Negro e Solimões. Esses missionários eram menos organizados que os jesuítas acerca da administração da mão-de-obra indígena, chegando a descumprir inclusive exigências legais. Também haveria o engajamento individual dos carmelitas no comércio existente à época e até o tráfico clandestino de escravos índios. A estes aspectos, somava-se a disputa entre colonos e religiosos pela força de trabalho indígena, já que desde 1689 fora autorizado legalmente o aldeamento de índios por particulares, mas cujo monopólio era de fato detido pelos missionários, sendo as ordens religiosas as empresas de melhor atuação na Amazônia.⁹¹

Os missionários carmelitas criaram diversos povoados, como o de Nossa Senhora da Conceição de Muriuá (futuramente chamada Barcelos), fundaram o primeiro seminário indígena do Amazonas, mas adentrariam no rio Branco somente no ano de 1725. Em defesa de suas missões, o pesquisador Aimberê Freitas faz uma ressalva, a qual deve ser registrada, de que “sem os missionários, as nações indígenas teriam desaparecido na luta com os sertanistas, desumanos e implacáveis, na captura de índios e pelos castigos impostos a eles moradores de São Luís e Belém, que *os marcava com ferro em brasa*”.⁹²

No ano de 1751, a história das missões na Amazônia tomaria um novo rumo com o início do período pombalino. Naquele ano assumiu o governo do Maranhão e do Grão Pará o meio-irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que permaneceria até o ano de 1759 nesse cargo. Sua atuação buscou dar fim ao monopólio

⁸⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 9 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975, p. 24-25.

⁹⁰ VIEIRA apud CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 81.

⁹¹ FARAGE, 1991, p. 32-33.

⁹² Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará apud FREITAS, 1998, p. 85.

religioso por meio de um projeto político que dava uma conotação mais ampla para os povos indígenas. Mendonça Furtado trouxe para o governo da colônia as instruções régias que viriam implementar diversas medidas importantes que abrangeram desde a criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, o fim da escravidão indígena e a retirada do poder dos missionários, até a expulsão dos jesuítas.⁹³

Naquele mesmo ano de 1751, começaria seu ataque ferino aos missionários, inclusive no campo moral, alegando que todos (capuchinhos, mercedários, carmelitas e jesuítas) seriam ativos comerciantes, inclusive com os vizinhos castellanos. Assim, Mendonça Furtado expressaria sua crítica aos religiosos, sintetizando que:

“as Religiões neste Estado destratarem com a proximidade, com a consciência, com a honra e com a vergonha; aqui não há sinal de cristandade, neles a propagação da fé lhes não serve mais do que pretexto assim como na maior parte das nações do Norte, ...”⁹⁴

Suas críticas tornaram-se mais ferrenhas a partir de sua nomeação como comissário para a demarcação das fronteiras ao norte, em decorrência do Tratado de Madri, quando esteve aguardando o representante espanhol para acertar os detalhes, fato que nunca ocorreu. No ano de 1753, manteve como alvo principal a Companhia de Jesus, alegando que aquela:

“Ordem estaria sonhando os índios necessários ao serviço da comissão demarcadora, fazendo-os sistematicamente desertarem das aldeias quando da chegada da expedição... o atraso da comissão espanhola também foi reputado obra dos jesuítas interessados em impedir o cumprimento do Tratado, suposição essa fortemente corroborada pelos acontecimentos nas fronteiras luso-espanholas ao sul, com a resistência dos Sete Povos das Missões envolvendo jesuítas”.⁹⁵

O ataque aos missionários culminou com a promulgação da lei que declarava a liberdade dos índios, de 06 de junho de 1755, após a qual Mendonça Furtado deflagrou o tiro de misericórdia, no dia seguinte, com uma lei que novamente retirava a administração temporal dos missionários sobre os índios aldeados. Fazendo parte de uma estratégia mais abrangente, de desenvolvimento colonial, tudo isso acompanhou a criação, naquele mesmo ano, da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que detinha o monopólio

⁹³ FARAGE, 1991, p. 34.

⁹⁴ MENDONÇA FURTADO apud FARAGE, 1991, p. 35.

⁹⁵ FARAGE, 1991, p. 35.

do comércio e do tráfico de escravos negros.⁹⁶ Essa nova fase do período colonial abrangeria um ciclo agrícola na Amazônia, em que ocorreu o cultivo do arroz em Macapá e do cacau no Rio Negro, além do início da pecuária na Ilha do Marajó e, depois, no vale do Rio Branco.⁹⁷

Ademais, as inserções tanto de uma nova forma de produção (*plantations*) como do tráfico negreiro trariam duplo ganho à Portugal, pois integraria a economia colonial à metrópole e abriria o mercado de escravos africanos na região, ficando o índio relegado ao trabalho meramente extrativista, cujo desempenho era superior ao dos povos Europeu e Africano.⁹⁸

Esse quadro não mudaria nos dois séculos seguintes, como descrito por Santos fazendo referência a Santilli:

“Refletindo sobre a presença da Igreja Católica em Roraima, comenta Santilli, que ‘é temerário falar de trabalho religioso *stricto sensu* entre os índios no rio Branco antes da missão beneditina’, o que implica que, antes desta missão, não houve um trabalho prolongado e autônomo por parte de Igreja Católica; pois, apesar de vários padres terem passado e vividos nessa região, eles estavam quase sempre atrelados a projetos oficiais de descimentos, a serviço da fortificação militar e dos aldeamentos indígenas”.⁹⁹

Na obra de Raimundo Nonato Gomes dos Santos é observado que após a proclamação da república e a criação do Estado laico, em 1889, iria ocorrer a separação entre o Estado e a religião, tão profundamente entranhados ao longo dos séculos que seguiram o descobrimento do Brasil pelos portugueses. Após essa separação, os Beneditinos estabeleceram-se no rio Branco a partir de 1909, onde ministraram até 1912, além dos ritos litúrgicos, aulas para crianças indígenas de alfabetização, carpintaria e jardinagem. Devido a contratemplos, somente em 1921 os Beneditinos reiniciariam os trabalhos com os indígenas, e que perdurariam até o ano de 1947, quando esses missionários foram substituídos pela Ordem da Consolata.¹⁰⁰

Nessa nova fase dos Beneditinos no rio Branco, entre os anos de 1921 e 1947, foram criticados seus métodos anteriores de catequese indígena, tendo o Bispo Van Caloen

⁹⁶ FARAGE, 1991, p. 36.

⁹⁷ CARDOSO apud FARAGE, 1991, p. 37.

⁹⁸ NOVAES apud FARAGE, 1991, p. 40.

⁹⁹ SANTILLI apud SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. *Roraima: a construção de identidades políticas indígenas e não-indígenas no final do século XX*. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 107.

¹⁰⁰ SANTOS, 2003, p. 107.

colocado como fator chave o distanciamento gradativo dos indígenas de sua cultura. Em sua busca de fundos para financiar a empresa beneditina na nova fase, Caloen teria afirmado que:

“Há um segundo systema de aldeamento melhor ainda que o primeiro e mais efficaz porque está baseado em raízes mais profundas: é um systema de educação completa de meninos e de meninas índios, em internatos agrícolas, educação coroada pelo matrimonio christão e a fundação de um lar civilizado (...) Isto basta para a primeira geração de meninos, apanhados nas matas, nus e vadios, e que tem ainda no sangue os instintos da natureza não refreada por tradição ou por autoridade alguma (...)”¹⁰¹

A atuação dos beneditinos no rio Branco seria similar à ocorrida com a atuação do Estado, que paralelamente instalou no ano de 1915 um novo órgão de representação perante os povos indígenas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que criaria escolas para educação indígena a partir de 1919 com o objetivo de alfabetizar e profissionalizar as crianças indígenas como seleiros, ferreiros, carpinteiros e marceneiros, atividades que vinculariam os povos indígenas à economia e à sociedade local, pois conforme relatório do SPI datado de 1923, os cursos “são freqüentados com grande proveito pelos filhos de índios, que constituem a massa de trabalhadores e de campeiros de gado de toda a região de Alto Rio Branco”.¹⁰²

Para entender o processo que envolveu a presença dos beneditinos em Roraima, Santos coloca que a igreja não teve uma atuação marcante a ponto de auxiliar as interações entre indígenas e não-indígenas para favorecer a expansão econômica e a ocupação dos espaços. Isso se deveu aos seguintes aspectos relacionados aos Beneditinos:

“Em primeiro lugar, sua presença sistemática em trabalhos de catequese foi bastante tardia, chegando em 1909, quando estabeleceu uma missão no Surumu, que foi abandonada logo em 1912, ficando os beneditinos ausentes em Roraima até 1921, quando enviaram outros missionários. Em segundo lugar, a Ordem não teve uma boa acolhida em ambos os períodos: no primeiro, houve desentendimento com a elite local, com o grupo de políticos ligados à maçonaria e, no segundo, com os agentes do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Logo, a nosso ver, não houve uma atuação em total harmonia com a elite local que vivia o processo de ocupação dessa região. Em terceiro lugar, temos evidências de uma presença bastante oscilante quanto ao modelo de evangelização indígena, pois os beneditinos não tinham experiência nesse trabalho, apesar de esboçarem proposta e práticas próprias. O expoente maior desses missionários entre os indígenas no rio Branco foi Dom Alcuíno Meyer, que chegou no rio Branco no ano de 1926 e permaneceu até 1947, quando sua Ordem foi substituída pela Consolata. Este missionário tinha uma prática de catequese bastante específica. Seu objetivo

¹⁰¹ SANTILLI apud SANTOS, 2003, p. 90.

¹⁰² CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA, 1989, apud SANTOS, 2003, p. 88-89.

era formar catequistas indígenas de maneira a permitir que cada aldeia pudesse contar com a presença de um desses agentes. Além disto, estudava suas tradições e se relacionava com os indígenas na própria língua destes. Em quarto lugar, logo após o Concílio do Vaticano II, no final da década de 60, uma nova prática para a evangelização dos indígenas passava a ser forjada em Roraima, agora por missionários da Consolata. Visto assim, podemos dizer que não houve uma prática única e constante de evangelização dos indígenas por parte da Igreja Católica em Roraima, mas etapas descontínuas de práticas evangélicas”.¹⁰³

Além da igreja católica, registra-se também a existência de missões protestantes na Amazônia, tendo em 1906 sido criada a Associação Amazonense das Igrejas Batistas, possibilitada pela laicização do Estado após a proclamação da República. Não obstante, os missionários protestantes foram muitas vezes vistos como uma força cultural invasora na América Latina, assim como outros agentes culturais trazidos pela expansão comercial, muitas vezes desempenhando o papel de desestabilizadores dos modelos locais.¹⁰⁴

Outro motivo para a pouca inserção histórica do protestantismo no Brasil é o fato de que os missionários protestantes foram vistos como agentes estrangeiros, assim como ocorrido durante o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, que contou com providencial participação de militares e colocou os missionários norte-americanos sob suspeita.¹⁰⁵ A situação começou a se reverter somente com a criação de seminários “genuinamente brasileiros”, inclusive com o seminário teológico batista equatorial, fundado em 02 de agosto de 1955, na cidade de Belém-PA.¹⁰⁶

¹⁰³ SANTOS, 2003, p. 107-108.

¹⁰⁴ In: CAVALCANTI, H. B. “O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista”. Revista de Estudos da Religião, nº 4. São Paulo: PUC, 2001. P. 61-93. No mesmo texto são citadas algumas obras sobre a trajetória da igreja protestante no Brasil, como: WEDEMAN, Walter. “A History of Protestant Missions to Brazil, 1850-1914”. Dissertação de Doutorado. Louisville: Southern Baptist Theological Seminary, 1977; REIS PEREIRA, J. “História dos Batistas no Brasil”. Rio de Janeiro: JUERP, 1982; MESQUITA, Antonio. “História dos Batistas do Brasil”. 2 vols. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940; GAMMON, Samuel R. “The Evangelical Invasion of Brazil”. Richmond: Presbyterian Committee of Publication, 1910; FRASE, Ronald G. “The Subversion of Missionary Intentions by Cultural Values: The Brazilian Case.” Review of Religious Research 23:180-194. 1981; GOLDMAN, Frank P. “Os Pioneiros Americanos no Brasil”. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972; ALVES, Rubem A. “Protestantism in Latin America: Its Ideological Function and Utopian Possibilities.” The Ecumenical Review 22:1-15. 1970; ALVES, Rubem A. “Protestantism and Repression: A Brazilian Case Study”. New York: Orbis Books, 1984.

¹⁰⁵ PIERSON apud CAVALCANTI, 2001.

¹⁰⁶ Ver também BURNS, Bárbara. “Missões Brasileiras: O Gigante Começa a Despertar”. In: TUCKER, Ruth A. “Até aos Confins da Terra: Uma História Biográfica das Missões Cristãs”. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1996, p. 499-531.

Os missionários de origem protestante atuavam inicialmente em poucas aldeias indígenas, sendo observada sua presença entre os índios da TI Wai-Wai ¹⁰⁷, localizada em Roraima entre o alto Jauaperi – afluente do rio Negro – e o alto Anauá, afluente do rio Branco. Conforme Leonardi, esses índios foram utilizados como meios para atingir objetivos desenvolvimentistas na região, pois:

“Como os Wai-Wai eram os únicos índios que mantinham relacionamento amistoso com os Waimiri-Atroari (considerados pelos brancos com ‘índios bravos’), houve tentativas, da parte do SPI e dos missionários protestantes que vivem com os Wai-Wai, de utilizar estes últimos na ‘pacificação’ daqueles que resistiam com armas na mão, nos anos 1960 e 1970, contra a construção da rodovia que ia cortar suas terras. Esses pastores protestantes da Missão Evangélica da Amazônia – Meva ¹⁰⁸ (Antiga Cruzada de evangelização Mundial) continuam vivendo e atuando na TI Wai-Wai e esse fato merece reflexão. Quando se tornam ‘crentes’, isto é, protestantes, os índios – e este é o caso dos Wai-Wai da aldeia Caxmi – de fato são muito menos dados ao alcoolismo”. ¹⁰⁹

Na década de 1960, tanto o indigenismo do Estado como a Igreja não teriam propostas assertivas para os povos indígenas, mantendo semelhante linha de ação desde meados do século XVIII, até que a tomada de novos rumos da igreja católica, principalmente para a América Latina, com a realização da II Conferência geral do Episcopado Latino-americano em agosto de 1968, mais conhecida como Conferência de Medellín, incentivou novas práticas religiosas que, nas palavras do teólogo Paulo Suess iriam além da prática “voltada aos pobres e à sua libertação integral... No interior das Igrejas ainda não existia, na época, uma sensibilidade para a especificidade da causa indígena”. ¹¹⁰

No ano de 1967, em um encontro de pastorais de desobriga, teriam início demonstrações de insatisfação quanto a essa prática de visita e assistencialismo religioso

¹⁰⁷ “Os Wai-Wai vivem no Brasil e na Guiana de língua inglesa. As nascentes do rio Anauá – onde vivem os Wai-Wai no Brasil – estão próximas das nascentes do rio Kuyuwini, na serra Acarai, divisor de águas, que serve de fronteira entre o Brasil e a Guiana... Como essa região sul da Guiana é muito pouco povoada, os índios que ocasionalmente viajam entre o Brasil e a Guiana pela serra Acarai não encontram maiores problemas, pois ali quase não há ‘sociedade envolvente’ guianense”. In LEONARDI, 2000, p. 60-61.

¹⁰⁸ “... a Missão Evangélica da Amazônia atua em Roraima há cerca de 40 anos... Contam com apoio aéreo de pilotos evangélicos de uma organização humanitária chamada Asas do Socorro, que transporta gratuitamente índios enfermos, missionários e material necessário nas aldeias. Contam também com o apoio do Summer Instituto of Linguistics, localizado em Brasília, que ajudou na elaboração de material didático em língua Wai-Wai para as escolas de aldeia e na tradução de textos bíblicos. No início de sua atuação na Amazônia, esses missionários viviam do lado guianense, para o qual atraíram muitos índios do rio Anauá, isto é, do lado brasileiro/roraimense. Quando passaram a ter problemas com o governo da República Cooperativista da Guiana, vieram para o Brasil e se instalaram em Roraima, onde permanecem até hoje”. Observações de AMORIM, 1982, apud LEONARDI, 2000, p. 61.

¹⁰⁹ LEONARDI, 2000, p. 58-59.

¹¹⁰ SUESS, 1989, apud SANTOS, 2003, p. 110.

envolvendo missionários e indígenas presentes. Em decorrência dessas manifestações, seria criada, em 1969, a Operação Anchieta (OPAN) com o intuito de preparar e enviar voluntários para atuar junto aos povos indígenas. No ano de 1972, no terceiro encontro sobre a pastoral indigenista, surgiria o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), com uma proposta concreta para a atividade missionária junto aos povos indígenas de:

“Promover a pastoral missionária; dar assistência jurídica aos missionários; promover sua formação teológica e antropológica; criar o espírito missionário na população brasileira; cuidar de certos aspectos financeiros das Prelazias no campo indígena; promover, neste mesmo campo, seu relacionamento com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente com a Fundação Nacional do índio (Funai), e dos missionários entre si”.¹¹¹

A partir da criação do CIMI, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), houve uma maior articulação entre os povos indígenas e a possibilidade da realização de grandes assembleias contando com a presença de suas lideranças, ocorrendo a primeira delas em abril de 1974, na cidade de Diamantino – MT. No ano seguinte, os próprios indígenas convocariam a segunda assembleia a ser realizada na Missão Franciscana do Cururu, no Alto Tapajós, configurando o início de um movimento organizado dos índios no Brasil como resultado da mudança da pastoral católica, como descrito por Suess:

Os documentos oficiais das sete Assembleias do Cimi, realizadas entre 1975 e 1987, devem ser lidos a partir do processo de sua fermentação dialética entre realização no presente e projeção no futuro, entre práxis pastoral, reflexão crítica desta práxis e antecipação utópica de uma nova realidade eclesial no Brasil e na América Latina. As Linhas de Ação do Cimi tampouco são uma invenção ou um monopólio da Igreja missionária do Brasil. Surgiram de reflexões e práticas latino-americanas”.¹¹²

Os rumos tomados pela igreja católica na segunda metade do século XX já não estariam mais à sombra do poder terreno dos homens do governo, pois esta passou a atuar de forma mais independente e segundo doutrinas baseadas na teologia e na filosofia. A defesa dos direitos humanos e das minorias passou a ter importante papel na nova atuação da igreja, que teve no Estado e nas elites o seu contraponto.

Paralelamente à atuação dos missionários, o governo brasileiro a partir de 1889, como Estado laico, começou a agir nas áreas anteriormente exclusivas daqueles prepostos e aos poucos se foi afastando das influências da igreja. A concepção de grandes projetos de

¹¹¹ SUESS, 1989 apud SANTOS, 2003, p. 110-111.

¹¹² SUESS, 1989 apud SANTOS, 2003, p. 111.

desenvolvimento tentaria abarcar as frentes antes desbravadas pelos apóstolos de Deus, utilizando órgãos governamentais que foram se tornando mais complexos e variados ao longo dos anos, como os atuantes junto aos indígenas, ou para reforma agrária e meio-ambiente.

Assim ocorreria uma mudança significativa nos rumos da colonização dos espaços amazônicos ao longo do século XX, destacando-se a realização de grandes projetos para amenizar o quadro de abandono que perdurou por séculos na região norte do Brasil, e cujo detalhamento será objeto de estudo na próxima seção.

1.4. Século XX, o século dos grandes projetos

O pesquisador Aimberê Freitas conseguiu em poucas palavras uma síntese emblemática dos fundamentos da ocupação dos rios da Amazônia pelos portugueses. Segundo ele:

“Até meados do século XVIII, o povoamento desses rios era feito obedecendo o trinômio: missionários, sertanistas e militares. Todos, porém, procurando explorar o nativo de modo implacável, dominando-o e sujeitando-o... Os missionários e os militares, por serem os mais letrados e os mais organizados, andavam, quase sempre, lado a lado, enquanto que os sertanistas ficavam mais soltos, agindo com liberdade e ousadia...A economia da região repousava, unicamente, na exploração irracional dos produtos naturais e na escravização de índios. É claro que esse binômio não teria mesmo um bom futuro: esgotavam-se os recursos naturais pela não reposição e matava-se a mão de obra local”.¹¹³

Com o passar dos séculos, a visão economicista tornou-se cada vez mais arraigada na concepção de políticas de desenvolvimento e ocupação da Amazônia, trazendo novas dimensões e aperfeiçoando as técnicas para aproveitamento dos meios de produção sem, entretanto, abranger aquele vasto território como um todo. O povoamento passou a ter mais aspectos ligados à auto-sustentação dos núcleos de povoamento e foi-se modificando as relações existentes entre os missionários, os sertanistas e os militares.

Apesar dos esforços do diretório pombalino na tentativa de criar uma sociedade integrada, conforme Diniz Filho & Bessa, haveria uma problemática ligada à “ação dispersiva das vastas extensões territoriais, pulverizando a população em pequenos núcleos organizados no interior das fazendas”. Esse aspecto dificultaria a formação de identidades coletivas coesas, em âmbito até mesmo local, devido aos atritos entre os atores em cada contexto ou porção de território analisado.¹¹⁴

Destarte, os núcleos de povoamento criados na Amazônia teriam uma dificuldade inerente de integração devido às enormes distâncias que os separam, além da baixa taxa de ocupação do território. Em uma análise geopolítica, seria impossível existir uma organização

¹¹³ FREITAS, 1998, p. 92-93.

¹¹⁴ DINIZ FILHO & BESSA, p. 27.

central forte em um país de dimensões continentais, com baixa densidade demográfica e circulação rudimentar.¹¹⁵

Essa problemática também afetava outras regiões do Brasil, mesmo nas regiões ao sul do país que, apesar das menores distâncias entre seus núcleos de povoamento, não teriam a integração necessária para sustentar uma economia forte em nível nacional. Diniz Filho & Bessa afirmam que:

“Com efeito, foi somente a partir de meados da década de 20, e principalmente após a crise do período 1929-33, que os chamados ‘enclaves’ começaram a ser assimilados em um sistema econômico nacionalmente integrado. O avanço da industrialização e o aumento da capacidade de intervenção do Estado se fizeram acompanhar por um processo de unificação do mercado interno que ampliou a complementaridade econômica entre as regiões, num movimento que atingiu pesada, na segunda metade da década de 50”.¹¹⁶

Na verdade, a crise da bolsa de Nova York em 1929 simboliza um corte na dinâmica mundial que afeta também o Brasil. Fatores externos - como os reflexos da grande depressão econômica mundial - e internos, a exemplo da crise política da Primeira República, terminaram por deslanchar o processo que leva não só a mudança do governo, mas à alteração do próprio perfil da economia brasileira, que de um modelo agro-exportador gradativamente passa a adquirir cunho industrial, centralizando na cidade de São Paulo a atividade econômica que a tornaria o coração do país. Em conseqüência, o restante do país passaria a comprar produtos manufaturados daquela cidade em troca de produtos primários, fortalecendo a economia nacional como um todo, mas deixando a Amazônia na mesma posição de dependência.¹¹⁷

A Amazônia continuaria à mercê dos fluxos extrativistas que, de época em época, movimentaram hordas de pessoas que depredaram suas riquezas. Assim ocorrendo com a vinda de imigrantes nordestinos em busca do látex da *Hevea brasiliensis*, que deu vida aos povoados existentes e tornaram o Brasil o maior produtor de látex do mundo.¹¹⁸

Para o geopolítico Meira Mattos, o ciclo da borracha se concentraria entre os anos de 1850 e 1912, levando esse produto a representar cerca de 40% das exportações brasileiras no ano de 1910, com um total de 42.000 toneladas, chegando ao mesmo patamar das divisas

¹¹⁵ VIANNA apud DINIZ FILHO & BESSA, 1995, p. 28

¹¹⁶ DINIZ FILHO & BESSA, 1995, p. 29.

¹¹⁷ CANO apud DINIZ FILHO & BESSA, 1995, p. 29.

¹¹⁸ REIS, 1953, apud LEONARDI, 1999, p. 129.

obtidas com o café. Meira Mattos acrescenta que os resultados geopolíticos obtidos nessa era da borracha foram:

- “ - o surgimento de duas grandes cidades amazônicas, Belém e Manaus, a primeira na boca do rio e a outra nas entranhas da selva – duas extraordinárias bases logísticas para apoiar qualquer iniciativa de progresso ou de defesa na imensa bacia;
- a aceleração do povoamento, base para se implementar qualquer tipo de economia em área tão adversa à fixação de grandes empresas humanas;
- a consolidação, pela intensa navegação de todos os afluentes, de nosso conhecimento e de nossa soberania sobre a região”.¹¹⁹

Entretanto, na segunda década do século XX ocorreu a crise no mercado mundial da borracha que esvaziou os seringais e provocou a dispersão dos imigrantes. Leonardi relata o caso ocorrido na cidade de Airão, que viveu intensamente todas as fases do ciclo da borracha até a sua degradação e esquecimento, revelando o caráter “irregular e volúvel do crescimento econômico” dessa cidade. Para o pesquisador:

“Suas desigualdades não podem ser bem avaliadas, a não ser que se utilizem dois parâmetros, ou ângulos de observação, simultaneamente; 1º.) o da acumulação, que parte do trabalho excedente, no Jaú, e vai até a Europa e os Estados Unidos, passando pelo Airão e por Manaus; 2º.) o da hierarquia, ângulo ainda mais importante quando a análise recair sobre o próprio Jaú e a vida nos seringais, pois tem a ver com as relações pessoais, decorrentes de inúmeros fatores étnicos...”.¹²⁰

Diversos fatores levariam à ruína de Airão, mas pode-se afirmar que “a civilização ocidental – ciência, tecnologia, arte, literatura, filosofia -” não foi um agente direto dessa ação, como foram os traficantes de escravos que durante séculos atuaram na região amazônica, representando a ganância dos povos civilizados ou mesmo a estratégia a nível nacional de exploração da borracha, em que “a divisão do trabalho e a especialização da produção foram tão grandes, que se negligenciou tudo que não fosse ligado ao corte da seringueira”, perdendo-se conhecimentos que eram passados pelas gerações das populações locais e deixando-se de investir em outras opções viáveis.¹²¹

Em uma visão mais aguçada de toda a problemática que envolve o desenvolvimento, Leonardi ressalta o aspecto “unilateral” de percepção do progresso, que deriva do

¹¹⁹ MEIRA MATTOS, 1980, p. 91.

¹²⁰ LEONARDI, 1999, p. 175.

¹²¹ LEONARDI, 1999, p. 208-209.

racionalismo extremo e afeta o entendimento das dimensões tanatológicas “da submissão do planeta ao capital financeiro”.¹²² Além disso:

“... o mercantilismo, a partir do século XVII, expandiu-se, na Amazônia, por meio de descimentos e outros atos escravistas e destruidores... o capital financeiro, no século XX, tem financiado projetos econômicos que agridem a natureza amazônica... os luso-brasileiros, sempre usavam, a seu favor, o argumento de que eram portadores da ‘civilização’, em oposição à ‘barbárie’ dos índios e ao ‘atraso’ dos caboclos”.¹²³

O progresso, como visto ao longo dos séculos, trouxe conseqüências desastrosas, muitas das vezes irreversíveis ao ecossistema e às populações absorvidas pelo interesse econômico, como o exemplo da situação em que:

“... os autóctones no baixo rio Negro foram exterminados pela violência do processo de conquista e colonização: não há mais nenhum índio Manao em Manaus e em Barcelos; não há mais nenhum índio Juma no rio Unini. Quanto aos índios Tarumã... tem de ir à antiga Guiana Inglesa... Esses índios Tarumã são os mais antigos exilados do Brasil, estão longe de suas terras há mais de duzentos anos... Os únicos, entre os autóctones, que continuaram resistindo... foram os Waimiri-Atroari, que em 1968, por ocasião da construção da rodovia que liga Manaus a Boa Vista (Roraima), ainda enfrentavam os brancos com armas na mão”.¹²⁴

Mas também não se deve deixar de notar a situação por outros ângulos, pois a percepção difundida nos tempos atuais de que a *civilização* provoca danos ao meio ambiente levou a uma deificação dos índios e caboclos ribeirinhos como protetores das florestas, fato que nem sempre é condizente com a realidade.¹²⁵ Nos campos do norte do país, índios Tirió queimam vastas áreas de campos naturais para se alimentar dos animais presos pelas chamas nas festividades que reúnem suas aldeias.

Leonardi, citando Dias Vieira, também mostra que em meados do século XIX os caboclos ribeirinhos atuaram de forma danosa na extração do látex da seringueira, utilizando uma técnica chamada *arrocho*, que se generalizava na província do Amazonas. Para Vieira “era preciso que os caboclos aprendessem a cortar a seringueira de forma correta – deixando espaço suficiente entre as incisões e esperando o tempo necessário, de 48 horas, entre um corte e outro...”.¹²⁶

¹²² LEONARDI, 1999, p. 153.

¹²³ LEONARDI, 1999, p. 207.

¹²⁴ LEONARDI, 1999, p. 172-173.

¹²⁵ LEONARDI, 1999, p. 205.

¹²⁶ VIEIRA, 1856, apud LEONARDI, 1999, p. 205-206.

A ocupação da Amazônia teve uma série de desdobramentos econômicos, políticos e sociais ao longo do tempo. Como marco relevante, o aproveitamento industrial da borracha na Europa e nos Estados Unidos trouxe uma expansão econômica de grande vulto na economia da região. Entretanto, Reis argumenta que não houve uma continuidade no desenvolvimento regional, ocorrendo uma regressão porque aquele tipo de economia entrou em colapso.¹²⁷

Historicamente, na Amazônia, as atividades extrativistas estiveram à frente dos esforços de fixação do Homem por meio de atividades econômicas de cunho industrial ou agrário, pois os esforços estatais foram ineficazes no sentido de dar os meios para desenvolver a região de forma abrangente. Dessa forma, vislumbrou-se que as ações deveriam ter uma amplitude proporcional ao tamanho da região, surgindo a iniciativa de grandes projetos regionais.

A visão de uma Amazônia desenvolvida e integrada sempre fez parte dos discursos dos governantes ao longo dos séculos, mas a eficácia das ações empreendidas não teve a amplitude necessária, ou proporcional ao desafio de dominar tamanho espaço geográfico. Getúlio Vargas, em 1942, durante o segundo *boom* da extração da borracha que ocorreu em virtude da eclosão da Segunda Guerra Mundial, trouxe um projeto de assentamento dos imigrantes nordestinos que havia faltado na primeira grande expansão de extração seringueira ao final do século XIX e início do século XX, com uma proposta que visava fixar o homem à região.¹²⁸

Esse processo fez parte de uma frente mais ampla que envolvia o ambiente internacional, principalmente com a cooperação dos Estados Unidos da América nas áreas técnica e econômica que culminaram no estabelecimento de metas de produção, motivado pela necessidade do fornecimento de borracha por um aliado em condições de entregar a mercadoria sem sofrer muitas baixas com o bloqueio imposto aos ingleses e com a guerra submarina travada pelos alemães no âmbito da Segunda Guerra Mundial.

Mas também era necessário deslocar mão-de-obra para a região amazônica, que já havia se dispersado após o ciclo da borracha anterior, sendo criado em 1942 o Serviço

¹²⁷ REIS, 1972, p. 18-19

¹²⁸ Getúlio Vargas propunha em seu discurso que “Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. (...) Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto”. In VARGAS in Revista Brasileira de Geografia, 1942, apud SANTOS, 2003, p. 48.

Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA). Esse órgão e a sua sucessora, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), transportaram cerca de 50 mil pessoas para a região, incluindo os trabalhadores e seus familiares, preponderantemente nordestinos em decorrência das secas que assolavam sua região natal naquele período.¹²⁹

Também foram criados órgãos de apoio aos migrantes, como parte de uma infraestrutura de suporte que fora inexistente no ciclo anterior e envolvia serviços básicos como o “... Serviço Especial de Saúde Pública, voltado para a população total, ... programas de drenagem ... e um programa de abastecimento denominado Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA)”.¹³⁰

Entretanto, dois grandes problemas rondavam esse grande projeto governamental: em primeiro lugar os resultados obtidos pelos serviços prestados não foram satisfatórios, dando ensejo à desativação dos mesmos ao fim da vigência dos acordos; em segundo lugar, o tipo de produção da borracha continuava seguindo um modelo arcaico pelo fato de a iniciativa privada não ter se envolvido no processo.¹³¹ Afinal, a busca da borracha brasileira tinha sua motivação pela dificuldade do acesso dos aliados à borracha produzida na Ásia.

O processo que envolveu o *boom* da borracha durante a Segunda Guerra Mundial se fez acompanhar da mobilização nacional para o desenvolvimento da região amazônica. Já em 1940, o presidente Getúlio Vargas buscava despertar uma consciência nacional para a necessidade de se desenvolver a região, então esquecida pelos brasileiros, por meio do pronunciamento do “Discurso do Amazonas”. A suas palavras seguiriam ações efetivas, algumas já citadas nos parágrafos anteriores, que envolveram também a mudança dos espaços político e econômico da Amazônia, com a criação dos Territórios Federais de Guaporé-Mirim, Rio Branco e Amapá. Conforme Meira Mattos:

“A criação de territórios na faixa fronteira de intercâmbio internacional era uma velha reivindicação dos geopolíticos brasileiros Everardo Backeuser, Mário Travassos e Lysias Rodrigues, que logo após a Revolução de 30 procuraram influenciar, nesse sentido, os novos dirigentes. Sua consecução respondia a interesses políticos, econômicos e de segurança nacional”.¹³²

¹²⁹ MAHAR, 1978, apud D’ ARAÚJO, 1992, p. 46.

¹³⁰ DUTRA, 1947, apud D’ ARAÚJO, 1992, p. 46.

¹³¹ D’ ARAÚJO, 1992, p. 46.

¹³² MATTOS, 1980, p. 93.

Outra medida que seria importante para o desenvolvimento da Amazônia partiu do Congresso Nacional durante os trabalhos realizados pela Comissão Constituinte de 1946, por meio de uma proposta do deputado amazonense Leopoldo Peres. Foi aprovado pela Comissão e consolidado no artigo 199 da Constituição Federal que o governo federal deveria aplicar recursos da ordem de 3% da renda tributária na Amazônia, durante pelo menos 20 anos, possibilitando a valorização da região, mas ainda um valor insuficiente para o tamanho proporcional que tinha frente ao resto do Brasil. Meira Mattos informa que apenas em 1953 haveria o disciplinamento do artigo 199 da Constituição Federal de 1946, por meio da Lei nº 1.806, cujo teor:

“- definiu a Amazônia legal;

- conceituou o Plano de Valorização como um esforço nacional de ocupação territorial da região, em um sentido brasileiro, através da criação de uma sociedade estável e progressista, com vistas ao desenvolvimento de sua economia e à melhoria da vida social e bem-estar econômico das populações;

- criou a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), autarquia destinada a elaborar o Plano de Valorização e da promoção do desenvolvimento”.¹³³

A SPVEA, assim como a Comissão do Vale do São Francisco, seria um órgão inspirado em uma iniciativa norte-americana realizada após a crise da bolsa de Nova York, chamada de Tennessee Valley Authority (TVA). Essa iniciativa americana, considerada um modelo de planejamento regional e de administração planificada, deu início no ano de 1933, sob a gestão de Franklin Delano Roosevelt, para flexibilizar e descentralizar as ações do governo americano em uma região problemática de terras empobrecidas e com uma população de baixa renda.¹³⁴

O programa americano desenvolveu uma série de ações coordenadas para promover o desenvolvimento regional, configurando o início de uma era de grandes projetos governamentais. Conforme D’Araújo:

“O TVA envolveu vários empreendimentos, compreendendo 28 grandes represas para geração de energia hidrelétrica, projetos de navegação, de controle de inundações e de reflorestamento, construção de fabricas de adubos químicos, de fertilizantes, de explosivos, de eletrometalurgia etc. Foi concebido para funcionar em bases industriais, e, mais tarde, sediou até mesmo usinas nucleares”.¹³⁵

¹³³ MATTOS, 1980, p. 96.

¹³⁴ NENUS, 1951, apud D’ ARAÚJO, 1992, p. 45.

¹³⁵ D’ ARAÚJO, 1992, p. 45.

As influências que o modelo de desenvolvimento regional americano proporcionaria à iniciativa brasileira seriam visíveis a partir da posse de Getúlio Vargas, no ano de 1951, quando o mesmo discursou sobre a necessidade de que Amazônia ultrapassasse o que seria chamado de “etapa de pioneirismo”, ao implementar políticas realistas e integrar a região ao Brasil.¹³⁶

No ano seguinte seriam elaborados relatórios com base em estudos da viabilidade econômica da Amazônia, que continham recorrentemente ressalvas quanto à baixa densidade populacional e a sua dispersão pelo território, mas evitavam mencionar a existência das populações indígenas. Na concepção dos tecnocratas, considerava-se que “ocupar o território por meio do povoamento e da fixação das populações era a tarefa mais importante para que qualquer projeto de desenvolvimento pudesse ser levado a bom termo” e que o povoamento deveria utilizar os recursos humanos nacionais e estrangeiros para ocupar a região, pois conforme D’Araújo:

“O elemento humano local, além de escasso, não dispunha do ‘manancial civilizatório’ necessário para levar a cabo um projeto que tirasse a região da crônica situação de atraso em relação ao resto do país. Assistência técnica, educação, cultura e saúde eram, a esse respeito, cruciais”.¹³⁷

Dentro dessa nova linha de gestão governamental que envolvia um planejamento mais elaborado, também seria criado o primeiro plano quinquenal, abrangendo os anos de 1955 a 1959, para consolidar uma iniciativa de esforço conjunto de nível nacional. Suas ações tinham como objetivos na Amazônia:

“a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira”.¹³⁸

Entretanto, os resultados desse primeiro esforço conjunto não ocorreram como esperados. Conforme reporte do CEBED:

“Em 1960, findo o Primeiro Plano Quinquenal, o órgão efetuou um balanço de sua própria atuação e reconheceu, através de dados, o fracasso de suas

¹³⁶ VARGAS apud D’ ARAÚJO, 1992, p. 49.

¹³⁷ D’ ARAÚJO, 1992, p. 49.

¹³⁸ SPVEA, 1952, apud D’ ARAÚJO, 1992, p. 50.

metas em quase todos os níveis. Esse estudo revela que, de 1948 a 1958, a participação da região na renda nacional caíra de 4,6 para 4,4. Não houvera aumentos significativos na produção agrícola, praticamente nada fora realizado com referencia à colonização, e fora nula a ação para fixar as colônias agrícolas existentes. Na área de transportes, mencionava-se o início da construção da Belém-Brasília, e na de energia, um dos setores mais contemplados, a construção de cinco usinas térmicas e duas hidrelétricas, que, no entanto, tinham vindo atender às necessidades de energia do resto do país, e não da região. As pesquisas sobre solos, climas, recursos naturais e vegetação eram também insatisfatórias. Quanto à borracha, não houvera esforço sério para o cultivo da seringueira e, segundo Cássio Fonseca, permanecera, na região, a mesma estrutura arcaica e retrógrada da indústria extrativa”.¹³⁹

O SPVEA sofreria duras críticas nos anos que se seguiram por não haver conseguido atingir as metas iniciais e se defendia ao colocar a ineficiência governamental como óbice para o estabelecimento de ações integradas, tendo o Congresso Nacional sido alvo das críticas tanto dos tecnocratas do SPVEA como dos militares. Para os primeiros, foi celeuma o fato de o Congresso ter modificado o orçamento da União em favor de interesses políticos e, dos últimos, a casa do povo foi criticada pelo fato de ter promovido a corrupção dentro do SPVEA.¹⁴⁰

Deve-se levar em conta também a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república entre 1956-1961, que mudou a política nacionalista de Vargas para uma abertura ao capital estrangeiro e implantou um plano de metas que privilegiava a parte sul do país.¹⁴¹

Celso Lafer considerou como positivo os resultados gerais do plano de metas concebido durante o governo Kubitschek ao utilizar-se, como variáveis, dos recursos e valores alocados e dos resultados atingidos por cada meta proposta inicialmente¹⁴².

Destarte, o resultado do plano de metas foi de um impulso para o desenvolvimento, com o crescimento do setor industrial devido a sua modernização e implantação de novos ramos, assim como ao provimento de infra-estrutura para atender a demandas futuras. Entretanto, acentuaram-se os desequilíbrios regionais e sociais, minimizados somente pela

¹³⁹ CEBED apud D' ARAÚJO, 1992, p. 52.

¹⁴⁰ D' ARAÚJO, 1992, p. 52-53.

¹⁴¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek. : desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 210-211.

¹⁴² LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's target plan, 1956-1961*. Michigan: University Microfilms, 1970, p. 226.

construção da capital do país (Brasília) a qual dava encaminhamento à preocupação de ocupar o interior do Brasil.¹⁴³

Como consequência, na prática, não ocorreu por parte do Estado a implementação de programas de ensino, saúde e saneamento, que proporcionariam uma base de suporte para as estratégias do SPVEA para a região amazônica, além do que:

“O órgão, incapaz de cumprir suas finalidades, tornara-se fonte de toda sorte de desmandos de política regionalista e partidária, marcada por ‘desvios de verbas, favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista, ascensão de grupos inescrupulosos, concessões graciosas, empreguismo, investimento desordenados de recursos, inoperância administrativa, desfalques, enfim, um vasto campo de negociatas e irresponsabilidades sob as mais variadas formas”.¹⁴⁴

Em consequência dessa incapacidade de promover o desenvolvimento da região, foi extinto o SPVEA e criada em seu lugar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da Lei nº 5.173, de 27 de Outubro de 1966.¹⁴⁵ Seguiria nessa mesma linha, dentro de um processo renovador para o desenvolvimento da região, a iniciativa para a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, além de outras iniciativas que invariavelmente estavam ligadas ao desenvolvimento econômico, à ocupação e à defesa da Amazônia, visto que o governo estava nas mãos dos militares desde o ano de 1964.

Os projetos que tentaram implementar uma visão da Amazônia desenvolvida, criados pelos sucessivos governos, ganharam vulto ao longo dos anos, até que se puderam ampliar sua atuação para um nível que abarcaria aquela região como um todo. A operação Amazônia, de 1966, foi o início dos grandes projetos que tencionavam intensificar a ocupação, exploração e integração da Amazônia brasileira, ocorrendo durante o período da ditadura militar, com a expansão da fronteira de apropriação de recursos, na tentativa de mudar o perfil extrativista predominante na economia local.

A visão geopolítica seria implementada na prática pelos militares então no poder, com o presidente Médici lançando o Programa de Integração Nacional (PIN), com vistas à

¹⁴³ ORENSTEIN, Luiz & SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. *Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961*. In ABREU, Marcelo de Paiva (Coord.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 180-181.

¹⁴⁴ CAVALCANTE apud D' ARAÚJO, 1992, p. 52.

¹⁴⁵ Meira Mattos faz um balanço das ações do SPVEA e ressalta que “Como progresso alcançado nesse período de 12 anos assinala-se: no setor de energia, a implantação dos sistemas termoeletrônicos de Belém e Manaus; no setor rodoviário, a abertura pioneira da estrada Belém-Brasília e de uma via carroçável de Cuiabá a Porto Velho, primeiro contatos terrestres da Amazônia com o Planalto Central e com o centro-sul”. In MATTOS, 1980, p. 96.

integração do espaço amazônico à realidade nacional, cuja concepção viria acompanhada da construção “de duas grandes rodovias – Transamazônica e Cuiabá-Santarém –, ambas com reserva de terra até 10 quilômetros das suas margens para a exploração e ocupação”. Meira Mattos ressalta que “as dificuldades enfrentadas na implantação desse projeto de colonização, assim como a falta de recursos em consequência da crise do petróleo de 1973, paralisou a implantação desse modelo”.¹⁴⁶

Após a iniciativa de Médici, seria a vez de Geisel manter em alta a visão geopolítica e lançar no ano de 1975 o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), modificando a tentativa de seu predecessor de colonizar amplamente a região com uma proposta de concentração de esforços nos pólos existentes, que levariam ao mesmo tempo a atrair e difundir o desenvolvimento da região. Em Roraima, o esforço governamental atuaria em relação aos núcleos agropecuários na região norte da BR-210 (Perimetral Norte), nas proximidades das fronteiras da Venezuela e Guiana.¹⁴⁷

Seguiram-se outras tentativas de mudar a paisagem amazônica para um perfil mais integrado à economia nacional e que induziram uma rápida e intensa mobilização demográfica, mas também levaram à eclosão de conflitos fundiários e ao êxodo rural, despontando o fenômeno da urbanização precoce com o surgimento de muitas cidades e a expansão desordenada dos principais centros da região norte.¹⁴⁸

Os projetos elaborados para compensar esta situação, como os assentamentos promovidos no então território de Roraima, não atraíram massas populacionais (famílias) até que fosse implementada infra-estrutura de suporte com a abertura da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus e a BR-210. Mas as atividades ilegais extrativistas possuíram uma maior capacidade de atração relativa, sendo que a desvantagem da ocupação na fronteira do segundo grupo em relação ao primeiro é a de permissividade com relação à percepção da fronteira: os extrativistas atuam em qualquer área em que haja possibilidade de lucros fáceis e rápidos.

Ressalte-se o poder de atração dos garimpos para a massa populacional deslocada para a região, como ocorrido no período marcante de corrida ao ouro, na década de 1980, quando a produção brasileira teria passado de 5,1 toneladas (1971) para 130 toneladas (1989) ao ano. Leonardi ressalta que em 1987 “cerca de 450 balsas exploravam ouro nos rios de Rondônia,

¹⁴⁶ MEIRA MATTOS, 1980, p. 100.

¹⁴⁷ MEIRA MATTOS, 1980, p. 100-101.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de, *Dinâmica populacional e social na região amazônica*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/iesam/l-a-oliveira.html>. Acessado em 03 Maio 2005.

empregando cerca de 4 mil garimpeiros”, mas a febre do ouro não duraria eternamente, ocorrendo o esgotamento dos garimpos menos de uma década depois.¹⁴⁹

Se as dificuldades encontradas para desenvolver a Amazônia esbarravam em enormes desafios, mesmo para uma instituição de grande porte como o Estado brasileiro, para a iniciativa privada esses óbices seriam inimagináveis. Conforme Meira Mattos:

“... característica comum a todas as amazônias nacionais é o isolamento e o pauperismo. O desafio amazônico, onde o meio avassala o homem, ainda não teve resposta adequada. Grandes escritores como Euclides da Cunha e o peruano Vargas Llosa sentiram o peso arrasador da natureza portentosa sobre o homem ali confinado, salpicado teimosamente à beira das águas imensas e florestas gigantesca. Euclides da Cunha, referindo-se à presença do habitante nessas paisagens desoladas de inundações e selva, diz que ‘o homem é ali um intruso impertinente’”.¹⁵⁰

Afora as grandes dificuldades encontradas no desenvolvimento da Amazônia, Leonardi ressalta que os grandes projetos idealizados para a região possuem falhas graves em sua concepção, pois:

“ a partir de 1960, a tecnoburocracia brasileira elabora programas de ‘desenvolvimento’ para a Amazônia como se essa região fosse um enorme espaço vazio, sem história, sem experiência de vida e sem tradições, e ainda culpa os caboclos, os seringueiros, os índios e os ribeirinhos em geral pelo fracasso desses planos megalomaniacos, cuja principal característica é a superestima doentia da burocracia por si mesma”.¹⁵¹

Os projetos criados para a região Amazônica, na década de 1970, tencionavam colonizar a região quase que nos mesmos moldes dos séculos anteriores, como parte de um processo de exploração dos recursos naturais que eram percebidos como infinitos. Os meios de comunicação bombardeavam a massa populacional com *slogans* desenvolvimentistas para incentivar a migração de brasileiros para aquele território e os sulistas somaram-se à massa nordestina de afluía para a região.

¹⁴⁹ Na história do garimpo de Rondônia, Leonardi complementa que “Passada a euforia, voltou à ruína. Esse modelo antigo de exploração de recursos naturais amazônicos... foi aparentemente substituído em Rondônia por um processo de povoamento mais estável, com colonos dedicados à agricultura nos projetos de assentamento dirigido e de colonização rural... A população de Rondônia passou de 37 mil habitantes, em 1950, para 900 mil em 1980. Muitos colonos receberam lotes de 100 hectares de terra, nos Projetos Integrados de Colonização, criados pelo Incra, que, teoricamente, devia assegurar assistência técnica, comercial e de saúde. Como isso quase nunca foi feito, ou foi feito de forma muito precária, o desenvolvimento, mais uma vez, não passou de ilusão”. In LEONARDI, 2000, p. 145- 46.

¹⁵⁰ MEIRA MATTOS, 1980, p. 144-145.

¹⁵¹ LEONARDI, 1999, p. 211.

O governo mudou a sua estratégia de desenvolvimento da Amazônia com o artifício de elevar o ‘nível civilizatório’ da população por meio da indução de processos migratórios, deixando de explorar as capacidades dos recursos locais com o investimento em educação, para aproveitar a capacidade disponível vinda dos povos europeu e asiático, considerados mais evoluídos. Pode-se dizer que, com isso, não somente se manteve a relação de dominação na região, mas também trouxe aspectos mais complexos com a adição de mais atores. Se antes eram os migrantes nordestinos em relação aos índios e caboclos ribeirinhos, agora a situação tornava-se mais variada com a entrada dos migrantes sulistas na tentativa de fixar o homem a terra. Conforme notícia veiculada, no ano de 1973, no Jornal Boa Vista (pertencente ao Governo do Território):

“Assim, procura se aliar o elevado nível da mão-de-obra dos descendentes de europeus do sul à determinação férrea de sobreviver dos nordestinos há pouco sem perspectiva de futuro. A ocupação reclama a fibra, a perseverança e disposição de luta. Mas, constitui imperativo a aplicação da técnica na racional ocupação das novas terras”.¹⁵²

Houve uma apologia ao migrante para a região amazônica, com uma visão declaradamente militar, visando à ocupação e manutenção dos territórios nacionais com baixa densidade demográfica por meio da fixação do homem ao campo. Os recursos humanos eram considerados de vital importância em uma visão que considerava o povoamento como prioridade geoestratégica. Conforme o Jornal Boa Vista, assim como os índios foram considerados estratégicos durante o diretório pombalino, o homem roraimense – cidadão brasileiro, não-índio, que migrara para a região de Roraima motivado pelas políticas públicas - tomaria o lugar desses povos ‘atrasados’ nas prioridades nacionais e seria deificado pelos meios de comunicação, como “guardião da soberania nacional”, desbravador de territórios agrestes e elemento de integração do território nacional.¹⁵³

Pode-se perceber claramente na história da porção setentrional do país, reflexo do que ocorreu em todo o território brasileiro, que o estabelecimento e a expansão da fronteira econômica, apesar de restrita, tem sido a força motriz da ocupação da Amazônia e peça-chave para o entendimento do sistema existente na região. Em sua força, basearam-se parte das políticas públicas brasileiras, que tiveram como complemento uma ineficiente ocupação militar das fronteiras devido à extensão territorial envolvida nos projetos, afora o advento

¹⁵² JORNAL BOA VISTA, 25/12/1973, apud SANTOS, 2003, p. 54.

¹⁵³ JORNAL BOA VISTA, 03/11/1973, apud SANTOS, 2003, p. 57.

recente do programa SIPAM/SIVAM, que se serviu de diversas tecnologias para a gestão do território e do espaço aéreo.

O programa SIPAM/SIVAM, ao longo dos anos 1990, contrapôs-se às custosas tentativas de ocupação da Amazônia, relacionadas ao exercício da soberania brasileira, utilizando para tanto um sistema de monitoramento remoto que possibilitaria ao Estado manter-se presente em todas as porções do território, trazendo ganhos efetivos em termos de proteção ambiental e no combate aos vãos ilícitos ligados ao crescimento do tráfico de drogas com origem tanto nos países vizinhos como interna, em que o Brasil surge como segundo consumidor mundial de cocaína, após os Estados Unidos da América.

Entretanto, a questão relativa à ocupação populacional, através de uma economia local auto-sustentada e da integração entre as diversas sociedades, permaneceu como problema de grande monta e equacionado apenas de forma paliativa pelo governo brasileiro, com o revigoramento do programa interministerial chamado de Calha Norte.

Mais recentemente, a complexa rede de interesses nacionais e internacionais, presentes na Amazônia, traria à tona novas percepções que tendem a ser mais cuidadosas e menos simplificadoras que os grandes projetos de ocupação, cujos escopos não privilegiavam economias locais auto-sustentadas. Assim, conforme Coelho, surgiram diversas amazônias dependentes umas das outras: a dos índios, da diversidade biológica, das queimadas, dos garimpos, dos seringueiros, do tráfico, da SUDAM, do projeto Jarí, de Tucuruí, das fronteiras e outras. Nelas fundem-se o homem e a realidade regional para formar o quadro que hoje conhecemos.¹⁵⁴

Apesar disso, Leonardi ressalta que essa tentativa de tornar abrangente o conhecimento da Amazônia pode incorrer em um erro comum, pois:

“No afã de identificar, em escala regional e local, as diferentes formas de relacionamento do homem com a natureza amazônica... o pesquisador pode incorrer em uma nova forma de reducionismo... uma espécie de reducionismo ambientalista no qual as variáveis ambientais passariam a ter um poder explicativo determinante ..., atribuindo ao meio ambiente, de forma todo-poderosa, um papel superdimensionado...”.¹⁵⁵

Além da supervalorização de algumas variáveis em detrimento de outras no sistema complexo amazônico, torna-se necessário compreender outros processos que afetam tanto o macro como o microcosmo e que não são percebidos pela falta de olhar atento em fatores

¹⁵⁴ COELHO, 1992, p. 138.

¹⁵⁵ LEONARDI, 1999, p. 16.

diferentes do foco no desenvolvimento sócio-econômico regional. Para aprimorar o processo de gestão, Leonardi sugere uma linha de pesquisa que deve pautar-se na busca dos motivos que levam determinados empreendimentos “... à estagnação, à desestruturação, ao decréscimo populacional e à ruína”.¹⁵⁶

O advento, a implementação e a estagnação dos grandes projetos para a Amazônia aventam, de forma breve, a problemática histórica do “desenvolvimento” da imensa região, cuja amplitude estende-se tanto quanto a diversidade de características do ecossistema e que torna singular a tarefa de conceber um panorama histórico de sua ocupação, percebendo-se que a visão abrangente e homogeneizante não se aplica na porção setentrional do território brasileiro. Por isso, torna-se necessário aprofundar o estudo da região a que se propõe este trabalho monográfico, trazendo à tona a sua problemática em um detalhamento mais específico.

¹⁵⁶ LEONARDI, 1999, p. 20.

1.5. O Estado de Roraima e sua problemática

A ocupação, o povoamento e a exploração das terras das diferentes regiões do Brasil praticamente observou os interesses políticos de Portugal e demandas econômicas da Europa. Dessa forma, as políticas governamentais se voltavam mais para as regiões que atendiam aquelas demandas, recebendo atenção na medida em que a manutenção da posse tinha que ser assegurada. Por conseguinte, dentro de uma macrovisão a nível federal, se historicamente a Amazônia esteve em segundo plano em relação às atenções do governo, pode-se dizer que a região do rio Branco foi relegada a um dos últimos planos quando alguma atenção foi dispensada à imensa porção setentrional do território brasileiro.

Além das distâncias a serem percorridas para alcançar toda a extensão do rio Branco, com suas corredeiras, Barros coloca que esse rio não possuía em abundância produtos ligados ao extrativismo vegetal, como a *Hevea brasiliensis* - “A planta de látex existente nesta área é *Hevea benthamiana*, que produz menos látex, de inferior qualidade, e seus indivíduos apresentam uma dispersão muito grande” -, fato que não propiciou a migração de colonos, tendo a região próxima à desembocadura no rio Negro, no ano de 1906, cerca de 1.000 habitantes.¹⁵⁷

A região do Branco, entretanto, teve importância estratégica na contenção do avanço de colonizadores europeus instalados na região do caribe, fato que teria preocupado os portugueses de maneira a alocarem a Capitania de São José do Rio Negro em posição próxima à foz do rio Branco. O povoamento que se seguiu acabou facilitando a entrada de sertanistas por esse rio a partir do século XVII, apesar de limitados parcialmente pela existência das corredeiras de Caracarái, distantes 412 km da foz situada no rio Negro. Esses exploradores não encontraram as drogas dos sertões em abundância na primeira parte do Branco, além do que, alguns quilômetros após as corredeiras encontrariam os campos naturais que tinham ainda menos produtos vegetais. Em consequência, os sertanistas tiveram inicialmente nos índios o produto de maior valor da região, de onde os levavam para serem vendidos em Belém e São Luís.¹⁵⁸

¹⁵⁷ BARROS apud FREITAS, 1998, p. 131.

¹⁵⁸ “Aimberê Freitas, em GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RORAIMA, informa que o rio Branco pode ter o seu curso dividido em 3 seguimentos: alto rio Branco com 172Km, que vai da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu até a cachoeira do bem Querer; o médio rio Branco, com 24Km, da cachoeira do Bem-Querer até Vista

A fixação de uns poucos povoados na região do Branco e o desenvolvimento de uma economia primária ocorreriam no século XVIII, após a instalação do forte de São Joaquim e o uso dos campos naturais para a criação extensiva de gado. Nos planos dos portugueses, o forte garantiria a segurança, constituiria prova concreta de sua ocupação naquela porção de território e seria um elo de ligação com os indígenas da região, tendo o desenvolvimento econômico um peso secundário. Mesmo assim, a história da região não daria grandes saltos até a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, afora a disputa territorial com os britânicos pela região do Pirara, que deixou um saldo negativo para a imagem da diplomacia brasileira.

Apesar da criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, chamado depois de Território Federal de Roraima em 1962, pode-se dizer que somente com o estabelecimento do Estado de Roraima - após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a eleição de seu primeiro governador no ano de 1990 para cumprir o mandato entre os anos de 1991 e 1994 - tendeu a aumentar o índice de reorganização política do estado, que teve um crescente desde a década de 1970, quando passou de inicialmente dois municípios para oito em 1990 e um total de quinze no ano de 1997, o que reflete uma colonização tardia da região.¹⁵⁹

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roraima atingiu no ano de 1996 um total de 247.131 habitantes - ocupando a última posição no *ranking* nacional, com 0,16% da população total do país, ficando até mesmo atrás do Estado de Sergipe que, com uma área territorial dez vezes menor, possui cerca de dois milhões de habitantes - e confirmando a tendência histórica de urbanização da população do estado em virtude de alguns fatores em que se destaca a migração interna com destino urbano, tendo a capital Boa Vista concentrado 66,98% da população total.¹⁶⁰

Por estar no extremo norte do Brasil, Roraima assume uma posição estratégica ao possuir um total de 1.922 km de fronteiras internacionais, que se dividem em 958 km, com a Venezuela e 964 km, com a Guiana, além de estar situada entre o Pólo Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus e o pólo Minero-Metalúrgico de Ciudad Guayana, na Venezuela.¹⁶¹

Os campos naturais que fazem parte da paisagem roraimense representam aproximadamente 40.000 dos cerca de 225.000 Km² do território do estado, sendo a

Alegre abaixo de Cararará e o baixo rio Branco, com 388Km, de Vista Alegre até sua desembocadura no rio Negro)". In FREITAS, 1998, p. 130-131.

¹⁵⁹ RORAIMA, 1997, p. 8.

¹⁶⁰ IBGE, 1999, p. 09-13.

¹⁶¹ RORAIMA, 1997, p. 7.

bovinocultura de corte a principal atividade econômica do setor primário, mas com as ressalvas de ser predominantemente extensiva, rudimentar e ter a base alimentar de capim nativo com baixo valor nutritivo, resultando em baixos índices zootécnicos.¹⁶² O planejamento do Estado pautava-se, no ano de 1997, em uma visão interna de abastecimento regional aproveitando a produção hortigranjeira e leiteira de Roraima, para escoá-la pela BR-174 ao vizinho estado do Amazonas e seu mercado de dois milhões de habitantes.¹⁶³

Corroborando a problemática usualmente identificada por estudiosos da região, Meira Mattos considerou o arco fronteiriço que vai desde os limites de Roraima até Rondônia como a mais atrasada frente de ocupação do território brasileiro, pela falta de infra-estrutura de transportes adequada e pelos imensos vazios demográficos que envolveriam alguns centros de apoio. Em sua visão, todo o arco norte deveria ser articulado pela Rodovia Perimetral Norte (cujo projeto pode ser observado no Anexo 3, figurando como uma linha pontilhada no sentido leste-oeste na porção mais setentrional do Brasil), despontando nessa área de imenso vazio demográfico a capital Boa Vista, que nas palavras desse geopolítico:

“... surge como uma estrela de primeira grandeza, conectando-se com Manaus por via terrestre e por via mista rio-estrada, ligando-se com as localidades de Lethen, na República da Guiana e Santa Helena, da Venezuela. Esse triângulo Boa Vista-Lethen-Santa Helena deverá ter seu progresso incentivado pelos três países, transformando-se numa área fronteiriça de intercâmbio, um verdadeiro pólo de dimensões internacionais, com as localidades apoiando-se mutuamente, irradiando desenvolvimento econômico e social às regiões adjacentes”.¹⁶⁴

Apesar de possuir posição privilegiada para a produção e o escoamento de produtos para o exterior, a participação de Roraima na pauta de exportações brasileiras é mínima. Dados da economia roraimense do ano de 1995 dão uma idéia mais concreta sobre a exportação de produtos relacionados à extração mineral, com o diamante tendo atingido mais de 90% do total de exportações do estado, sendo a empresa Cindam Indústria e Comércio Ltda a maior exportadora, com um total de US\$ 3.882.283 nesse mesmo ano, o que representou 89,11% do total do estado, e tendo a Suíça como o principal importador de Roraima, recebendo 65,48% do total exportado.¹⁶⁵ Contrariamente às expectativas de Meira Mattos, os maiores importadores de Roraima não seriam os vizinhos Venezuela e Guiana, como logicamente poderiam ser esperados pela proximidade ou por uma visão estratégica

¹⁶² RORAIMA, 1997, p. 37.

¹⁶³ RORAIMA, 1997, p. 48.

¹⁶⁴ MEIRA MATTOS, 1980, p. 155.

¹⁶⁵ MICT/SECEX apud RORAIMA, 1997, p. 26-27.

geopolítica, mas sim países que utilizam primordialmente os recursos extraídos por meio de uma economia predominantemente extrativista.

Em posição contígua a fronteira do Estado de Roraima, o Estado de Bolívar - situado na porção sul da Venezuela – também não teve na agricultura e na pecuária seus pontos fortes em relação ao desenvolvimento econômico, que se pautou mais na exploração dos recursos minerais abundantes como diamante, ouro, bauxita, alumínio, dentre outros, além da construção da siderúrgica do Orinoco. Nessa porção do território venezuelano também se concentra a produção de 70 % da energia elétrica do país.

Nesses aspectos, não haveria uma complementaridade econômica entre os dois estados vizinhos, apesar de a posição geográfica do estado de Roraima (vide Anexo 6) permitir uma fácil integração com a vizinha Venezuela - e mesmo com a Guiana -, que importa soja e derivados procedentes do Brasil central, via portos de Paranaguá e Bolívia. Como aproveitamento do potencial existente, a estrutura que poderia ser implementada para o escoamento de soja produzida em Roraima ou mesmo de produtos procedentes do Brasil está assim detalhada em seu planejamento de governo:

“Pela Venezuela, há alternativa de escoamento à Europa, através do mar do Caribe – Porto La Cruz e Porto Ordaz, distantes a 1.200 Km e 700 Km, respectivamente, de Boa Vista, por rodovia totalmente asfaltada, de maneira rápida e econômica, o que aumenta consideravelmente a competitividade da soja produzida em Roraima... Outra opção, é a saída pelo Porto de Itacoatiara, através do Porto de Caracará, no Estado. O Porto de Itacoatiara faz parte de um corredor fluvial que liga os rios Amazonas e Madeira ao Oceano Atlântico, permitindo o transporte de grãos da Região Norte para Roterdã na Holanda. O trajeto até Roterdã, passando pelo Porto de Paranaguá, custa atualmente, US\$ 105/ton, enquanto que o Porto de Caracará, utilizando-se o referido corredor fluvial, até o Porto de Itacoatiara para Roterdã, abaixa esse custo para US\$ 60,00/ton., ... por último, há a saída pelo Porto de Georgetown, 550 Km de Boa Vista, com 160 Km asfaltados e negociações sendo ultimadas entre os respectivos governos”.¹⁶⁶

Ressalte-se que somente em 1973 haveria a construção de uma rodovia que interligou Puerto Ordaz, a mais moderna cidade da Venezuela, localizada no Estado de Bolívar, a Santa Elena do Uairén¹⁶⁷, na fronteira com o Brasil. No ano de 1998, após entendimentos entre os governos do Brasil e da Venezuela, houve o asfaltamento de todo o trecho entre as cidades de

¹⁶⁶ RORAIMA, 1997, p. 48.

¹⁶⁷ Santa Elena do Uairén teria sido fundada no ano de 1923, por Lucas Fernández Pena, atraído pelo potencial diamantífero existente na região.

Manaus -Boa Vista - Santa Elena do Uairén – Caracas, que abriria efetivamente as portas do caribe para o Brasil.¹⁶⁸

Victor Leonardi constatou o resultado da aproximação Brasil – Venezuela ocorrido com essa interligação rodoviária, dizendo que:

“... está o Brasil desde já ligado a Caracas e La Guairá, no Caribe venezuelano, por estrada asfaltada que sai de Boa Vista e passa por Santa Elena de Uairén, na fronteira Venezuela/Brasil. Essa rodovia tem levado caminhoneiros do Norte do Brasil para a Venezuela e, também, inúmeros brasileiros para o Caribe, como turistas – para a ilha Margarita, para Curaçao e Aruba, para a República Dominicana – e, até mesmo, como simples consumidores, para fazer compras, pois, ultimamente, o custo de vida na Venezuela é muito mais baixo do que no Brasil. Algumas famílias de Boa Vista chegam a manter seus filhos estudando em universidades caribenhas!”.¹⁶⁹

Já as relações entre o Brasil e a Guiana nunca foram relevantes, tanto política quanto econômica, haja vista as dificuldades que sempre atravessaram aquela ex-colônia inglesa que adquiriu sua independência tardiamente no ano de 1966 e que possui um PIB menor que 1% do produto interno brasileiro. Entretanto, o enclave inglês na porção setentrional da América do Sul fora relevante na estratégia brasileira para o rio Branco, que passou de inicialmente voltada para a segurança para tornar-se mais complexa e abarcar uma visão econômica. Segundo Santilli, a conformação da fronteira Brasil - Guiana ocorrida em 1904 traria “...uma inflexão radical: pode-se dizer que o próprio conceito de fronteira deixava de ser uma questão militar para tornar-se, acima de tudo, uma questão econômica”.¹⁷⁰

O desenvolvimento econômico, que ocorreu inicialmente com a pecuária no Branco, traria também problemas com os indígenas, habitantes históricos da região, tendo sido constatada a migração de índios para a Guiana Inglesa, no ano de 1927, em decorrência de maus-tratos por parte dos fazendeiros brasileiros. Santilli traz uma citação do Marechal Cândido Mariano Rondon que ressalta a preocupação dos militares com a problemática índios-fazendeiros, pois:

“o Estado-Maior do Exército alertava o comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras para o problema da mudança de índios para a margem guianense do rio Tacutu e, embora considerasse improvável uma ação militar inglesa na região, chamava-lhe a atenção para a importância das

¹⁶⁸ FREITAS, 1998, p. 246.

¹⁶⁹ LEONARDI, 2000, p. 67.

¹⁷⁰ SANTILLI apud BAINES, 2004, p. 4.

‘fronteiras vivas’, representadas pela população indígena, na eventualidade de uma disputa”.¹⁷¹

Outro motivo de preocupação para a estratégia brasileira de ocupação da região tinha a ver com o tipo de tratamento dispensado para com os índios em relação aos dois países fronteiriços, também exposto de maneira sintética por Rondon:

“Que diferença entre ingleses da Guiana e os brasileiros da fronteira! Aqueles procuram atrair para o seu território todos os índios da região, estes escorraçam os seus patrícios, obrigando-os expatriarem-se. Coisa interessante: esses índios têm a pecha de ladrões no Brasil e passam para a Guiana, onde são recebidos pelos ingleses que os consideram, homens de bem”.¹⁷²

Essa situação iria se reverter somente após a independência da Guiana, que começou a passar por graves crises social e econômica, levando à inversão do deslocamento de índios na fronteira. Victor Leonardi constatou, na década de 1990, que essas crises propiciaram a vinda de mulheres negras e índias Macuxi e Wapixana, nascidas na guiana, para se prostituírem na capital do Estado do Rio Branco, a cidade de Boa Vista, além de terem levado a emigração de cerca de 40% da população guianense para países de língua inglesa como Trinidad & Tobago, Jamaica, Inglaterra e Estados Unidos da América. Leonardi acrescenta que “... por isso não há imigrantes brasileiros na Guiana, ao contrário do que acontece na Guiana Francesa e no Suriname”, haja visto que “... cerca de 70 por cento da população guianense vive abaixo da linha de pobreza, o que nos ajuda a compreender o porquê da não-existência de imigrantes brasileiros na Guiana (com exceção de alguns garimpeiros)”.¹⁷³

Também na década de 1990 teria aumentado o interesse da Guiana em aprofundar os laços com o Brasil, pelos governos de Cheddi Jagan (1992-1997), Janet Jagan (1997-1999) e do atual Presidente, Bharrat Jagdeo. Como parte desse processo, em 1999 foi assinado o Memorando de Entendimento Mercosul-Guiana em Matéria de Comércio e de Investimentos e desde 19 de Outubro de 1985 existe um acordo para a Construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, que ligaria as cidades fronteiriças de Bonfim, em Roraima, e Lethem, na Guiana. A intensificação das relações comerciais entre os dois países, assim como da circulação de pessoas entre as capitais Boa Vista e Georgetown, somente seria possível com a conclusão das obras dessa ponte, que tiveram início em 2001 e com previsão de entrega

¹⁷¹ RONDON, 7/06/1927, pp.7-10 apud SANTILLI. In BAINES, 2004, p. 4.

¹⁷² RONDON, 1953, apud VIEIRA, 2003, p. 51.

¹⁷³ LEONARDI, 2000, p. 66-67.

em 2002, mas foram embargadas pelo Tribunal de Contas da União do Brasil, cuja solução ainda não tinha saído até o ano de 2005.¹⁷⁴

O próprio presidente Luís Inácio Lula da Silva, em discurso proferido na Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005, coloca que:

“A ponte do rio Tacutu tem um problema de irregularidade, constatada pelo Tribunal de Contas da União do Brasil, e está paralisada desde 2001. Nós já fizemos gestão junto ao Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas fez algumas exigências ao Ministério dos Transportes... Tem que ser rediscutido o acordo feito com a empresa que estava construindo a estrada. Se isso não for possível, nós vamos tentar envolver o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, eu possa voltar ao seu país para que, juntos, inauguremos essa ponte porque, definitivamente, não haverá integração política, cultural e comercial se não houver integração física... nós temos que inaugurar essa ponte. Esse é um compromisso e logo, logo estaremos nos reunindo para, finalmente, garantir ao nosso povo um pouco mais de liberdade para transitar livremente nas nossas fronteiras e para os nossos empresários poderem transitar os seus produtos”.¹⁷⁵

A construção dessa ponte, além de outras obras de infra-estrutura, foi considerada um dos eixos estratégicos da Amazônia em palestra realizada pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em Manaus, no dia 04 de março de 2005, como parte de um processo de viabilização de processos de escoamentos de produção em várias frentes, conforme mapa disposto no Anexo 3. Nesse mapa pode-se perceber a importância geográfica do Estado de Roraima como corredor para o Caribe, dentro de um grande projeto de integração física da América do Sul, mas devendo-se ressaltar - como empecilho - a histórica existência de riscos políticos regionais que possam viabilizar os termos de garantias jurídicas necessárias para manter acordos internacionais nessa região.

Atualmente, um outro aspecto tem se revestido de grande vulto não somente em Roraima, mas também a nível nacional. O fato de grande parte desse Estado estar reservada para áreas indígenas e parques nacionais - com quase a totalidade já demarcados - aliado ao tipo de economia desenvolvida ao longo dos anos, ligada à pecuária ou de cunho extrativista

¹⁷⁴ Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/narco_trafico/guiana.asp. Acessado em 26 Dez. 2005.

¹⁷⁵ Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/integras/2005/integra_15022005_2.htm. Acessado em 26 Dez. 2005.

mineral¹⁷⁶ e vegetal, trariam como consequência a baixa densidade populacional e seriam óbices para o desenvolvimento da região.

A participação das terras indígenas no total de área disponível para o Estado é algo que precisa ser estudado em suas consequências para o desenrolar tanto das atividades econômicas como do campo sócio-político. Alguns municípios existentes possuem quase a sua totalidade de espaço territorial demarcado para os povos indígenas, como o de Normandia, que tem 98,65% de uma área total de 7.007,9 km² do município demarcada como reserva indígena e uma densidade demográfica de 0,97 hab/km². O município de Uiramutã também se encontra em um patamar muito parecido, com 97,96% de sua área demarcada para os povos indígenas e uma densidade demográfica de 0,59 hab/km².¹⁷⁷

Roraima é um dos estados que possui maior concentração de indígenas em sua população, sendo índios aproximadamente 10% dos seus habitantes, que estão predominantemente na área rural. Em sua área rural também se encontra um desequilíbrio populacional entre homens e mulheres, registrando-se um número médio de 121 homens para cada grupo de 100 mulheres, explicado em estudo do IBGE “... pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória”.¹⁷⁸

Dentre os imigrantes que são encontrados nesse estado, as pessoas que vieram a menos de 10 anos correspondiam em 1991 a 72,04% , tendo sido constatado que os estados do Nordeste do Brasil são os que mais emigram para Roraima, destacando-se o Maranhão, com a predominância dos homens na contagem.¹⁷⁹

As massas de migrantes para a região foram historicamente atraídas pelo fomento de órgãos institucionais do governo que se acentuaram no decorrer do século XX com a implementação dos grandes projetos de ocupação da Amazônia. Ocupação que foi facilitada com a construção da rodovia BR-174, pois tornaria mais fácil o acesso à região norte do Estado ao correr praticamente paralela ao rio Branco, principal meio de acesso antes da inauguração da via terrestre.

No campo interno, a ocupação do estado de Roraima teve uma pequena intensificação a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, no ano de 1943, quando se buscou a

¹⁷⁶ Para obter uma visão mais específica da situação das reservas minerais do estado de Roraima, ver a informação disponibilizada na página da internet disponibilizada pela CPRM, no endereço eletrônico: <http://www.cprm.gov.br/geo/roraima.html>. Acessado em 26 Dez. 2005.

¹⁷⁷ RORAIMA, 1997, p. 76-81.

¹⁷⁸ IBGE, 1999, p. 15.

¹⁷⁹ IBGE, 1999, p. 25.

atração de colonos maranhenses por meio de programas de colonização. A atração dos migrantes consistia na disponibilização, conforme relato de Aimberê Freitas, de uma porção de “... 25 hectares de terra para cada colono, passagem do Maranhão para Boa Vista e auxílio alimentação nos primeiros seis meses, fazendo surgir dessa forma as colônias agrícolas do Taiano, de Mucajai e do Cantá”.¹⁸⁰

Leonardi, fazendo referência a Freitas, complementa com a informação de que:

“Cerca de 65% dos colonos rurais de Roraima são originários do maranhão... A atual cidade de Rorainópolis, sede do município de mesmo nome, era conhecida como Vila do Incra, quando por lá passei pela primeira vez, em 1982. Vila novo Paraíso, Vila Moderna, São Luís do Anauá, São João da Baliza, Caroebe, Entre Rios: todas essas localidades surgiram recentemente, a partir do grande fluxo migratório dos anos 1980”.¹⁸¹

Afora os projetos de assentamento de colonos na região daquele território federal, o incentivo à migração devido ao garimpo também resultou na vinda de massas populacionais a partir da década de 1980. Conforme Vieira, isso ocorreu após a “descoberta de grande quantidade de cassiterita, ouro e diamante ao norte de Roraima, em áreas indígenas, localizadas principalmente nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela”.¹⁸²

As atividades garimpeiras se davam na região no início do século XX, tendo as primeiras ocorrências de extração de diamante registradas em 1912 e a descoberta de veios auríferos em território macuxi ocorrido entre os anos de 1936 e 1937, como sendo um “Novo Eldorado”, que atraiu uma corrida à região da serra de Tepequém e estendeu-se para as serras Verde e do Maturuca, pelos rios Mau e Contigo e pelos igarapés do Sapão, do Suapi, do Surubai. Após um período de crise nos anos 1950 e 1960, o garimpo ressurgiu com muito mais força na década de 1980 e apogeu no ano de 1988, no mesmo ano em que foi criado o Estado de Roraima pela aprovação da nova Constituição Federal do Brasil.¹⁸³

A facilidade da exploração das jazidas do estado são um atrativo para os garimpeiros, devido ao baixo custo operacional da extração mineral dos depósitos aluviais encontrados em abundância e, apesar da existência da cassiterita, os garimpos de ouro e diamante são os mais difundidos. O próprio governo de Roraima admite que haja falhas no controle da produção de ouro e que é elevado o nível de evasão dos minerais produzidos através do garimpo.

¹⁸⁰ FREITAS, 1986, apud VIEIRA, 2003, p. 140.

¹⁸¹ AIMBERÊ FREITAS, 1996, apud LEONARDI, 2000, p. 56.

¹⁸² VIEIRA, 2003, p. 141.

¹⁸³ LEONARDI, 2000, p. 55. RODRIGUES, 1996, apud SANTOS, 2003, p. 99-100.

Conforme estudos referentes ao Estado de Roraima, os garimpeiros atuam livremente pela inexistência de:

“... empresas praticando a lavra industrial em face da falta de condições para investimentos no setor mineral, devido a situação fundiária, uma vez que a maior parte das ocorrências minerais conhecidas (estima-se cerca de 90%), encontram-se em áreas pretendidas pela FUNAI ou destinadas a parques florestais ou reservas ecológicas”.¹⁸⁴

Um olhar mais atento na atividade de extração mineral nesse estado revela que a evasão dos minérios explorados deve-se a um total descontrole institucional em Roraima, como disponibilizado em relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de que “nos anos de 1994 e 1995, a produção de diamante naquele estado correspondeu à cifra de R\$19,10, demonstrando claramente que toda a produção de diamante vem sendo contrabandeada”¹⁸⁵, mas colocado de forma bem diferente conforme fontes do MICT/SECEX quando, na verdade, a CPRM não possuía o controle das lavras, pois as exportações de diamante teriam atingido a cifra de US\$ 8 milhões, acumulada nos anos de 1994 e 1995.¹⁸⁶ Ainda que se especule o contrabando na região, esse foi o valor total que passou oficialmente pelos órgãos do governo.

Outra constatação da falha presença do Estado de Roraima ocorreu em Boa Vista, o único município cadastrado Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no ano de 2003, quando foi arrecadado nesse mesmo ano a ínfima quantia de R\$ 81,37 sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).¹⁸⁷ Em 2004, com a inclusão do Município de Mucajaí, o valor total teria se ampliado para R\$5.947,08. Comparativamente, os valores arrecadados em Rondônia foram de R\$ 563.157,91 somente para o ano de 2004.¹⁸⁸

¹⁸⁴ CODESAIMA apud RORAIMA, 1997, p. 46.

¹⁸⁵ Disponível em: ftp://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/roraima/roraima_goeconomica.pdf. Acessado em 26 Dez. 2005.

¹⁸⁶ RORAIMA, 1997, p. 27.

¹⁸⁷ A Compensação Financeira é devida por quem exerce atividade de mineração em decorrência da exploração ou extração de recursos minerais.

¹⁸⁸ Conforme o DNPM, as alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor da CFEM, variam de acordo com a substância mineral:

- Aplica-se a alíquota de 3%: minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio.
- Aplica-se a alíquota de 2%: ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias.
- Aplica-se a alíquota de 0,2%: pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres.
- Aplica-se a alíquota de 1%: ouro.

Além disso, a Taxa Anual por Hectare (TAH)¹⁸⁹ de Roraima possui o menor índice de arrecadação no Brasil, em que apenas alguns titulares recolhem aos cofres públicos a taxa prevista, ficando de fora as maiores áreas, conforme a tabela abaixo:

TAH – Roraima						
Ano	Previsto (R\$)	Processos	Valor Pago (R\$)	% Arrecadada	Processos Pagos	% Processos Pagos
2001	129.128,82	62	51.219,60	39,67	39	62,90
2002	57.146,41	24	7.250,99	12,69	11	45,83
2003	97.400,09	81	13.598,84	13,96	52	64,20
2004	106.451,49	79	12.480,67	11,72	48	60,76
2005 Até maio	43.838,00	26	1.525,46	3,48	8	30,77

Fonte: DNPM http://www.dnpm.gov.br/dipar/relatorio_arrecadacao.asp

Retornando à problemática relativa ao povoamento da região do rio Branco, pode-se dizer que este se deu muito vagarosamente até meados do século XX. Conforme Freitas, citando obra de Nilson Cortez Crocia de Barros, o geógrafo norte-americano Hamilton Rice esteve em visita à Boa Vista, no ano de 1924, onde encontrou “... três ruas paralelas ao rio e três perpendiculares”, e constatou que existia “... apenas 164 casas na maioria de taipa, cobertas de palha. Sua população era composta de brasileiros, portugueses, mestiços, índios e alguns negros da Guiana Inglesa”.¹⁹⁰

Freitas esboçou um quadro do crescimento populacional da região do Branco em que podemos observar, conforme o quadro abaixo, um sensível aumento a partir da década de 1970 e uma explosão populacional nos anos 1980 motivada pelo fluxo de migrantes em busca de minérios e pela atuação do Estado brasileiro com vistas à ocupação territorial de Roraima segundo uma visão geopolítica:¹⁹¹

¹⁸⁹ A TAH é devida pelo titular da autorização de pesquisa, em decorrência da publicação no DOU do título autorizativo de pesquisa (Alvará de Pesquisa) e destina-se exclusivamente ao DNPM.

¹⁹⁰ BARROS, apud FREITAS, 1998, p. 132.

¹⁹¹ FREITAS, 1998, p. 132.

POPULAÇÃO DE RORAIMA

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Observação</i>
1920	**7.427	*Censo
1940	*10.541	*Censo
1950	*18.116	*Censo
1960	*28.304	*Censo
1970	*40.885	*Censo
1980	*79.159	*Censo
1991	*221.583	*Censo
1995	262.200	Estimativa
1996	247.723	*Censo

Fontes: *IBGE, 1996.

Barros em: **Roraima, paisagem e tempo na Amazônia Setentrional

Esse aumento da presença de migrantes na região do rio Branco traria como grave consequência a intensificação das relações conflituosas entre indígenas e não-indígenas, devido ao substantivo aumento populacional a partir da década de 1980 e à invasão dos garimpeiros em áreas historicamente ocupadas pelos índios, na busca de substratos minerais. Nessa mesma época, Santos ressalta que os militares no poder teriam:

“... como política, a integração da Amazônia brasileira aos interesses nacionais, buscando para este objetivo, iniciativas mais afeitas ao mundo moderno como: tentativa de atrair investidores, incentivo à mecanização das atividades, construção de estradas, implantação e melhoria das comunicações, urbanização da capital entre outros projetos. Sobressaindo também, projetos de cunho exclusivamente militar, que tinham por justificativa a defesa de fronteiras, como exemplo, o Projeto Calha Norte”.¹⁹²

Mas se observarmos a história em um período mais abrangente, em um *continuum* que abarca as iniciativas de desenvolvimento e ocupação da região do Branco, desde o período colonial, pode-se constatar que as visões estratégica de cunho militar e desenvolvimentista, foram constantes mesmo sem a presença dos militares no poder. A saída dos militares a partir da abertura política no início da década de 1980 e a consequente passagem do poder para as mãos dos civis, revela uma característica que se sobrepõe à visão estritamente militar de

¹⁹² SANTOS, 2003, p. 100-101.

ocupação da Amazônia, para adentrar em um processo mais amplo que envolve também a os políticos, a sociedade civil e os meios de produção em nível local e nacional, pois não cessaram de existir os grandes projetos para a região, com o diferencial de que evoluíram para um cunho mais holista. Como exemplo disso, ocorreu a concepção e implantação do projeto SIVAM-SIPAM, idealizado como um programa interministerial orçado em mais de US\$ 1 bilhão, durante a década de 1990 quando o poder já havia passado para as mãos dos civis.

O projeto SIVAM-SIPAM teve uma concepção integrada de vigilância (SIVAM) e proteção (SIPAM) da Amazônia legal brasileira, com a utilização de sensores *in loco* e aeroespaciais (radares aerotransportados e satélites) para monitorar uma vasta região do território brasileiro, coletando dados diversos (relativos ao meio-ambiente e ao tráfego de aeronaves) e distribuindo entre as instituições atuantes naquela região.

Conforme D´Araújo, é possível identificar que “... grande parte das medidas sugeridas ou implementadas depois de 1964 já havia sido aventada em outros tempos”. Sua interpretação sobre o assunto leva a uma direção em que o diferencial entre os planos de desenvolvimento para a Amazônia idealizados nos períodos pré e pós-1964 não se refeririam à tipologia, mas sim ao nível de capacidade para implementá-los, tendo o governo militar uma maior aptidão para colocar em prática os projetos tecnocratas.¹⁹³

De qualquer forma, Freitas observa que a visão estratégica militar teria um peso de maior monta em comparação com o econômico quando se fala dos avanços obtidos na região do Branco. Segundo esse pesquisador:

“A história de Roraima tem sido, até aqui, movida por incidentes. Sem eles, o desenvolvimento desta região estaria muito aquém ou mesmo já não faria parte do Brasil. Basta passar em revista alguns destes incidentes: Primeiro este: entre missionários e corsários holandeses; depois a criação dos Territórios Federais durante a Segunda Guerra Mundial, estes foram criados nas áreas em que o Brasil teria tido pendências ou questões de fronteiras (Rio Branco-Inglaterra; Amapá-França; Guaporé-Bolívia, etc) e, por fim, a revolução da Guiana, em 1969, que pôs a nu a incapacidade bélica do Brasil, na região do Rio Branco, em defender as suas fronteiras. Na época, Boa Vista contava apenas com a Nona Companhia de Fronteiras, com poucos soldados, com poucas armas e sem meios de locomoção (faltavam veículos e estradas) para, pelo menos, chegar à fronteira. Esta situação incidental foi responsável pela prioridade que foi dada à região com a abertura das Br 401 e 174 (inaugurada em 1977) e a ampliação considerável das guarnições militares e seus efetivos, sediadas na região, nos anos posteriores. Assim, de incidente em incidente, a região vai se desenvolvendo”.¹⁹⁴

¹⁹³ D´ARAÚJO, 1992, p. 41.

¹⁹⁴ FREITAS, 1998, p. 86-87.

Como efeito colateral das soluções encontradas para os problemas relativos à presença estrangeira junto às fronteiras brasileiras, a melhoria da infra-estrutura da região do Branco afetaria diretamente um dos povos indígenas existentes naquelas paragens, pois a atração dos garimpeiros na década de 1980 foi sucedida pelo genocídio dos Yanomi, que abriu as entranhas da Amazônia para as mobilizações da política e da mídia internacional.

Os Yanomami possuem diversas aldeias na região fronteira do Brasil com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, existindo representantes dessa etnia tanto no Brasil (Estados de Roraima e Amazonas) como na Venezuela (Departamentos de Bolívar e Amazonas). Na parte brasileira, o seu território foi aos poucos sendo ocupado por diversas frentes que envolviam a pecuária extensiva, a exploração mineral e a construção de estradas como a BR-174 (Rodovia Manaus – Boa Vista que prossegue até a fronteira com a Venezuela) e a BR-210 (Perimetral Norte) que cortaram suas terras respectivamente no sentido norte - sul e leste – oeste, levando esses índios a se concentrarem cada vez mais nas fronteiras internacionais com os países supracitados.¹⁹⁵

Vieira complementa, citando Barazal, que dois eventos ocorridos na década de 1970 propiciariam um maior contato de não-índios com os Yanomami e que seriam a construção da Rodovia Perimetral Norte e a prospecção mineral realizado pelo projeto RADAM, que levou à descoberta de ouro naquela porção de território e com isso começou “... uma corrida de garimpeiros, invasores de terra, empresas de mineração, levando à infecção e ao óbito muitos índios que pela primeira vez tinham contato mais intenso com a sociedade envolvente”.¹⁹⁶

Além disso, a iniciativa governamental durante a década de 1970 aponta para o descaso em relação ao povo indígena Yanomami, quando:

“No mesmo ano da inauguração da BR174, foi instalado... o Distrito Agropecuário de Roraima, a oeste do Rio Branco no município de Caracarái... Parte dessa região foi considerada, na época, por técnicos da própria FUNAI, como área indígena Yanomami, fato nunca levado em consideração por nenhum governante...”.¹⁹⁷

A visão desenvolvimentista obliterava os olhos dos governantes e das elites locais para os problemas indígenas, voltando-se apenas para a busca constante do progresso, como representado na rizicultura desenvolvida naquele território federal. A cultura do arroz apareceria como produto destacado que traria o desenvolvimento para a região, conseguida

¹⁹⁵ VIEIRA, 2003, p. 48-49.

¹⁹⁶ BARAZAL, 2001, apud VIEIRA, 2003, p. 49.

¹⁹⁷ PARQUE INDÍGENA YANOMAMI, apud VIEIRA, 2003, p. 141.

por meio do aumento da área plantada, com a chegada dos migrantes, e da produtividade “em virtude da assistência técnica posta em prática pelo governo, o que levou todas as colônias agrícolas a disporem de técnicos, aumentar o consumo de adubos e introduzir sementes melhoradas”.¹⁹⁸

Estava em marcha a criação de convênios envolvendo órgãos de diversas esferas para trazer a melhoria da produção local, além de iniciativas locais para as bases de uma arrancada agropecuária, fazendo parte do processo:

“um convênio assinado entre governo e EMBRAPA, para a implantação de uma unidade de pesquisa e de um curso técnico-agrícola; a conclusão por parte do governo de um armazém com moderno secador de arroz; a entrega pela primeira vez, depois da criação do Território, de títulos definitivos na colônia do Cantá, bem como a entrega das primeiras licenças de ocupação urbana”.¹⁹⁹

Ao mesmo tempo que se buscava a ocupação organizada do território, deixava de atuar efetivamente o poder institucional sobre o surto garimpeiro que germinava na década de 1970. Naquela época ressaltava-se no *Jornal Boa Vista* que “o extraordinário surto desenvolvimentista registrado em Roraima em menos de dez anos, é algo expressivo na grande tarefa pela integração e ocupação da região”.²⁰⁰

Também na década de 1970, o governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, teria incentivado a criação de uma cooperativa dos garimpeiros para organizar o movimento na região que “... lhes permitiria algumas vantagens, como a facilidade do crédito oficial e o afastamento do intermediário”. Santos argumenta que também era idéia daquele governante “... entregar as pesquisas minerais da região de Surucucu, a uma companhia especializada, que dispusesse de recursos necessários a uma exploração satisfatória do minério ali existente”, configurando um modelo desenvolvimentista nos moldes do capitalismo industrial em que se apresentariam diversas vantagens para as empresas que se dispusessem a investir em Roraima, como a isenção de impostos e condições favoráveis de financiamento.²⁰¹

Talvez, se a exploração mineral das terras dos Yanomami tivesse ocorrido por meio de empresas de grande porte, o destino dos índios Maiongong e Yanomami, que vivem naquela porção do território setentrional brasileiro, pudesse ser um pouco diferente do genocídio

¹⁹⁸ JORNAL BOA VISTA, 27/10/1977, apud SANTOS, 2003, p. 67-68.

¹⁹⁹ JORNAL BOA VISTA, 01/01/1976, apud SANTOS, 2003, p. 60.

²⁰⁰ JORNAL BOA VISTA, 16/07/1977, apud SANTOS, 2003, p. 69.

²⁰¹ SANTOS, 2003, p. 67.

praticado pelos garimpeiros que invadiriam aquela região na década seguinte, mas sabemos que fatores adversos, já citados anteriormente, não permitiram o aporte para a região da iniciativa privada constituída por empresas mineradoras de vulto.

Adicionalmente, Leonardi coloca que o processo de destruição dos índios Maiongong e Yanomami, teria raízes no colonialismo interno, representado pelos garimpeiros que deram início à exploração do ouro na região, e levaria ao óbito cerca de dois mil índios a partir do ano de 1987. Nas observações de Magalhães e Cavalcanti, esse contato entre índios e garimpeiros teria provocado um “desequilíbrio ecológico e social, inclusive com quebra de produção alimentícia”.²⁰²

O apoio à extração de ouro envolvia um grande fluxo de aeronaves de pequeno porte, tendo o aeroporto de Boa Vista, no ano de 1988, registrado o maior número de operações de pouso e decolagem do Brasil, possuindo mais de 400 aeronaves estacionadas em seu pátio. Para a operação dessas aeronaves, foram construídas dezenas de pistas clandestinas (sem o aval do órgão regulador pertencente ao então Ministério da Aeronáutica), algumas inclusive em território venezuelano.²⁰³

A problemática do garimpo, por si só de contornos enormes e controversos, esteve presente nas pressões externas em relação à temática das terras Yanomami, as quais teriam motivado a demarcação, pelo governo brasileiro, das terras desse povo indígena de forma contínua, no ano de 1991, concomitantemente com a expulsão de milhares de garimpeiros da área após a constatação, por órgãos de opinião pública internacional, dos confrontos armados e das epidemias que assolaram as aldeias. O vulto tomado pelas conseqüências trágicas ocorridas com esses povos indígenas levou ao protesto internacional, que incluía até mesmo a acusação de genocídio em sua pauta, e permitiu a demarcação de 9,414 milhões de hectares (um pouco menos de 100.000 km²) para uma única terra indígena, o que seria aproximadamente 1% do território nacional brasileiro para 10.000 índios, quando a mesma porção de território seria ocupada por uma média de 1.800.000 brasileiros, pela contagem da população atual.

Não obstante, essas medidas oficiais não encerraram os problemas dos índios, permanecendo aventureiros naquela área, ou espalhando-se por outras terras na região pois, conforme Leonardi:

²⁰² MAGALHÃES E CAVALCANTI apud LEONARDI, 2000, p. 81.

²⁰³ “Na região oeste, onde vivem os Ianomami, a Primeira Comissão Brasileira demarcadora de Limites mapeou 108 pistas de pouso clandestinas, algumas até em território já demarcado como venezuelano”. In FREITAS, 1998, p. 161.

“A decisão de demarcar as terras de forma contínua, tomada em novembro de 1991, pela Presidência da República, não trouxe o fim dos problemas vividos pelos índios, A chamada Operação Selva Livre havia retirado cerca de 3,6 mil garimpeiros da área Yanomami, entre julho e novembro de 1991, mas milhares de aventureiros ainda permaneciam na área... cerca de 2 mil invasores continuam garimpando ilegalmente até hoje, nove anos depois”.

204

Adicionalmente, Freitas nos diz que o contato dos não-índios com os Yanomami influenciou todo o sistema cultural e alimentar desse povo, pois a presença dos garimpeiros em massa na região tornou escassa a alimentação dos índios proveniente da caça e da pesca, fazendo com que os índios passassem “... a viver próximo aos locais de garimpo onde recebiam, dos garimpeiros, algum alimento industrializado e peças de roupa”.²⁰⁵

Além disso, os índios seriam vistos, no caso da população roraimense, como obstáculo para o desenvolvimento do Estado, surgindo um sentimento anti-Yanomami²⁰⁶, que revela em Roraima uma problemática abrangente ligada a aspectos etnocêntricos, choques quanto à aculturação e assimilação de populações, além de uma faceta ligada à permanente luta para a colonização do território, com a transformação da figura dos índios de “bárbaros” a “inimigos dos brancos”.

Leonardi resume toda a tragédia indígena, e que envolve sua depreciação, ao tomar-se o homem civilizado como referencial comparativo e coloca que “... os vencedores, na Amazônia, tentaram derrotar os autóctones inclusive no plano da memória, construindo, sobre o tema do ‘ócio’ dos mestiços e caboclos, uma abundante documentação prestidigitadora”.²⁰⁷

Exemplo desses aspectos pôde ser observado até mesmo junto à FUNAI, órgão governamental que deveria levar em consideração os aspectos antropológicos inerentes às culturas indígenas, conforme descrito por Vieira:

“Podemos aqui citar o caso do General Ismarth Araújo, Presidente da FUNAI entre 1975 e 78 que, ao fazer uma visita sem avisar aos Yanomami, na Missão do Catrimani, em Roraima, ficou surpreso, como ficaram os portugueses no século XV, pois não encontrou nenhum índio que falasse sua língua, além de achar muito estranho encontrar os índios completamente desprovidos de roupas. Ainda com uma visão equivocada, comparava sua casa com as casas comunais dos Yanomami, pois afirmava que os índios viviam numa verdadeira ‘imundície, ou sem observar qualquer tipo de higiene’. Preocupado em saber como os índios sobreviviam, foi informado

²⁰⁴ LEONARDI, 2000, p. 83.

²⁰⁵ FREITAS, 1998, p. 160.

²⁰⁶ LEONARDI, 2000, p. 86.

²⁰⁷ LEONARDI, 1999, p. 41.

pelo Pe. Carlos Zaquini que os Yanomami *'pouco faziam de produtivo, pois não são agricultores e só trabalham quando entendem, além de afirmar que isso é permitido pelos espíritos bons'*. Essa explicação deixou o General extremamente aborrecido, que decidiu formar uma comissão para estudar o caso, pois para ele era inadmissível que os índios ainda não falassem português, andassem sem roupas e não produzissem nos moldes da sociedade envolvente”.²⁰⁸

Entretanto a ambigüidade para com os povos indígenas também esteve presente nas ações governamentais e nas manchetes dos jornais na década de 1970, pois as iniciativas desenvolvimentistas para a região eram acompanhadas por reportagens que descreviam o caráter de integração dos indígenas à sociedade brasileira. Na primeira página do Jornal Boa Vista, em 01 de janeiro de 1976, despontou uma manchete que tornaria a inauguração da maior ponte daquele Território Federal, localizada em território Macuxi, um símbolo da integração em Roraima, com o título “Ponte dos Macuxis: a ponte da integração rodoviária”. O gesto simbólico para desatar a fita foi realizado pelo presidente da República, o general Ernesto Geisel, em conjunto com um dos chefes indígenas.²⁰⁹

Referindo-se à situação da conquista dos espaços em Roraima pelos órgãos governamentais e à política de integração existente, Santos ressalta que:

“No que se refere ao período que tomamos qualificando-o como da construção do mundo moderno roraimense, podemos dizer que existe, por todo este momento da história deste espaço, um grande esforço no sentido de transformar o mais rápido possível, o indígena em homem comum, numa busca de evitar reconhecer neste qualquer traço que exija direito diferenciado. Entendemos isto como uma estratégia que visava amortizar os impactos advindos das tentativas de viabilizar as leis de demarcação de terras indígenas”.²¹⁰

Não se pode afirmar, por certo, se haveria uma tentativa governamental de reduzir os impactos provocados por uma colonização agressiva em relação aos povos indígenas, realizada ao longo de séculos de ocupação da região do Branco, cujo contato dos homens civilizados com os autóctones teria se revestido de um caráter inicialmente escravagista e, depois, semi-escravagista. Conforme observado nos relatos do cientista norte-americano Hamilton Rice em sua exploração na área do Branco (entre os anos de 1924 a 1925):

²⁰⁸ JORNAL A CRÍTICA, 30/03/1975, apud VIEIRA, 2003, p. 159.

²⁰⁹ JORNAL BOA VISTA, 01/01/1976, apud SANTOS, 2003, p. 59.

²¹⁰ SANTOS, 2003, p. 96.

“Uma das grandes dificuldades nesse norte da América do Sul é a má fé dos comerciantes e dos que empregam índios, bem como o hábito deplorável de deduzir dos salários uma alta porcentagem, sob pretextos os mais diversos. As relações entre credores e devedores são deploráveis e, em grande parte, responsáveis pela miséria e pelo atraso da região”.²¹¹

O tipo de contato realizado com os indígenas até meados do século XX carecia de uma presença governamental que pudesse controlar os excessos cometidos pelos não-índios, fazendo com que os conflitos perdurassem naquele território federal recém-criado e afastasse os índios do convívio com os povos civilizados. Conforme Alencar Benevides:

“Não é inércia nem capricho que os afasta do convívio da civilização. É a justa e natural repulsa contra certos fazendeiros inescrupulosos, que costumam submetê-los à exploração, dando-lhes ínfimos salários em paga dos serviços realizados no decurso de longos meses”.²¹²

Entretanto, é usual encontrar na sociedade envolvente roraimense a afirmativa de que o convívio com os povos indígenas teria sempre ocorrido amistosamente e que a escalada dos problemas atinentes às comunidades indígenas teriam início com a mudança da postura da Igreja ocorrida na década de 1970. Conforme Santos, a efervescência das questões indígenas que afligia os interesses do povo roraimense resumia-se a “... uma criação de determinados setores da Igreja Católica, principalmente após a chegada a Roraima do Bispo Dom Aldo Mongiano”.²¹³

Pode-se afirmar que, atualmente naquela região, as atividades missionárias possuem destacada importância para o entendimento das pressões internas, pois defendem interesses das minorias indígenas. Ainda, segundo relatório do IBGE:

“No Estado de Roraima o catolicismo predomina largamente como a religião professada ou culto praticado, na proporção de 83,55%, segundo o Censo demográfico 1991, declinando em relação àquela observada em 1980 (92,17%). O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (10,69%), que em 1980 representavam 6,18%. Os que não praticam nenhuma religião correspondem a 4,16%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes”.²¹⁴

²¹¹ RICE, 1978, apud SANTOS, 2003, p. 105-106.

²¹² BENEVIDES, 1946, apud SANTOS, 2003, p. 106.

²¹³ SANTOS, 2003, p. 101.

²¹⁴ IBGE, 1999, p. 31.

Apesar de uma população largamente adepta da igreja católica, o repúdio às missões religiosas pela sociedade local também seria patente, como pode ser percebido por meio da acusação do presidente da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, de que a “igreja” estaria explorando índios na garimpagem de ouro.²¹⁵

O bom relacionamento com a Igreja realmente existiu em anos anteriores à chegada de Mongiano, como na constatação dos elogios feitos pelo Capitão José Maria Barbosa, governador do Território Federal do Rio Branco entre os anos de 1955 e 1959, ao bispo Dom José Nepote:

“Na minha época’, afirmava o governador, ‘havia era muita paz, não havendo qualquer tipo de conflito. No meu governo’, voltava a afirmar, ‘havia um excelente relacionamento com a Igreja católica, notadamente com o bispo, que era meu amigo particular’”.²¹⁶

Essas boas relações com a Igreja se davam normalmente pela convivência dos religiosos para com a ocupação das terras indígenas, como descrito por Dom Alcuino Meyer, em suas crônicas datadas de 1928, quando “... elogiando a qualidade dos campos localizados próximos ao Maturuca, onde ainda vivem os índios Macuxi e Wapixana, informa que ‘o tenente Cícero Garcia de Melo colocava ali algumas cabeças de gado gordo e bonito’”.²¹⁷

Mas a forma de atuação da Igreja em Roraima mudaria radicalmente após a criação do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), no ano de 1972, e a nomeação do polêmico bispo de origem italiana, Dom Aldo Mongiano, em 1975, para a prelazia daquele território federal, onde permaneceria com essa função até o ano de 1996 pautando-se nas diretrizes do CIMI para defender os direitos indígenas e atuando incisivamente na questão relativa à demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

A demarcação dessa reserva indígena seria um dos capítulos da história de Roraima marcado pelos debates acalorados entre diversos atores presentes em nível local, regional, nacional e internacional, cujos interesses diversos e até mesmo opostos trariam à tona uma visão de como se ramificam as redes de interesses e se formulam as estratégias para a consecução dos objetivos propostos, como pode ser observado no próximo capítulo.

²¹⁵ GARIMPEIROS: religiosos levam ouro dos índios. *Correio Brasiliense*, Brasília, 26 jan. 1988.

²¹⁶ FREITAS, 1993, apud VIEIRA, 2003, p. 138.

²¹⁷ MEYER apud VIEIRA, 2003, p. 124. Vieira complementa com a informação de que “A região onde fica localizada a Maloca do Maturuca faz parte da área da Raposa Serra do Sol, que os índios, mais diretamente ligados à Igreja Católica e ao Conselho Indígena de Roraima, lutam há trinta anos para que seja demarcada em área contínua, não em ilhas como quer a classe dominante local”.

II. SEMEANDO A DISCÓRDIA INFRA, INTRA E INTERNACIONAL: A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

“É árdua a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”.

General Otávio Jordão Ramos

2.1. Os estudos antropológicos e a história da região da Raposa Serra do Sol

Podemos extrair dos relatos do Centro de Informação da Diocese de Roraima que, dentre as várias ramificações da etnia Aruak, foram os índios Wapixana os primeiros habitantes da região do rio Branco. Além deles, com a atuação dos espanhóis na região do Caribe, ocorreu uma grande migração de povos indígenas, tendo os índios Macuxi sido obrigados a deslocarem-se para aquela região e a lutar contra os Wapixana por espaço territorial, mantendo uma longa inimizade que duraria até a metade do século XIX e empurraria os Wapixana mais para o sul.²¹⁸

Outros índios caribe, como os Taurepang, Ingarikó, Waimiri-Atroari e Mayongong também vieram a compor a população da região, mas a cultura Macuxi acabou predominando e absorvendo outros grupos indígenas, além de provocar mudanças culturais nos Wapixana, que ocupavam a bacia do rio Uraricoera até o rio Surumu.²¹⁹

Em relação aos índios Macuxi, o antropólogo Paulo Santilli relata que:

²¹⁸ CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA, 1979, apud SANTOS, 2003, p.79-80. Para um entendimento de aspectos mais específicos sobre a história da região da Raposa Serra do Sol existem algumas dissertações de mestrado defendidas no ano de 2003, na UFRJ, por meio de bolsas concedidas pelos CAPES/MINTER: GOMES, Maria de Lourdes Sousa. *Mulheres líderes macuxi: uma identidade política (1986-2002)*; PEREIRA, Zineide Sarmento. *O movimento indígena em Roraima: a construção de um sujeito político (1970-2000)*; BRAZ, Azenate Alves de Souza. *Relações interculturais: a vivência do índio macuxi em Boa Vista (anos 80-90)*. SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. *Roraima: a construção de identidades políticas*. MULINARI, Selma Maria de Souza e Silva. *Índios, caboclos, civilizados: as estratégias do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) no território makuxi (1900-1967)*.

²¹⁹ SANTOS, 2003, p. 79-80.

“Macuxi é a designação corrente para os grupos Pemon que habitam o sul da área *circum-Roraima*, as vertentes meridionais do Monte Roraima e os campos ou savanas que se estendem pelas cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território politicamente partilhado entre Brasil e Guiana”.²²⁰

Os povos Macuxi e Wapixana, juntamente com os Ingarikó e Taurepang, compõem as etnias que ocupam a região denominada Raposa Serra do Sol e habitam a região da tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela. Existem dados aproximados quanto aos números das populações atuais envolvidas, conforme o seguinte quadro:

Etnias da região da Raposa Serra do Sol e sua distribuição pelos países fronteiriços

País Povo	BRASIL	GUIANA	VENEZUELA
	INGARIKÓ	675	4.000
MACUXI	16.500	7.500	---
TAUREPANG	532	---	21.000
WAPIXANA	6.500	4.000	---

Fonte: Instituto Socioambiental²²¹

Apesar de existir a hipótese de que os povos Macuxi e Ingarikó não são os primeiros habitantes da região, a reivindicação da área é antiga e encontramos em uma publicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) um relato da tradição oral da origem e construção do lugar. Segundo o CIR, os Macuxi e Ingarikó descendem dos irmãos Macunaíma e Aniquê, filhos do sol e:

“Há muito tempo, Macunaíma e Aniquê encontraram a árvore Wazacá, a árvore da vida, onde florescia todas as plantas atualmente cultivadas pelos índios, juntamente com as diversas espécies frutíferas silvestres que vicejam ainda hoje na região das serras que formam as vertentes da cordilheira Pacaraima e nos campos adjacentes. Macunaíma, contrariando o irmão mais

²²⁰ SANTILLI, 2001, p. 19.

²²¹ Conforme dados aproximados apresentados pelo Instituto Socioambiental - ISA. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/quadro.asp>. Acessado em 17 Jan. 2006.

velho, Aniquê, derrubou a árvore Wazacá para comer os seus frutos, dando origem a atual conformação fisiográfica do mundo: os galhos ao caírem espalharam as diversas espécies vegetais pelas distintas regiões e de seu tronco jorrou uma torrente de água que formou os rios e lagos que vertem desde o Monte Roraima. Naquele tempo em que as pedras eram moles, Macunaíma e Aniquê, em suas inúmeras peripécias por este mundo, moldaram as rochas, as cachoeiras, enfim os acidentes geográficos que caracterizam o território tradicional dos Macuxi e Ingaricó”.²²²

Relato histórico da disposição desses povos indígenas remonta ao ano de 1786, feito pelo naturalista Rodrigues Ferreira, o qual deixou testemunho de sua viagem pela região do rio Branco. Santilli, com base no diário de Ferreira informa que os Macuxi estavam no Rio Mahu (ou Ireng), afluente do Rio Tacutu, e que os Wapixana viviam na região do Rio Tacutu, habitada anteriormente pelos Paraviana, que se retiraram para as terras dos holandeses.²²³

Santilli complementa com a informação de que o engenheiro português Lobo d’ Almada registraria um ano depois que “... os Macuxi ocupavam as serras que se estendem do Rupununi em direção ao oeste, até as vertentes do Rio Surumu. A sudoeste, os Wapixana ocupavam as serras das vertentes do rio Mau até as do rio Parimé”.²²⁴

Desde aquela época, anos 1780, os índios Macuxi interagiram ou absorveram outros povos indígenas habitantes da região, até formar o conjunto espacial que hoje identificamos como a área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, que foi o resultado primordialmente da expansão desse povo no sentido leste-oeste, espalhando-se os aproximadamente 19.000 indivíduos (sic) em cerca de 90 aldeias no Brasil e 50 aldeias na Guiana, estas “no interflúvio Maú (Ireng)/ Rupununi”.²²⁵

A disposição das aldeias Macuxi teriam mudado ao longo dos tempos, mas as suas fronteiras mantiveram uma constância que auxiliaria o processo de demarcação no século XX, mesmo com as migrações forçadas pela entrada dos colonos na região.²²⁶

O antropólogo Peter Rivière destaca ainda a disposição dos Macuxis em aldeias nucleares pelo fato de esses índios terem acesso à educação e emprego, cultivarem roças e

²²² CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, 1993, apud SANTOS, 2003, p. 82-83.

²²³ SANTILLI, 2001, p. 20-21.

²²⁴ LOBO D’ALMADA apud SANTILLI, 2001, p. 21.

²²⁵ SANTILLI, 2001, p. 22-26.

²²⁶ Santilli destaca essas informações contidas nas obras de RONDON, 1927; GRÜNBERG, 1982; FARABEE, 1924; WILLIAMS, 1932; MIGLIAZZA, 1970; SANTILLI, 2001.

vivenciarem ao longo da história da ocupação da região do rio Branco uma pressão para a posse da terra desde o incremento da bovinocultura nos campos naturais.²²⁷

Esses fatos supracitados sugerem uma relativa estabilidade territorial dos povos Macuxi e Wapixana, devido à influência da sociedade envolvente ao longo dos séculos. Se houve migração forçada até meados do século XX, seja pela frente de expansão econômica composta por garimpeiros e fazendeiros, seja pelo afluxo de índios provenientes da Guiana, pode-se perceber que o comportamento nômade foi-se modificando para um estabelecimento territorial na região de tríplice fronteira entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil, premidos pelas várias frentes das populações dos países citados.

Nesses aspectos, a atuação do governo federal junto aos índios da região foi implementada por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que, apesar de estar presente desde o ano de 1915, atuou efetivamente no ano de 1919 com a criação de escolas para os índios no intuito de alfabetizar as crianças e formar seleiros, ferreiros, carpinteiros e marceneiros, para “disseminar a instrução entre as inúmeras tribos semi-civilizadas que povoam o interior para torná-los úteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família”.²²⁸

Os índios eram aproveitados para os trabalhos ligados à economia local, predominantemente a criação de gado, tendo sido citados como exímios vaqueiros nas fazendas da região, como na fazenda nacional São Marcos que viria a ser futuramente uma reserva de mesmo nome. Além disso, plantavam o milho e a mandioca para as suas necessidades e trocavam os excedentes por armas e tecidos com os povos civilizados.²²⁹

O contato com a sociedade envolvente foi uma constante dos povos da região do Branco, tendo o antropólogo Edson Soares Diniz observado em sua monografia de 1972 que “... é raro encontrar um homem macuxi que não tenha passado pelo menos uma temporada como garimpeiro improvisado”.²³⁰

Victor Leonardi também observou ao final do século XX, referente aos índios Macuxi e Wapixana, que:

“... alguns índios trabalharam como garimpeiros em Wilimon e Piolho. Outros moraram em Boa Vista ou Pacaraima, vila fronteira com a Venezuela, passagem de caminhoneiros e migrantes (cerca de 30% do

²²⁷ RIVIÈRE, 2001, p. 47.

²²⁸ CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA, 1989, apud SANTOS, 2003, p. 88-89.

²²⁹ KOCH-GRÜNBERG, 1966; PEREIRA, 1917 apud SANTOS, 2003, p. 91.

²³⁰ DINIZ, 1972, apud SANTOS, 2003, p. 91.

pequeno comércio da cidade venezuelana de Santa Helena está nas mãos de cearenses)”.²³¹

O fato de índios Macuxi estarem influenciados pela sociedade envolvente teria levado Diniz a identificar no ano de 1972 um futuro incerto para essa etnia, pois:

“A reação dos Macuxi ao convívio interétnico sistemático, em nossos dias, é de pacifismo, sem ser de total conformismo; seja em relação à invasão e tomada de suas terras, à espoliação nas suas transações comerciais ou na venda de sua força de trabalho. Suas resistências se exteriorizam quase sempre por meios não violentos, através de furtos, fugas, embriaguez, ociosidade ou, ainda, por explosões puramente emocionais... A perda da autonomia, a transformação das normas de herança de governo e a ocupação do seu território, além da dependência econômica, são as causas mais evidentes das instabilidades em que se encontra a sociedade Macuxi...”²³²

A questão dos delitos não mudaria radicalmente ao longo dos anos, pois a imprensa registrou no ano de 2004 a prisão de nove índios das etnias Macuxi e Taurepang, originários da reserva São Marcos, por haverem contrabandeado combustível na fronteira Brasil-Venezuela, tendo alguns deles fichas criminais por outras acusações.²³³ Mas as manifestações indígenas relativas à fricção interétnica tomariam novos rumos com a organização dos povos indígenas em associações que defendem seus interesses, justamente após o período em que foi concluída a obra de Diniz.

Como fato relevante do contato com a civilização, com o passar dos anos algumas malocas teriam perdido o costume de falar a língua Macuxi, o que teria levado a um resgate das práticas culturais por associações que tratam dos interesses dos índios em Roraima. Nesse escopo, o antropólogo Geraldo Barboza de Oliveira Júnior destaca que “existem cursos para capacitação em línguas indígenas, Macuxi e Wapixana, cursos de medicina indígena, criação de cooperativas para venda de artesanato indígena, etc”.²³⁴

Entretanto, os Macuxi participariam ativamente na economia local por meio da produção de farinha, laranja, banana e hortaliças, havendo também índios dessa etnia que seriam funcionários públicos de prefeituras ou do Estado, principalmente da área de educação,

²³¹ LEONARDI, 2000, p. 71.

²³² DINIZ apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 99.

²³³ ÍNDIOS *são presos acusados de contrabando*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A8, 22 jun. 2004.

²³⁴ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 26.

como professores de primeiro e segundo graus. Até mesmo nas fileiras do exército são encontrados índios Macuxi.²³⁵

Destaca-se que a atuação dos Macuxi em relação à sociedade envolvente teve uma inflexão a partir da década de 1970, quando foram desenvolvidos projetos da igreja católica na região, que coordenou a realização de encontros entre as lideranças indígenas para debater problemas comuns dos índios. O fato que mais aflora como consequência da mudança das atitudes dos índios foi a capacidade de mobilização da opinião pública nacional e internacional em relação aos problemas que lhes afetavam quanto à demarcação das terras indígenas.

Como um dos principais pólos irradiadores dos pleitos dos índios nos movimentos que ocorreriam ao longo dos anos 1980 até os tempos atuais, Diniz constatou que a maloca da Raposa tinha uma população de 177 pessoas no ano de 1964, mas “... há escola desde 1961... é considerada a ‘mais civilizada’, pois essa aldeia possui três prédios que se distinguem: a escola, a capela e a residência das professoras”.²³⁶

Pouco tempo depois, no ano de 1976, o antropólogo Orlando Sampaio Silva perceberia mudanças significativas quanto à atuação dos índios da maloca da Raposa, pois esta teria ascendência política em relação a outras 22 aldeias próximas e uma população de 330 pessoas, praticamente dobrando o quantitativo observado por Diniz em 1964. A respeito do relacionamento dessas aldeias com a sociedade envolvente, Silva complementa que:

“As aldeias Macuxi estão inseridas na zona de pecuária extensiva e tradicional de Roraima. Os reflexos da frente pecuária se projetam sobre os grupos tribais localizados na área. Com efeito, a comunidade da aldeia Raposa conseguiu acumular um pequeno, diversificado e significado criatório. Convém ressaltar sua condição indígena, pois apesar de se manter em contato permanente com a sociedade nacional, nela não está integrada, conservando-se aldeada. Essa comunidade de pequenos produtores não desfruta de crédito bancário, nem tem capital de giro. Está nos limites de uma economia tribal”.²³⁷

Até a década de 1960 era normal a migração de índios Macuxi e Wapixana para a Guiana devido aos atritos com os fazendeiros e garimpeiros, onde encontravam melhores serviços de educação e saúde antes da independência daquele país. Após a saída do governo

²³⁵ LEONARDI, 2000, p. 73; OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 26.

²³⁶ DINIZ apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 100-101.

²³⁷ SILVA apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 101.

colonial inglês a situação se reverteu e a migração passou a ocorrer predominantemente no sentido Guiana-Brasil devido ao caos institucional por que passou o governo local.²³⁸

Entretanto, a problemática no Brasil não mudaria seus contornos, pois os atritos com os fazendeiros continuariam fazendo parte do cotidiano desses índios, conforme exposto por Leonardi:

“... fazendeiros (fazenda Marupu, fazenda Sacrifício) vêm criando grandes problemas para os Wapixana há mais de 20 anos: o gado invade e destrói as roças dos índios; a mão-de-obra indígena é explorada de forma aviltante e contrária às leis trabalhistas mais elementares; os índios são obrigados a se retirar para locais mais distantes da TI Jacamim, ou a emigrar para a Guiana... a forma brasileira de expropriação de terras indígenas nem sempre tem contornos raciais precisos, sendo praticada também por mestiços”.²³⁹

Ocorre que os índios da região seriam cada vez mais pressionados pelas sociedades envolventes, tanto pela manutenção da problemática no Brasil como pelo fato de ocorrer conflitos políticos na Guiana, onde no ano de 1969 ocorreria a revolta do Rupununi, em que índios Wapixana apoiaram fazendeiros brancos e mestiços contra o governo guianense, de esquerda. A revolta teria sido contida pelo exército guianense, fazendo com que fazendeiros e seus trabalhadores Wapixana buscassem refúgio na Venezuela e no Brasil. Na região de fronteira localizada na Serra da Lua, a antropóloga Nádía Farage constatou que:

“... na maior parte das aldeias, cerca da metade da população nasceu e cresceu do outro lado da fronteira. No Brasil, vaguearam pelo trabalho temporário nas fazendas da região, em que se ganhava pouco dinheiro e malária; depressa tiveram seus nomes convertidos para o português, a fim de evitar as recorrentes acusações de ‘guianenses’, ou seja, estrangeiros indesejáveis, por parte da população regional”.²⁴⁰

A busca por trabalho fez com que houvesse a concentração de índios em centros populacionais próximo à fronteira com a Guiana e teve como consequência a modificação de suas culturas. Eles passariam a se identificar com os habitantes das cidades e a tomar partido, em relação aos assuntos dos seus povos, em favor dos interesses dos atores econômicos da região.²⁴¹

Isso ainda levaria a divergências conceituais, tanto na Guiana como no Brasil, sobre a identidade cultural indígena. Esse aspecto foi relevante no caso da prefeita de Uiramutã,

²³⁸ BAINES, 2004, p. 4.

²³⁹ LEONARDI, 2000, p. 63.

²⁴⁰ FARAGE apud BAINES, 2004, p. 4.

²⁴¹ BAINES, 2004, p. 8.

Florany Mota, que passou a divulgar que seria índia Macuxi por possuir ancestrais índios, sendo inclusive aceita pela FUNAI, mas não seria considerada como tal pelo CIMI. Mota defenderia a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol em ilhas, contrariando o CIMI cujos interesses norteavam as lideranças indígenas locais a pleitearem a demarcação em terra contínua.²⁴²

A busca pela demarcação em terra contínua além de outras conseqüências, mobilizaria as populações indígenas no sentido de buscar as identidades culturais de seus ancestrais da região ou inserirem-se dentro das práticas usuais dos índios a fim de justificar os pleitos das organizações de apoio. Além do mais, Baines coletou uma outra situação relevante nesse sentido, quando em uma pesquisa de campo na aldeia Alto Arraia, região da serra da Lua, a professora Corina teria reportado que todos os habitantes dessa aldeia eram nascidos na Guiana, mas teriam receio de divulgar informações a esse respeito depois da demarcação das terras em 1980 e a conseqüente saída do fazendeiro que morava na região. Na verdade, os índios teriam medo porque pensavam que Baines estaria em um trabalho de fiscalização daquela terra indígena.²⁴³

A influência da igreja nas culturas indígenas também é fato relevante desde o século XVIII. Oliveira Júnior destaca que:

“Os Macuxi são em sua grande parte católicos. Entretanto, nota-se um aumento de igrejas evangélicas, principalmente Assembléia de Deus e a Igreja Batista entre os Macuxi. As manifestações religiosas tradicionais, aparentemente, estão pouco visíveis. Entretanto, nota-se que as rezas e fitoterapia indígenas não deixaram de ser praticadas. As danças tradicionais como *aleluia* e *parixara*, hoje são mais praticadas em atos políticos, como em assembléia dos tuxauas ou mesmo em manifestações públicas fora da aldeia”.²⁴⁴

A religião fez parte da construção social de muitos agrupamentos indígenas na região do rio Branco, como na maloca da Raposa onde haveria dois templos, um da Igreja Católica, cuja manutenção ficaria a cargo de um grupo de indígenas dessa religião - inexistindo padre como morador permanente da maloca - e outro da igreja evangélica da Assembléia de Deus, que teve dois pastores de São Paulo residindo por período restrito de tempo naquela aldeia. Conforme relato de Diniz, o contato da igreja com a cultura macuxi teria originado “uma religião sincrética cristã-indígena, fundada por um Macuxi e que se difundiu entre outros

²⁴² FOLHA DE SÃO PAULO, 23/05/2004, apud BAINES, 2004, p. 9.

²⁴³ BAINES, 2004, p. 11.

²⁴⁴ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 26.

grupos da família lingüística Karib. Em 1966, este ritual estava sendo reavivado na maloca da Raposa, por influência dos missionários protestantes”.²⁴⁵

As religiões, personificadas em seus missionários como prepostos, fazem parte de um processo mais abrangente que envolve as influências da sociedade local e levou a uma gradativa aculturação de índios da região. Conforme Oliveira Júnior, na maloca do Contão a maior parte dos indígenas seria evangélica, religião introduzida por missionários da Igreja Batista dos Estados Unidos, e “... apenas os mais velhos permaneciam com o costume de falar em macuxi. O uso de artefatos feitos artesanalmente, era uma raridade”.²⁴⁶

Nessa maloca, os vínculos dos índios com a sociedade envolvente ocorreria por meio da articulação do Tuxaua, interlocutor que atua coordenadamente com o pastor evangélico local. A indicação do Tuxaua seria inclusive parte de um processo em que os índios identificam o representante que possui melhor articulação externa, tanto pelo fato do conhecimento de atores importantes em nível regional como pela capacidade de expressão dos interesses indígenas.²⁴⁷

A mobilização dos índios da região da Raposa Serra do Sol, em uma forma mais abrangente que extrapola o nível da aldeia, teve início na maloca da Raposa quando, no ano de 1963, o Tuxaua Gabriel Viriato teria readquirido uma porção de terra invadida por um fazendeiro para ali desenvolver a bovinocultura e a plantação de mandioca para abastecer de farinha não só a aldeia como o mercado regional. Conforme Santilli, “este fato contribuiu para aumentar a população residente na maloca da Raposa, caracterizando esta maloca como centro de atuação da igreja e do Estado, através do Serviço de Proteção aos Índios”.²⁴⁸

Oliveira Júnior relata que nessa maloca funciona uma cantina desde a década de 1960, criada com o intuito de reduzir a dependência através de um sistema de cooperativa, que revende gêneros básicos (velas, pilhas, fósforos, frutas, panelas e outros). Esse antropólogo também constatou que:

“A Maloca da Raposa, ..., considerada a Capital da Sociedade Macuxi, localizada na AIRASOL, sub-área da Raposa, Município de Normandia – RR, apresenta um quadro social diferenciado em relação a outras malocas Macuxi. Dispõem de Escola e ainda de um Campus Avançado da Universidade Federal de Roraima, instalado em 1994, funcionando com o

²⁴⁵ DINIZ apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 30.

²⁴⁶ Como trabalho artesanal produzido na maloca do Contão, Oliveira Júnior cita que eram fabricados *jamaxis*, “cesto feito de fibra vegetal trançada que é usado nas costas como mochila. Seu uso foi disseminado pelos garimpeiros) em miniaturas nas aulas de educação artística”. OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 42-45.

²⁴⁷ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 42-44.

²⁴⁸ SANTILLI apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 94.

curso de Pedagogia com habilitação em Educação Interétnica. Possuem ainda: posto de saúde; posto da FUNAI; igrejas (católicas e protestante); casa de apoio para visitantes; pistas para avião; e o único posto telefônico instalado dentro de uma Maloca Indígena. As taxas demográficas indicam uma população crescente. A Maloca possuiu, ainda, representantes no cenário político regional: o Tuxaua, vereador em 1988-1992 e vice-prefeito do Município de Normandia em 1992-1996. Um de seus irmãos foi vereador de 1992-1996”.²⁴⁹

Como costume na maloca, Oliveira Júnior nos traz fatos que poderiam passar despercebidos no que diz respeito à disposição dos habitantes locais em vencer as barreiras levantadas pelos não índios quando postulam uma imagem do índio como preguiçoso. Em depoimentos coletados, destaca-se o relato de João Raposo para um costume dos pais em relação aos filhos adolescentes de colocar duas gotas de sumo de pimenta malagueta nos olhos para “... limpar a vista e curar a preguiça que é comum nos jovens”. O próprio Oliveira Júnior teria observado uma índia “... com as pernas cortadas em pequenos filetes, feito com lâmina de *gilete*, que depois ela passou uma mistura de sumo de pimenta, com limão e sal... pra curar preguiça e indisposição”.²⁵⁰

Santos ressalta também uma dimensão relativa à construção de uma nova identidade dos povos indígenas na região do Branco quando faz a observação de que:

“Se pela passagem de meados do século XX, estes povos tendiam a desaparecer enquanto etnias consumidas pelos avanços da sociedade regional, com a organização do movimento político indígena nas últimas décadas, tende a se desenvolver movidos pelo processo de construção de uma nova identidade”.²⁵¹

Como exemplo disso, surgiu o Conselho Indígena de Roraima, organização criada no ano de 1987 após a realização de diversas reuniões comunitárias fomentadas pela igreja na região ao longo das décadas de 1970 e 1980, que atua preponderantemente na questão relativa à demarcação da Raposa Serra do Sol. Juntando esforços dos índios das quatro etnias da área (Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó) na tentativa de fortalecer a imagem dos tuxauas, líderes dos povos, para atuarem mais efetivamente na defesa de seus interesses, esse conselho

²⁴⁹ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 62-65.

²⁵⁰ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 67.

²⁵¹ SANTOS, 2003, p. 96.

surgiu com a aglutinação dos Conselhos Regionais das Serras (criado em 1980), da Raposa, Surumu, Baixo Cotingo, Amajari, Serra da Lua, Taiano e São Marcos.²⁵²

Em outra dimensão, as influências para a integração desses povos indígenas à sociedade local roraimense também fizeram parte de políticas governamentais de nível federal quando, no ano de 1977, o filho de um tuxaua de nome Ricardo Aleixo foi o primeiro indígena a receber um título de propriedade de terra como início de um processo implementado pelo INCRA para, nas palavras de seu presidente, Lourenço Vieira da Silva, “intensificar o cumprimento efetivo da Lei 6001 do Estatuto do Índio que estabelece em seu artigo 33 a regularização de terras até 50 hectares que forem ocupadas por índios, durante um período de dez anos consecutivos”.²⁵³

Santos observa a existência na região de um processo de integração do índio à sociedade local quando a implementação da propriedade privada muda a concepção de bem coletivo no imaginário indígena. Além disso, ocorreria ao longo do tempo a mudança das práticas culturais em que:

“... no primeiro momento, era considerado indígena aquele que vivia isolado da sociedade nacional brasileira, andava nu, usava flecha e outros objetos e práticas mais específicas desse povo. Num segundo, o chamado caboclo, este vestia roupa e usava outros objetos e práticas da sociedade não-indígena, convivendo ou não diretamente com este. Por último, era a fase que o indivíduo perde completamente seu vínculo com seu povo de origem e se torna indistinto de outros indivíduos da sociedade dita civilizada... Tomando como referencial, mais especificamente, os Macuxi e os Wapixana, como sabemos, a cultura desses dois povos sofreu alterações bastante significativas: houve mudança no formato de suas habitações; incorporou-se uso de roupas não-indígenas; a língua materna em grande escala foi esquecida; passou-se a consumir produtos que lhe eram estranhos e a participar, de alguma forma, do mercado local”.²⁵⁴

Esse processo ‘civilizatório’ da identidade indígena - que envolveu até a própria Igreja - como expressão de uma dimensão da fricção interétnica, não só pode ser percebido no caso dos índios da região da Raposa Serra do Sol como faria parte de um sistema complexo em que diversos atores em nível local, regional, nacional e internacional executam ações segundo interesses distintos, às vezes contraditórios, ou mesmo opostos. As atitudes e os discursos evidenciados nos assuntos concernentes ao que podemos chamar de problemática da Raposa Serra do Sol são aspectos relevantes para o entendimento dos processos que envolvem

²⁵² Disponível em: http://www.cir.org.br/cir_organizacao.asp. Acessado em 17 Jan. 2006.

²⁵³ JORNAL BOA VISTA, 25/06/1977, apud SANTOS, 2003, p. 92-93.

²⁵⁴ SANTOS, 2003, p. 93-96.

relações de causa e efeito nos diversos cenários representados entre o nível local até o internacional e que merecem uma maior atenção.

2.2. Vários atores, diferentes propósitos: caldeirão de interesses

Em que pese certa identidade cultural e estabilidade do Estado nacional no imaginário da população local da Amazônia brasileira, exemplificado na eleição do primeiro prefeito índio, ocorrido uma cidade na fronteira do Estado do Amapá ²⁵⁵, este tipo de respeito aos princípios culturais das populações locais não é o padrão, mas sim uma exceção do que vem ocorrendo desde a conquista da Amazônia brasileira, no período colonial.

A absorção dos povos indígenas pela sociedade envolvente e posicionamentos pré-concebidos em relação às suas possibilidades de desempenhar papéis junto aos ditos povos civilizados seriam fatores relevantes na história desses povos ao longo do século XX.

No início daquele século as políticas públicas para a região eram mais simplistas, tanto pela inexistência de estudos aprofundados como pela visão de segurança nacional que fez parte da concepção estratégica regional desde a chegada dos portugueses. Assim ocorreu com o advento do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), órgão criado no ano de 1910 para promover uma ação civilizadora em relação aos índios e incorporar os territórios longínquos à grande nação brasileira, que resolvia praticamente todos os problemas relativos aos indígenas dentro de uma visão sertanista. ²⁵⁶

Esse tipo de pensamento teria influenciado a atuação do SPI até a criação da FUNAI, no ano de 1967, cujo processo de transformação teria como motivações: a mudança da prática assimilacionista do Estado brasileiro, a redefinição da burocracia estatal para um novo impulso desenvolvimentista, as denúncias de corrupção do órgão e o descaso em relação aos índios, além da repercussão relacionada a mortes de vários índios na imprensa internacional. ²⁵⁷

Assim, a vertente militar da administração dos assuntos indígenas seria paulatinamente modificada até o final do século XX com a abertura política e a atuação de antropólogos renomados em funções técnicas na FUNAI. Além disso, a concepção do indigenismo sobreporia a do sertanismo, na tentativa de deixar para trás a visão do bandeirante como o esteio da ocupação das terras longínquas e da manutenção das fronteiras nacionais.

²⁵⁵ Ocorrida na cidade de Oiapoque, no ano de 1996.

²⁵⁶ BIGIO, 2000, apud ANDRADE, 2003, p. 26.

²⁵⁷ SOUZA LIMA, 1995, apud ANDRADE, 2003, p. 29-31.

Não podemos esquecer que a visão geopolítica do governo federal, à época da ditadura militar, tinha fundamentos sólidos relacionados à segurança nacional, tendo um dos ícones do planejamento estatal, General Golbery do Couto e Silva, afirmado que:

“... o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõem-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização...”.

²⁵⁸

Dessa forma, a geopolítica aplicada pelo governo federal começou a encontrar resistências no que concerne às ações para os índios do Brasil e as bases do planejamento estatal seriam abaladas com as novas concepções de suporte aos povos indígenas. O projeto de país, pensado durante o período desenvolvimentista capitaneado pelos militares, seria muito mais difícil de ser implementado ao final do século XX devido às influências de agendas internacionais que direta ou indiretamente estavam ligadas aos direitos humanos, direitos das minorias ou meio-ambiente.

Uma tentativa de consolidar a ocupação da região pan-amazônica pelos países da região partiu do governo brasileiro no ano de 1977 quando o Itamaraty propôs a vários países vizinhos o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), tendo Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname assinado o mesmo até o ano de 1979. Conforme Myiamoto, pouco tempo depois da assinatura do TCA, a partir de 1980, ocorreria nova onda de militarização da Amazônia quando ascendeu ao poder no Suriname Desi Bouterse, “tido como simpatizante da causa marxista e aceitando benefícios do regime de Fidel Castro, ... inspirava o temor de uma ‘cubanização’ do Suriname”. Também a Guiana era tida como simpatizante da ideologia marxista, compondo esses aspectos parte de um cenário visualizado pelo governo federal que levaria à criação da Base Aérea de Boa Vista, no ano de 1984, e das forças de pronta-resposta.²⁵⁹

Ainda na década de 1980 surgiu a concepção de um grande projeto interministerial para o desenvolvimento da região amazônica, ao norte das calhas dos rios Solimões e Negro, chamado de Projeto Calha Norte (PCN). No ano de 1985, o presidente José Sarney, primeiro presidente civil após a ditadura militar no Brasil, instituiu um grupo de trabalho que trataria dos assuntos do projeto e que era composto pela Secretaria de Planejamento da Presidência da

²⁵⁸ GOLBERY apud ANDRADE, 2003, p. 45.

²⁵⁹ MYIAMOTO apud ANDRADE, 2003, p. 47.

República (SEPLAN), pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério do Interior, que teriam por incumbência “...consolidar e apresentar um Plano para desenvolvimento da região”. Para conferir legitimidade à iniciativa, que partiu da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, identificaram-se alguns aspectos da problemática da região amazônica, como sendo “o imenso vazio demográfico..., o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassamente povoada, ... a susceptibilidade da Guiana e o Suriname à influência marxista, aspectos estes que tornaram vulnerável a soberania nacional”. Ainda, foi exposta a necessidade premente de ações no sentido de promover:

a) incremento das relações bilaterais; b) aumento da presença militar na área; c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira; e) ampliação da infraestrutura viária; f) aceleração da produção de energia hidrelétrica; g) interiorização de pólos de desenvolvimento econômico; h) ampliação de oferta de recursos sociais básicos”.²⁶⁰

Para Santilli, o PCN seria o grande aglutinador das políticas assistencialistas para as populações indígenas, inclusive com a “... cooptação das lideranças locais”. Para esse antropólogo, “o PCN não altera o sentido assimilacionista que sempre marcou a política indigenista oficial do Brasil, mas a incorpora definitivamente às políticas que vão de encontro aos índios na fronteira nacional”.²⁶¹

Santilli acrescenta que ocorreria também o embate entre duas vertentes opostas durante os anos 1980 quando:

“Por um lado, emergiam-se na cena política nacional os movimentos indígenas, articulados a organizações indigenistas, voltadas a intervir no processo constituinte e aprimorar a legislação indigenista. Por outro lado, articulava-se no âmbito ministerial, mais especificamente valendo-se da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, um projeto de colonização das fronteiras amazônicas denominado ‘Calha Norte’”.²⁶²

Com a ascensão do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) ao poder houve a paralisação do projeto Calha Norte até que o mesmo fosse retomado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), embalado por um grupo de parlamentares de Roraima que articulou a sua inclusão no Plano Plurianual (PPA) referente aos anos 2000-

²⁶⁰ Conforme EM 018/85 e EM 770/85. In ANDRADE, 2003, p. 48-49.

²⁶¹ SANTILLI apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 114.

²⁶² SANTILLI, 2001, p. 54.

2003, mais conhecido como “Avança Brasil”. Para tanto, passou o Calha Norte por reestruturação, sendo denominado Programa Calha Norte (PCN) e mesclou ações que atendiam respectivamente à soberania nacional e ao desenvolvimento regional, adaptando a política de segurança nacional aos desígnios da abertura política ocorrida na década de 1980.²⁶³

A soberania nacional seria agora reforçada por meio dos pelotões de fronteira e das ações sociais, perdendo esse tipo de status os postos indígenas, como era usual nos tempos do SPI e sua transição para a FUNAI. Essa foi a resposta para os novos desafios da problemática indígena, desafios esses que estavam ligados à mudança qualitativa dos modelos de inserção dos índios na sociedade, agora por meio de organizações não governamentais e políticos eleitos por esses povos, significando para a vertente ligada à segurança nacional um agravamento da situação das fronteiras, haja vista a preocupação dos órgãos governamentais na vinculação dos índios com as fronteiras políticas, conforme observado desde o período colonial.

Paralelamente, as discussões acerca das demarcações de terras indígenas em área de fronteira tomaram grande vulto, com discussões acaloradas desde a demarcação da terra indígena Ianomâmi pelo presidente Collor, no ano de 1992. Diversos atores nacionais com interesses na região amazônica já vinham argumentando a possibilidade de expropriar parte do território Ianomâmi em favor de interesses econômicos ligados à exploração mineral alegando a desproporcionalidade do território alocado para os índios, fato que acabou não ocorrendo devido a pressões internacionais onde foi evidente os ataques da imprensa e a atuação de ONG's e de governos de países desenvolvidos.

No caso da reserva Ianomâmi, conforme Santilli, a atuação do governo federal para a retirada de garimpeiros da área Ianomâmi traria conseqüências para outras regiões no leste de Roraima, quando o fluxo de garimpeiros “...foi redirecionado no rumo inverso, para a área Raposa-Serra do Sol, junto à fronteira com a Guiana, sintomaticamente mais vulnerável por não se encontrar regularizada enquanto terra indígena”.²⁶⁴

Ressalte-se que na demarcação da Terra Indígena Ianomâmi venceu a vertente que dava aos índios a maior porção de território, com argumentos que elencavam a alegação de apologia do utilitarismo dos não índios para explorar as terras indígenas e o excesso de zelo

²⁶³ ANDRADE, 2003, p. 58-60.

²⁶⁴ SANTILLI, 2001, p. 94.

pela segurança nacional, além da necessidade de os índios possuírem território compatível para a manutenção de sua cultura, principalmente alimentar.

Mas a vertente ligada à soberania nacional não se deu por vencida e continuou mantendo o mesmo tipo de discurso nos anos vindouros com a ampliação tanto do escopo como do volume de críticas ao modelo implementado pelo governo Collor. Com isso, atores de Roraima com interesses na ocupação dos espaços territorial e econômico passaram a pressionar cada vez mais a sua bancada nas Câmaras do Legislativo Federal nas definições de políticas de seu interesse. Tal fato foi observado por Vieira no Primeiro Painel da Demarcação Administrativa de Terras Indígenas, realizado em 1996:

“Nesse painel, um dos organizadores, o economista Getúlio Cruz, diretor e proprietário do Jornal Folha de Boa Vista, ex-Governador do estado, afirmava que havia uma necessidade de Roraima definir as questões indígenas, e que a bancada federal de Roraima no Congresso Nacional deveria se esforçar para definir essa questão”.²⁶⁵

Também ocorreu a acusação de forma acintosa contra a igreja católica de que esta defenderia interesses dos países desenvolvidos para possibilitar a dominação da Amazônia, devido à existência de riquezas na região. Conforme a argumentação usualmente empregada, a igreja usaria a expressão “nação indígena” de maneira a facilitar a identificação de minorias étnicas e áreas indígenas a serem protegidas com a criação de Estados independentes ou tutelados, apesar de Vieira argumentar que não existiriam documentos que comprovassem esse tipo de tese.²⁶⁶

Entretanto, comprovado ou não o envolvimento da igreja com a internacionalização da Amazônia, o tipo de ação implementada por essa instituição nas últimas décadas do século XX vai de encontro à doutrina de segurança nacional brasileira desde o período colonial, que visava a integração do território nacional. Essas ações da Igreja em defesa das minorias étnicas indígenas trouxe, como consequência, o nacionalismo intempestivo de diversos atores nacionais com base nas consequências advindas das ações dessa instituição perante o cenário internacional.

Paralelamente, os debates sobre a demarcação de terras indígenas levariam ao aumento do nível de participação dos atores, inclusive de organizações representantes dos povos indígenas (como o Conselho Indígena de Roraima) na busca de uma melhor

²⁶⁵ VIEIRA, 2003, p. 198.

²⁶⁶ VIEIRA, 2003, p. 200-201.

efetividade na realização de seus interesses. Houve uma mudança qualitativa na maneira de agir dos povos indígenas de Roraima, conforme descrito por Vieira:

“...é oportuno eliminar um forte equívoco difundido na região de que, os índios são incapazes de pensar, de entender a realidade a sua volta e, sobretudo, de formular propostas concretas, tanto para solucionar problemas detectados, como para prover políticas que devam ser adotadas e dessa forma participarem do processo de desenvolvimento do próprio estado no qual suas organizações nunca foram consultadas”.²⁶⁷

Vieira ainda ressalta a capacidade de percepção dos índios em relação às medidas implementadas pelos atores da vertente ligada à segurança nacional, quando traz argumentos encontrados na “Carta Aberta às Autoridades”, resultado da XXXI Assembléia dos Povos Indígenas de Roraima, encontro este que reuniu mais de 600 lideranças indígenas no ano de 2002, em uma clara demonstração de capacidade organizacional e política. Sobre o documento concebido nesse encontro, o pesquisador ressalta que os índios possuem:

“... compreensão muito ampla da própria vida das populações indígenas que vivem em Roraima e estão cada vez mais afetadas devido aos amplos projetos de interesses econômicos e político alinhavado por empresários e pelo estado em suas terras. Há um destaque especial para os interesses políticos, com a implantação dos novos municípios em territórios indígenas, como o de Uiramutã e Pacaraima em 1995, em áreas como a Raposa Serra do Sol e São Marcos, respectivamente. A presença ilegal de vilas, que serviram antes como base de apoio aos garimpeiros, agridem as comunidades de todas as formas, em especial como agentes transmissores de doenças, com a venda de bebidas alcoólicas, com a prostituição e a poluição das águas das cabeceiras dos rios. Existe ainda a presença do Exército, Polícia Federal, Civil e Militar e os projetos de interesse público também em áreas indígenas: energia, asfaltamento, construção de vicinais, que em nenhum momento são discutidos com os lesados, os índios... os projetos efetivados em suas áreas são, em sua maioria, usados para obstruir a demarcação de suas terras; prova maior disso está na criação de vários municípios e na imposição de "projetos de interesse público" ou ainda na realização dos "objetivos nacionais permanentes", que, aliás, nós nunca soubemos, na verdade, quais são, que nunca levarão em consideração os interesses, os desejos e as satisfações dessas populações”.²⁶⁸

Interessante observar que a argumentação de Vieira expressaria uma realidade percebida pelos índios em relação aos atores nacionais que direta ou indiretamente atuam na região de Roraima, refletindo uma concepção extremamente danosa aos interesses indígenas e propiciando a busca de alternativas para reverter esse cenário. Esse tipo de argumentação

²⁶⁷ VIEIRA, 2003, p. 208.

²⁶⁸ VIEIRA, 2003, p. 208-209.

justificaria uma resposta assertiva das populações indígenas nos moldes encontrados nas últimas décadas, como uma maior visibilidade de suas aspirações em nível nacional e internacional.

Entretanto, as ações estrategicamente implementadas pelos índios para reverter a situação secular a que foram submetidos durante a conquista e ocupação dos territórios somente poderiam ocorrer com o auxílio de organizações externas de suporte ou por meio de uma espécie de aculturação relativa desses índios. Essas possibilidades descritas anteriormente levariam os índios a atuar no mundo dos não índios por meio do conhecimento de suas artimanhas, do funcionamento das redes de comunicação e da influência política, que representariam em conjunto a aquisição de poder pelas sociedades indígenas, como também a sua ‘destribalização’.

Conforme Oliveira Júnior, como parte de um processo iniciado na década de 1980 com a criação da UNI (União das Nações Indígenas) e de outras organizações indígenas que mudaram as relações entre os indígenas e a sociedade civil, ocorreu que no estado de Roraima, na década de 1990:

“... os indígenas passaram a atuar de maneira ativa no processo político: tornam-se eleitores e elegíveis; criam associações para defender os interesses indígenas e articulam acordos com instituições internacionais para defesa de seus interesses, como por exemplo a Survival Internacional [Organização Não Governamental, sediada nos Estados Unidos, que trata dos direitos indígenas no Mundo. No Brasil, esta ONG manifestou-se em relação à AIRASOL]. Eles questionam a condição de serem meros ‘objetos’ de especulação antropológica e se colocam como interlocutores de seu próprio conhecimento. No espaço de uma década houve uma considerável mudança nas relações interétnicas entre os Macuxi e a sociedade regional e, também, na análise antropológica deste fenômeno”.²⁶⁹

A antropóloga Alcida Ramos coloca interessante argumentação como parte do processo de atuação da sociedade envolvente, em que se inclui a Igreja, sobre a população indígena:

“Assim como toda a política indigenista no Brasil é um fenômeno que vem de cima para baixo, também a emergente consciência indígena é o resultado de estímulos diversos. Primeiro temos a atuação do CIMI...:criou condições para a realização das assembléias indígenas...Depois do CIMI, temos a criação, por indígenas estimulados por alguns brancos, de uma organização indígena, um enorme passo na direção de autoconsciência e autodefesa. Mas

²⁶⁹ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 8-9.

todas essas tentativas surgiram de esforços externos às comunidades mesmas”.²⁷⁰

Em contrapartida, apesar da mobilização indígena, constata-se que as estratégias dos atores nacionalistas não teria inflexões ao longo do tempo para contrapor a capacidade de adaptação dos índios em atingir os seus objetivos propostos. Conforme argumentado anteriormente, além da implementação de programas assistencialistas, ocorreu a intensificação das denúncias ligadas à ameaça da soberania nacional e à inviabilidade econômica das demarcações das terras indígenas em uma tentativa de conjugar esforços em nível nacional para reverter o processo em marcha no estado de Roraima, sem grande efetividade apesar de presente na mídia nacional.

Mas, fatos ligados a escândalos de alguns atores nacionalistas fariam a balança pender para a defesa dos interesses indígenas, exemplificado nas denúncias de corrupção no governo de Roraima e seu apogeu no caso Gafanhoto²⁷¹, em 2004, ou nas acusações contra as Forças Armadas Brasileiras, presentes na região, de atuarem deliberadamente contra os interesses indígenas, ao instalarem-se próximas a seus territórios. Estas situações, divulgadas pela mídia, constituiriam uma visão altamente negativa dos atores nacionalistas e que propiciaria grande vantagem à imagem que expõe minorias étnicas oprimidas nos cenários nacional e internacional.

Como parte da estratégia dos atores nacionalistas é inegável seus esforços, nas últimas décadas do século XX, em fazer com que os povos indígenas atuem dentro de uma lógica capitalista tanto ligada à propriedade privada como de sua inserção na economia regional do estado de Roraima, fato que acabou vindo ao encontro das aspirações indígenas de melhoria do bem-estar, mudando a estratégia secular de uma economia colonial de cunho extrativista ou de regime de escravidão e semi-escravidão.

Essa lógica foi inclusive parcialmente possibilitada com o auxílio da Igreja em seus projetos da ‘cantina’ e do ‘gado’, que inseriram uma mentalidade voltada para a administração dos recursos e venda dos excedentes de produção no mercado regional, quando o padre responsável pela região da Raposa sugeriu que se criasse uma cooperativa indígena, designada posteriormente como projeto de cantinas comunitárias, a fim de diminuir a sua

²⁷⁰ RAMOS, 1982, apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 31.

²⁷¹ Nome dado aos beneficiários de um esquema de corrupção de agentes públicos que desviava recursos da União para pagamento de funcionários ‘fantasmas’.

dependência em relação a marreteiros, fazendeiros e donos vendas que os exploravam, evoluindo depois para a bovinocultura a fim de se tornar auto-sustentável.

Também, o acesso à educação, os projetos de nível governamental e a atuação política de representantes indígenas propiciaram essa inserção dos índios na sociedade roraimense, ainda que revestida de uma vertente culturalista.

Entretanto, podemos identificar, dentre várias dimensões, a separação entre as esferas federal e estadual no que concerne à problemática indígena no estado de Roraima. Em relação ao nível federal algumas atitudes foram diretamente contra os interesses das elites de Roraima quando o Estado brasileiro modificou a concepção do SPI para uma atuação não assimilacionista através da FUNAI, quando um órgão do governo federal atuou ativamente em favor dos direitos indígenas, como é o caso da Procuradoria Geral da República, quando se reformulou a constituição federal na assembleia constituinte de 1988 - ampliando os direitos e o reconhecimento dos povos indígenas -, ou quando ocorreu a demarcação de amplas áreas para os povos indígenas.

Esse conjunto de práticas de órgãos federais vão de encontro a um histórico secular de atitudes voltadas para o desenvolvimento regional e segurança nacional, quando ameaça os interesses do Estado de Roraima por meio da perda de território produtivo para populações indígenas e de uma alegada superproteção dos índios em nível federal, apesar de controvérsias no legislativo. Esse contexto torna-se relevante quando se observa que a criação daquele território federal nos idos de 1940 tinha como fundamento uma vertente histórica geopolítica de cunho desenvolvimentista e de segurança, que ao invés de acompanhar a esfera federal ao longo do final do século passado, acentuou suas características nacionalistas após a sua transformação de Território Federal para Estado de Roraima, investindo-se de uma maior independência política e inserindo-se como um ator de destaque na região amazônica.

Santilli apresenta uma problemática da região do rio Branco em que o desmembramento daquele Território Federal em relação ao estado do Amazonas possibilitaria “... uma relativa autonomização administrativa da sociedade regional, o que traria enorme impacto à formulação da política fundiária relativa às terras indígenas”. Dentre as mudanças observadas por esse antropólogo, destaca-se as presenças do “... Serviço de Proteção aos Índios, sediado na Fazenda São Marcos, e a missão evangelizadora beneditina, fundada às

margens do alto Rio Sumuru, entre as aldeias Macuxi”, que seriam acompanhados de procedimentos clientelistas para mediar as relações entre os índios e a população regional.²⁷²

Essas relações clientelistas não se sustentariam por muito tempo, como ocorrido no século XVIII (descrito no Cap. I), tendo por motivação tanto a interrupção ou a diminuição dos favores aos índios como a “... crescente depredação das roças indígenas pelo gado e o cerceamento da mobilidade dos índios de suas práticas de exploração econômica...”. Santilli acrescenta que:

“O padrão das relações clientelistas não se restringia, porém, às relações com os regionais; ao contrário, pautava, ainda, a atuação de agências indigenistas, isto é, o Serviço de Proteção aos Índios e os missionários beneditinos, que mais tarde, viriam a ser substituídos, respectivamente, pela Funai e pela Ordem da Consolata”.²⁷³

Entretanto, nas três últimas décadas do século XX ocorreriam mudanças nas relações entre a população indígena e a sociedade envolvente, propiciadas em parte pela reformulação das agências indigenistas e de outra parte, conforme Santilli:

“No plano político mais amplo da sociedade nacional houve, também, desde o início da década de 1980, a emergência da questão étnica, com a projeção de movimentos sociais e de lideranças indígenas que passaram a atuar com maior desenvoltura, conquistando espaços nos meios de comunicação e interferiu diretamente no congresso constituinte de 1988. A constituição promulgada em 1988, foi inédita ao reconhecer aos índios o direito à diferença, rompendo com a tradição assimilacionista, instituída pela legislação anterior, e criando as condições legais para a superação da tutela do Estado, estabelecida pelo Código Civil brasileiro. Ao assegurar aos índios, suas comunidades e interesses, a nova constituição extinguiu o monopólio do Estado na representação dos índios, exercido nas últimas décadas pela Funai; abriu-se, assim, espaço para que os próprios índios se credenciassem como protagonistas legítimos de seus pleitos e ações perante o Estado... em decorrência das disposições contidas na constituição vigente, houve também a autonomização das esferas jurídicas do Estado... Veio, desse modo, o Ministério Público a somar forças com a preexistente Advocacia Geral da União, quem toca defender as terras indígenas, que constituem bens da União”.²⁷⁴

A constituição federal de 1988 eliminaria a possibilidade de incorporação dos índios à unidade nacional como pensada pelos atores nacionalistas, pois, em seu texto, a aceitação das culturas indígenas possibilitaria o reconhecimento implícito da coexistência de várias nações

²⁷² SANTILLI, 2001, p. 39.

²⁷³ SANTILLI, 2001, p. 39.

²⁷⁴ SANTILLI, 2001, p. 46-47.

compondo o Estado Brasileiro. Além disso, houve a ascensão do poder legislativo e do Ministério Público Federal como articuladores entre o Estado e as populações indígenas no cenário nacional.²⁷⁵

As relações entre os atores da região adquiriram uma complexidade crescente após a assembléia constituinte de 1988, de tal monta que mudaram as suas relações tanto qualitativa como quantitativamente. Cerca de uma década depois, no caso da demarcação das terras da Reserva Raposa Serra do Sol, a discordância das populações indígenas quanto à condução das políticas governamentais provocaram reações noticiadas em nível nacional, que levaram, dentre diversas situações, à invasão da sede da FUNAI em Boa Vista (RR), quando exigiu-se uma reunião com o Presidente daquela Fundação, no ano 1999, para discutir a mudança da demarcação da reserva, determinada pelo Ministério da Justiça²⁷⁶, ou mesmo no ano 2000, a oposição à construção de quartéis para novos pelotões especiais de fronteira (PEF), do Exército Brasileiro, motivada pelos conflitos sociais com os próprios soldados, como o aumento de prostituição de índias e alcoolismo nas aldeias.²⁷⁷

A discordância de organizações indígenas em relação à instalação dos pelotões de fronteira levaria ainda à elaboração de um termo de convivência com representantes do Exército, no Comando Militar da Amazônia (CMA), para minorar os problemas culturais e sociais entre os militares e os habitantes das aldeias”.²⁷⁸

Mas não só com o Exército Brasileiro os índios da região de Roraima tiveram problemas de convivência. Da mesma forma, a relação conflituosa com os garimpeiros, no caso da demarcação das terras Ianomâmi, trouxe a influência internacional ligada aos interesses na Amazônia, cuja pressão foi acentuada, concomitantemente, com as mudanças no cenário internacional ocorridas a partir da década de 1980 (com o fim da Guerra Fria) que tornaram a Amazônia alvo de diversas especulações relacionadas com a agenda ambiental e direitos de minorias, mas minimizada recentemente devido ao retorno de uma agenda internacional voltada para a segurança.

Essa diminuição da pressão internacional não significa, necessariamente, que mudaram de escala os interesses externos na região amazônica, atestados com a permanência de estruturas como ONG, missionários e capital estrangeiro, que se ocupam com as questões

²⁷⁵ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 115.

²⁷⁶ ÍNDIOS de RR invadem sede da Funai local. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 Jan. 1999.

²⁷⁷ ÍNDIOS se opõem à construção de quartéis em áreas próximas às reservas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A9, 27 out. 2000.

²⁷⁸ BRASIL, Kátia. *Objetivo é impedir conflitos índios e militares terão regras de convivência*. *Folha de S. Paulo*, p. A10, 10 dez. 2002.

relativas às populações indígenas, além de recursos hídricos, minerais, ambientais, territoriais inseridos em uma reserva biológica de valor indeterminado.

Como parte dos vetores contrários ao interesse nacional, a alegação de que a multiplicação de áreas indígenas demarcadas representa um problema social gravíssimo no Estado de Roraima, onde todos os seus municípios fazem parte da faixa de fronteira (conforme previsto na legislação brasileira), pode também ser usada para dissimular interesses locais e nacionais na região. Como exemplo prático, as elites locais utilizariam argumentos relacionados à soberania para defender seus interesses, em oposição a grupos que integram a proteção de minorias e meio-ambiente, cujas organizações possuiriam relações complexas e objetivos diversificados, compondo grupos nacionais e internacionais.

Lívia Barbosa, analisando a polaridade de interesses na região, argumenta que duas frentes de atuação seriam identificadas quando:

“Ambientalistas e associações pró-índio se unem na condenação da exploração mineral na região, enquanto líderes garimpeiros, elites regionais e parte das elites nacionais vão exercitar, em várias dimensões, o mesmo discurso: - É justo imaginar uma Amazônia sem exploração mineral, garimpeira ou empresarial?”²⁷⁹

Pode-se dizer que a disputa pela demarcação da TI Raposa Serra do Sol além de possuir aspectos ligados à observação de Barbosa, a ultrapassa. Acrescenta-se que a imagem referente a minorias étnicas oprimidas permeou o cenário internacional e foi capa do *The New York Times*, em 21 de julho de 1996, quando o governo brasileiro foi responsabilizado pela demora em demarcar aquela área indígena. Ademais, esse tipo de imagem fez parte de pressões de ONG internacionais junto ao governo brasileiro quando o *World Rainforest Movement* atuou junto ao Presidente Cardoso para solicitar a retirada de garimpeiros da área Yanomami e a *Survival Internacional* promoveu a confecção de um abaixo-assinado acerca da demarcação da área da Raposa, conforme abaixo descrito:

“O contínuo atraso na demarcação da área indígena Raposa-Serra do Sol não deixou outra opção aos índios Makuxi, Ingarikó, Wapixana e Taurepang, a não ser agirem diretamente contra os garimpeiros ilegais em suas terras. Em março de 1994 eles bloquearam estradas, numa tentativa de impedir a chegada de suprimentos aos garimpeiros e também chamar a atenção do público para a terrível situação dos indígenas em Roraima. A resposta da polícia a esta manifestação pacífica foi a violência. Armados com metralhadoras, os policiais usaram tratores para remover as barricadas,

²⁷⁹ BARBOSA, Lívia. *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 4, n. 8, 1991, p. 229-243. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/87.pdf>. Acessado em: 03 maio 2005.

atacaram e destruíram um acampamento índio no bloqueio de Machado e espancaram um dos índios. Nós, abaixo assinado exortamos o governo brasileiro a:

- Por fim a perseguição violenta aos povos indígenas de Roraima.
- Demarcar em caráter de urgência, de acordo com a própria legislação (artigo 231 da Constituição) a área indígena Raposa/Serra do Sol, e expulsar todos os garimpeiros e fazendeiros que ocupam ilegalmente o território dos índios”.²⁸⁰

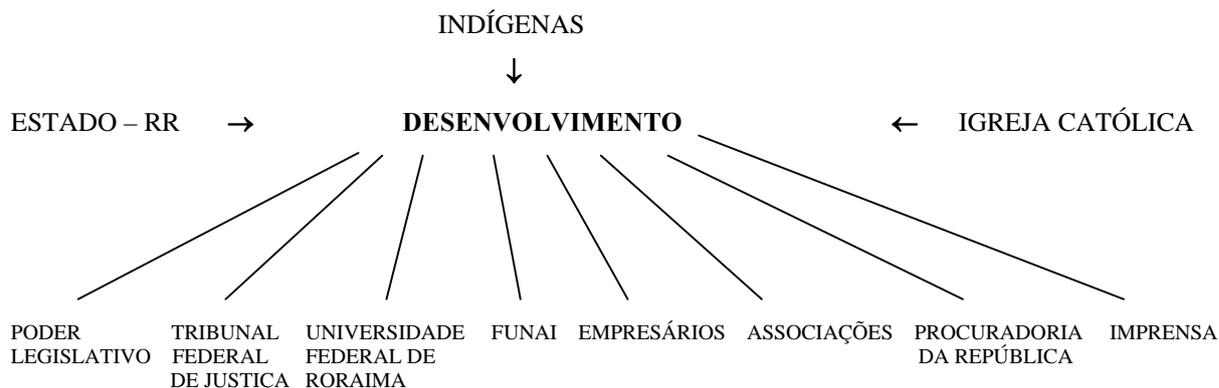
Como pode ser percebido, afora a atuação da imprensa internacional e de ONG's, a problemática indígena tem contornos bastante complexos em relação às pressões políticas, econômicas e sociais que incidem sobre as esferas federal e estadual, no que concerne ao Estado de Roraima, haja vista os embates entre órgãos governamentais, ocorridos durante a demarcação das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol, que revelam toda uma gama de fatores a serem levados em consideração para compreender o tema e matizar o conceito de soberania aplicado à região em pauta.

Compondo esse sistema complexo de relações de interesse, a bancada federal de Roraima atuaria em conjunto e em favor dos atores nacionalistas, mesmo tendo em sua composição bandeiras políticas díspares; talvez, em decorrência da representatividade política dos povos indígenas de Roraima não haver chegado ainda ao nível federal, apenas compondo uns poucos postos nos municípios próximos a AIRASOL, o que já é grande feito pensando-se na história de longa duração da região do Branco em que a subserviência e o conflito interétnico fizeram parte da construção social reinante.

Para abstrair os processos que se estabeleceriam ao longo dos anos 1990, Oliveira Júnior contribui para a compreensão dos relacionamentos sistêmicos entre atores em Roraima, na tentativa de esboçar um quadro inter-relacional dos mesmos em torno das questões dos índios e do desenvolvimento do Estado, conforme abaixo descrito:

²⁸⁰ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 112-113.

Falas e Trajetória dos Atores Sociais



Fonte: OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. *Os Macuxi: desenvolvimento e políticas públicas em Roraima*. 1998. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, ILHA DE SANTA CATARINA, 1998.

Para delinear o quadro acima, Oliveira Júnior ainda argumenta que:

“A Procuradoria da República, a associação Brasileira de Antropologia – ABA - e a Universidade Federal de Roraima, são três instituições, que na trajetória da questão indígena de Roraima, têm contribuído para superar o quadro de alteridade entre os diversos segmentos sociais envolvidos na questão. As falas destas três instituições convergem em um sentido comum: a necessidade de fazer valer os direitos dos indígenas; e, especificamente em relação aos Macuxi, vê-los como indígenas de fato e direito e usufruindo do acesso às políticas públicas de caráter desenvolvimentistas aplicadas na região pelo Estado”.²⁸¹

Entretanto, a unidade de ação não seria um padrão do sistema construído em torno da questão indígena em Roraima. Na Universidade Federal de Roraima (UFRR) ocorreria, assim como nos órgãos de imprensa e do governo federal, o surgimento de concepções díspares sobre a problemática indígena no Estado, dentre as quais Oliveira Júnior ressalta tanto o desenvolvimento de estudos para viabilizar a alteridade indígena e sua aceitação pela população de Roraima, no sentido de deixar de perceberem o índio como um elemento de empecilho frente ao desenvolvimento econômico da região, como opostamente também aparece a relativização dos direitos indígenas por meio do conceito de ‘direito de conquista’ em que “nesta visão, o esforço empreendido pelos fazendeiros para conquistar sua terra, não

²⁸¹ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 16.

pode ser visto como uma invasão. O direito está nas mãos de quem tem poder de articulação”.²⁸²

Além disso, a experiência de Oliveira Junior como professor daquela instituição amalharia exemplos de todo um arcabouço cultural existente em Roraima, no tocante à forma como se perceberia o desenvolvimento econômico e social desse Estado. Ele expressou interessantes posições em relação à “necessidade de se pensar os grupos indígenas do Estado”, conforme abaixo descrito em suas palavras:

*“Quem eu considerava como indígena? Os Macuxi, que eram chamados de ‘aculturados’ ou os Yanomami, os ‘primitivos’? O que eu entendia por desenvolvimento para estes grupos sociais?. Estes questionamentos eram consequência de uma classificação, existentes em Roraima, inclusive em documentos oficiais, sobre os grupos indígenas em Roraima, que rotulava-os em indígenas primitivos, os Yanomami que vivem na florestas de Roraima por exemplo; e os indígenas aculturados, os cabôcos da região do lavrado, os Macuxi que ocupam, esta área, juntamente com alguns criadores de gado. Alegavam que, devido a essa convivência histórica, os Macuxi eram praticamente integrados, não podendo ser considerados como indígenas; Em termos práticos questionavam a quantidade e o tamanho das áreas demarcadas para os indígenas e manifestavam uma inquietação sobre a Área Indígena Raposa-Serra do Sol, de cerca de 1.600.000 ha ser demarcada como área única para os indígenas”.*²⁸³

Como aspecto ilustrativo dessa percepção em relação aos povos indígenas, o Estatuto do Índio, aprovado no ano de 1973 traz em seu artigo 4º uma escala de integração do índio à sociedade que vai de *isolado*, passa por *em via de integração* e vai até *integrado*. Ressalte-se que o fato de um índio estar integrado à comunidade não deixaria de atestar a sua identidade indígena perante esse estatuto.

Também comendo um quadro de ineficiência e pouca representatividade em vista do volume da problemática que envolve os índios na área de Roraima, a FUNAI - organização do governo federal criada com o objetivo de executar a política indigenista no Brasil em consonância com as determinações descritas na constituição federal de 1988 - estaria funcionando de forma precária em suas instalações situadas na capital Boa Vista. Conforme Oliveira Filho à época da realização de sua pesquisa, não existiriam antropólogos em seu quadro de funcionários tampouco estrutura de apoio condizente. Na maloca da Raposa

²⁸² OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 10.

²⁸³ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 10-14.

existiria um posto da FUNAI representado por uma pequena casa dispendo de uma máquina de datilografar.²⁸⁴

Pelo menos, em nível nacional, a defesa das aspirações indígenas estaria ocorrendo no discurso observado da FUNAI, conforme extrato de texto institucional em que identifica a problemática social e econômica entre alguns atores relacionados à causa indígena:

“Dominadas política, ideológica e economicamente por elites municipais com fortes interesses nas terras dos índios e em seus recursos ambientais, tais como madeira e minérios, muitas vezes as populações rurais necessitam disputar as escassas oportunidades de sobrevivência em sua região com membros de sociedades indígenas que aí vivem. Por isso, utilizam estereótipos, chamando-os de ‘ladrões’, ‘traíçoeiros’, ‘preguiçosos’ e ‘beberrões’, enfim, de tudo que possa desqualificá-los. Procuram justificar, desta forma, todo tipo de ação contra os índios e a invasão de seus territórios”.²⁸⁵

Além da FUNAI, ocorreriam diversas manifestações das organizações indígenas para defender os interesses dos povos autóctones, em favor de uma maior união desses povos, como no ano de 1998 quando a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), com o apoio do Centro de Estudos Ecológicos e Indígenas da UFRR, planejou o I Grande Encontro Tribal Nacional e Internacional de Roraima, na fazenda de São Marcos, com a participação de lideranças indígenas do Brasil, da Venezuela e da Guiana objetivando a discussão de assuntos ligados à educação, cultura e demarcação de terras indígenas, com a presença de índios Macuxí, Ingaricó, Wapixana, Taurepang, Yekuna, Wai-wai, Ianomami, Jaricuna, Xiriana, Arian, Monaiko, Seruma, Saporá, Patamona e Waimiri-Atroari.²⁸⁶

A crescente organização dos movimentos indígenas propiciaria tanto o surgimento de pólos de difusão desses movimentos como de atração dos favores políticos em favor desses pólos. Exemplo encontrado na maloca do Contão, que possuiria escola, posto de saúde e outros benefícios em razão do “... grande número de eleitores que existia em sua população” que elevava essa maloca ao nível de “... definidora de uma eleição na região”, além da evidente “...influência da maloca do Contão sobre as outras malocas vizinhas ...” quando alguns projetos desenvolvidos pelo Estado, como de apicultura, de criação de gado e da

²⁸⁴ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 33

²⁸⁵ FUNAI. *Os Índios: Identidade e diversidade*. Disponível em http://www.funai.gov.br/indios/fr_conteudo.htm. Acessado em 16 Jul. 2004.

²⁸⁶ PRESENÇAS internacionais marcam I Encontro Tribal de Roraima. *Brasil Norte*. Boa Vista, 24 Mar. 1998.

doação de maquinaria agrícola “... contavam com a participação de indígenas de outras malocas próximas”.²⁸⁷

Oliveira Junior encontrou nas palavras do professor daquela maloca uma linha de argumentação que corrobora as evidências observadas na região. Segundo o professor Elias:

“As malocas mais organizadas estavam se relacionando com o Estado e outras agências financiadoras, através de associações e cooperativas, criadas pelos indígenas. Isto servia como suporte legal nas relações com os outros atores da sociedade civil de Roraima e agências de contato de um modo geral”.²⁸⁸

Além disso, o tuxaua Manoel daria outra importante declaração sobre a ligação dos movimentos indígenas em uma rede que atingiria nível internacional, conforme abaixo descrito em suas palavras:

“Aqui, na área São Marcos, nós temos bastante contato com os americanos da Survival. Esta é uma das instituições que são aliadas dos Macuxi. É preciso que nós conheçamos outras organizações que possam nos auxiliar na nossa caminhada pelo desenvolvimento. Para isto a terra é fundamental. Porque se nós não temos terra, como podemos pensar em sermos agricultores e criadores de gado. A terra é a base para gente desenvolver, professor”.²⁸⁹

Esse tuxaua também teria atritos com um fazendeiro vizinho, que inclusive sugeriu que os índios procurassem outra terra para morar, “... até mesmo na Guiana Inglesa ou na Venezuela”. Entretanto, a resposta de Manoel traria mais uma importante dimensão à problemática indígena ao expressar as contingências que premiam os indígenas do Contão a permanecerem naquelas terras, quando disse: “Eu sabia que tinha nossa área indígena em terras diferentes; mas a Venezuela não é o Brasil; a Guiana não é o Brasil; mas aqui é o Brasil. Então para donde que eu ia, sendo brasileiro?”.²⁹⁰

Oliveira Junior também fez um retrato de um representante do CIR, Waldir Tobias, que já foi vice-coordenador dessa organização indígena a qual possui atualmente em sua estrutura administrativa uma elaborada divisão, em que se destacam os departamentos:

²⁸⁷ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 47.

²⁸⁸ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 47.

²⁸⁹ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 54.

²⁹⁰ OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 55.

Jurídico, de Comunicação, de Finanças, de Transporte, de Promoção Social e Auto-sustentabilidade.²⁹¹ Conforme observações de Oliveira Junior, no ano de 1993, Tobias era:

“... líder que tinha uma vasta experiência em viagens pela Europa, dominava a língua inglesa, a espanhola e a alemã; fazia questão de dançar o *parixara* e estava em preparação para torna-se *pajé*. Caso semelhante, Menezes Bastos (1996:157) cita sobre o líder Raoni, ao comentar sobre sua iniciação no processo de aprendizado para *pajé*. Para Waldir Tobias, é essencial que o indígena que é militante desta questão, tenha consciência de sua identidade, suas origens. Ele afirma: ‘É preciso, que a gente, saiba usar um fax, falar um outro idioma como o inglês ou espanhol, mas é necessário que a gente saiba manejar um arco, preparar e tomar um caxiri e saber as rezas e a medicina dos nossos antepassados. Para nós conseguirmos as coisas no mundo dos brancos é preciso que sejamos indígenas. Porque nós criamos gado, mas não somos vistos como pecuaristas, nós vamos para escola, mas não somos vistos como estudantes, nós plantamos mandioca, produzimos e vendemos toda a farinha que é consumida em Roraima, mas nós não somos vistos como agricultores. Somos vistos, mais facilmente, como indígenas. Conhecer e praticar a nossa cultura nos fortalece e nos prepara para viver com desenvolvimento. A escola e medicina, servem muito mais não são suficiente. Outras coisas também importantes se aprende com os mais velhos, com os pais’”.²⁹²

Além de refletir a posição de Sahlins, que “coloca a cultura como sendo o elemento catalisador – das articulações – e transformador da realidade social e política dos grupos minoritários”²⁹³, a declaração de Tobias revela a discriminação social/racial da população envolvente em relação aos indígenas, em que não importaria o grau relativo de adaptação indígena à realidade social para diminuir as pressões para com esses povos. Mas também surge nessa argumentação a forma como ocorre a sistemática indígena de promover a sua visibilidade no cenário regional, nacional e internacional por meio da afirmação e do resgate de práticas culturais seculares dos índios.

Conforme Almeida, referenciado por Oliveira Júnior:

“Os indígenas definem suas ações políticas e seus discursos baseados em referências econômicas da região. Suas demandas, enquanto indígenas, vêm sendo definidas, a partir do aproveitamento dos espaços- de articulação-encontrados no discurso regional sobre desenvolvimento para a zona rural de Roraima. Os indígenas, enquanto agricultores, eleitores e produtores objetivam integrar-se e contribuir à economia regional, sem no entanto, esquecerem que são indígenas”.²⁹⁴

²⁹¹ Disponível em <http://www.cir.org.br/participar.asp>. Acessado em 23 Jan. 2006.

²⁹² OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 57.

²⁹³ SAHLINS apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 113.

²⁹⁴ ALMEIDA, 1993, apud OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 115.

Complementarmente à posição de Oliveira Júnior, existiriam índios que teriam aspirações típicas da sociedade envolvente de Roraima, almejando a inclusão social para obter os mesmos direitos dos cidadãos brasileiros, como a autorização para pedir um empréstimo sem a tutela da FUNAI. Esses índios apoiariam os fazendeiros de Roraima e acolheriam o discurso nacionalista como resultado do convívio mútuo, do trabalho nas fazendas e das relações de compadrio.

Compondo um quadro maior, que agruparia os interesses de diversas classes que compõem a população de Roraima, ocorreriam atos de protesto motivados por temas ligados à demarcação de terras indígenas ou à permanência de ONG e religiosos estrangeiros que trabalhariam por uma suposta internacionalização da Amazônia. Um desses atos públicos levou cerca de trinta mil pessoas manifestarem sua desaprovação à demarcação da área referente à Raposa Serra do Sol, com o apoio do Fórum Permanente de Defesa de Roraima e da Soberania do Brasil.²⁹⁵

O Jornal *The Economist* trouxe também uma interessante visão acerca do conflito interétnico no estado de Roraima. Em um artigo do início de 2004, tratando da demarcação da área da Raposa Serra do Sol, o articulista ressalta que “*a battle over an Indian reservation encapsulates the arguments over whether and how to develop the Amazon*” e que o processo seria agravado pelo conflito étnico, conforme abaixo descrito:

*“Boa Vista has an ethnically charged atmosphere more characteristic of the Balkans than of Brazil. ‘People either like Indians or hate Indians,’ says Ana Paula Souto Maior, a pro-Indian lawyer. ‘There is no middle way’. The idea of putting parts of the state off limits to non-Indians seems unBrazilian to many”.*²⁹⁶

Com uma visão mais abrangente acerca da problemática que envolve a afirmação cultural dos povos indígenas e a sua contribuição para a economia regional, tanto a busca pelos índios da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol como do seu desenvolvimento econômico perante a sociedade regional representariam atitudes antagônicas, pois a demarcação de terras indígenas ocorre com um vetor no sentido de isolar a cultura indígena da sociedade envolvente, enquanto a inserção dos índios na economia regional promoveria a sua integração. Entretanto, um olhar atento em relação a essas atitudes revela que as mesmas

²⁹⁵ ATO contra a demarcação reúne 30 mil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1-12, 14 abr. 2000.

²⁹⁶ *THE Amazon's indian wars. The Economist*. 15 Jan 2004. Disponível em http://economist.com/displayStory.cfm?story_id=2352267. Acessado em 18 Jan. 2006.

garantiriam aos índios a segurança do território ancestral assim como a viabilidade de auto-sustentação.

As ações dos representantes indígenas também refletem uma aparente contradição ao utilizarem o poder da mídia e a atuação política em defesa de seus interesses, ao mesmo tempo em que divulgam a necessidade de resguardar a sua cultura. Em que pese essas lideranças indígenas estarem inseridas em uma rede de contatos externa que chegaria até o nível internacional, pode-se inferir que essa forma de atuação teria como fundamento a adaptação da cultura indígena aos caminhos abertos pela globalização, pela agenda do meio-ambiente e da proteção das minorias, consolidando um conjunto de ações tomadas para resistir às pressões da sociedade envolvente.

A capacidade de articulação política dos índios da região da Raposa Serra do Sol perante o sistema regional, nacional e internacional é motivo de destaque nas palavras de Caetano Raposo, vice-prefeito de Normandia, quando diz que:

*“... como vice-prefeito, não é só aqui na Raposa, mas tem 84 aldeias no nosso Município. É grande pra mim, para atender todo mundo. Então, eu preciso também o apoio, além do nosso Brasil, nosso país, o Brasil, e dos outros países que estão interessados em apoiar os povos indígenas”.*²⁹⁷

Oliveira Júnior ressalta que para os índios “... a atividade política é uma característica constante na realidade de Roraima. Os indígenas estão ocupando todos os espaços possíveis na sociedade local, estrategicamente, na mídia, nos partidos políticos, na UFRR e em associações”.²⁹⁸ Apesar de não representar inexoravelmente a aculturação dos índios, de certa forma representaria a sua adaptação à sociedade envolvente em uma simbiose ainda em fase de transição.

Este fato é corroborado não só em Roraima, mas também em todo o território brasileiro quando, nas eleições municipais de 2000, oitenta candidatos indígenas elegeram-se dos mais de 350 que pleitearam vagas, tendo o estado de Roraima cinco políticos eleitos (quatro Macuxis e um Wapixana), sendo dois vereadores e três vice-prefeitos nas cidades de Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Tratando de maneira geral os candidatos eleitos, o antropólogo Marcos Pereira Rufino relata que haveria também uma mudança sensível quando “... formas tradicionais de liderança política – como, por exemplo, aquela assumida pelo sábio

²⁹⁷OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 68-69.

²⁹⁸OLIVEIRA JUNIOR, 1998, p. 89.

ancião, ... – cedem lugar para uma nova forma de liderança, desta vez protagonizada por jovens talentosos, escolarizados, falantes do português, ...”.²⁹⁹

Como resultado, dentre diversos aspectos, da capacidade de mobilização indígena decorrente de sua atuação na política, na mídia e nas redes de contatos que chegariam ao nível internacional, conjugado à legislação brasileira e à atuação de órgãos governamentais em favor dos direitos indígenas, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva assinaria o decreto presidencial que demarcaria a área da Raposa Serra do Sol de forma contínua, no ano de 2005, fato que selaria parcialmente a disputa territorial, pois as demandas dos atores nacionalistas permaneceriam em consonância às bandeiras levantadas anteriormente.

No processo que levou à demarcação da área da Raposa Serra do Sol também tiveram destaque os embates de cunho jurídico que permearam as discussões e os estudos acerca da forma como deveria ocorrer a demarcação daquela área, assim, teve relevância a dúvida acerca da demarcação em ‘ilhas’ ou de ‘forma contínua’, defendidas respectivamente pelos atores nacionalistas e pelos atores pró-índios.

Esses aspectos merecem um olhar mais detalhado para se possa entender o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tanto pelos embates dos interesses manifestados pelos atores como de sua viabilidade jurídica e científica, que poderão ser entendidas na próxima seção.

²⁹⁹RUFINO, Marcos Pereira. *Candidaturas indígenas*. Disponível em <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/cand.shtm#t3>. Acessado em 23 Jan. 2006.

2.3. Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

No início de 2004, dentre os dezoito decretos de homologação de terras indígenas aguardando a chancela do presidente Lula, destacava-se o projeto da Raposa Serra do Sol, tanto pela problemática dos atores envolvidos na região como pelo tamanho da área a ser demarcada, que atingia um volume de aproximadamente 1,7 milhão de hectares habitados por menos de 20 mil índios.

Como exemplo de processo que se arrasta por décadas, a demarcação da área da Raposa teria fundamento pelas descrições históricas que relatam a presença de índios de várias etnias na região, em que se destacam os Macuxi e os Wapixana. Além disso, durante a disputa territorial com a Inglaterra, resolvida no início do século XX, o governo brasileiro garantiria a posse de parte do território que hoje está alocado para aquela reserva indígena com evidências de índios que possuiriam nomes portugueses.

Diferentemente da situação dos índios no Brasil, na vizinha Guiana, país que possui índios Macuxi e Wapixana, a legislação daria plena posse dos índios às suas terras desde o período administrado pelos holandeses. Conforme Baines:

“O Decreto de 1784 da Companhia Holandesa das Antilhas dava posse plena e livre das terras aos indígenas. Apesar de diversas legislações que regulamentavam a colonização da Guiana, em 1820, 1838, 1902 e 1922, o governo da Guiana não extinguiu a posse indígena com base no reconhecimento de direitos consuetudinários, herança do sistema jurídico britânico imposto no período colonial”.³⁰⁰

A situação dos índios no Brasil teria diferenças significativas em relação aos índios da Guiana, não só no campo jurídico relativo à posse de terras por esses povos, mas também em aspectos sociais e econômicos. Nesses aspectos, abstendo-se de comparar processos históricos que levaram à formação de sistemas sociais complexos, Santilli apresenta as origens da demarcação das terras da área indígena que hoje se reconhece como Terra Indígena Raposa Serra do Sol, quando coloca que:

“Pode-se dizer que a primeira tentativa de demarcação da porção serrana do território Macuxi – correspondente, em parte, ao que hoje é a área Raposa-Serra do Sol – data ainda de 1917. Por força da Lei Estadual n. 941 de 16 de

³⁰⁰ BAINES, 2004, p. 3.

outubro de 1917, o Estado do Amazonas então delimitava a faixa de terras entre os rios Cotingo e Surumu para a ocupação e usufruto dos índios Macuxi e Jaricuna, que ali habitavam. O Serviço de Proteção aos Índios chegou a empreender a demarcação física e o registro da área em 1919, muito embora sem maiores efeitos concretos: estas terras continuaram a ser invadidas por posseiros ao longo dos anos seguintes”.³⁰¹

Assim, somente sob a gestão da FUNAI teriam início, na década de 1970, os trabalhos para identificar os limites da área da Raposa Serra do Sol, com a formação de grupos de trabalho que se alternariam até o ano de 1993, quando foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), do dia 21 de maio, uma proposta ao Ministério da Justiça para que aprovasse a demarcação de 1,67 milhão de hectares aos povos indígenas.

A demarcação dessa área seria amparada pela constituição federal de 1988, que garantia aos índios, no art. 231, o reconhecimento de “...sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Assim como no parágrafo 2º trazia que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.³⁰²

Entretanto, as terras indígenas seriam também consideradas, no art. 20, como bens da União, além do que, a exploração de seus recursos minerais e hídricos passariam a ser matéria submetida à aprovação do Congresso Nacional. Mesmo assim, os aspectos contidos na carta magna não satisfizeram aos atores nacionalistas, que aproveitaram a matéria contida no decreto nº 1.775, assinado pelo presidente Cardoso no ano de 1996, para contestar a demarcação daquela área na tentativa de atrasar ainda mais o processo de demarcação.

O decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996, trouxe matéria relacionada ao procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e possibilitou no art. 2º, § 8º e no art. 9º os recursos contra a homologação de terras indígenas a serem submetidos ao órgão federal responsável pela assistência ao índio.³⁰³

³⁰¹ SANTILLI, 1994, apud SANTILLI, 2001, p. 116.

³⁰² BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 23 Jan. 2006.

³⁰³ BRASIL. Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. *Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=431807&seqT exto=1&PalavrasDestaque=>. Acessado em 23 Jan. 2006.

Márcio Santilli, presidente da FUNAI a partir de 1995, mas também militante da defesa dos direitos dos índios desde a Constituinte de 1988 e ex-secretário do ISA (Instituto Socioambiental) - uma das entidades que tentaram revogar o decreto 1.775 e que recebe apoio financeiro de diversas organizações governamentais (como a União Européia) e não-governamentais -, declararia que a FUNAI não tinha pessoal suficiente para analisar todos os pedidos de contestação de áreas indígenas no prazo previsto de 60 dias, conforme disposto na lei, o que poderia provocar o atraso dos processos conforme o volume de requerimentos apresentados ao órgão.³⁰⁴

Apesar das ações jurídicas e administrativas impetradas contra a demarcação, o ministro Nelson Jobim assinaria o despacho nº 080/96 autorizando a mesma, mas reduzindo a área em aproximadamente 300.000 mil hectares, em virtude de determinações para que:

“...não fossem incluídas, nos limites do território indígena, as áreas ocupadas por núcleos garimpeiros ..., por estradas vicinais e por fazendas tituladas pelo Incra a partir de 1981 – quando, frise-se, a definição administrativa da área indígena ainda se encontrava em curso -, bem como aquelas posses, anteriores à Constituição de 1934”.³⁰⁵

Para o antropólogo Paulo Santilli, a atitude de Jobim traria ganho duplo ao governo ao obter uma imagem positiva perante os direitos humanos internacionais e o apoio dos políticos no Brasil, mas descortinava “... um círculo vicioso entre os três poderes, cujo foco de ambigüidade reside, ..., na contradição entre a letra da lei e os interesses envolvidos”.³⁰⁶

Ademais, as atitudes dos atores estatais envolvidos no processo de demarcação da área da Raposa Serra do Sol revelaria uma sistemática envolta nos interesses que permeiam os processos de demarcação de terras indígenas e que levariam à rotineira negação dos direitos desses povos, apesar de previstos inclusive na constituição federal brasileira. Nesse sentido, Santilli apóia-se em Durham para afirmar que:

“A contradição que isso [*a legislação protetora*] cria em relação aos interesses econômicos efetivamente representados no Estado tem sido resolvida, na prática, através do subterfúgio de reconhecer direitos formais e permitir seu desrespeito sistemático; ideologicamente, através da elaboração de uma teoria de cristianização, civilização ou integração que, defendendo a preservação física dos índios, justifica sua destruição, enquanto sociedade e enquanto cultura, em nome do progresso”.³⁰⁷

³⁰⁴ GONDIM, Abnor. *Decreto permite rever 153 áreas indígenas*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 1-12, 20 jan. 1996.

³⁰⁵ SANTILLI, 2001, p. 125.

³⁰⁶ SANTILLI, 2001, p. 125-130.

³⁰⁷ DURHAM, 1983, p. 12-14, apud, SANTILLI, 2001, p. 130.

Essa posição de Durhan/Santilli pode ser mais complexa do que apresentada anteriormente, pois o ministro Jobim teria proposto o decreto 1.775, sem consulta à FUNAI, para assegurar o direito de ampla defesa a donos de terras, governos estaduais e prefeituras, permitindo a contestação do laudo técnico da FUNAI ainda na fase administrativa, antes do despacho do ministro da Justiça.³⁰⁸ Dessa forma, as pressões políticas e econômicas, além de atuarem com um vetor no sentido de desrespeitar a legislação indígena vigente, também buscariam promover a construção de uma base legal em seu favor.

Além disso, organizações internacionais estariam também influenciando a tomada de decisão de órgãos do governo, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) - órgão da Organização dos Estados Americanos -, que incluiria em seu relatório de 1997 toda a problemática indígena do Brasil, com detalhes específicos referentes à demarcação da área da Raposa Serra do Sol.³⁰⁹

O processo dessa área indígena se arrastaria ainda por alguns anos, com a assinatura da Portaria nº 820/98 pelo Ministro Renan Calheiros e a posterior concessão de uma liminar parcial, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a um mandado de segurança em favor do governo de Roraima para anular essa portaria.

Somente em 2002 o STJ negaria o Mandado de Segurança 6210/99 impetrado pelo governador de Roraima, Neudo Ribeiro Campos, mas a homologação seria adiada novamente por mais três anos em virtude das controvérsias existentes no processo que ainda se arrastava pelos meandros da justiça federal.

O substituto de Neudo Campos (PPB) no governo de Roraima, Flamarion Portela (PSL), continuaria o trabalho do governador anterior, pleiteando a demarcação das terras da Raposa Serra do Sol em 'ilhas', com a justificativa de imensa porção do território do Estado disponibilizada como terras indígenas e ressaltando aspectos ligados à defesa do território nacional.³¹⁰

³⁰⁸ NETO, Olímpio Cruz. *Jobim quer alterar processo de demarcações*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 1-17, 11 jun. 1995.

³⁰⁹ OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil*. Aprovado pela comissão em 29 de setembro de 1997. Disponível em <http://www.cidh.org/countryrep/brazil-port/cap%206.htm>. Acessado em 24 Jan. 2006.

³¹⁰ ALBANO, Mauro. *Para governador de Roraima, reserva inviabilizará o Estado*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A8, 9 jan. 2004.

Com a demora na demarcação das terras da Raposa Serra do Sol, houve um aumento das pressões dos líderes indígenas para que outras autoridades governamentais tomassem providências. Esse fato ocorreu quando um grupo de 26 líderes além de solicitar ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que investigasse “...as razões pelas quais até o momento não foi homologada a terra indígena Raposa/Serra do Sol”, ainda acusaram o governo do PT de envolvimento na demora da demarcação em virtude de filiação do governador de Roraima, Flamarion Portela (ex-PSL), ao PT.³¹¹

Até mesmo índios contrários à demarcação em forma contínua manifestariam sua desaprovação ao invadir a sede da FUNAI em Boa Vista, em 10 de maio de 2004, mantendo um funcionário como refém e exigindo serem recebidos em Brasília, como reciprocidade de tratamento pelo fato de o presidente Lula haver recebido, nesse mesmo dia, lideranças indígenas favoráveis à homologação da Raposa/Serra do Sol em área contínua.³¹²

Pouco tempo antes, no dia 20 de abril, o presidente Lula havia confirmado a adesão do Brasil à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, que trata amplamente acerca dos direitos indígenas e do reconhecimento de sua cultura pelos Estados”.³¹³

No cenário internacional, a percepção quanto à gestão das instituições brasileiras acerca de assuntos correlatos à Amazônia reflete diversas dúvidas. Procópio ressalta que:

“A devastação de seis por cento do território da Amazônia Legal acompanhada de dados do Relatório da Anistia Internacional de 2005, amarga a receita de governar à custa de alianças com corruptores e corrompidos. Atitudes do governo trabalhista no primeiro quinquênio do século XXI espelham o vazio da justiça no exercício do poder. Isto armazena ingredientes suficientes para que do exterior se manifestem dúvidas quanto à capacidade brasileira de preservar e defender a natureza na Amazônia brasileira”.³¹⁴

Concomitantemente, a pressão de ONG’s internacionais se acentuaria, quando a *Survival International*, organização que defende os direitos de populações indígenas, encaminhou por meio de sua coordenadora de pesquisa e campanha, Fiona Watson, uma carta para o presidente Lula e para o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo uma

³¹¹ VALENTE, Rubens. *Índios atacam filiação de governador ao PT*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A10, 21 mar. 2003.

³¹² RONDON, José Eduardo. *Índios ocupam sede da Funai em Roraima*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A11, 11 mai. 2004.

³¹³ SCOLESE, Eduardo; STRAUSS, Luis Renato; MARQUES, Jairo. *Depois de pressão, Bastos promete homologação de terras até 2006*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A10, 21 abr. 2004.

³¹⁴ PROCÓPIO, Argemiro. *Destino amazônico: devastação nos oito países da Hiléia*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 96.

solução para o problema dos índios cintas-largas em Rondônia. Além disso, essa ONG promoveu uma campanha internacional pela demarcação da AIRASOL, estimulando tanto seus membros como membros de ONG's parceiras a enviar cartões postais com o rosto de um índio macuxi junto com uma caneta, para que o presidente Lula assinasse a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.³¹⁵

Ademais, no âmbito da OEA, pudemos constatar na emissão do relatório anual da CIDH, de 2004, que ocorria uma pressão intensa sobre o governo Lula para demarcar a área da Raposa Serra do Sol, tendo por base medidas cautelares em favor dos índios daquela área indígena devido a conflitos com grupos armados, conforme extrato abaixo descrito:

*“El 6 de diciembre de 2004 la Comisión otorgó medidas cautelares a favor de los miembros de los pueblos indígenas Ingaricó, Macuxi, Wapichana, Patamona y Taurepang en Raposa Serra do Sol, estado de Roraima. La información disponible indica que los miembros de estos pueblos indígenas se encuentran en situación de peligro inminente para su vida, integridad personal y permanencia en su territorio por causa del proceso de demarcación de tierras que se encuentra pendiente desde el año 1977. Se alega que el 23 de noviembre de 2004 un grupo armado atacó a las comunidades indígenas utilizando motosierras, tractores y fuego, dejando como saldo una muerte, una desaparición y la destrucción de 34 viviendas, una escuela y la clínica de salud local. En vista de la situación, la CIDH solicitó al Estado brasileño la adopción de medidas cautelares necesarias para proteger la vida, la integridad física y la libre circulación de los beneficiarios e informar sobre las acciones emprendidas para investigar los hechos. La Comisión ha continuado recibiendo información sobre la situación de las comunidades protegidas”.*³¹⁶

Esses fatos teriam sido denunciados pelo CIR, através da índia e advogada Joênia Batista Wapichana, assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima, com o apoio da ONG americana *Rainforest Foundation*. Conforme Joênia Wapichana: “*Não temos mais a quem apelar no Brasil e nossa reivindicação de direito à terra é claramente uma questão de respeito aos direitos humanos*”.³¹⁷

Joênia Wapichana também teria ganhado US\$ 50,000.00 como uma das agraciadas de um prêmio internacional de direitos humanos, concedido pela multinacional de calçados e artigos esportivos Reebok, empresa essa que anteriormente sofrera pressão internacional por usar trabalho infantil em suas plantas na China, tanto como as multinacionais Adidas e

³¹⁵ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/04/040417_ongindios.shtml. Acessado em 24 Jan. 2006.

³¹⁶ Disponível em <http://www.cidh.org/annualrep/2004sp/cap.3b.htm>. Acessado em 24 Jan. 2006.

³¹⁷ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040330_indiarg.shtml. Acessado em 24 Jan. 2006.

Nike.³¹⁸ Fazendo referência aos vencedores do prêmio, Paul Fireman, diretor-executivo da Reebok International, disse que:

*"Ao lutar pelos direitos dos vulneráveis, esses heróis demonstram uma coragem impressionante, perspicácia e persistência. E eles nos inspiram a abrir os olhos para o trabalho que precisa ser feito para defender os direitos humanos no mundo".*³¹⁹

Em oposição aos movimentos atuantes em favor da demarcação da área da Raposa Serra do Sol, inclusive mantendo uma posição díspare em relação ao poder executivo federal, houve em 2004 o envolvimento da 1ª Vara Federal de Roraima e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, no processo de demarcação da reserva ao determinar a exclusão da faixa de fronteira, conforme lei que previa uma faixa de 150 km margeando as fronteiras como área de segurança nacional. Entretanto, o ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal de Federal, derrubou em dezembro de 2004 as duas liminares que impediam a continuidade do processo.³²⁰

Mas, somente após a emissão da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministro da Justiça, estaria aberta a possibilidade da homologação da reserva pelo presidente Lula, o que ocorreria efetivamente no dia 15 de abril de 2005 - conforme mapa disponível no Anexo 1 -, com destaque para a ressalva incluída no art. 4º de que:

*"É assegurada, nos termos do Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol".*³²¹

Assim terminou um processo que ocorreu ao longo de décadas e, conforme observado por Peter Schöder, professor da UFPE, em resenha de obra de Santilli, toda a problemática que envolveu as discussões intensas acerca da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol traria ensinamentos profundos, pois "... o processo demorado de regularização

³¹⁸ Vide entrevista com Kailash Satyarthi, criador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil. *Criança é para brincar*. Revista Isto É. Disponível em: http://www.terra.com.br/istoe/1763/educacao/1763_crianca_e_para_brincar.htm. Acessado em 27 Jul. 2006.

³¹⁹ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040308_reebokms.shtml. Acessado em 24 Jan. 2006.

³²⁰ DANTAS, Iuri. *Demarcação da reserva em Roraima é liberada pelo STF*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A12, 17 dez. 2004.

³²¹ BRASIL. Decreto de 15 de abril de 2005. *Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima*. Publicado no Diário Oficial da União, em 18/04/2005, seção 1, p. 11-12.

ultrapassa em muitos aspectos o cenário regional... resultado de organização, negociações e conflitos políticos em diversos níveis e instâncias”.³²²

Em virtude da situação apresentada - que mostra especificidades da demarcação de uma área indígena em faixa de fronteira e do envolvimento de diversos atores com interesses na região - torna-se relevante o aprofundamento do debate teórico que permeia os aspectos históricos e teóricos evidenciados neste trabalho, cujo tema torna-se intimamente atrelado ao conceito de soberania, por trazer, como cerne da questão, toda uma problemática de ocupação do território *vis-a-vis* a internalização de pressões internacionais difusas.

³²² SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 228 p. In SCHÖDER, Peter. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 2003, v. 46, nº 1. Resenha.

III. ASCENSÃO DAS MINORIAS ÉTNICAS VERSUS SOBERANIA

*“Of all the social environments within which human beings operate, the international system is one of the most complex and weakly institutionalized. It lacks authoritative hierarchies. Rulers are likely to be more responsive to domestic material and ideational incentives than international ones. Norms are sometimes mutually inconsistent. Power is asymmetrical. No rule or set of rules can cover all circumstances. Logics of consequences can be compelling. Organized hypocrisy is the norm.”*³²³

Stephen D. Krasner

3.1. Soberania: conceitos e debates aplicados ao caso brasileiro

A questão da soberania brasileira é uma temática constante na demarcação de terras indígenas. A recente promulgação do decreto presidencial de 15 de abril de 2005, cujo teor homologa a Reserva Raposa Serra do Sol, deixa patente a preocupação quanto à soberania brasileira na região ao considerar “o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais ...”, assegurando nos artigos 4º e 5º a ação de órgãos institucionais na reserva, em assuntos que comprometessem a segurança e defesa nacionais.³²⁴

Essa preocupação com a integridade do território possui fundamentos históricos, desde a ocupação da Amazônia pelos portugueses, que envolveu disputas em relação aos espanhóis, ingleses, franceses e holandeses. Conforme Reis, os espanhóis, principais oponentes na conquista da América, teriam sido desencorajados a ocupar a região amazônica por vários motivos, primeiro porque não foram encontradas as riquezas esperadas como em outras

³²³ KRASNER, 1999, p. 42.

³²⁴ BRASIL. Decreto de 15 de abril de 2005. *Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima*. Publicado no Diário Oficial da União, em 18/04/2005, seção 1, p. 11-12.

regiões da América, segundo pela dificuldade no acesso pela cordilheira andina e em terceiro lugar:

“... fechado o acesso pelo Atlântico pela presença dos portugueses e luso-brasileiros ..., os espanhóis não se comoveram com a Amazônia como sucedera em outras partes do continente, nem demonstraram para com ela a mesma ambição política que sentiram, ... no Prata”.³²⁵

Nesses aspectos, os portugueses demonstraram vontade irresoluta de impedir o acesso de estrangeiros na Amazônia, mesmo que nem sempre tenha sido possível, como ocorrido com a permissão expedida, em 1740, para o cientista francês Charles Marie de La Condamine explorar a região, com a cautela portuguesa de dar atenção aos seus movimentos pelo território nacional. Reis afirma que a preocupação lusitana com os estrangeiros era válida, pois La Condamine elaborou textos e mapas que negavam a titularidade portuguesa no tocante à fronteira com Caiena, correspondendo aos desejos imperiais de sua pátria em contradição aos dados que lhe foram proporcionados pelo Jesuíta Bento da Fonseca.³²⁶

Interessante também observar que mesmo com a eclosão, pela segunda vez, em 1835, do movimento rebelde chamado de Cabanagem - composto por uma grande massa de índios, mestiços e negros - a visão de cunho nacionalista não esmoreceu em território brasileiro, quando a região dos arredores de Belém esteve sob a condução de um seringueiro cearense, de 21 anos, chamado Eduardo Nogueira Angelim. Nessa época, houve o saque de um navio inglês no litoral da Província do Pará, no local onde as embarcações com destino a Belém recebiam a praticagem da barra, que teve como consequência a vinda de uma esquadra britânica em 17 de março do ano seguinte, sob o comando do capitão B. Strong, que dirigiu-se a Angelim para exigir:

“... que se dê busca imediata e se instaure processo a fim de serem castigadas tôdas as pessoas que cooperaram para tão atroz ato..., para desagravo da bandeira inglesa ofendida e desrespeitada, - que esta seja arvorada em todas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira; - que seja cumprimentada com uma salva de vinte tiros, e que os criminosos sejam entregues ao govêrno inglês”.³²⁷

Eduardo Angelim escusou-se de fazer a saudação à bandeira inglesa, assim como de entregar os criminosos que porventura fossem presos sem prévia ordem do governo imperial brasileiro, mas garantiu sua punição conforme as leis do país e a indenização das perdas

³²⁵ REIS, 1972, p. 39-40.

³²⁶ REIS, 1972, p. 54.

³²⁷ REIS, 1972, p. 57-61.

ocorridas no saque à embarcação. Sua firme posição na defesa da soberania nacional foi observada no dia 30 de abril de 1836, em declaração ao brigadeiro Soares de Andréia, comandante das forças legais que debelaram o movimento rebelde, quando relatou o respeito ao imperador “a despeito de todas as vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros, que me patentearam a necessidade de ligar-se a seus Estados”.³²⁸

O movimento da Cabanagem seria diferente de outros movimentos no Brasil pelo fato de ocorrer resistência da população local à sistemática do Império de prover reduzido apoio às necessidades da região, motivo pelo qual a grande massa atingida insurgiu-se frente às condições degradantes por que passavam. A desorganização do grupo e o nacionalismo instituído pelos portugueses – que teria permanecido em vigor durante o período da revolta, não permitindo a sua aliança com outras potências da época – acabaram trazendo o movimento à derrocada.

No plano interno, mesmo com o processo de ocupação da Amazônia implementado em períodos posteriores, continuariam ocorrendo problemas sociais e políticos nessa região que propiciaram sua dependência em relação ao poder central, tanto pelo agravamento das condições sociais - em decorrência da forma de ocupação implementada – como pela baixa capacidade de atuação política na esparsa rede municipal formada, sem uma interlocução institucional consolidada que representasse poder relevante para mobilizar a política nacional.

Já no plano externo, para demonstrar a complexidade da situação - aplicada a TI Raposa Serra do Sol -, podem-se observar alguns discursos ultranacionalistas de intelectuais, como do jornalista Lorenzo Carrasco, que colocam a demarcação de terras indígenas como uma ameaça à soberania nacional, por se constituir de uma atuação triangulada por diversos atores em que se contabilizam:

“1) bolsa de valores de Londres, que controla o mercado mundial de ouro e pedras preciosas (que abundam na região das serras Parime, Pacaraima e Monte Roraima;

2) a teologia da libertação (que orientaria os religiosos a promover o levante das populações indígenas; e

³²⁸ Reis coloca que ANGELIM, faleceu a 20 de julho de 1882. Noticiando o fato, o **Diário do Grão Pará**, conforme apurou ERNESTO CRUZ em seu livro, **Nos bastidores da cabanagem**, pág. 216, escrevia “Recusou recursos militares do governo americano para proclamar a independência da Amazônia”. Angelim escreveu um livro de memórias relatando sua ação na fase heróica da cabanagem. Perdeu-se, porém, esse livro, onde certamente detalharia, esclarecendo-o, o episódio da sugestão ou das sugestões separatistas. In REIS, 1972, p. 57-61.

3) o movimento ambientalista internacional.”³²⁹

De forma mais abrangente, surgiram vários discursos ao final da década de 1980 e início dos anos 1990 que tratavam de interesses dos países desenvolvidos em relação à Amazônia. Sobre esse tema, Procópio ressalta que:

“Vale lembrar o Grupo dos Cem, México 1989, alardeando a internacionalização como salvação da Amazônia. Nesse mesmo ano, Al Gore, vice-presidente dos E.U.A. dizia que ‘ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós!’”³³⁰

Em consequência, não se podem formar concepções em termos absolutos acerca do conceito de soberania quando aplicadas ao caso brasileiro - mais particularmente na região amazônica - devido à complexa problemática que envolve atores e interesses de diversos níveis, conforme abordagem realizada no capítulo anterior. Além disso, o conceito de soberania, identificado nos manuais da ciência política e jurídica, não é estático e tem evoluído acompanhando as mudanças do cenário internacional, advindo diversas facetas e problemáticas que tiram a força do seu caráter absoluto, do Estado monolítico, para relativizar as interações entre os países ou internamente a eles.

Para sumariar esse conceito, permite-se mencionar parte do verbete do léxico organizado por Norberto Bobbio, esclarecendo que:

“Em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado”.³³¹

Entretanto, o uso intenso do termo *soberania* nos discursos nacionalistas, afetos à demarcação de terras indígenas, contrastaria com a posição de Bobbio de que existe uma:

“... realidade cada vez mais pluralista das sociedades democráticas, bem como o novo caráter dado às relações internacionais, nas quais a interdependência entre os diferentes Estados se torna cada vez mais forte e mais estreita, quer no espaço jurídico e econômico, quer no aspecto político e ideológico.”³³²

³²⁹ REPETTO, Maxim. *Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la línea de transmisión Venezuela-Brasil*. In OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & BAINES, Stephen G (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 219-220.

³³⁰ PROCÓPIO, 2006, p. 98.

³³¹ BOBBIO, 1994, p. 1179.

³³² BOBBIO, 1994, p. 1187.

Conforme James N. Rosenau, esse conceito teria evoluído a partir da mudança da soberania dos reis para a soberania do povo, iniciada com as revoluções americana e francesa, mas acatada internacionalmente a partir de 1945 com a sua incorporação no Artigo 1º da Carta das Nações Unidas.³³³

Essa argumentação de Rosenau coaduna-se à afirmação do Secretário-Geral das Nações Unidas, B. Boutros-Ghali, de que:

“Ainda que o respeito pela soberania e integridade do Estado seja uma questão central, é inegável que a antiga doutrina da soberania exclusiva e absoluta não mais se aplica e que esta soberania jamais foi absoluta, como era então concebida teoricamente”.³³⁴

Não obstante, existiriam ambigüidades e dificuldades inerentes à análise do conceito de *soberania*, pois, conforme Rosenau:

*“For not only do states and their sovereign prerogatives seem more vulnerable to the demands of both domestic constituents and international organizations, but they also have to contend with the advent of new global actors and processes that confound their roles, constrain the limits of their authority, and undermine their territorial appeal”.*³³⁵

Mesmo assim, o conceito de *soberania* continuaria a balizar as relações internacionais, pois, a exemplo de Badie & Smouts, no embate entre o conceito de *soberania* e o conceito de *patrimônio comum da humanidade*, o último teria perdido o seu vigor, sucedendo-lhe uma “nova problemática dos *bens comuns*, nascida da necessidade de tratar solidariamente e com urgência um certo número de problemas globais ligados aos equilíbrios fundamentais do planeta”.³³⁶

Ricardo Steinfus, sobre a questão da intervenção na ordem internacional contemporânea, acrescenta que:

“Os direitos humanos ..., a preservação ambiental e a exclusão social constituem o fulcro temático desta nova realidade. Todavia, um patamar suplementar foi alcançado com a luta pelos direitos políticos da maioria que

³³³ ROSENAU, 1997, p. 218.

³³⁴ BOUTROS-GHALI apud MAZZUOLI, no artigo: “Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos”. In: GUERRA&SILVA, 2004, p. 354.

³³⁵ ROSENAU, 1997, p. 219.

³³⁶ BADIE&SMOTS, 1995, p. 303-304.

pode resumir-se no respeito ao Estado de Direito, a alternância no poder e na democracia representativa”³³⁷

A partir dessa discussão, percebe-se que, devido ao caráter multifacetado das relações internacionais, o conceito de *soberania* pode ser abordado de diversas formas (que abarcam inclusive questões afetas à soberania limitada), matizando e relativizando a sua aplicação conforme os casos estudados. Dessa forma, para expor as linhas que balizam este conceito, Rosenau utiliza quatro dimensões para analisar os parâmetros de transformações ocorridas na política internacional que impactam os direitos relativos aos Estados e suas comunidades internacionais. Elas seriam abordadas através dos determinantes: situacionais, domésticos, internacionais e legais.³³⁸

Esse tipo de análise é realizado por Krasner, em uma forma variante, que aborda a soberania de quatro maneiras – soberania legal internacional, Westphaliana, doméstica e interdependente. A soberania legal internacional refere-se a práticas ligadas ao reconhecimento mútuo normalmente realizadas entre entidades territoriais com independência jurídica. A soberania Westphaliana é relativa a uma organização política que tem por base a exclusão de atores externos nas redes de autoridade dentro de seu território. A vertente doméstica é atinente à organização da autoridade política e sua capacidade de exercer um controle efetivo no âmbito de suas fronteiras. A soberania interdependente relaciona-se à capacidade de controle sobre o fluxo de informação, pessoas, bens, capital e outros, através das fronteiras estatais.³³⁹

Dentre as dimensões da soberania criadas por Krasner para analisar as influências a que são submetidos os atores estatais, no caso brasileiro, a soberania doméstica seria a mais complexa devido à necessidade tanto do exercício de autoridade como de controle sobre as instituições existentes. Conforme observado por Francis Fukuyama, o Estado brasileiro não teria eficiência no âmbito de seu território por assumir muitas funções e possuir baixa força institucional, como reflexo da constatação de que não existe um provimento aceitável de serviços públicos básicos - ligados à educação, saúde, segurança e acesso à justiça – assim

³³⁷ STEINFUS, Ricardo. “*Soberania e intervenção: o embate da ordem internacional contemporânea*”. In: GUERRA&SILVA, 2004, p. 283.

³³⁸ ROSENAU, 1997, p. 222-236.

³³⁹ KRASNER, 1999, p. 3-4.

como devido ao debate interno acerca da relação entre o Estado e a sociedade, que teria por objetivo extrapolar a visão economicista existente no ambiente internacional.³⁴⁰

Para Farer, baseado em estudos do direito internacional, também existiriam alguns valores no ambiente internacional que limitariam o comportamento dos atores, como abaixo descritos:

“1 - The maintenance of minimum public order, meaning the avoidance of behavior that would risk general war.

2 - Self-determination, although this term lacks any specific meaning beyond decolonization.

3 - Minimum human rights, which consists of the notion that a state violates international norms if it denies an ‘identifiable group equal access to the political, economic, and social perquisites of that society’.

*4 - Modernization, the assertion that living standards should be raised throughout the world”.*³⁴¹

Ademais, Rosenau incorpora a existência de uma revolução internacional em decorrência de uma maior capacidade analítica dos cidadãos em defenderem seus interesses coletivos, ao exigirem eficiência e manutenção das diretivas governamentais emitidas. Tal fato levaria à crise das estruturas de autoridade do Estado e a uma mudança do sistema internacional, que passaria do usualmente conhecido modelo de atores estatais em um ambiente anárquico para um duplo modelo representado pela anarquia dentro do Estado e em subsistemas multicentrados.³⁴²

Com a interdependência e a globalização fazendo parte de um processo que provê maior habilidade aos cidadãos, que acabam compreendendo melhor o ambiente das relações internacionais e atuando em conjunto para, dessa maneira, atingirem seus objetivos, o Estado passaria a ser menos efetivo para fazer frente aos desafios e implementar políticas.³⁴³

Para Smouts, esse quadro pode ser passível de mudanças se o Estado realizar esforços no sentido de adaptar-se aos desafios existentes, dentre outros, por meio do reforço da interdependência. Para essa cientista social:

“... o Estado não pode mais ser um fim em si mesmo. Suas funções não são mais a de encarnar uma coletividade, mas de servir uma comunidade humana mundializada e interdependente. A difusão dos desafios éticos pelas redes humanitárias ou ecológicas mais ou menos substituídas pelos

³⁴⁰ FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. In ITUASSU, Arthur. *O Estado contra ataca*. JB, 30 Abr. 2005, Caderno Idéias. Resenha.

³⁴¹ FARER, 1998, apud KRASNER, 1999, p. 46.

³⁴² ROSENAU, 1997, p. 58-59.

³⁴³ ROSENAU, 1997, p. 62.

movimentos sociais está aí para nos lembrar (Colonomos). A teoria das relações internacionais vai ao encontro da teoria do contrato social (Badie), ela tem uma dimensão normativa e não poderia prescindir nem da ciência política nem da filosofia política (Hassner)”.³⁴⁴

Com o tipo de visão apresentada por Smouts, diminuiriam ainda mais a autoridade estatal e a sua capacidade de atuar soberanamente no cenário internacional. Walker acrescenta nesses aspectos que:

*“Whether in relation to fears of authoritarianism and a crisis of legitimation or to claims about the increasing salience of both global and local processes, the established routines of democratic theory and nationalist aspiration must become increasingly tenuous once the guarantees of state sovereignty lose their credibility”.*³⁴⁵

Com a discussão acerca da fragmentação estatal, o princípio da *autodeterminação* passa a ser mais detalhadamente estudado para contribuir com soluções à problemática presente no cenário internacional. Esse princípio implicaria em duas vertentes de pensamento relativamente opostas, uma que veria no nacionalismo “... um princípio poderoso, mas também regressivo porque é oposto aos valores universais ...” (Élie Kedourie, 1993) e outra postula que “... é antes o não-respeito à autodeterminação dos povos um agente de desestabilização, a manutenção no interior de um mesmo conjunto político de ‘nações’ cujos particularismos são negados, sendo o meio mais seguro de alimentar a violência” (Walker Connor, 1994).³⁴⁶

Dessa forma torna-se mais evidente a contradição que se instaura no cenário internacional, com a crise do Estado-Nação permeando as aspirações independentistas de subgrupos que desejam ter influência sobre seus destinos. O Estado-Nação, que já foi teorizado como ultrapassado, passa a ser o objetivo de grupos amalgamados em interesses e cultura comuns e normalmente decorre da desigualdade na distribuição de recursos econômicos.³⁴⁷

Para completar um cenário de fragmentação do Estado, Rosenau identifica três formas diferentes de Estados que poderiam resultar de processos localizados em um território. O

³⁴⁴ SMOUTS, 2004, p. 23.

³⁴⁵ WALKER, 1993, p. 171.

³⁴⁶ DIECKHOFF, Alain & JAFFRELOT, Christoph. *Do Estado-Nação ao pós-nacionalismo?* In SMOUTS, 2004, p. 58-59.

³⁴⁷ GELLNER, Ernest. *Thought and change*. Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1964, apud DIECKHOFF & JAFFRELOT in SMOUTS, 2004, p. 59.

primeiro seria a ‘comunidade territorial’ que engloba laços étnicos, lingüísticos e/ou culturais que são ligados historicamente a um território imaginado como terra natal de uma nação com soberania estatal. Em segundo lugar viria o ‘subgrupo’, que seria uma comunidade imaginada não atrelada a território ou laços culturais, mas sim a interesses comuns que podem ser defendidos sem o estabelecimento de um Estado. O terceiro tipo é a ‘família’, cujos laços se estendem em face às adversidades econômicas e convulsões políticas.³⁴⁸

Desses três tipos de dinâmicas apontadas, a ‘comunidade territorial’ teria mais destaque pelos exemplos recentes em que tendências de descentralização puderam converter comunidades imaginadas em entidades concretas, como foi o caso da Croácia que existiu através dos séculos como uma entidade autônoma no imaginário dos croatas e usou o artifício da dinâmica dos Bálcãs para ser admitida no seio da ONU, ou mesmo do império soviético fragmentado ao final do século XX.³⁴⁹

Bertrand Badie traz um complemento à análise de Rosenau quando afirma que grupos de cidadãos teriam, em alguns casos, melhor desempenho que o Estado na mobilização de homens e recursos. Dessa forma “... o papel internacional das redes religiosas ou mercantis, das solidariedades comunitárias, tribais ou clássicas, é freqüentemente decisiva, como sugerem os exemplos do mundo muçulmano, da África, e mesmo da América Latina”.³⁵⁰

Ao criticar o Estado-Nação, como concebido para reivindicar a unidade de uma comunidade, mas que acaba fomentando a atuação de subgrupos nacionais pela ineficiência de sua capacidade de mobilização, Badie afirma que:

“... o Estado-ator é mais e mais desafiado pelos atores primordialistas subnacionais (clãs, etnias, tribos, minorias que se erigem em ‘povos’) ou transnacionais (movimentos panreligiosos ou panlingüísticos). As perspectivas assim abertas por uma sociologia crítica da mobilização nacional, iniciada notadamente por Anthony Smith (1971), seguido por Ernest Gellner (1989), permitem progredir na identificação dos atores internacionais, na avaliação das competências do Estado-Nação, mas também no conhecimento dos conflitos que derivam disso, cada vez menos internacionais e mais e mais etnicizados, como mostram Pierre Hassner (1995) ou J. E. Spence (1996)”.³⁵¹

Eric Hobsbawn acrescenta que a característica marcante dos nacionalismos ao final do século XX é o separatismo, resultado das diferenças étnicas e lingüísticas, que podem ser

³⁴⁸ ROSENAU, 1997, p. 130-131.

³⁴⁹ SCHMEMANN, NEW YORK TIMES, May 24, 1992, apud ROSENAU, 1997, p. 131.

³⁵⁰ BADIE, Bertrand. *Da soberania à competência do Estado*. In SMOUTS, 2004, p. 42.

³⁵¹ BADIE, Bertrand. *Da soberania à competência do Estado*. In SMOUTS, 2004, p. 44.

combinadas com a religião. Esses nacionalismos também podem assumir um “conjunto de rejeições aos modos modernos de organização política, tanto nacionais como supranacionais” com reações de fraqueza perante as forças do mundo moderno.³⁵²

Com relação à problemática acerca do conceito de *soberania*, aparece constantemente nos debates a questão dos subgrupos nacionais, representados normalmente pelas minorias étnicas. Os conflitos étnicos são parte constante da história da humanidade, mas observa-se ao longo das últimas décadas a ascensão das minorias étnicas no cenário internacional, fato que veio a desestabilizar o sistema construído após a II Guerra Mundial.

Conforme Krasner, a problemática relativa às minorias não foi adequadamente tratada, até os anos 1990, pelas duas superpotências. Dessa forma:

“The rediscovery of minorities in the 1990s reflects changes in the distribution of power and interests. The cold war repressed minority rights. Neither the Soviet Union nor the United States was prepared to acknowledge minority rights issues in their own spheres of influence or challenge their rival”.³⁵³

No caso do Brasil, a internalização de uma agenda de direitos humanos ligada à proteção das minorias seria patente com a intensificação dos debates relativos aos direitos dos índios e a demarcação dos territórios reconhecidos como históricos para os povos que neles habitavam. Como toda mudança de situação política e social, a ascensão das minorias indígenas no cenário brasileiro não ocorreu de forma serena, com diversos atores envolvidos em conflitos que chegaram ao nível internacional, ainda que neste último sem chegar às últimas conseqüências, mas com um quadro inconclusivo no tempo atual devido às mudanças estarem ainda em curso.

³⁵² HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 196-197.

³⁵³ KRASNER, 1999, p. 102-103.

3.2. Ascensão dos autóctones no cenário internacional e seus reflexos no Brasil

A defesa dos direitos do Homem acompanhou a história da humanidade, mas destacou-se na Idade Moderna a partir da Revolução Norte-americana e da Revolução Francesa. Na historiografia é praticamente consensual que a independência dos Estados Unidos da América, em 04 de Julho de 1776, traria importante declaração dentro dessa temática. Ilustrativamente cita-se Leopoldo Braga:

“All men are by nature equally free and independent, and have certain inherent rights which, when they enter into a state of society, they cannot, by any compact, deprive or divest their posterity; namely the enjoyment of life and liberty, with the means of acquiring and possessing property, and pursuing and obtaining happiness and safety”.³⁵⁴

O pensamento norte-americano seria consolidado na Revolução Francesa de 1789, por dar ensejo à entrada desta temática no âmbito do direito público internacional após um longo processo histórico que envolveu a reforma religiosa, a influência da filosofia do século XVIII e as doutrinas encontradas na obra de Rousseau. Conforme Redlob, “a doutrina do direito das gentes, estabelecida pela Revolução Francesa, está indissolúvelmente ligada à doutrina do direito do Homem, tão profundamente arraigada nos espíritos do tempo”.³⁵⁵

No século XX, como consequência da construção do direito internacional na Europa após o término da I Guerra Mundial, houve uma ampliação da “... projeção jurídica do indivíduo no plano internacional” no sentido de implementar novas diretrizes de consciência político-jurídica dos povos, mudando a concepção anterior do Estado como centro da gravitação internacional para uma visão em que “a comunidade internacional é composta de indivíduos agrupados em nações”, o que seria um ataque frontal à soberania estatal por considerar que “o Estado não tem direitos contra os interesses legítimos da sociedade e de cada um de seus membros”.³⁵⁶

Nesses aspectos, o regime de proteção internacional das minorias teve o suporte da Liga das Nações, descrita no Tratado de Versalhes, em 28 de junho de 1919, que desbravou os caminhos para a proteção dos direitos de grupos humanos, além de prever direito de petição à

³⁵⁴ BRAGA, 1939, p. 13.

³⁵⁵ REDSLOB apud BRAGA, 1939, p. 15-16.

³⁵⁶ BRAGA, 1939, p. 138-140.

Liga, reconhecido às populações dos Estados membros. Conforme observação de Louis Henkin:

“com base nos precedentes do século XIX, Estados dominantes pressionaram determinados Estados a aderir a ‘tratados de minorias’ garantidos pela Liga, nos quais os Estados Partes assumiam obrigações de respeitar direitos de minorias étnicas, nacionais ou religiosas determinadas”.³⁵⁷

Destaca-se que a exacerbação do *princípio das nacionalidades* teria marcante influência na eclosão da I Guerra Mundial, com o incremento das aspirações nacionalistas de recortes territoriais multiétnicos. Essa problemática era do conhecimento dos governantes, mas não se aplicava esse princípio em sua plenitude para não promover a fragmentação do Estado, segundo os interesses da época. Por isso, tanto no congresso de Viena, de 1815, como no Tratado de Berlim, de 1878, houve restrições ao *princípio das nacionalidades*, ao introduzirem uma crucial diferença entre o direito à existência nacional e o direito à existência estatal, respectivamente em relação à incorporação dos poloneses pelos russos e à fragmentação do império otomano apenas na parte europeia.³⁵⁸

Passou-se lentamente para um regime em que buscava proteger as minorias, consolidando-se após a eclosão da guerra mundial em 1914, que levou o Estado a aceitar a nacionalidade como objeto de sua composição interna, mas sem ainda considerar as minorias nacionais como pessoas jurídicas do direito público internacional.

Conforme Stéphane Pierre-Caps, diretor do grupo de pesquisas e de estudos políticos da Universidade de Nancy II, haveriam duas tendências evidenciadas nos tratados das minorias construídos como uma onda que ocorreu no período de 1878 a 1920, a da política dos Congressos do século XIX e a concepção da garantia internacional de direitos das minorias. Como a segunda não passou do campo hipotético, ressalta-se uma contínua evolução da política dos Congressos do século XIX:

“... na qual os direitos minoritários eram concebidos como um mal menor em face do princípio das nacionalidades que podia provisoriamente – ... – ter satisfação plena: esta, remanescente, de um *jus gentium*, amadureceu durante a Guerra, tendendo à emergência de uma sociedade internacional que não seria mais construída exclusivamente pelo interesse do Estado nacional”.³⁵⁹

³⁵⁷ HENKIN apud ARZABE, P. H. M. & GRACIANO, P. G. *A declaração universal dos direitos humanos 50 anos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/patricia.htm>. Acessado em 27 Jan. 2006.

³⁵⁸ PIERRÉ-CAPS. *O direito das minorias*. In ROULAND, Norbert (Organizador); PIERRE-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques; 2004, p. 185.

³⁵⁹ Idem, p. 210.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial levaria a uma mudança na concepção dos direitos das minorias no ambiente da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), surgindo sob a égide da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, uma visão que evidenciava aparente contradição entre o direito dos povos (autodeterminação) e a redução do seu campo de aplicação para evitar um descontrole na descolonização, foco de interesse das duas potências rivais, Estados Unidos e URSS. Essa política implementada durante o período da Guerra Fria não deixaria às minorias outras opções de escolha afora “... a da assimilação ao Estado estabelecido ou a Secessão”. Para Pierre-Caps, ocorreria nova tensão sobre as minorias nacionais que não desejavam a assimilação ao Estado, mas que também não possuíam os requisitos, ou a força necessária para obter a separação de fato do Estado que compunham. Esse reconhecimento viria somente após a implosão do sistema bipolar, que tornou possível o afloramento de todas as tensões que permaneceram latentes após o término da guerra em 1945.³⁶⁰

A posição ambígua perante as minorias no seio da organização que representa o sistema internacional de Estados, revela a habilidade dos poderes públicos em deslocarem o foco dos conceitos construídos para delimitar a forma do sistema internacional, empregando os direitos universais do Homem para negar o pluralismo existente no âmbito infra-nacional, dessa forma consentindo “no reconhecimento de direitos específicos às ‘pessoas pertencentes às minorias’, mas nega o benefício desses direitos aos grupos”.³⁶¹ Conforme F. Capotorti, em relatório da Comissão dos Direitos do Homem acerca dos “direitos das pessoas pertencentes a minorias étnicas, religiosas e lingüísticas”, de 1977, foi patente a recusa do Estado no reconhecimento das minorias, quando houve declaração oficial em que a França:

“não pode reconhecer a existência de grupos étnicos, tratando-se ou não de minorias. No que se refere às religiões e às outras línguas, que não a nacional, o governo francês estima que esses dois pontos dependem não do direito público, mas do exercício privado das liberdades públicas pelos cidadãos. O papel do governo limita-se a garantir aos cidadãos o exercício livre e completo dessas liberdades no quadro definido pela lei, bem como o respeito dos direitos do indivíduo”.³⁶²

³⁶⁰ Idem, p. 212-213.

³⁶¹ Idem, p. 329.

³⁶² CAPOTORTI, F. *Étude des droits des personnes appartenant aux minorités ethniques, religieuses et linguistiques*, capítulo 1: La notion de minorité, Nações Unidas, Comissão dos Direitos do Homem, subcomissão da luta contra as medidas discriminatórias e da proteção das minorias, 30ª sessão, 1977, E/CN.4/Lub.2/384 Add.1 (4 de junho), p. 37, apud PIERRÉ-CAPS. *O direito das minorias*. In ROULAND, Norbert (Organizador); PIERRE-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques; 2004, p. 327.

Capotorti relata em seu relatório as dificuldades em se implementar um sistema geral de proteção de minorias, haja vista que os governos não abririam mão de sua soberania nos assuntos relativos ao tratamento dessa temática em virtude de que:

“(a) any international system may be viewed as a pretext for interference in States internal affairs; (b) the usefulness of a uniform approach in such profoundly different situations is questionable; (c) preservation of the identity of minorities is seen as a threat to State unity and stability; and (d) the need for special protection could be used to justify reverse discrimination”.³⁶³

Mas esse processo de reconhecimento das minorias étnicas seria mais complexo do que Capotorti evidenciara em seu relatório, haja vista que nesse mesmo ano (1977) ocorreria a primeira conferência internacional de ONGs na ONU sobre o tema “ a discriminação contra as populações autóctones das Américas”, que deu impulso decisivo sobre a temática da discriminação contra as populações autóctones iniciada desde 1971, com o desenvolvimento das atividades iniciadas por Martinez Cobo, sem relevância até então. A importância do assunto tomou um crescente com a Conferência de Genebra (1978), que subscreveu:

“o direito dos povos indígenas de conservar suas estruturas tradicionais, econômicas e culturais, incluindo-se aí sua própria língua, e [ela] reconhece igualmente a relação específica dos povos indígenas com sua terra, insistindo para que essa e os direitos territoriais dos autóctones não sejam espoliados”.³⁶⁴

Após séculos de indiferença e dominação por parte dos povos chamados civilizados, os povos indígenas teriam um grupo de trabalho na ONU referente aos direitos de populações indígenas, iniciado no ano de 1982, como o primeiro fórum internacional para a participação contínua de representantes desses povos, na tentativa de superar os fracassos em estabelecer um sistema geral de proteção às minorias. Os autóctones passaram a ter destaque no ambiente da ONU, quando em algumas reuniões de peritos foram convidados como associados representantes indígenas, o que levaria inelutavelmente às ONGs autóctones desempenharem papéis cada vez mais ativos.³⁶⁵

³⁶³ EIDE in ALSTON, 1996, p. 221.

³⁶⁴ PIERRÉ-CAPS. *O direito das minorias*. In ROULAND, Norbert (Organizador); PIERRE-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques; 2004, p. 423-424.

³⁶⁵ EIDE in ALSTON, 1996, p. 221. Ver também ROULAND, Norbert (Organizador); PIERRE-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques; 2004, p. 520-523.

Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), organização criada à época do Tratado de Versalhes, com o objetivo de defender e promover os direitos relacionados ao trabalho, passou a atuar também no âmbito dos direitos humanos com a confecção dos “primeiros documentos internacionais de proteção à mulher, à criança, aos indígenas e povos tribais, ao trabalhador, documentos contra a discriminação racial, e de redução dos efeitos do desemprego, dentre outros”.³⁶⁶

No ano de 1957, viriam da OIT novas perspectivas para os povos indígenas, com respeito à prevenção da discriminação contra membros de tribos e populações indígenas. Isso ocorreria por meio da convenção nº 107, sobre povos tribais e indígenas, que teve aprovação apenas parcial por esses povos, pois se era inovadora com respeito aos direitos ao território, tinha também um cunho assimilacionista que era criticado pelos povos indígenas.³⁶⁷

Essa convenção seria modificada pela convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais nos Estados independentes, cujo grupo de trabalho desapontou quanto a um fórum para os representantes desses povos, mas atuou com empenho junto às organizações dos povos indígenas, fortalecendo as atividades de cunho internacional dessas organizações, que passaram a ter maior capacidade de apresentação de seus problemas junto às instâncias de direitos humanos. Quanto a esses aspectos, Eide ressalta que:

*“In 1985 a training course was organized in Geneva by, and for, indigenous persons on techniques for dealing with the international human rights system. A strategy session in Geneva has also been organized by indigenous organizations prior to each Working Group session since 1985, enabling the discussion of common platforms on some of the key issues. These efforts reveal a growing sophistication on the part of indigenous organizations in the use of international institutions to promote their interests and rights”.*³⁶⁸

Ademais, o conteúdo do Relatório Cobo apresentado em 1986 teria uma parte analítica que estaria, no tempo atual, relacionada à problemática mundial dos direitos autóctones como colocado por Eide anteriormente. Cobo distinguiu ao final de seus estudos um total de seis tipos de políticas implementadas pelos Estados em relação aos povos autóctones e que seriam: *segregação, assimilação, integração, fusão, pluralismo e autonomia*. Apesar das diferenças semânticas dos quatro primeiros tipos de políticas, que envolvem desde a separação dos grupos étnicos por hierarquia até a confluência de duas culturas para formar uma terceira, destacam-se as duas últimas concepções de Cobo pela abertura implementada no cenário

³⁶⁶ HENKIN apud ARZABE, P. H. M. & GRACIANO, P. G. *op. cit.*

³⁶⁷ EIDE in ALSTON, 1996, p. 236.

³⁶⁸ EIDE in ALSTON, 1996, p. 237.

internacional, quando percebemos que o conceito de *pluralismo* “... visa unir diferentes grupos étnicos em uma relação de interdependência ..., permitindo-lhes ... desenvolver seu modo de vida próprio... Toda separação havida é escolhida voluntariamente, não é imposta”. Já a *autonomia* não deve ser confundida com secessão, mas sim com “uma autogestão interna de grupos autóctones”, que revela uma posição favorável à etnicidade. Conforme Cobo:

“Na autogestão, toda consciência política passará pelo reconhecimento da originalidade étnica [...] o grupo étnico deve ter uma unidade política e administrativa que exerça uma autoridade sobre seu próprio território e seja dotada de poder de decisão nos domínios que são o objeto de seu plano de desenvolvimento no âmbito de um processo de autonomia e de autogestão crescentes”.³⁶⁹

A problemática se torna mais complexa quando se constata que, enquanto as organizações indígenas buscariam a proteção de sua integridade, os direitos coletivos ao território e a autonomia local nos debates ocorridos no âmbito da OIT, os governos em contrapartida relutariam em aceitar qualquer referência à autodeterminação para evitar a possibilidade de secessão. Dessa forma, a simples menção da palavra ‘povos’ indígenas em substituição à palavra ‘populações’, contida na convenção nº 107, provocou o receio de que pudesse ser usada no direito internacional como aprovação dos povos à sua autodeterminação. Esse aspecto foi incluído como observação no Artigo 1º da convenção nº 169, com a desaprovação de muitos representantes indígenas, conforme observado por Eide:

*“Many indigenous representatives expressed dissatisfaction with this qualification, and have argued against the ratification of the new ILO convention ... This implies that some indigenous peoples, or at least those speaking on behalf of their organizations, indeed want to obtain the legal option to secede”.*³⁷⁰

A discussão acerca da problemática indígena trouxe, mais recentemente, à elaboração de documentos no âmbito da ONU e da OEA com textos que privilegiam os direitos indígenas no sentido de reafirmar suas características culturais e a autodeterminação, sendo denominadas respectivamente Declaração Universal dos Povos Indígenas e Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

³⁶⁹ COBO, J. R. M. *Política fundamental*. Cap. IX, Doc. E/CN.4/Sub. 2/1983/21/Add.1, p. 4-10, apud ROULAND, Norbert. *O direito dos povos autóctones*. In ROULAND, Norbert (Organizador); PIERRE-CAPS, Stéphane; POUMARÈDE, Jacques; 2004, p. 426-427.

³⁷⁰ EIDE in ALSTON, 1996, p. 237. Ver também ROULAND, 2004, p. 516-520.

Além dessa problemática apresentada, novas perspectivas de reconhecimento dos direitos indígenas começariam a permear o cenário internacional com a ocorrência de fenômenos sociais relevantes no continente americano, paralelamente aos trabalhos desenvolvidos no seio da ONU. O evidente fenômeno internacional do aumento dos debates relativos aos povos indígenas ocorreu também no seio da Igreja, com o advento da Teologia da Libertação, e da atuação de antropólogos.

Por meio da Declaração de Barbados, realizada em 1971, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas em seguimento ao seu controverso programa de combate ao racismo, que teria fomentado movimentos de secessão³⁷¹, houve a manifestação aberta de antropólogos em defesa dos direitos indígenas, acusando inclusive a forma de atuação da Igreja, em conjunto com os governos, para promover um processo etnocêntrico de evangelização que teria por trás a exploração humana e econômica dos povos autóctones.

Conforme Stefano Varese, os índios não estiveram presentes no primeiro encontro de Barbados, mas sua defesa foi promovida pelos antropólogos que:

*“... produced an impressive volume which denounced human and ethnic rights abuses by governments, missionaries, the private sector, and even social scientists. They also produced a short declaration which soon became a banner for some emerging indigenous organizations in Central and South America”.*³⁷²

As duas declarações de Barbados seguintes não teriam a contundência representada pelo texto inicial, mas seguiram uma linha evolutiva de denúncias contra os abusos aos povos indígenas que chega ao nível da definição das fronteiras dos Estados como arbitrárias em relação a diversos povos. Ressalte-se a argumentação utilizada na declaração de Barbados II, em 1977, de que “os povos indoamericanos estão divididos internamente ou entre si devido à ação: das políticas de integração, educativas e de desenvolvimento, os sistemas religiosos ocidentais, das categorias e das fronteiras dos Estados nacionais³⁷³”.

Os movimentos indígenas no Brasil passariam por uma fase de efervescência na década de 1970, mesmo em um regime de ditadura militar, reflexo da influência internacional tanto da sociedade civil como da igreja, que davam as bases de sustentação para a ascensão

³⁷¹ Conforme artigo "Going Beyond Charity: Should Christian cash be given to terrorists?" Time Magazine, October 2, 1978.

³⁷² VARESE, Stefano. *Memories of Solidarity: Anthropology and the Indigenous Movement in Latin America*. Cultural Survival Quarterly Magazine. Issue 21.3, 31 Out. 1997. Disponível em: <http://209.200.101.189/publications/csq/csq-article.cfm?id=1473>. Acessado em 27 jan. 2006.

³⁷³ Grifo do autor.

das minorias indígenas por meio do esclarecimento e do suporte político a suas reivindicações. Tais aspectos serão mais detalhados na próxima seção, com a apresentação da ascensão das minorias indígenas dentro de uma concepção política.

3.3. Politização dos Índios: reflexos em Roraima

No Brasil, a política de governo para com os índios resumiu-se historicamente na constatação de sua incapacidade relativa e na sua tutela pelo Estado. Esse tipo de visão perduraria mesmo após a criação da FUNAI, ao final da década de 1960, e a aprovação do Estatuto do Índio, em 1973, cujo debate atual procura fazer a mudança dessa legislação, capitaneado por movimentos articuladores da defesa dos interesses indígenas que ascenderam no cenário político nacional desde a década de 1970.

Nesses aspectos, a efervescência do ambiente político brasileiro foi patente a partir da década de 1970, com a introdução de novas formas de organização dos povos indígenas, que ultrapassavam os limites das aldeias para adentrar as redes de contatos que chegavam a nível internacional, “estabelecendo articulações com as organizações não-governamentais, abrindo espaços para que a questão indígena se impusesse exigindo mudanças”.³⁷⁴

Como fruto de forças provenientes da sociedade civil, um grupo de índios bolsistas em Brasília fundaria no ano de 1980 a União das Nações Indígenas (UNI), presidida pelo estudante de Administração da Universidade Católica de Brasília, Marcos Terena. A solicitação junto à FUNAI para que a organização fosse reconhecida como pessoa jurídica acabou sendo boicotada por ação direta do General Golbery do Couto e Silva com base em estudos do Serviço Nacional de Informações (SNI), apesar de laudo favorável do órgão indigenista conforme disposto no estatuto do índio.³⁷⁵

Na década de 1980 seria eleito o primeiro Deputado Federal de origem indígena, o cacique xavante Mário Juruna (1983-1987), pelo PDT do Rio de Janeiro. Juruna atuou efetivamente segundo os interesses dos povos indígenas, criando a Comissão Permanente do Índio na Câmara dos Deputados, em Brasília, além de debater e propor a demarcação das terras.

Também a atuação dos movimentos indígenas seria relevante no processo da assembléia constituinte que elaborou a constituição federal de 1988, no sentido de implementar mudanças significativas em relação aos indígenas brasileiros, como a aceitação da multiculturalidade e a possibilidade de entrarem em juízo, adquirindo personalidade

³⁷⁴ SANTOS, 2003, p. 121.

³⁷⁵ VIEIRA, 2003, p. 163-164.

jurídica perante o direito. Entretanto, as mudanças advindas na constituição seriam tímidas em relação aos anseios de alguns grupos que desejavam o fim da tutela do Estado, apesar de existir controvérsia entre os próprios indígenas a esse respeito, haja vista a diversidade dos grupos e o seu relacionamento com as sociedades envolventes.

Em Roraima, ocorreram reflexos desses movimentos, os quais atingiram âmbito nacional e influenciariam a forma de organização dos índios Macuxi da região da Raposa e arredores. Santilli descreve os primórdios dos movimentos, nos anos setenta, como:

“...período marcado pela forte ampliação e intensificação do contato, algumas lideranças políticas de grupos locais Macuxi passaram a se destacar, ao exercerem funções privilegiadas de intermediação no estabelecimento das relações entre a população indígena habitante nas aldeias e os agentes da sociedade nacional. A desenvoltura, alcançada em muitos casos, revelar-se-ia decisiva para a construção das respectivas trajetórias políticas além dos limites das suas próprias parentelas de origem”.³⁷⁶

Como importante fator na mudança da forma de inserção dos povos indígenas nas sociedades envolventes, as bases desse processo podem ser encontradas em outro tipo de mudança interna, implementada pela Igreja Católica Apostólica Romana, entre 1962-1965, com a realização do Concílio Vaticano II, e seu desdobramento na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, celebrada em Medellín (Colômbia), em agosto de 1968, que abriram novas dimensões de atuação como missionária e protetora dos pobres, para agir objetivando a realização de mudanças no quadro político-social vigente.

Apesar de terem ocorrido algumas divergências internas entre os padres, houve uma mudança da postura política da Igreja no Brasil, encabeçada pela CNBB, a qual passou a opor-se à atuação do governo militar durante a década de 1970 ao implementar projetos tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Conforme observado na obra de Vieira, essa “...mudança missionária teve como resultado... uma ação mais crítica, voltada também para as populações indígenas. Isso significou o início da incipiente organização política dos povos indígenas no Brasil no início da década de 1970”.³⁷⁷

Ainda, conforme Vieira:

“Essa nova linha da Igreja passou a ser de conhecimento público, principalmente depois do dia 25 de dezembro de 1973 – um ano depois da

³⁷⁶ SANTILLI, 2001, p. 41.

³⁷⁷ VIEIRA, 2003, p. 146-150.

criação do CIMI, quando apareceu um documento-denúncia, assinado por bispos e padres, que se tornaria o projeto do CIMI para as populações indígenas. O documento chamava-se ‘Y – Juca – Pirama o índio. Aquele que deve morrer’. Nele se esclarecia a nova postura política e antropológica que iria marcar um novo tempo, principalmente para os missionários católicos militantes da questão indígena no Brasil”.³⁷⁸

Em Roraima, os reflexos das mudanças na Igreja seriam evidentes logo ao final dos anos 1960, com a vinda de jovens missionários que, embalados pelas doutrinas do Vaticano II, romperiam com a elite local. Conforme palavras do Padre Jorge Dal Ben, italiano e um dos integrantes do grupo, a realidade percebida por esses missionários em relação aos índios da região refletia que esses povos eram:

“... acossados pelas fazendas e pelo garimpo, desprezados pela sociedade envolvente, que os qualificava no linguajar comum de ‘bichos’, sem assistência médica, já em fase avançada de desestruturação de suas aldeias, sem terra, sem dignidade, numa dependência extrema, vergonhosos da própria língua e, sobretudo, como traço emblemático da desgraça, entregues às bebidas alcoólicas. O quadro de morte era ainda pior onde existiam os garimpos, escola de muitos vícios”.³⁷⁹

Para modificar essa realidade dos índios de Roraima houve a atuação direta dos padres da Ordem da Consolata, sob a coordenação do Bispo D. Aldo Mogiano, cuja sistemática empregada consistiu na constatação da relação de submissão dos índios como uma realidade histórica construída na região, mas que deveria mudar por meio da conscientização desses povos. Mogiano explica que:

“Eles [os índios] eram tão acostumados a ver o branco como patrão, a fazer o que [os brancos] queriam e eles obedeciam, e achavam normal aquela realidade que vivia. Assim o primeiro passo foi o de perguntar: por que vocês sofrem? O que o faz sofrer? E finalmente eles começaram a falar. Vejam aqui o que diz a Constituição. Ela diz vocês têm direitos sobre essa terra. Foi dessa forma que eles começaram a pensar e a entender que estavam numa situação de prisão e que agora era então necessário se organizar”.³⁸⁰

³⁷⁸ VIEIRA, 2003, p. 156.

³⁷⁹ Para se ter uma idéia da área de atuação desses missionários, conforme o padre Dal Ben “Cada um dos recém-chegados recebeu uma incumbência. Pe Luciano Stefanini passou a tomar conta da Missão São José e da região de Surumu, juntamente com a atual região do alto São Marcos, padre Bruno Marcon se ocupou da região do Taiano, padre Carlos Tonello cuidava da região da Serra da Lua, padre Jorge ficou com a região do Baixo São Marcos, a região da Raposa, a região do Baixo Cotingo e a região das Serras, enquanto a região da Amajari foi entregue aos cuidados do Padre Luizinho”. DAL BEN apud SANTOS, 2003, p. 124-125.

³⁸⁰ MOGIANO apud VIEIRA, 2003, p. 175.

O padre responsável pela região da Raposa teria recebido várias queixas dos índios e sugeriu que se criasse uma cooperativa indígena, designada posteriormente como projeto de cantinas comunitárias, a fim de diminuir a sua dependência em relação a marreteiros, fazendeiros e donos vendas que os exploravam. Conforme Santos, “a proposta foi levada adiante pelo Tuxaua Gabriel da maloca da Raposa contando com a colaboração de mais sete líderes das malocas vizinhas: Xuminas, Napoleão, Guariba, Santa Maria, Perdiz, Canavial e Cachoeirinha”. Dessa forma, Santos acrescenta a informação, coletada junto a Dal Ben, de que:

“... em 16 de dezembro de 1970, a Cooperativa Macuxi da Raposa passou a funcionar, marcada conforme o Padre, por duas características: autonomia, por estar completamente na mão dos indígenas e; auto-suficiência, por funcionar exclusivamente com recursos próprios, visto que, segundo ele, a Igreja colaborou apenas com transporte até a iniciativa se estabilizar”.³⁸¹

O ‘projeto de cantinas’ fazia parte de um processo da Igreja para adquirir influência sobre os indígenas e minar as bases clientelistas que existiam com a população envolvente. Sua concepção era simples e consistia na entrega de um lote de mercadorias a um encarregado, escolhido pelos padres, que ficava responsável por trocá-las a um preço correspondente em farinha de mandioca e ouro, menor que o praticado normalmente na região. Conforme Santilli:

“Assim, os índios, idealmente, não precisariam mais trabalhar para os regionais, nem barganhar a permanência destes nas suas terras, para terem acesso aos artigos industrializados, podendo adquiri-los - e essa era a idéia central do projeto - com o fruto do próprio trabalho, fosse na produção agrícola - farinha de mandioca - fosse no garimpo - ouro ou diamante -, convertido em moeda na sociedade regional”.³⁸²

Como o ‘projeto das cantinas’ não teve o sucesso esperado, esvaindo-se o capital empregado para a aquisição dos suprimentos, houve a atuação tanto dos missionários como da FUNAI de implementarem formas de trabalho comunitário nas roças ou nos garimpos, mas que não foram adiante devido à alegação de uma “... atitude individualista dos índios”.³⁸³

O ‘projeto das cantinas’ e o trabalho comunitário, apesar de implementarem mudança significativa nas relações dos índios com a sociedade envolvente, não mudou a base econômica de produção dos índios, fato que ocorreria somente a concepção do ‘projeto do

³⁸¹ DAL BEN apud SANTOS, 2003, p. 125-126.

³⁸² SANTILLI, 2001, p. 42. Ver também VIEIRA, 2003, p. 191.

³⁸³ SANTILLI, 2001, p. 43.

gado’, em que os índios passariam a ter uma relação diferente com os fazendeiros da região em virtude da ocupação do território para a criação de rebanho bovino.

Conforme Santilli, o ‘projeto do gado’ surgiu na década de 1980 com fundos angariados na Itália, país de origem da Ordem da Consolata, e objetivava ceder rebanhos bovinos às comunidades indígenas por um período de cinco anos, após o qual seria passado adiante para outra comunidade, permanecendo as cabeças de gado que porventura ultrapassassem a quantidade inicialmente fornecida. Santilli acrescenta que:

“Além de representar alternativa ao escasseamento da caça, o objetivo expresso do projeto foi promover a ocupação do lavrado perante os fazendeiros, ou seja, com a mesma visibilidade de diante dos regionais e da sociedade nacional, tornando assim os próprios índios pecuaristas. A idéia foi seguida pela Funai nos anos subseqüentes”.³⁸⁴

Paralelamente ao processo de construção de uma base econômica auto-sustentável para os povos indígenas do noroeste de Roraima, o diálogo entre a Igreja e os indígenas levou a um desdobramento com a “realização do primeiro encontro das lideranças indígenas em Surumu, no mês de fevereiro de 1971, e que, a partir daí, se tornara um hábito a prática de reuniões anuais desses líderes naquele local.”³⁸⁵

Santos acrescenta que já havia reuniões envolvendo as lideranças indígenas anteriores a esse período, a partir de 1968, em decorrência de cursos de instrução religiosa ministrados pelos padres, quando tinham a oportunidade de incrementar o diálogo entre os tuxauas e de discutir os problemas que afetavam as comunidades. Uma inflexão quanto à destinação da reunião ocorreria efetivamente em 1977, “quando representantes do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, foram convidados e o encontro se transformou especificamente em reunião das lideranças indígenas”.³⁸⁶

Vieira acrescenta que a VII Assembléia Indígena, ocorrida em janeiro de 1977 foi:

“... um dos maiores encontros das populações indígenas de Roraima, que reuniu 140 índios, das etnias Macuxí, Wapixana e Taurepang, sendo que desses, 50 eram Tuxauas, lideranças das comunidades. Esse encontro, depois chamado de I Assembléia Indígena de Roraima, foi organizado pelos padres da Ordem da Consolata que, auxiliados pelo CIMI, vinham desde 1969, por meio de uma base missionária na região, construindo a nova pastoral

³⁸⁴ SANTILLI, 2001, p. 42-43.

³⁸⁵ SANTOS, 2003, p. 126-127.

³⁸⁶ CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA, 1990, apud SANTOS, 2003, p. 135.

indígena no ex-Território Federal de Roraima, sem despertar qualquer tipo de suspeita por parte dos fazendeiros”.³⁸⁷

Entretanto, no ano seguinte não ocorreria o encontro indígena, talvez reforçado pela presença da FUNAI e da polícia Federal no evento de 1977, com o intuito de impedir a participação de representantes do CIMI por não haverem solicitado, conforme norma legal, a autorização para adentrarem em terra indígena.

O recuo da Igreja ocorrido no ano de 1978 teve o intuito de reformular suas bases de atuação e fazer frente ao aparato legal do órgão instituído pelo governo para tratar dos assuntos indígenas. Assim, deixou-se de realizar a II Assembléia Indígena de Roraima para que os missionários, irmãs e algumas lideranças indígenas locais participassem de cursos sobre indigenismo e pudessem “... militar abertamente pela demarcação das terras indígenas”. Vieira informa que:

“Nesses seminários, buscavam-se respostas aos questionamentos que enfrentavam a própria militância. Primeiro diante de situação de conflito, envolvendo FUNAI, Igreja, posseiros, fazendeiros e as populações indígenas, como agiria a pastoral indígena? Segundo, os militantes constataavam que havia uma série de linhas conflitantes de ação no próprio Clero. A pergunta era: Como conscientizar as cúpulas e as bases, entre elas padres, freiras, voluntários, sobre o problema indígena? Terceiro, como reforçar a identidade e a coesão tribal? Quarto, como trabalhar com os índios destribilizados? Com quem eles tinham contatos regulares? E com os índios ainda isolados? Quinto, qual a contribuição que a atividade missionária poderia dar para a demarcação e defesa dos territórios indígenas? Por último, como favorecer a participação dos próprios índios na condução dos seus destinos?”.³⁸⁸

Em consequência, destaca-se a evolução dos encontros indígenas a partir de 1979, que passam a contar, além das lideranças indígenas e membros da Igreja, com a presença de representantes de ONG, inclusive de esfera internacional. Além disso, esses encontros trariam importantes aprendizados para os índios, como descrito nas palavras do índio Odalício, registrada na ata da reunião de 1979: “Estou gostando muito daqui porque é nestas reuniões que a gente aprende. O tuxaua deve dar um jeito para tudo, sabendo que também pra mandar tem um jeito certo”.³⁸⁹

³⁸⁷ VIEIRA, 2003, p. 162.

³⁸⁸ VIEIRA, 2003, p. 180-181.

³⁸⁹ Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, de 09 a 11/01/1979, p. 5. In SANTOS, 2003, p. 142-143.

No ano de 1985, foi destacada pela antropóloga Alcida Ramos a relação de representantes do encontro anual:

“Participaram da reunião cerca de 150 pessoas, principalmente representantes de seis nações: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Yanomami, Mundurucu e Apurinã, além dos representantes da UNI, Ailton Krenak e Álvaro Tukano. Dentre os observadores não índios estiveram presentes, além do bispo de Roraima, vários padres e seminaristas da Consolata, representantes da FUNAI, do CIMI/Porantim de Brasília, do CIMI Norte I, do GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico), da CCPY, da ABA e da IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), da Dinamarca, nas pessoas de Tereza Aparício e René Fuerst, convidados especiais da UNI”.³⁹⁰

Em uma outra frente de atuação, Santos chama atenção para o papel da escola no novo contexto das comunidades indígenas. Esse autor registra que paralelamente ao trabalho da Igreja, a partir da década de 1960 começou-se a estabelecer mais amplamente as escolas públicas dentro das aldeias e a formação de professores indígenas “... com o objetivo de substituir os enviados por secretarias de educação, que em muitos casos não se relacionavam bem com os moradores locais”. Assim ocorreria a valorização da identidade indígena quando as “lideranças passaram a lutar pela implantação e melhoria das escolas, além de lutar pelo seu controle, ..., o que os levou a se preocuparem também com os conteúdos ministrados às crianças e jovens das comunidades”.³⁹¹

A mobilização do aparato educacional para as aspirações indígenas pode ser observada em uma reunião envolvendo as lideranças e os professores, ocorrida no ano de 1978. Na abertura desse evento, o professor Vicente, italiano que morou na própria Missão São José, disse que:

“Estamos aqui novamente reunidos todos os tuxauas e professores da nossa região para ver juntos de estudar os problemas das nossas malocas. É só esta a finalidade da reunião: falar a vontade sobre o que se está passando. Todos sabem que é a união que dá força: (...) pessoal desunido não tem vez. (...) trocando os nossos pensamentos, podemos com mais facilidade encontrar a resposta aos nossos problemas, que são comuns a todos os índios do Brasil. (...). A situação é esta, não podemos ficar parados, existem as leis, existe um órgão que o governo paga para defender os direitos dos parentes, então precisa conhecer tudo isso, estudar a nova realidade, e unir-se para resolver estes problemas”(sic).³⁹²

³⁹⁰ RAMOS, 1985, apud SANTOS, 2003, p. 136.

³⁹¹ SANTOS, 2003, p. 145.

³⁹² Ata da reunião dos tuxauas e professores da Região do Surumu, de 25 a 26/11/1978, p. 1. In SANTOS, 2003, p. 147-148

Da fala do professor italiano depreende-se em primeira linha duas posições básicas: a) por meio do colóquio informal identificar os problemas das comunidades e b) utilizar o aparato do Estado relacionado à causa indígena para solucionar os problemas e formar coesão, ou seja, os índios agindo como atores sociais e também amparados por uma rede de proteção social.

Verifica-se também que o aumento do número de reuniões em Roraima foi expressivo a partir do final da década de 1970, revelando o surgimento de um novo tipo de movimento organizado pelos índios da região, que seria marcante para a defesa dos anseios indígenas nas décadas subseqüentes. Esses anseios seriam construídos a partir da busca de uma identidade indígena baseada na problemática comum que afligia esses povos, tornando-se parte de uma luta cultural que tinha por detrás o envolvimento de aspectos políticos e sócio-econômicos.

Destaca-se que o movimento indígena que surgia em Roraima não era um caso isolado, pois fazia parte de um processo de construção de dimensões alternativas posto em prática pelos movimentos das minorias políticas seja feminista, negra, homossexual ou indígena, trazendo à cena política novos atores e novas dimensões diferentes das tradicionais. Ocorreria nesses movimentos uma oposição em relação à idéia de sujeito universal homogêneo, com a ênfase dos sujeitos específicos que valorizam a diferença e constroem grupos identitários em torno da experiência vivenciada usualmente como exclusão social, política e/ou econômica. Sua atuação baseava-se na organização do grupo com o reforço da identidade, passando a influir politicamente na sociedade envolvente para promover sua autoafirmação e destacar a diferença.³⁹³

No caso dos índios de Roraima, as reuniões realizadas anteriormente serviram para criar uma identidade para o grupo alicerçada em problemas comuns ao debater o andamento dos assuntos de amplo interesse, como o ‘projeto de cantinas’, cujo processo que teria levado à sua falência gerou conflitos e acusações de favorecimento de algumas lideranças em detrimento de outras. Em razão dessas acusações, os missionários conceberam um tipo de organização para os índios com o intuito de administrar os interesses coletivos, surgindo os ‘conselhos regionais’, organizações supra-aldeãs compostas de comunidades delimitadas por áreas geográficas e sob a influência dos missionários junto às lideranças locais Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapixana e Yanomami. Conforme Santilli:

“... foram, assim, criados sete conselhos nas seguintes regiões: Serras, Surumu, Amajari, Serra da Lua, Raposa, Taiano e Catrimani. Sua

³⁹³ ARAÚJO in: Revista Proposta, nº 91, 2001, apud SANTOS, 2003, p. 21-22.

incumbência era gerir as relações externas às comunidades indígenas, tanto no plano das relações com a sociedade regional como na formulação e no direcionamento dos projetos indigenistas, patrocinados por diferentes agências”.³⁹⁴

Dessa forma, os encontros serviram para promover a união dos povos indígenas e a adquirirem maior capacidade para a reivindicação de seus direitos ou mesmo forçar decisões políticas. Santos coloca que na assembléia anual de 1983, os indígenas apontaram como foco da atenção da comunidade, a união, ficando em segundo lugar a demarcação das terras.³⁹⁵ Reflexo dessa concepção, nesse mesmo ano ocorreria a criação dos Conselhos, que trariam uma evolução significativa da conjugação dos esforços dos índios e evoluíram poucos anos depois para um Conselho único, em 1987, chamado Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), posteriormente modificado para Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Conforme Santilli, o advento do Conselho Indígena criaria uma instancia vertical, “privilegiando a hierarquia e a representação política em moldes partidários”. Entretanto, mesmo com o relativo sucesso do ‘projeto do gado’, concentrado principalmente em cerca de 90 aldeias Macuxi no interflúvio Maú- Tacutu, a manutenção do Conselho Indígena dependia “... visceralmente de recursos externos, sejam eles injetados por missionários católicos, sejam provenientes de órgão oficiais como a Funai, sejam mesmo de cooperação internacional”. Essa dependência de recursos externos promoveria a ascendência dos intermediários em relação ao plano aldeão, definindo o sistema político existente entre os índios, que oscilaria em virtude das articulações a que seria submetido pelos atores locais e nacionais.³⁹⁶

Apesar disso, a realização das assembléias anuais ao longo dos anos 1980 fortaleceu a interlocução dos índios com instituições civis e oficiais, tais como: Funai, Minter, PF/MJ, Ibama, OAB, ABI, Anaí, Cimi, UNI, Cedi, CCPY, ABA, NDI, CPI, IWIGIA, representantes de comissões parlamentares e delegações indígenas.³⁹⁷

Dessa forma, o suporte de não-índios foi fator preponderante para a continuidade do processo de consolidação dos movimentos indígenas, quando foram repassados àqueles povos amplos conhecimentos relativos a como se organizar perante a sociedade envolvente. Nesses aspectos, foi observada na ONG Instituto Socioambiental a existência de publicação, com uma tiragem de 2000 exemplares no ano 2002, que se intitula ‘Manual para

³⁹⁴ SANTILLI, 2001, p. 43.

³⁹⁵ Ata da reunião geral dos tuxauas, de 04 a 08/01/1983, p. 6. In SANTOS, 2003, p. 152-153.

³⁹⁶ SANTILLI, 2001, p. 44-45.

³⁹⁷ SANTILLI, 2001, p. 46.

administração de organizações indígenas’, realizada com o apoio das ONG AFINCO (Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário) e NORAD (Agência Norueguesa de Cooperação para o desenvolvimento) - Programa Norueguês para Povos Indígenas - cujo teor desse manual detalha minuciosamente os aspectos legais, a forma de administração, aspectos financeiros e relatórios necessários para estabelecer, na prática e dentro da burocracia prevista, uma organização indígena em território brasileiro (traz como anexo um CD com arquivos digitais necessários para isso). Ressalte-se trecho desse manual informando que as fontes de recursos para as organizações indígenas viriam basicamente de:

- “- doações de instituições internacionais (governamentais ou privadas);
- convênios feitos com órgãos do governo brasileiro;
- doações de instituições privadas brasileiras;
- atividades próprias, como vendas de artesanato e outros produtos.”³⁹⁸

Voltando no tempo, para a década de 1980, denota-se que a organização política dos índios de Roraima provocaria uma alteração significativa na correlação de forças envolvidas no processo de demarcação de terras, tendo os fazendeiros que adaptar-se à nova conjuntura, pela obsolescência da forma usual de atuação perante as populações indígenas, que consistia anteriormente de três formas: a cooptação de lideranças, a força ou os acordos que beneficiavam os fazendeiros e eram arbitrados pelo órgão indigenista local.³⁹⁹

A forma de organização dos povos indígenas, como encontrada em Roraima, pode ser melhor compreendida com a descrição de Matos, citado por Vieira, de que:

*“As assembleias indígenas não devem ser pensadas simplesmente como um mecanismo de organização política importada do mundo dos não índios, mas sim parte do processo de formação de uma nova tradição política entre os povos indígenas, fundada a partir de uma consciência coletiva da situação de contato. Elas serviram para auxiliar na nova comunidade política criada com o movimento Pan-Indígena. Inicialmente muitos índios participaram das assembleias sem terem a devida clareza dos seus objetivos. Aos poucos foram tomando conhecimento de que os problemas enfrentados por cada uma de suas comunidades eram comuns a população Indígena, enquanto minorias étnicas situadas dentro da Jurisdição do Estado brasileiro”.*⁴⁰⁰

³⁹⁸ ANDRADE, Álvaro Pereira de; SILVA, Maria das Dores Barros e; KAHN, Marina. *Manual para a administração de organizações indígenas*. ISA, AFINCO, NORAD, 2002, p. 81.

³⁹⁹ VIEIRA, 2003, p. 168.

⁴⁰⁰ MATOS, 1987, apud VIEIRA, 2003, p. 162.

Diversos fatores podem ser elencados como contribuintes para que os povos indígenas passassem a ter maior força política. Destacam-se os fatos que concedem a esses povos a capacidade de se organizar e adquirir conhecimentos em relação ao funcionamento das esferas legais e institucionais que os permeavam, além do que houve a busca do reforço da sua cultura como forma de contraposição à sociedade envolvente, que forçava a sua integração por meio da imposição da ‘cultura civilizatória’ em detrimento da sua cultura ‘inferior’⁴⁰¹.

A criação das bases políticas - extrapolando a visão que abarca somente a associação entre o tuxaua e sua aldeia - é um processo que possui controvérsias em sua análise, haja vista considerações de Riviéri de que mesmo os laços entre o líder e os índios da aldeia não seriam fortes o suficiente para admitir, por exemplo, uma liderança autoritária. Conforme esse antropólogo, “... seria um erro dar demasiada ênfase à aldeia como algo geograficamente localizado ou como uma grande entidade física. É preferível concebê-la como um conjunto de pessoas que moram juntas no mesmo lugar”.⁴⁰²

Riviéri, citando Thomas, acrescenta que os líderes devem possuir as seguintes qualidades, variando conforme a região, a sociedade e a ênfase local:

“Em primeiro lugar, espera-se de um líder que esteja comandando diante de todos, por seu exemplo e iniciando atividades, e não dando ordens por detrás. Em segundo lugar, ele deve ser competente ao organizar e dar andamento a questões rotineiras ... Em terceiro lugar, ele deve ter a capacidade de falar bem, seja através de um discurso persuasivo, ..., seja recorrendo a um discurso diplomático, ... Em quarto lugar, o líder precisa ser generoso, ... Em quinto lugar, ele deve ser portador de conhecimentos, ...”⁴⁰³

Em relação à associação dos índios em comunidade, os estudos de Santilli apontam que:

“A noção de ‘comunidade entre os Macuxi, como em outras sociedades guianenses, não se baseia no modelo radcliffe-browniano da propriedade coletiva exercida sobre um território, mas antes na construção cotidiana de relações de reciprocidade entre indivíduos, cuja cooperação resulta na apropriação comum do produto de suas atividades. Os limites da comunidade não são estabelecidos por um estatuto coletivo impessoal, mas pela associação complementar entre pessoas”.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ SANTOS, 2003, p.96; VIEIRA, 2003, p. 196.

⁴⁰² RIVIÉRI, 2001, p. 106.

⁴⁰³ THOMAS, 1982, apud RIVIÉRI, 2001, p. 106.

⁴⁰⁴ SANTILLI, 2001, p. 133-134.

Entretanto, pode existir uma contradição na cultura Macuxi em relação à percepção da propriedade territorial, quando Santilli afirma a sua inexistência no seio desse povo, mas ocorrendo evidências da sua identificação com o território por meio da demarcação das terras indígenas e do “... aprendizado político dos Macuxi que, no confronto com fazendeiros, garimpeiros e outros interesses, construíram a unidade da área Raposa-Serra do Sol. Processo de ‘territorialização’, cuja contrapartida tem sido a prática da representação política”.⁴⁰⁵

O próprio Santilli esclarece essa contradição quando acrescenta importante análise em relação a essa problemática, em que:

“A disputa pela terra parece, assim, do ponto de vista dos Macuxi, traçar uma linha divisória entre a política *inter pares* da aldeia e aquela voltada para o exterior. Difícil traçado, porém, como busquei evidenciar, uma vez que a organização política autônoma da aldeia muitas vezes confronta a organização supra-aldeã. Fica o paradoxo: a organização supra-aldeã tem se mostrado o caminho escolhido pelos Macuxi para obter legibilidade e, portanto, interlocução com o Estado e a sociedade brasileira, com o objetivo de manter sua política interna”.⁴⁰⁶

Percebe-se que não deve ser descartada a possibilidade de internalização pela comunidade Macuxi de uma percepção de propriedade territorial, haja vista os embates por que passaram ao longo das últimas décadas para conseguirem a demarcação de áreas indígenas. Como grupo preponderante na área da Raposa Serra do Sol, a sua influência sobre os outros grupos indígenas é patente pela representatividade no cenário político local e deve ser analisada criteriosamente para que se possa determinar as aspirações indígenas para aquela região.

Também devem ser destacados os passos percorridos pelos índios, assim como as prioridades para resolver os problemas identificados por atores não-índios, com uma lógica que primeiramente prioriza a colaboração e a união entre os indígenas, depois (re)cria uma comunidade de índios para, finalmente, procurar atingir outras prioridades, das quais se destaca o território.

Justamente as aspirações indígenas são aspectos relevantes no processo de interação com os atores da sociedade envolvente, por implicarem em supostas ameaças aos interesses em jogo na região de Roraima, interesses que extrapolam a esfera regional e chegam ao nível internacional, quando grupos civis organizados atuam direta ou indiretamente na região da

⁴⁰⁵ SANTILLI, 2001, p. 134.

⁴⁰⁶ SANTILLI, 2001, p. 134.

Raposa. Desse tipo de atuação sucede uma percepção de ameaça à soberania do Estado Brasileiro, fato que é considerado fantasioso por alguns, mas perigosamente real para outros, dentro de uma gama de visões que tornam a problemática da região permeada de diversos matizes e destacam suas nuances na mídia nacional e internacional.

A questão da autodeterminação solidária dos povos, que inspira os movimentos organizados em defesa dos interesses indígenas, aflora nesses debates como uma ameaça à soberania estatal, por objetivar a garantia de organização política autônoma alicerçada no autogoverno nas esferas local, regional, nacional e internacional. Esses movimentos buscariam a criação de condições jurídicas, políticas e administrativas para contrapor o modelo de Estado unitário e centralizador, evidente no caso brasileiro.⁴⁰⁷

Entre percepções, ameaças, discursos e fatos tornados concretos pelos atores com interesses em Roraima, torna-se necessário evidenciar a problemática que abarca esses aspectos quando relacionados à questão da soberania do Estado na região, assunto para a próxima seção.

⁴⁰⁷ GIRARDI, 1996, apud SANTOS, 2003, p. 115.

3.4. Percepções e ameaças em nível regional e nacional

Na historiografia identifica-se uma conduta da Política Exterior do Brasil relativa a legitimidade do território brasileiro que remonta ao período colonial. Ilustrativamente Celso Lafer fala que a herança dos fundamentos de argumentação portugueses, consubstanciados no Tratado de Madri, teria estabelecido as bases de uma linha de ação para o Brasil independente, que são a fixação das fronteiras através do reconhecimento da ocupação, ou o princípio do *uti possidetis*, e a utilização de marcos de fronteira naturais.⁴⁰⁸ Estes aspectos trariam uma relativa segurança em relação aos vizinhos, mas não em relação às ameaças difusas de âmbito internacional que envolveriam a cobiça das reservas naturais inerentes à região amazônica.

Victor Leonardi observa que na historiografia brasileira o tema *fronteira*, na maior parte das vezes, é focado sob bases expansionistas considerando duas vertentes, uma espécie de *autocolonização* e um tipo de *colonialismo interno*⁴⁰⁹, que seriam formas de ocupação semelhantes às realizadas pelas grandes potências mundiais entre os séculos XV e XIX, apenas que restritas ao âmbito das fronteiras estabelecidas do Brasil e diferenciando-se entre si pela ocupação de espaços de vazio demográfico (caso da autocolonização) ou de ambientes em que existem populações autóctones (colonialismo interno).

Em que pesem as críticas sobre conceito de *colonialismo interno*, de que não existiriam países cuja ocupação do território tenha sido homogênea e igualitária em relação às regiões historicamente estabelecidas⁴¹⁰, e que o termo *colonização* deveria ser revisto por privilegiar uma ótica positivista e artificial, que representa uma face da intrusão estatal-imigrante e pode influenciar os historiadores por estarem inseridos no povo colonizador⁴¹¹, constata-se que o território brasileiro não teve um ordenamento lógico e consistente em relação aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, advindo seqüelas profundas nem sempre bem administradas, seja pelo poder público, seja pela sociedade nacional composta pelas populações migratórias e autóctones, resultando em conflitos cujas principais causas seriam os choques culturais, os interesses econômicos e a destruição ambiental.

⁴⁰⁸ LAFER, 2004, p. 30-31.

⁴⁰⁹ FREIRE apud LEONARDI, 1996, p. 34.

⁴¹⁰ VESENTINI, 2004, p. 309.

⁴¹¹ GOLIN, 2002, p. 38.

Para Bertha Becker, até a década de 1980 a região amazônica “... permaneceu à margem da elaboração do sistema de espaço nacional como uma periferia não integrada, vista ainda como uma *ilha* voltada para o exterior, verdadeira colônia ultramarina” que permitiu paradoxalmente a sua preservação ao longo do tempo pelo desinteresse tanto do Sul (periferia dinâmica), como do Nordeste (periferia deprimida) à ocupação predatória da Amazônia (periferia não integrada).⁴¹²

Argemiro Procópio tem um posicionamento diferente. Ele advoga a tese de que a Amazônia seria uma periferia integrada não somente ao país, mas também ao sistema capitalista internacional, pelo fato de que ela fornece matérias-primas que movimentam os mercados nacional e mundial.⁴¹³

Procópio chama a atenção para o fato de que o tipo de ocupação existente não deve ser dissociado do cenário das relações internacionais e mesmo da ordem mundial, já que a Amazônia historicamente é uma importante questão dessa seara. E sentencia que é necessário: “associar às explicações dos problemas amazônicos internos uma outra realidade mais abrangente: a ordem econômica internacional à qual a Amazônia está acoplada em seu gradativo processo de destruição”.⁴¹⁴

Além disso, conforme o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o:

“Ambiente internacional tem influência decisiva sobre o futuro da Amazônia. Nesse debate, são essenciais temas como a presença militar americana na região, a militarização do combate à droga e a internacionalização de conflitos internos dos Estados que fazem fronteira com o Brasil.”⁴¹⁵

Historicamente, a soberania brasileira sobre o território esteve intimamente ligada à forma de ocupação, sobrepondo-se, no caso da conquista do rio Branco, a questões sociais e econômicas. Em consequência, a percepção de ameaça estrangeira na conquista e manutenção do Branco foi relevante para a presença do Estado na região e para a construção das fronteiras. Essa percepção de ameaça perduraria até os tempos atuais, com poucas mudanças, apenas quanto aos tipos de ameaças vigentes e aos atores envolvidos.

⁴¹² BECKER, 1982, p. 60-61.

⁴¹³ Fonte: Notas de Aula do Prof. Argemiro Procópio. Disciplina “Segurança e defesa na Amazônia”, UnB, Semestre I/2005.

⁴¹⁴ PROCÓPIO, 1992, p. 104.

⁴¹⁵ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O paraíso perdido: território e Amazônia*. Agência Carta Maior, 01 Jun. 2005. Disponível em : http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2034

Com a política brasileira de conformação de fronteiras, na qual se destacou o Chanceler Barão do Rio Branco entre 1902-1912, estabeleceu-se um cenário de consolidação, em clima de paz, das demarcações internacionais do território brasileiro. Entrementes, com o passar do tempo, não teria ocorrido uma correspondente estabilidade interna, devido, dentre outros fatores, à existência de conflitos de interesses econômicos e étnicos entre os grupos que ocupam a região norte, à presença de missões religiosas e ONG's, à presença de capital e de ilícitos transnacionais.

Na década de 1970, Reis anunciava que:

“A conquista e a formação de impérios não se processa mais em termos de ações militares, com desembarque de tropas, bombardeios, compra de consciências de governantes fáceis e a operação final de domínio político. Do processo anterior ficaram algumas facetas úteis ao empreendimento, porque, parecendo disuasórias, silenciosas, quase subterrâneas, são sempre de resultados compensadores – o uso das missões religiosas, a aquisição de terras e o investimento de capitais... Hoje, o que vemos é a missão religiosa em plena tarefa catequista, quebrando as resistências nacionais.”⁴¹⁶

Esses aspectos podem ser complementados com a observação de Freitas no processo de demarcação da área indígena Ianomâmi a partir da década de 1970, quando organizações nacionais e internacionais ligadas aos interesses indígenas e ao meio-ambiente pressionaram o governo federal para intervir naquela área, proibindo o garimpo de cassiterita e retirando os garimpeiros. Nessa mesma época:

“...foi deflagrado, internacionalmente, um movimento com o objetivo de ser criado o Parque Nacional Ianomami. Este movimento ganhou adesão de setores ambientalistas nacionais, da igreja católica de organizações ligadas à causa indígena e a seguimentos políticos de esquerda no Brasil. Durante o governo Sarney, chegaram a ser definidas as chamadas ‘reservas garimpeiras’, ou seja, ‘ilhas’ onde os garimpeiros poderiam trabalhar sem afetar ou intervir na cultura nativa local. Esta definição foi questionada e, por isso, abandonada”.⁴¹⁷

Essa pressão internacional ocorreria paralelamente a um relacionamento diplomático amistoso entre o Brasil e os países vizinhos da área em epígrafe, Venezuela e Guiana. Relacionamento institucional que se estreitou após a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado no ano de 1978, entre os Estados da Amazônia legal, sendo que alguns anos depois, Brasil e Venezuela também subscrevem o Compromisso de Caracas, em 17 de

⁴¹⁶ REIS, 1972, p. 237.

⁴¹⁷ FREITAS, 1998, p. 160.

outubro de 1987, que segundo Cervo trouxe “a irreversível vontade política comum de iniciar as ações capazes de elevar aos níveis mais altos e em benefício mútuo as relações econômicas entre o Brasil e a Venezuela”.⁴¹⁸

Não obstante, Procópio chama atenção para o fato de que existiria um descaso generalizado da segurança na faixa de fronteira brasileira correspondente àqueles dois países, além da falta de políticas comuns de ordem aduaneira e fitossanitária⁴¹⁹. O fato de que o estabelecimento e a expansão da fronteira econômica, apesar de restrita, teria sido a força motriz da ocupação da Amazônia e peça-chave para o entendimento do sistema existente na região⁴²⁰, não significa que tenha ocorrido desenvolvimento de forma benéfica, pois as atividades ilícitas mobilizariam a sociedade amazônica com uma intensidade maior que a obtida com os projetos governamentais, motivadas pela presença ineficaz do Estado e o descaso para com a região norte.⁴²¹

Também ocorreriam, no Estado de Roraima, problemas concernente às interações humanas, aos choques de interesses e aspectos relacionados à segurança, sendo que o posicionamento de intelectuais, políticos e militares nacionais encontra diversos ângulos de orientação, até mesmo opostos, com indícios que respaldam os diferentes lados. No âmbito interno, uma ineficiente presença do Estado na região propiciaria uma percepção de insegurança nos atores nacionalistas, quando constatada a presença de ameaças aos seus interesses e à soberania do Estado.

Dessa forma, a existência de uma fronteira real, demarcada, contrasta com a insegurança de que poderia ocorrer o desmembramento de regiões amazônicas, em benefício de ‘nações’ indígenas ou para a proteção do meio-ambiente, sob o manto protetor da comunidade internacional ou de países com interesses na região⁴²², ou mesmo a paralisia do

⁴¹⁸ CERVO, 2001, p. 268.

⁴¹⁹ PROCÓPIO, 2005, p. 69.

⁴²⁰ Conforme discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Congresso Venezuelano, em 04 Jul. 1995 de que a Amazônia não seria “um tesouro intocável”, sinalizando o desenvolvimento de projetos conjuntos de exploração de sua área fronteiriça na Amazônia. Conforme artigo: AMAZÔNIA não é intocável, diz FHC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 jul. 1995.

⁴²¹ PROCÓPIO, 2005, p. 73.

⁴²² Essa tese esteve presente em pequenos trechos de discursos de líderes mundiais ao longo dos anos 1980 e 1990 para tornar a Amazônia patrimônio da humanidade. Mais recentemente, no dia 07 Abr. 2005, especialistas discutiram com senadores, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o tema "A Internacionalização da Amazônia: Risco Real, ou Temor Infundado" quanto aos riscos de internacionalização da Amazônia, sendo que para a maioria dos debatedores, a ameaça seria real. Como exemplo da cobiça de países estrangeiros, Pinheiro Guimarães citou declarações do ex-comissário da União Européia, Pascal Lamy, de que não se deve pensar em propriedade da região, mas em "gestão coletiva". Vide reportagem: QUEM ameaça a soberania da Amazônia? *Agência brasileira de Notícias*. 08 abr. 2005. Disponível em: <http://www.abn.com.br/editorias1.php?id=25739>. Acessado em 29 Abr. 2005.

desenvolvimento do Estado de Roraima em virtude do volume de terras indígenas demarcadas.⁴²³

Para a população do Estado de Roraima, esta insegurança seria corroborada por meio do choque de diferenças com a comunidade indígena, além do natural choque de interesses econômicos, alegações de falta de espaço para desenvolvimento da região, das influências estrangeiras e missionárias nos assuntos internos.

Em complemento a essa problemática, que vai além das ameaças percebidas historicamente quanto à possibilidade de ocupação estrangeira em território brasileiro, ocorreria um tipo de influência relevante oriunda do cenário internacional. A percepção de ameaça à fragmentação do Estado, que foi adquirindo grandes proporções nas últimas décadas do século XX, sobretudo devido ao exemplo de fragmentação de alguns Estados em virtude da ocorrência de movimentos que acentuaram as identidades culturais de forma a agruparem identidades étnicas e/ou religiosas em partes do território original.

A questão da acentuação das diferenças culturais, ou a deliberada manifestação das diferenças aliada à valorização de uma identidade cultural própria e distinta das demais envolventes, refletiu um cenário particularmente parecido e imediatamente anterior à eclosão da I Guerra Mundial. Entretanto, conforme Dieckhoff & Jaffrelot, a lógica da fragmentação não seria geral ou inelutável, pois cada caso deve ser analisado conforme suas especificidades, haja vista que apesar de todo nacionalismo em rebelião necessitar de apoio político, militar e financeiro externos, de Estados ou redes transnacionais, ainda persiste a figura da integridade territorial como princípio da estabilidade da ordem internacional. Mesmo assim, as forças antagônicas envolvidas devem ser de conhecimento daqueles que se propõe entender o processo centrífugo por que passa a humanidade, em termos de fragmentação das sociedades em oposição ao fenômeno da globalização, pois:

“O identitarismo exacerbado é incontestavelmente um fator bélico. Questionando a associação política tecida por laços da cidadania em nome de comunidades pseudonaturais, ele leva a subverter o princípio da territorialidade, política e convencional, para substituí-lo pela fixação num espaço ‘original’, com um Estado portador de um projeto nacional forte (Dieckhoff, 1997). Essa substituição é fonte de desordens, a inscrição de cada povo numa ‘terra primordial somente podendo operar-se ao preço de deslocamentos de populações, de agrupamentos forçados, e mesmo de

⁴²³ Vide reportagem “Governador de Roraima recorre à Justiça e decreta luto oficial”, Jornal Folha de São Paulo, 18 Abr. 2005. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/brasil/ult96u68462.shtml>. Acessado em 29 Abr. 2005.

limpezas étnicas ou de genocídios. A etnicização do mundo é carregada de violência e de desestabilização em cadeia (Badie, 1995)".⁴²⁴

A ascensão de agendas ligadas às diferenças culturais e a ameaça que podem representar à soberania do Estado está patente na questão colocada pelo jurista Carlos Frederico Marés⁴²⁵ sobre se **“É lícito que uma comunidade indígena negue o Estado como uma estrutura superior de poder?”**. Em sua resposta, surge concisamente toda a problemática filosófica e jurídica por que passa tanto o Estado moderno como o conceito de democracia, quando diz que:

“Este não é um problema de licitude, mas de legitimidade. Lícito é tudo o que a lei permite ou não proíbe, então se pode dizer que essa negação não seja lícita do ponto de vista da lei brasileira. Mas é legítima do ponto de vista de reivindicação de um povo. Então aí temos que separar o que é lícito para a legislação brasileira e o que é legítimo como direito de povo. Então é legítimo a partir do ponto de vista do direito de um povo, mas não é lícito a partir do ponto de vista do direito brasileiro”.⁴²⁶

Dessa forma, seria correto afirmar que existiria o potencial de populações indígenas serem influenciadas em relação a aspectos econômicos ou ideológicos ligados a determinados grupos com possibilidade de atuar na região, e que permaneceria vigente a argumentação internacional de que povos indígenas teriam direito à reprodução de sua cultura, assegurado pelo Estado nacional ou, caso este não possuísse condições para tanto, pela tutela internacional. Mas deduzir, a partir dessas premissas, que os povos indígenas poderiam dar vazão à existência de um sentimento nacional, como encontrado em Renouvin & Duroselle em relação ao “campesinato oprimido”⁴²⁷, ou a concepção de que uma aldeia poderia ser uma grande entidade física⁴²⁸ seria dar um passo muito além do que a realidade observável permitiria suportar, pois tal construção dependeria de uma gama de variáveis de relacionamento complexo que representem fatores reais de coesão para criar uma consciência nacional, cujos dados disponíveis atualmente não permitem levar em consideração.

⁴²⁴ DIECKHOFF, Alain & JAFFRELOT, Christoph. *Do Estado-Nação ao pós-nacionalismo?* In SMOUTS, 2004, p. 60-61.

⁴²⁵ Carlos Frederico Marés é sócio fundador do ISA, colaborador do Programa de Política e Direito Socioambiental/ISA e ex-presidente da Funai, colaborou na formulação do atual capítulo "Dos índios" da Constituição Federal, tendo sido, entre 1987 e 88, um dos coordenadores da campanha "Povos Indígenas na Constituinte".

⁴²⁶ CHUEIRI, Thais & DINIZ, Lilia Toledo. *Índio pode...?* ISA, 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/direito/indpode.shtm>. Acessado em 28 Jan. 2006.

⁴²⁷ RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 184.

⁴²⁸ RIVIÈRI, 2001, p. 106.

Em todo caso, a realidade abordada por Renouvin & Duroselle situa-se em outra época, na qual as variáveis e os atores pertenciam a um contexto diferente do presenciado nos tempos atuais. Além disso, o próprio Estado nacional e a soberania do tempo presente têm outras conotações, quando a realidade dos índios e suas comunidades, em transformações induzidas por atores nacionais e internacionais, pode vir a constituir ‘enclaves’ de natureza distinta aos historicamente identificados.

Em suma, as organizações indígenas necessitariam de outras organizações, externas ao seu ambiente, para viabilizar a continuidade de sua existência ou os indígenas tornar-se-iam aculturados o suficiente para apreender o sistema envolvente e utilizar os recursos disponíveis para concretizar seus objetivos. As associações indígenas que ganharam vulto nos países vizinhos, como Equador e Bolívia, ou mesmo na América do Norte, representando treze milhões de índios no México, são fruto de uma inserção que trouxe como resultado a capacidade de compreender o mundo que os envolve, seja por meio de aculturação seja por meio de entidades que os auxiliam a organizar-se, de modo que os povos indígenas dos tempos atuais tendem a possuir um maior conhecimento de suas problemáticas situacional e cultural perante as sociedades envolventes.

Entretanto essa possibilidade traz à tona, hipoteticamente, o argumento da internacionalização da Amazônia, agora revestida nos discursos de defesa do meio-ambiente e dos direitos dos índios⁴²⁹, principalmente se levarmos em consideração as questões relativas ao direito de ingerência, à interdependência nas relações internacionais e ao caráter pluralista das sociedades democráticas⁴³⁰.

Utilizando a argumentação de Foucher, tais aspectos poderiam representar diferenciação internamente ao Estado, no caso das reservas indígenas demarcadas em Roraima, ao atuarem preponderantemente nos campos simbólico e imaginário na percepção das fronteiras, que tratam, respectivamente, das relações de identidade e da visão do *Outro* como *Vizinho*, *Amigo* ou *Inimigo*⁴³¹, sendo complementado pela posição de Farret, de que;

“...na verdade, limite e fronteira são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos típicos da soberania nacional e sua

⁴²⁹ Smith aborda as questões da exclusão étnica, da dissolução étnica e da extinção étnica, cujas características normalmente são utilizadas em argumentos de proteção às minorias. In SMITH, 1999, p. 45-48.

⁴³⁰ Lafer coloca como desafio para século XXI a “internalização” do mundo no cotidiano brasileiro, em substituição ao nacionalismo de fins. Assim, as complexas relações entre atores internos e externos teriam que passar por uma transformação de fora para dentro e não de dentro para fora. In LAFFER, 2004, p. 113.

⁴³¹ FOUCHER apud MENEGOTTO, 2004, p. 19.

segurança, ora se insinuam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços transfronteiriços”.⁴³²

Em conseqüência, a identificação do ponto em que a escalada de conflitos em Roraima atingiria um nível no qual as populações se identifiquem como estrangeiras é uma tarefa complexa, tanto quanto a tarefa de identificar fatores de coesão nacional. A existência de diversos problemas na região não implicaria, necessariamente, em perda da soberania brasileira, pois conflitos com as populações indígenas têm ocorrido ao longo de toda a história nacional, assim como nos diversos países situados no continente americano, incluindo os Estados Unidos da América. Em contrapartida, há também que se levar em consideração o fato histórico lembrado por KERN, de que índios missioneiros foram aliados dos brancos para a conquista e manutenção do território espanhol frente à expansão portuguesa no território gaúcho - após o período de união das coroas ibéricas (1580-1640) - por meio da “institucionalização pela Espanha do exército missioneiro, em 1649, ...” com a colocação de guardas em postos avançados, retardando a ocupação que não pôde ocorrer uniformemente no tempo/espaço.⁴³³

Esse fato, por ter sido historicamente manifestado no passado colonial brasileiro, deve ser considerado quando do levantamento dos problemas relativos à demarcação de terras indígenas nos tempos atuais, pois seus contornos aparecem mais complexos e dramáticos, tendo em conta a questão da interdependência entre os países e a multiplicação das organizações defensoras dos índios e do meio-ambiente.

Outro fato relevante também pode ser percebido na questão do Pirara, entre Inglaterra e Brasil, quando Farage afirma que:

“os povos indígenas constituíram elemento pivô na argumentação das partes litigantes em defesa de suas pretensões territoriais..., a Inglaterra, avocando-se herdeira dos títulos holandeses, ..., apegaria-se firmemente ao argumento de que seu território se estendia até onde se estendiam as alianças que, através de um sistema regular de trocas, os holandeses haviam estabelecido com os índios dois séculos antes”.⁴³⁴

A defesa brasileira, intencionalmente procurou tornar irrelevante a tarefa de cooptar os índios daquela região, tanto da parte portuguesa como da inglesa, e teria proposto que o

⁴³² FARRET apud GOLIN, 2002, p. 17.

⁴³³ KERN apud GOLIN, 2002, p. 48-49.

⁴³⁴ FARAGE, 1991, p. 16.

“contrabando holandês com os índios jamais poderia ser evocado para justificar a soberania inglesa sobre o território disputado”. O argumento brasileiro recairia sob o aspecto de que a presença dos colonizadores portugueses bastava para garantir a posse da região em litígio.⁴³⁵ O resultado acabou não atendendo às expectativas e o Brasil cedeu parte do território à Inglaterra.

Deve-se considerar, também, para o fato da transformação dos índios em colonos ou súditos, a chamada ‘soberania duvidosa’ que os portugueses teriam sobre a Amazônia tendo em vista o disposto no Tratado de Tordesilhas, que limitava a ocupação portuguesa até um meridiano imaginário que passava aproximadamente onde hoje está localizada a cidade de Belém-PA.⁴³⁶ Assim, a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, traria uma preocupação efetiva no período pombalino para povoar “todas as terras possíveis”.⁴³⁷

Esta preocupação não era uma novidade na política portuguesa na conquista de sua colônia, haja vista a Carta Régia ao Governador Christovão da Costa Freire, no ano de 1710, ordenando que cessassem os abusos dos colonos para com os índios, para que esses povos não perdessem a religião e, além do mais, para que o Rei não perdesse os seus vassalos. Além disso, o Conselho Ultramarino, por meio de um parecer datado de 1695, revelou a importância de trazer esses povos para sua esfera de influência, pois elevou a atuação dos índios nas fronteiras ao termo de ‘Muralhas dos Sertões’, cuja denominação Joaquim Nabuco considerou a “suma de toda a legislação indigenista portuguesa durante três séculos”.⁴³⁸

Nesses aspectos, a política implementada pelo Diretório Pombalino assumiu um caráter assimilacionista, distinguindo os índios dos negros por meio de sua equiparação aos brancos, desassociando-os da condição escrava e permitindo a escolha de nomes portugueses. As povoações indígenas também passaram a ostentar nomes portugueses, como Santarém, Óbidos, Monte alegre, Viseu e muitos outros, devendo conviver brancos e índios sem distinção. Os índios teriam caracterizado a sua situação de vassalos pela necessidade de pagar tributos à Coroa, além de serem obrigados a utilizar a língua portuguesa, representando a diluição da população indígena na sociedade colonial, nas palavras Sérgio Buarque de Hollanda.⁴³⁹

⁴³⁵ NABUCO apud FARAGE, 1991, p. 16.

⁴³⁶ PRADO apud FARAGE, 1991, p. 41.

⁴³⁷ FARAGE, 1991, p. 41.

⁴³⁸ FARAGE, 1991, p. 42.

⁴³⁹ FARAGE, 1991, p. 42-43.

Ressalte-se que a política indigenista holandesa teve um caráter diferenciado, pois não tinha por objetivo a conversão ou o aldeamento dos índios, mas buscava no escambo a base de uma rede de relacionamentos com os povos indígenas que permitisse o controle da região. Dentro dessa política indigenista, fizeram tratados de paz e comércio com os povos da região desde, pelo menos, o ano de 1672.⁴⁴⁰ O comércio holandês tinha penetração não somente entre os povos indígenas dos territórios português e espanhol, mas também entre os colonos que viviam na região e que dependiam dos manufaturados fornecidos a preços elevados pelo monopólio das companhias da corte.⁴⁴¹

O jogo de poder envolvendo a fronteira norte trouxe com o passar dos séculos novas dimensões ligadas intimamente à globalização, com todas as características permissivas dos ilícitos transnacionais, dos fluxos de capitais ou da interdependência dos Estados, distanciando-se sobremaneira dos conflitos bélicos convencionais que faziam parte do mundo bipolar. Agora, para os militares, a soberania brasileira estaria ameaçada pelas propagandas, pressões econômicas e políticas disseminadas no cenário internacional, com uma motivação de cunho econômico ligado à cobiça das riquezas contidas na região e permeada pelo narcotráfico. Para contrapor esses interesses, tomou-se como base a vivificação das fronteiras.⁴⁴²

Esse tipo de visão foi corroborado por meio de notícias veiculadas no cenário internacional, dentre outras, com o lançamento de discussões nos meios políticos e universitários franceses quanto à criação de uma organização supranacional para gerir a Amazônia, não só brasileira, mas também venezuelana e colombiana, devido à problemática relativa ao massacre de ianomâmis, ocorrida no ano de 1993, e explorada com vigor pela mídia internacional.⁴⁴³

Entretanto, o descompasso entre as prioridades de defesa e as prioridades econômicas, aliadas ao distanciamento natural da população brasileira que vive fora da região norte e à concentração dos principais meios de comunicação na região sudeste, tornariam a problemática da Amazônia tão distante quanto os massacres na África ou as explosões dos suicidas no Iraque, reflexo de um país com dimensões continentais.

Conforme o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, a mídia contribuiria para uma construção de imagem parcial da Amazônia, com a supervalorização do ineditismo em

⁴⁴⁰ MENEZES apud FARAGE, 1991, p. 89.

⁴⁴¹ FARAGE, 1991, p. 89.

⁴⁴² “Perda da Amazônia toma imaginação militar”, *Jornal Folha de São Paulo*, 28/01/1996.

⁴⁴³ “França insiste em ação supranacional”, *Jornal Correio Braziliense*, 24/08/1993.

detrimento da realidade cotidiana, haja vista que o tipo de cobertura da grande imprensa na atualidade “... é muito pior do que na época do regime militar. A grande imprensa vê a Amazônia como o lugar onde ocorrem os fatos insólitos, originais e inéditos. Eles não conseguem fazer uma cobertura sistemática”.⁴⁴⁴

A questão da mobilização nacional torna-se, assim, um grande entrave para o ordenamento da região amazônica, em que pese a existência de discordâncias quanto às políticas, em nível nacional, relativas aos direitos humanos e ao meio ambiente, permanecendo a questão da soberania em segundo plano, decaindo em importância quando se tratam as questões humanistas.

Esses aspectos corroboram diversos autores que comentam e teorizam sobre o direito de intervenção na ordem internacional contemporânea, como Ricardo Steinfus, com uma assertiva que pode ser considerada consistente dentro dos padrões de intervenção observados na história recente de que, apesar da relativização da soberania dos Estados, o pilar de sustentação do sistema ainda seria o respeito à ordem democrática:

“Os direitos humanos ..., a preservação ambiental e a exclusão social constituem o fulcro temático desta nova realidade. Todavia, um patamar suplementar foi alcançado com a luta pelos direitos políticos da maioria que pode resumir-se no respeito ao Estado de Direito, a alternância no poder e na democracia representativa”.⁴⁴⁵

Krasner evoca Vattel, em uma passagem que pode ser considerada uma pérola do século XVIII, no que diz respeito à questão de não intervenção pelos Estados:

“Even Vattel, the eighteenth-century jurist, who was one of the first to articulate fully the principle of nonintervention, also wrote that if the unjust rule of a sovereign led to internal revolt, external powers would give the right to intervene on the side of the just party when disorder reached the stage of civil war (book II, chap. IV, sec. 56)”.⁴⁴⁶

Fato concreto, até a presente data, é que o conceito de *patrimônio comum da humanidade* tem sido reconhecido de forma limitada para os corpos celestes, para a órbita dos satélites e para o espectro de frequências radioelétricas, ficando de fora, dentre outras,

⁴⁴⁴ Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp. Acessado em 13 Dez 2005.

⁴⁴⁵ STEINFUS, Ricardo. “Soberania e intervenção: o embate da ordem internacional contemporânea”. In: GUERRA&SILVA, 2004, p. 283.

⁴⁴⁶ VATTEL, 1852, apud KRASNER, 1999, p. 74.

inclusive a questão da Antártida.⁴⁴⁷ Quanto à questão relativa ao *direito de ingerência*, na sua forma mais radical, atrelou-se essa visão a uns poucos casos em que estiveram presentes as figuras de genocídio e/ou subversão da ordem democrática.

Não obstante, a ordem capitalista democrática na região norte não seria um vislumbre do padrão existente nos países desenvolvidos, carecendo de instituições bem estruturadas para implementar a justiça social e de uma economia auto-sustentada para o ambiente amazônico. Como no resto do Brasil, ocorre a ineficiência do Estado, com a distribuição desigual do orçamento que não privilegia áreas básicas e denúncias de corrupção.

Dentre várias dimensões do problema, a ineficácia do Estado brasileiro pode ser percebida nas denúncias de corrupção no Estado de Roraima, com a deflagração da Operação Faraó pela Polícia Federal, mais conhecida como “Caso Gafanhoto”, em que foram impetrados mandados de prisão para funcionários públicos e de empresas envolvidos no desvio de dinheiro público.⁴⁴⁸

Há também a ineficiência de órgãos federais na definição de estratégias para os problemas da região e a falta de dados confiáveis. Conforme a Fundação nacional do Índio (FUNAI), hoje viveriam 345 mil índios no Brasil, representando cerca de 0,2% da população brasileira. Além destes índios, haveria entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas.⁴⁴⁹ Ora, a disparidade quanto à incerteza nos números estimados da população que vive fora das áreas indígenas denota a imprecisão das estatísticas de órgãos governamentais, em que se inclui o IBGE, na constatação do número de índios vivendo fora das reservas, como também a política cambiante do Estado para com as populações indígenas, reflexo da precariedade com que se trabalham questões tão importantes.

A distribuição desigual dos recursos e da presença institucional também é patente quando se constata que em Rondônia existem cinco órgãos regionais da FUNAI (Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena) enquanto em Roraima existiria somente em de Boa Vista, sendo que a FUNAI estima o número de 30.715 índios em Roraima (divididos em nove etnias) e de 6.314 índios vivendo em Rondônia (divididos em 28 etnias).⁴⁵⁰

A problemática torna-se mais complexa quando se percebe que não ocorre rotineiramente um diálogo produtivo entres as esferas do governo federal e estadual. Lembra-

⁴⁴⁷ BADIE&SMOUTS, 1995, p. 302-303.

⁴⁴⁸ Conforme notícia do MPF em Roraima. <http://www.prrr.mpf.gov.br/noticias/2004/not18-11-04.htm>

⁴⁴⁹ Conforme dados obtidos no site da FUNAI <http://www.funai.gov.br/>.

⁴⁵⁰ Idem.

se que esse é um problema antigo, como bem observa Anísio Teixeira no início dos anos 1960:

(A) “... concepção do Estado Brasileiro como poder imperial sobre as culturas locais das províncias, hoje estados, é que permitiu manter a unidade política dentro da extrema diversidade cultural de todo o país... operou como que uma super-ordem para a manutenção da integridade nacional.”⁴⁵¹

Essa situação tem contornos bastante específicos em relação às necessidades e pressões políticas, econômicas e sociais que incidem sobre as esferas federal e estadual, no que concerne ao Estado de Roraima, haja vista os embates entre órgãos governamentais ocorridos durante a demarcação das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. No último episódio, relativo ao confronto entre as duas esferas, o governador de Roraima, Ottomar Pinto, decretou luto oficial de sete dias em 18/04/2005, justificando seu ato pela demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol que, sem suporte antropológico, atingiu o “produtivo polígono dos arrozais”, feriu o pacto federativo, impediu o trabalho de empresários que atuam nas áreas periféricas da reserva, limitou o direito de ir e vir do cidadão não índio e agrediu “o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando mágoas e ressentimentos na população”.⁴⁵²

No caso dos militares, apesar de esforços no sentido de deslocar efetivos para a Amazônia, a distribuição de unidades militares do Exército Brasileiro, ao longo da faixa de fronteira, revela que a sua presença institucional não reflete a preocupação que é veiculada no discurso oficial que apela para a sua proteção. Na verdade, permaneceu a inércia referente a uma hipótese de conflito no cone sul do país, com a vizinha Argentina, cuja aproximação ao longo dos anos 1980 deu alento a uma outra hipótese de conflito, que remonta às origens do Brasil e trata de ameaças à Amazônia brasileira.

Assim, com o aprofundamento das relações internacionais no cone sul, seria apropriado manter o esforço atual de unidades militares naquela região? Como pode ser percebido no Anexo 4 (Faixa de Fronteira – Bases do Exército – 1998), a resposta para essa questão foi dada com o incremento do discurso relativo à segurança nacional nas faixas de fronteira decorrentes de ameaças na região amazônica e o deslocamento de algumas unidades

⁴⁵¹ TEIXEIRA, Anísio. “Unidade do Brasil”. Boletim Informativo CAPES. N. 132, nov. 1963. p. 1-4.

⁴⁵² Nunes, Juliana Cezar. “Governador de Roraima decreta luto oficial por homologação da Raposa”. Agência Brasil, 18/04/2005. Disponível em: <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1479/raposa-serra-do-sol>.

do exército para aquela região, com o marco inicial sendo a mudança do Comando Militar da Amazônia (CMA), da cidade de Belém para Manaus, no ano de 1969.

Mais recentemente, apropriando-se dos discursos historicamente utilizados de defesa da região, foram realocadas diversas organizações do exército, como a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, recém transferida para a Guarnição de São Gabriel da Cachoeira-AM, que surgiu com a reestruturação da 1ª Brigada Estratégica, que ocupava o Forte do Gragoatá, cuja construção é uma das fortificações encravadas na orla marítima de Niterói e teve por missão barrar as primeiras invasões dos corsários flamengos e franceses.⁴⁵³

Também a 16ª Brigada de Infantaria de Selva nasceu em 1971 com a criação, em Cruz Alta (RS), do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), transferido mais tarde para Santo Ângelo (RS). Em 1980, com a extinção desse Grupamento, foi criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, cujo Comando, em 1º de janeiro de 1993, foi desativado e transferido para Tefé (AM), na condição de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, subordinada ao Comando Militar da Amazônia. Essa transferência redundou – com mudança de denominação – também no deslocamento do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS), de Cruz Alta para Tefé (AM), e do 61º BIS, de Santo Ângelo para Cruzeiro do Sul (AC).⁴⁵⁴

Em Decreto de 13 de novembro de 1991 foi desativada a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, então situada em Petrópolis (RJ), e reativada em Boa Vista, como 1ª Brigada de Infantaria de Selva. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva tem como patrono Lobo D'Almada, coronel engenheiro português nascido em Mazagão, na África, que realizou atividades de demarcação das fronteiras brasileiras, resultando em um levantamento cartográfico do Vale do Rio Branco entre os anos 1784-1786.⁴⁵⁵

Assim, o CMA compõe-se atualmente de cinco Brigadas de Infantaria de Selva⁴⁵⁶, sendo que três delas foram criadas a partir dos anos 1990, por meio da transferência de efetivos das regiões sudeste e sul, contando atualmente com um efetivo de aproximadamente 20.000 homens.

Conforme informação institucional veiculada pelo próprio Exército Brasileiro:

⁴⁵³ 2ª Brigada de Infantaria de Selva. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/2bdainfsl/indice.htm> . Acessado em 23 Out. 2005.

⁴⁵⁴ 16ª Brigada de Infantaria de Selva - Brigada das Missões. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/16bdasl/indice.htm> . Acessado em 23 Out. 2005.

⁴⁵⁵ 1ª Brigada de Infantaria de Selva - Brigada Lobo D'Almada. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/1bdasl/indice.htm> . Acessado em 23 Out. 2005.

⁴⁵⁶ Situidas em Boa Vista-RR, Tefé-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM, Porto Velho-RO e Marabá-PA

“O CMA é, na região amazônica, o mais importante vetor de colonização, ocupação dos grandes espaços e vazios demográficos ainda existentes. Cumprindo seu papel social, coopera na modernização e no progresso de todas as comunidades da área, não só com componente militar, mas, também, na saúde, educação, nos estudos e nas pesquisas científicas e em muitos outros campos. Presta inestimável ajuda às populações indígenas ribeirinhas, principalmente pelo atendimento médico nos hospitais militares. É importante coadjuvante no Projeto Calha Norte de revitalização e vivificação da fronteira e desfruta excelentes relações com as Forças Armadas dos países lindeiros.”⁴⁵⁷

As outras forças brasileiras também não ficaram atrás. A Força Aérea Brasileira atuou ativamente na região com o Correio Aéreo Nacional (utilizando aeronaves militares de transporte para integrar a região amazônica), Projeto Rondon (parceria com instituições científicas para desenvolvimento regional), Projeto RADAM (mapeamento cartográfico e dos recursos minerais da região norte) e, mais recentemente, com a concepção do projeto SIVAM, a partir dos anos 1990, até a implantação definitiva de todos os radares de vigilância do espaço aéreo no ano de 2005, além da criação das Bases Aéreas de Boa Vista, Porto Velho e, mais recentemente, de São Gabriel da Cachoeira.

O Projeto Rondon, após o seu lançamento ao final da década de 1960, foi-se esvaziando ao longo da década de 1980 com a saída dos militares do poder. Somente em 19 de janeiro de 2005 ele foi relançado em Tabatinga (AM), com a presença do Presidente da República, do Vice-Presidente, do Ministro da Defesa e de diversas autoridades civis e militares. Cento e vinte e cinco instituições de ensino superior apresentaram propostas para participar da primeira operação do novo Projeto Rondon, na Amazônia Ocidental, desenvolvida em janeiro de 2005. Nesta primeira operação, duzentos professores e estudantes universitários, oriundos de quarenta universidades, apoiados pelas Forças Armadas, deslocaram-se para onze municípios do Estado do Amazonas a fim de prestarem serviços às comunidades locais, como resultado da concentração de esforços e recursos em regiões selecionadas e da procura de parcerias com a iniciativa privada, com órgãos públicos e com organizações não-governamentais, para promover o bem-estar, a cidadania e obter resultados sociais significativos.⁴⁵⁸

⁴⁵⁷ COMANDO Militar da Amazônia. Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Comandos/CMA/indice.htm> . Acessado em 23 Out. 2005.

⁴⁵⁸ Disponível em: http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/projeto_rondon/historico/index.htm?PHPSESSID=8503680cbe3d7533c8222662b4589baa. Acessado em 24 Out.2005.

O Correio Aéreo Nacional (CAN) possui a missão de assegurar a presença do Governo Federal nos mais diversos rincões do Brasil, seja transportando remédios, livros, alimentos, atendimentos médicos ou informações. Seu objetivo é o de integrar as comunidades das mais diversas regiões do Brasil e promover a inclusão social. Criado inicialmente como Correio Aéreo Militar (CAM) no ano de 1931, sua atuação chegou à Amazônia no ano de 1935.⁴⁵⁹

Mais recentemente, no dia 25 de julho de 1997, o contrato do SIVAM entrou efetivamente em vigor para implantar uma rede de radares em toda a Amazônia, como parte de um projeto interministerial colocado inicialmente sob a administração da Força Aérea, denominado SIPAM/SIVAM.⁴⁶⁰

A Força Aérea Brasileira não se limitou em cumprir suas atribuições relacionadas à manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro. Utilizando suas aeronaves e seus militares, a FAB também promove ações sociais em benefício da população brasileira. Esse atendimento pode acontecer de variadas formas: nas missões de Ação Cívico-Social (ACISO), parte do efetivo é deslocado para atender comunidades, muitas vezes, de difícil acesso, principalmente nas áreas de saúde e cidadania; nas Missões de Misericórdia (MMI), é providenciado o transporte de enfermos e de pessoas com outras carências; nas missões de busca e salvamento, a FAB dá apoio aéreo para ajudar na localização e no resgate de acidentados.⁴⁶¹

A Marinha do Brasil passou a atuar com mais intensidade na Amazônia ao criar, em 1994, o Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO) e o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, ambos subordinados ao 4º Distrito Naval, com sede em Belém-PA. Recentemente, por meio da Portaria Ministerial nº. 003/2005 o CNAO passou à subordinação direta do Comando de Operações Navais, como fase do processo de criação do 9º Distrito Naval, concluído em 03 de maio, após a sua criação por meio do decreto nº. 5.349, de 20 de janeiro de 2005.⁴⁶²

Conforme disposto pela Marinha do Brasil, são desenvolvidas na Amazônia as seguintes ações de caráter essencialmente militar, voltadas para a sua proteção:

⁴⁵⁹ Disponível em: <http://www.aer.mil.br/HTM/can.htm>. Acessado em 24 Out. 2005.

⁴⁶⁰ HISTÓRICO do Projeto SIVAM. CCSIVAM. Disponível em: <http://www.sivam.gov.br/PROJETO/hist4.htm>. Acessado em 24 Out. 2005.

⁴⁶¹ Disponível em: <http://www.aer.mil.br/HTM/acoessociais.htm>. Acessado em 24 Out. 2005.

⁴⁶² 4º Distrito Naval. Marinha do Brasil Disponível em: https://www.mar.mil.br/4dn/h_amazon/B_amazon.htm. Acessado em 24 Out. 2005.

“- Operações Ribeirinhas com os Grupamentos de Fuzileiros Navais de Belém e o Batalhão de Operações Ribeirinhas de Manaus e com Batalhões de Fuzileiros sediados no Rio de Janeiro e deslocados para a região;
- Operações de Patrulha Fluvial nos rios navegáveis, até a faixa de fronteira atingível a partir da calha do Amazonas e seus afluentes, assim como operações de patrulha do mar territorial, Zona Econômica Exclusiva e plataforma continental;
- Presença naval, visitando portos dos países amazônicos, via Oceano Atlântico, Mar do Caribe e rios da Bacia Amazônica;
- Apoio às unidades do Exército situados na fronteira; e
- Operações conjuntas com as Marinhas da Guiana Francesa e Venezuela”.⁴⁶³

Em relação à presença militar brasileira na Amazônia, esses aspectos revelam uma gama de ações implementadas para conter as ameaças à soberania percebidas na região. Assim, constata-se uma atuação das forças armadas no sentido de se manter presente na região Amazônica, sustentar um aparato suficiente para a dissuasão dos ilícitos ou de possíveis invasões ao território, além de sistematicamente introduzir ações de estímulo à cidadania, como alguns projetos citados anteriormente, e valorização de uma ordem institucional.

Como a problemática da região assume proporções que abrangem diversas esferas, a atuação específica dos militares não é suficiente para minorar ou superar a dinâmica existente, que abrange além de aspectos de segurança, as dimensões culturais, políticas e econômicas. Mesmo as tentativas de implementar programas interministeriais, como o PCN, não foram suficientes para conter o volume dos problemas que atingem uma região com baixo índice de produção e tecido social diversificado.

No caso de Roraima, os conflitos afloram tanto como consequência de uma baixa e ineficiente presença institucional, como pelos choques culturais evidenciados nesse trabalho monográfico, resultados de uma débil organização da sociedade civil. Resulta da interação desses vetores um cenário onde se afloram algumas questões cruciais, tais como o significado e variáveis componentes da ‘identidade nacional brasileira’, ou até que ponto os conflitos internos relativos à problemática da ascensão das minorias étnicas, que se mostra crucial na região, representam um esgarçamento do tecido social a ponto de constituírem ameaça à unidade do território?

⁴⁶³ 4º Distrito Naval. Marinha do Brasil. Disponível em: https://www.mar.mil.br/4dn/h_amazon/B_amazon.htm
Acessado em 24 Out. 2005.

Como consequência, essas questões relevantes em relação à existência de uma identidade brasileira e se a mesma estaria ameaçada pelos conflitos internos, atingem o cerne da problemática da região ao se destacarem os movimentos indígenas que buscam na identidade comum a solução de problemas históricos relacionados tanto ao território como ao caráter civilizatório da ocupação da região do rio Branco.

3.5. Identidade nacional em xeque?

Quando vemos em Darcy Ribeiro o espanto quando se constata que núcleos identitários tão diferentes tenham constituído uma só nação, chamada Brasil, não se pode deixar de destacar que a construção desse país não ocorreu sem a existência de conflitos, e que mais recentemente se levantaram bandeiras culturais das diversas minorias que constituem essa nação.⁴⁶⁴

Contemporaneamente, o resgate das culturas indígenas no Brasil fez – e faz atualmente - parte de um processo que envolve os próprios indígenas, a Igreja, organizações da sociedade civil e mesmo os órgãos institucionais do governo brasileiro. A ascensão das minorias indígenas no cenário internacional deu as bases para esse tipo de prática, relacionada atualmente ao ‘etnodesenvolvimento’⁴⁶⁵ de suas comunidades para que possam fazer frente às mudanças da modernidade conservando o máximo possível os traços culturais particulares das etnias.

Deve-se atentar que uma identidade cultural é sempre permeada por outras identidades que vão de um nível mais restrito (como família, amigos e vizinhança), passam por diversos estágios mais amplos (sindicatos, grupos organizados, cidade, estado), chegando à identidade nacional e da humanidade. Por vezes, conforme fatores diversos ligados ao estímulo, uma dessas identidades pode se sobrepor perante as outras a fim de atingir determinados objetivos materiais, ideológicos, religiosos, culturais, etc...

Fato a levar-se em consideração, também, é o de que a cultura nacional se constitui em uma fonte importante de identidade cultural sob a égide do Estado-Nação, quando são criados padrões de alfabetização, o uso de uma língua oficial, uso de instituições e religiões, mas que pode ser formada e transformada ao longo do tempo ou mesmo conviver com a multiculturalidade em níveis mais restritos e internos ao Estado.

Nesses aspectos, o apoio institucional do governo foi patente com a alocação de recursos exclusivos para educação indígena no Fundo Nacional de Desenvolvimento da

⁴⁶⁴ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 273.

⁴⁶⁵ Para aprofundar sobre o Etnodesenvolvimento, ver a tese de doutorado: VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC. Brasília: UnB, 2006.

Educação (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação que tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação em geral, e que descentraliza recursos para viabilizar a capacitação de docentes em exercício nas classes de educação indígena e a produção de material didático específico para professores e alunos da educação escolar.

Conforme disposto em informação institucional veiculada pelo FNDE, o programa de educação escolar indígena “visa à recuperação das memórias históricas, afirmação das identidades étnicas e à valorização das línguas e ciências das comunidades e dos povos indígenas, além de possibilitar o acesso a informações e conhecimentos valorizados pela sociedade”.⁴⁶⁶

A inserção de professores indígenas nesse processo foi relevante ao constatar-se em um levantamento do ano de 1999 que nas 1.392 escolas indígenas existentes no país trabalhavam 3.998 professores, tendo os docentes índios uma representatividade de 76,5% desse total. Essa inserção teve o apoio institucional do governo brasileiro desde 1991, com a publicação do Decreto 26, cabendo ao MEC a coordenação de ações voltadas para a Educação escolar indígena, para o reconhecimento da diversidade sociocultural e lingüística das sociedades indígenas e de sua manutenção em parceria com estados, municípios e ONG's.⁴⁶⁷

A uma primeira vista, conforme dados de recursos alocados, o percentual para os indígenas em relação ao total disponível representaria 1,5 vezes os recursos alocados para o restante da população brasileira, levando-se em consideração dados da FUNAI, do início de 2006, de que os índios seriam aproximadamente 0,2% da população total do Brasil. Entretanto, nem mesmo a FUNAI sabe ao certo quantos são os índios no Brasil, pois em declaração institucional foi relatado que:

“Hoje, no Brasil, vivem cerca de 345 mil índios, distribuídos entre 215 sociedades indígenas, que perfazem cerca de 0,2% da população brasileira. Cabe esclarecer que este dado populacional considera tão-somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além destes, há entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também indícios da existência de mais ou menos 53 grupos ainda não-contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o

⁴⁶⁶ GLOSSÁRIO. Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/fnde/glossario.html>. Acessado em 09 nov. 2005.

⁴⁶⁷ CENSO da Educação Indígena. Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/outroslevantamentos/indigena/indigena.htm>. Acessado em 04 Fev. 2006.

reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista”.⁴⁶⁸

Nesses aspectos, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são reveladores para se perceber a quantidade de índios no Brasil, ou pelo menos aqueles que se identificam como tal. No censo escolar de 2005, teriam sido matriculados um total de 399.145 índios, distribuídos da seguinte forma: Educação Infantil (41.823), Ensino Fundamental (271.339), Ensino Médio e Integrado (47.421), Educação Profissional (7.219), Educação Especial (3.342) e EJA Presencial (35.209).⁴⁶⁹

Conforme esses dados, a população índia representaria 0,72% do total de brasileiros registrados nas escolas, o que eleva substancialmente as estatísticas da FUNAI se incluirmos os índios que não frequentam as escolas. Essa informação é importante quando se trata da contabilização dos índios, quando a própria FUNAI diz que haveria entre 100 e 190 mil índios destribalizados no Brasil. Provavelmente faltaria destacar representantes dessas populações chamados de caboclos e ribeirinhos da grande Amazônia, que não vivem em tribos indígenas, mas são descendentes diretos, como também os meio-índios do restante do Brasil resultado de aculturação e miscigenação, pois se levarmos em consideração as estatísticas da FUNAI e do INEP, não seria prudente afirmar que cerca de 74% da população indígena do Brasil frequenta as escolas nos diversos níveis da educação brasileira. Destaca-se que houve um salto exponencial na quantidade de alunos indígenas entre 1999 e 2005, saindo de 93 mil para quase 400 mil alunos.

Surge então uma pergunta em decorrência da inexatidão dos dados oficiais – afinal, quantos são os índios no Brasil? - as estatísticas são confusas, refletindo a ineficiência do Estado para gerir recursos e administrar problemas internos. Quando as estatísticas revelam que cerca de 45 milhões de brasileiros possuem DNA mitocondrial indígena (DNA que provém da linha materna), ou seja, provém de uma mãe ancestral indígena, torna-se difícil imaginar como fazer uma estatística confiável da população indígena do Brasil, ou seja, o Brasil deve ter entre aproximadamente 345 mil e 45 milhões de indígenas⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ Disponível em <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 04 Fev. 2006.

⁴⁶⁹ Dados disponíveis em http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05_10.htm. Acessado em 04 Fev. 2006.

⁴⁷⁰ AZEVEDO, Ana Lucia. *Brasil ganha seu primeiro retrato genético*. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 51, 02 abr. 2000.

A jornalista Ana Lúcia Azevedo traz importante ressalva em relação à equipe de geneticistas da UFMG que mapeou o DNA brasileiro:

“No artigo em que descrevem o retrato do DNA do brasileiro, a equipe da UFMG faz questão de aspear a palavra raça. O motivo é simples: do ponto de vista genético, as raças humanas simplesmente não existem. Não há diversificação suficiente entre os povos para que certos grupos possam ser classificados biologicamente como raças, disse Sérgio Pena. Geneticistas dizem que o termo raça é uma construção social e cultural. Para eles, o que existem são etnias, isto é, grupos populacionais que têm características físicas ou culturais em comum”.⁴⁷¹

Se os laços genéticos não bastam para determinar uma identidade indígena, ao menos são relevantes para ditar o quão índia é a população brasileira quanto aos laços de sangue e o quão índia ela deixou de ser com o processo civilizatório que absorveu essa identidade. Em Roraima ocorrem especulações de que a população Macuxi não seria mais índia pelo fato de ter sido influenciada por séculos de interação com o ‘homem branco’, deixando sua cultura ancestral para inserir-se nos modelos de produção ocidentais, ainda que atrasados por um século em relação à modernidade.

Nesses aspectos, falar a respeito da exaltação das diferenças culturais ao longo das últimas décadas, particularmente no que diz respeito à temática indígena, pode ser um trabalho árduo e controverso, principalmente quando a democracia e a soberania são dois dos pilares do sistema internacional em xeque nesse jogo de forças sociais que adquiriu vulto mundial, ameaçando a concepção de Estado-Nação quando se observa que grupos internos disputam pela prevalência de suas próprias identidades.

No entanto, Dieckhoff & Jaffrelot não consideram esse jogo de forças relevante, pois os interesses econômicos atuam pressionando o sistema internacional no sentido de uma integração. Para eles, “... o interesse polariza-se mais sobre os questionamentos da ordem estado-nacional, por meio da ‘globalização’ e das integrações regionais, que sobre os fenômenos de desintegração ‘por baixo’”.⁴⁷²

De qualquer forma, pode-se dizer que a acentuação das diferenças culturais não está atuando sem resistências no sistema internacional, na verdade considera-se que esse tipo de fenômeno cultural seria a contraposição aos efeitos homogeneizantes da globalização.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² DIECKHOFF, Alain & JAFFRELOT, Christoph. *Do Estado-Nação ao pós-nacionalismo?*. In SMOUTS, 2004, p. 62.

Conforme Colonomos, a questão das identidades é importante para a compreensão dos fenômenos em curso, haja vista que:

“A formação das identidades é tema de um grande número de estudos internacionais que querem compreender a partir das redes as dinâmicas de mudanças, de afirmação ou de recuo caracterizando a vida dos grupos e dos indivíduos. Estaríamos cometendo um erro ao relegar essas dinâmicas a um segundo plano, como fizeram os principais autores durante a Guerra Fria”.⁴⁷³

Para Colonomos, as ONG's e os movimentos sociais e religiosos possuiriam destaque ao experimentarem sucessos sem precedentes na conquista de espaço mundial como empreendedores identitários ou como empreendedores de causa, aproveitando-se do descompasso existente nos atores estatais em flagrante anarquia.⁴⁷⁴

Esses aspectos também são evidenciados por Walker quando observa:

*“... The problematic character of the principle of state sovereignty takes two primary forms. The first involves continuing tensions between power and authority and (the second⁴⁷⁵) between sovereign state and sovereign people, tensions that have come to be resolved either through binary distinctions between state and civil society or through unitary claims to national identity”.*⁴⁷⁶

Quando se traz esses aspectos para a sub-região latino-americana, percebe-se que a problemática em relação aos choques culturais pode possuir raízes históricas nos modos de produção implementados. Conforme argumentação de Wasserman, a formação dos Estados nacionais latino-americanos relacionava-se à “...hibridez de sua matriz econômico-social; a convivência de variadas relações sociais de produção, que iam desde o escravismo até o capitalismo, passando por diversos modos de servidão...”, surgindo embates internos para determinar qual modelo de produção seria dominante.⁴⁷⁷

José Maurício Domingues ressalta que na Europa ocorreria uma situação inversa, relacionada à grande capacidade estatal de controlar e intervir nas suas comunidades, com início nos regimes absolutistas da era feudal. Conforme esse pesquisador, além da capacidade de mobilização social dos países europeus, o “conhecimento da vida social – para o que a

⁴⁷³ COLONOMOS in SMOUTS, 2004, p. 208.

⁴⁷⁴ COLONOMOS in SMOUTS, 2004, p. 212-213.

⁴⁷⁵ Observação inserida pelo autor.

⁴⁷⁶ WALKER, 1993, p. 170.

⁴⁷⁷ WASSERMAN, 2000, p. 205.

estatística contribui sobremaneira – e disciplinarização dos indivíduos e coletividades são elementos-chave nisso”. Além disso:

“deve-se notar que o controle sobre o território é um dos primeiros, e principais, conquanto se o tome amiúde como dado, elementos que caracteriza o poder de um Estado. A penetração e enraizamento das instituições nas sociedades que são conformadas por essa delimitação de base territorial, social e política, respondem pelo poder infra-estrutural do Estado. Mas, para Mann, ela se efetiva apenas na medida em que uma situação de incorporação ampla e tendencialmente igualitária da população do país se realize”.⁴⁷⁸

Domingues acrescenta que o poder infra-estrutural dos Estados latino-americanos seria relativamente baixo em relação aos europeus quando se observa que eles possuem “conhecimento pouco profundo das ... populações que os compõem, capacidade limitada de intervenção ..., ... baixa capacidade de mobilização da coletividade de modo a aumentar o poder da ‘sociedade’ nacional conformada por eles”. Entretanto mesmo os Estados europeus estariam sujeitos a problemas similares decorrentes da globalização, em que se destacam os fluxos societários e a porosidade das fronteiras, que forçam os Estados a diminuir a efetividade do controle e da regulamentação da sua sociedade.⁴⁷⁹

Adicionalmente, o descompasso social encontrado na América Latina teve um aumento significativo com a falência do nacional-desenvolvimentismo, que tinha por princípio a intervenção do Estado sobre a economia com a relativa capacidade de mobilização da sociedade. Conforme Domingues, devido a esse fato:

“... as demandas por expansão da cidadania se detiveram no plano político, sem serem efetivadas no plano dos direitos sociais; o Estado se enfraqueceu, sem que novas formas de articulação entre ele e a sociedade tenham progredido na direção de propiciar de modo amplo (exceções não obstante) melhores e mais eficientes comunicação e correias de transmissão e/ou colaboração”.⁴⁸⁰

A crise econômica ocorrida nos anos 1980 traria paralelamente a crise do modelo assimilacionista brasileiro de construção de uma identidade nacional. Conforme o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, alguns elementos corroboram essa tese:

“Primeiro, o ressurgimento, ainda que por breve período, de movimentos separatistas, principalmente no Sul do país. Segundo, o surgimento de

⁴⁷⁸ DOMINGUES, 2005, p. 4-6.

⁴⁷⁹ DOMINGUES, 2005, p. 4-7.

⁴⁸⁰ DOMINGUES, 2005, p. 9.

movimentos racistas voltados contra os nordestinos e negros, principalmente no Sudeste, ... Terceiro, o fato de que, pela primeira vez em sua história, o Brasil passa a ser uma origem importante de emigração internacional. Quarto, o fato de uma grande leva de brasileiros de segunda, terceira e quarta geração buscar uma dupla nacionalidade, aproveitando a mudança da legislação brasileira. Quinto, o movimento de 'reafricanização' dos costumes negros no Brasil, gerenciado politicamente pela construção da identidade negra. Sexto, o movimento de re-etnização de povos indígenas brasileiros, dados como desaparecidos, no Nordeste, Sudeste e Sul do país".⁴⁸¹

Em consonância a esses aspectos descritos por Guimarães, começaram a atuar forças centrífugas no cenário interno brasileiro, como observado por Ramos, na análise de Paoli:

“A emergência de movimentos sociais diversos – mulheres, negros, homossexuais, ecológicos... operários, trabalhadores rurais – demonstram (sic) o quanto é forte a busca política de um espaço próprio, que reivindica a diferença e recusa a fatalidade de uma sujeição dissolvida em um tipo único”.⁴⁸²

Com os movimentos indígenas isso não seria diferente, vindo a ocorrer um processo de recusa da cidadania brasileira, pelo fato dessa cidadania se revestir de aspectos que revelam um caráter territorializador, de cerceamento jurídico e de indiferença aos anseios culturais desses povos. Para Ramos:

“O que parece faltar na versão brasileira de cidadania, e que não só faria sentido para os índios mas (sic) lhes daria segurança étnica, é a noção de diferenciação legítima que lhes trouxesse igualdade de condições, não pela semelhança (que, no caso, seria forçada), mas pela equivalência. Em suma, falta nessa territorialização estatal um espaço étnico legitimado como tal, apropriado à complexidade pluriétnica do país. Seria abrir espaço para que os índios fossem cidadãos do Brasil nesse campo interétnico e, ao mesmo tempo, membros plenos de suas respectivas sociedades”.⁴⁸³

Conforme Guimarães, apesar de a mestiçagem fazer parte de um processo intrínseco da construção nacional brasileira, a recriação da identidade racial traria um movimento em direção aos pólos originais desse processo - os brancos, os negros e os índios – em uma sistemática de recriação identitária que, apesar de não representar ainda movimentos de massa, são revestidos de ideologias e aceitos tanto pela intelectualidade brasileira como

⁴⁸¹ GUIMARÃES in SOUZA, 2001, p. 410-411.

⁴⁸² PAOLI apud RAMOS, Alcida Rita. *Os direitos do índio no Brasil: na encruzilhada da cidadania*. In CANÇADO TRINDADE, A. A. (Ed.). *A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional: perspectivas brasileiras* (Seminário de Brasília, 1991). San José de Costa Rica/Brasília: Instituto Interamericano de Direitos Humanos & Friedrich - Naumann - Stiftung, 1992, p. 226.

⁴⁸³ RAMOS in CANÇADO TRINDADE, 1992, p. 228.

internacional, passando o Brasil a ser percebido como nação multirracial ao invés de nação mestiça. Esses aspectos resultam em fatos observados na prática, quando:

“O branco de classe média busca a segunda nacionalidade na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão – ou cria uma xenofobia regional racializada; o negro constrói uma África imaginária para traçar a sua ascendência, ou busca os Estados Unidos como meca afro-americana; os índios recriam a sua tribo de origem”.⁴⁸⁴

Outra questão relevante não somente no Brasil, mas também no cenário internacional, é a supervalorização das raças e das nações, que se apresentam nos mais diversos níveis, tanto inter como infra-estatal. Como exemplo de análise nesses aspectos, o pesquisador Samuel P. Huntington faz diversas considerações em seus livros “*The Clash of Civilizations*” e “*Who are we?*” em que traz, no primeiro, uma divisão global das civilizações existentes no mundo contemporâneo e seus pontos de atrito, e no segundo comenta a problemática interna dos Estados Unidos da América.

Corroborando a visão de Huntington em seu livro que trata de choque de civilizações, a ONU, por meio da resolução nº 1456 do Conselho de Segurança, sobre a questão da luta contra o terrorismo, em seu item 10 recomenda a realização de esforços internacionais para melhorar o diálogo e ampliar o entendimento entre as civilizações, evitando converter em objetivos indiscriminados as religiões e culturas diferentes como forma de diminuir a atuação do terrorismo. Esse item diferenciou-se da resolução 1373, de 2001, ao inserir a questão cultural como fator importante no recrudescimento do terrorismo internacional.⁴⁸⁵

A problemática cultural é trazida para o contexto norte-americano no livro mais recente de Huntington, “*Who are we?*”, no qual traça a identidade histórica dos Estados Unidos, inicialmente formada pelos colonos britânicos e absorvida pelas levas de imigrantes nos séculos seguintes. A identidade nacional norte-americana vislumbrada por Huntigton envolvia valores como a religião protestante, o individualismo e o respeito à lei. Esse autor argumenta que nos tempos atuais essa identidade seria desafiada pelos imigrantes de origem hispânica nos campos ligados ao bilingüismo, multiculturalismo, desvalorização da cidadania e desnacionalização das elites americanas.⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ GUIMARÃES in SOUZA, 2001, p. 411.

⁴⁸⁵ ONU. Conselho de Segurança. *Declaração sobre a questão da luta contra o terrorismo*. Resolução 1456, aprovada em 20 de janeiro de 2003.

⁴⁸⁶ Conforme observações de resenha do livro “*Who are we?*” disponível em: <http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?nitem=1145871&sid=20124471471223261979186318&k5=36E2F9C2&uid=>. Acessado em 23 Dez. 2005.

Para se entender a complexidade que ora se apresenta, com vetores sociais atuando como forças centrífugas e centrípetas do tecido nacional, o pesquisador Antonio Sidekum, pós-doutor pela Universidade de Leipzig - Alemanha, possuidor de uma extensa produção científica acerca do multiculturalismo, indica que os aspectos observados em nível nacional e relacionados à diversidade cultural, reivindicações e ascensão das minorias têm ligação com essa teoria.⁴⁸⁷

O multiculturalismo gerou um debate acerca das identidades culturais e a possibilidade de diálogo entre as diversas culturas de um tecido social por meio do reconhecimento da alteridade e a oposição ao etnocentrismo, advindo diversas conquistas das minorias com a aceitação generalizada de que existe uma histórica discriminação no seio da sociedade nacional e, por isso, acabou atrelando-se ao conceito de democracia na dimensão do reconhecimento do outro, de seus direitos e liberdades.

Entretanto, os opositores desse fenômeno advogam a idéia de que:

“para reconhecer a alteridade e o direito à diferença como certos grupos vêm insistentemente reivindicando, não há necessidade de abandonar os valores humanistas ocidentais, pois esses são de tal forma universais que pressupõem os povos não-ocidentais, mesmo que esses últimos se sintam, deles, excluídos.”⁴⁸⁸

Além do mais, existe tese de que o multiculturalismo traria uma inflação de novos direitos na Constituição dos países, especialmente os direitos sociais e culturais. Em conseqüência, ocorreria paulatinamente o robustecimento do poder judiciário perante os outros poderes constituídos em um Estado, devido às atribuições constitucionais do judiciário de ser o guardião da lei junto ao executivo e ao parlamento. Esta forma de prevenir a tirania, ao dispersar a soberania para que segmentos não abusem do poder, desequilibraria a balança entre os três poderes - com clara pendência para o judiciário - e poderia propiciar justamente o contrário do que se espera: a tirania do judiciário.⁴⁸⁹

Como parte do processo de atualização legal que vem ocorrendo no Brasil, pode-se perceber ao longo da trajetória histórica brasileira que houve uma reversão da situação

⁴⁸⁷ SIDEKUM, Antonio. *Multiculturalismo: Desafios para a educação na América Latina*. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/sidekum.pdf>. Acessado em: 01 Jul. 2006.

⁴⁸⁸ D'SOUZA, D. *Illiberal Education: the politics of race and sex on campus*. New York: Free Press, 1991; BLOOM, A. *The closing of the American Mind*. New York: SIMON, 1987. In GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 19.

⁴⁸⁹ CALSAMIGLIA, Albert. *Cuestiones de lealtad: limites del liberalismo – corrupción, nacionalismo y multiculturalismo*. Barcelona: PAIDÓS, 2000, p. 150.

indígena na década de 1970, passando lentamente esses povos de discriminados e oprimidos a verdadeiros cidadãos brasileiros, adquirindo novos direitos e usufruindo da colocação em prática de antigos benefícios concedidos.

O antropólogo Mércio Pereira Gomes, especialista em cultura brasileira e povos indígenas, ressalta que já na década de 1950 houve uma reversão demográfica dos povos indígenas do Brasil, quando mudou a trajetória descendente – para ascendente – paralelamente com o aumento de sua consistência cultural e a consolidação de seus territórios, advindo mais recentemente a busca de afirmarem-se com uma “... espécie de autonomia perante a nação brasileira”.⁴⁹⁰

Mas, a busca das identidades étnicas também pode ser reflexo de interesses, os quais normalmente seriam colocados em segundo plano. Na concepção de Norbert Rouland, professor da Universidade Aix-Marseille III e presidente-fundador da Associação Francesa de Antropologia do Direito:

“Os autóctones não estão desarmados quando parecem *a priori* em posição de inferioridade manifesta. Compensam a fraqueza eleitoral acentuando reivindicações identitárias centradas na idéia de que constituem entidades distintas, assegurando com isso o apoio de uma parte dos não-autóctones (notadamente intelectuais e líderes de opinião). Esforçam-se em substituir a imagem de cidadãos minoritários e desfavorecidos (...) pela de povos fundadores... Na maioria dos casos, buscam evitar o recurso à violência, que pesa enormemente no exterior, principalmente na Europa, sobre a imagem das minorias. O recurso às instâncias internacionais lhes permite pressionar seus governos, em geral sensíveis à sua imagem nessas instâncias. Ademais, tais povos aprenderam a instrumentalizar as categorias ideológicas e jurídicas dos ocidentais”.⁴⁹¹

A um olhar atento, deve-se ter a precaução de perceber que os movimentos sociais das minorias ocorridos nas últimas décadas podem conter uma violência intrínseca latente, cujo propósito não seja mais do que alimentar a separação e a discórdia entre os indivíduos de diferentes etnias, violência essa proveniente até mesmo daquelas minorias que se julgam ameaçadas. Tal aspecto foi marcadamente observado em Kosovo, quando os esforços da ONU em restabelecer o caráter multiétnico da província fracassaram ante uma sistemática

⁴⁹⁰ GOMES, M. P. *O caminho brasileiro para a cidadania indígena*. In PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 419-420.

⁴⁹¹ ROULAND, 2004, p. 527.

‘limpeza étnica’ promovida pelos albaneses, que obrigaram os indivíduos de origem turca a se ‘albanizar’.⁴⁹²

Se inexistisse uma definição que abarque uma realidade identitária no Brasil atual, tal fato deve-se muito mais à conjuntura da cena internacional e seus reflexos internos ao Estado brasileiro, do que a movimentos propriamente originários localmente. Além disso, se os efeitos perversos da globalização homogeneizante sobre os indivíduos - ou talvez a ascensão do direito humanitário e dos princípios democráticos - fazem parte desse processo, revela-se de fundamental importância a capacitação dos órgãos institucionais para lidar com uma realidade mutante que valoriza a diferença e a separação.

Além disso, a partir da concepção marxista de Hroch, o nacionalismo seria parte fundamental e pode ser considerado a origem da nação moderna, junto com a vontade nacional e as forças espirituais, surgindo concomitantemente à visão do nacionalismo uma questão profunda: “são as nações ou são suas classes os verdadeiros e principais agentes da história?”⁴⁹³

Gellner complementa que a luta de classes e o nacionalismo seriam ambos aspectos de ‘*uma só transição*’ e que as revoluções nacionais bem sucedidas ocorreram quando as diferenças culturais e as diferenças de classe se superpuseram.⁴⁹⁴

Nesse caso, fica bem claro que a existência de diversas culturas e a desigualdade social encontradas no Brasil poderiam gerar revoluções nacionais em todos os níveis e regiões do território - como a recorrente iniciativa separatista gaúcha -, fato que não ocorreu efetivamente por motivos diversos, em que se pode incluir o modelo de gestão do Estado centralizadora e ao mesmo tempo multicultural e pluripartidária existente, capazes de absorver e manejar as tensões internas.

Em consequência desses aspectos, urge a manutenção e a implementação de novas dinâmicas agregadoras, não uniformizantes, que possam reverter o processo em curso de

⁴⁹² DERÉNS, Jean-Arnault. *Adeus à multiétnia*. Le monde diplomatique. Edição Brasileira, Ano 1, nº 2. Disponível em <http://www.diplo.com.br/aberto/0003/13.htm>. Acessado em 04 Fev. 2006.

⁴⁹³ HROCH, *National Revival*, p. 17. In GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. In BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 148.

⁴⁹⁴ GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. In BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 150.

desagregação do Estado que, conforme posto por Arnold Toynbee, se manifestaria por meio de dois tipos de rupturas: da cisão do corpo social e da alma.⁴⁹⁵

Para evitar esses tipos de cisões, talvez seja necessário repensar os aspectos que revestem a liberdade, como componente da democracia, e a autonomia – capacidade interna para colocar-se como sujeito – de modo que sejam utilizadas para transformar o curso da história em ruptura às identidades míticas e teológicas, ultrapassando a vivência da luta política para imbuir-se também do modo de ser da sociedade e da política. Quando compreendemos que “nos partidos políticos, onde a representação é praticada como relação de favor, ..., não pode haver autonomia, a qual se vê excluída de fato e de direito”, quando a complexidade da sociedade contemporânea remete à imperativos racionais ou (à esquerda) “invoca a necessidade da marcha da história”, percebe-se a necessidade da limitação da liberdade dos indivíduos que vão “gerir o complexo social ou conduzir a história” em benefício da sociedade como um todo.⁴⁹⁶

O Sociólogo Andrea Semprini advoga que o multiculturalismo é resultado da crise da modernidade - ao explicitar as contradições existentes -, mas que também pode trazer novas propostas para as construções política e social. Segundo esse pesquisador, a chave para a realização de mudanças viáveis seria a transição de um paradigma político para um paradigma ético, pois:

“A modernidade havia separado rigidamente estas duas dimensões em nome de uma liberdade individual que somente poderia ser garantida se fosse distinta de uma igualdade política. Como resposta à crise desse discurso, a ética exerce atualmente maior pressão sobre as representações coletivas e perpassa profundamente a esfera pública.”⁴⁹⁷

Dessa forma, uma solução para o desafio que a multiculturalidade impõe ao Estado seria o resgate da ética na política, a qual transbordaria para as dimensões da justiça social e política, que são o foco das aspirações dos movimentos culturais da modernidade. Contrabalançando, assim, o peso que pende para um dos ramos dos poderes constitucionais (Justiça), diminuindo as tensões de origem cultural existentes no mundo moderno e flexibilizando posições para evitar o desgaste social, político e econômico.

⁴⁹⁵ TOYNBEE, 1987, apud LEONARDI, 1999, p. 161-162.

⁴⁹⁶ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1990, p. 302-304.

⁴⁹⁷ SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 161-162.

À contradição existente entre as concepções do Homem perante o universalismo e a cidadania - quando o primeiro traz a primazia do Homem e o segundo de uma concepção sociológica do Estado-Nação -, adiciona-se a questão étnica para compor um quadro mais dispersivo da realidade do tecido social que compõe o Estado⁴⁹⁸, em um jogo de forças que leva à confusão generalizada entre direitos e deveres dos indivíduos perante o regime político que rege seus destinos dentro de limites territoriais definidos.

Para fazer frente à tendência de fragmentação existente no cenário nacional, destaca-se o surgimento das redes sociais como fenômeno alternativo à capacidade de controle do Estado, modificando as relações entre a sociedade e o Estado para um novo patamar que envolve a ‘solidariedade complexa’, na qual a cidadania, a inclusão e a solidariedade passam a ser tanto do âmbito do Estado como de organismos reconhecidos pela sua legitimidade e eficiência de modo a respeitar a diversidade social.⁴⁹⁹

Buscou-se dessa forma a adaptação da democracia e do Estado soberano aos ditames sociais existentes, cujos anseios fragmentadores deveriam ser redirecionados a uma forma diferente de organização, para que não se rompesse radicalmente com a ordem institucional vigente. Ocorreria uma atuação efetiva, mas de pouca amplitude do Estado brasileiro, o que denota um processo em curso, ainda em fase de transição, que apesar de não corresponder aos anseios dos movimentos indígenas, procura dar uma linha inicial de ação que vai se legitimando conforme as pressões atuam sistemicamente.

Finalmente, deve-se considerar importante mensagem deixada por A. Touraine na qual se deve repensar a democracia em moldes diferentes dos nacionalismos do século XX que tendem a ressurgir nos tempos atuais. Segundo o pesquisador:

“... a democracia não pode ser o governo da massa, o governo da maioria: Hitler foi eleito pela maioria; o regime comunista foi instaurado em Praga por eleições *grosso modo* concretas, e poder-se-ia pensar que no momento em que Stálin morreu partiu levando consigo os lamentos de uma grande parte da população que chorava nas ruas”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ RAMOS in CANÇADO TRINDADE, 1992, p. 232.

⁴⁹⁹ DOMINGUES, 2005, p. 10-12.

⁵⁰⁰ TOURAINE apud ROULAND, 2004, p. 606.

CONCLUSÕES

Historicamente, a insegurança em relação às fronteiras permeou a construção do território brasileiro desde o descobrimento, passando por diversos tratados ao longo dos séculos e a marcante atuação do Barão do Rio Branco, no início do século XX, considerado um ícone brasileiro por trazer vitórias e consolidar uma área de considerável importância para a nação.

Pode-se perceber ao longo da história, que a ocupação da região do rio Branco foi inicialmente realizada mais por receio de invasão de estrangeiros que pelo fator econômico, o qual passou a ter maior peso nas épocas mais recentes sem, no entanto, abandonar-se as questões relativas à segurança. As ameaças externas estiveram presentes na construção histórica da região do Branco, revestindo-se dos caracteres evidente ou latente na percepção dos governantes e das populações locais, além de tornar-se parte de toda uma cultura em nível local e nacional.

Entretanto, torna-se extremamente difícil chegar a conclusões definitivas sobre se é ou não extremada a reação à perda, ou à possibilidade de perda, territorial no Branco, haja vista que as reações esboçadas pelos diversos atores estão vinculadas aos seus interesses e às suas percepções, fazendo parte de uma cultura construída ao longo dos séculos. Essas ações levaram ao mesmo tempo a reações dos povos indígenas, habitantes seculares, além de grupos externos com interesses na região que, funcionando em um moto-contínuo, sempre manteve um ambiente de atrito, que não foge à normalidade em regiões de fronteira.

Deve-se ressaltar que as características peculiares da formação da sociedade roraimense - incluindo-se as populações indígenas e não-indígenas - também se conectam a outras esferas que abarcam a sociedade brasileira e a sociedade internacional, cujas influências atuaram direta ou indiretamente na construção das culturas locais na região do rio Branco.

A diversidade de interesses dos atores envolvidos e as respectivas ações empreendidas fazem parte de um processo sistêmico e abrangente cuja peculiaridade foi descrita de maneira geral nos trabalhos de pesquisa e análise realizados, em uma tentativa de abarcar uma história

de longa duração que permitisse entrever as características de formação e consolidação do estado nacional português - depois brasileiro - em uma região de fronteira remota dos centros político, econômico e cultural da nação.

As evidências coletadas mostram as dificuldades encontradas pelos governantes em estabelecer construções políticas sólidas que permitissem rechaçar as ameaças ao débil aparato estatal existente em região fronteiriça, cujas ações sempre estiveram aquém das necessidades sociais e territoriais, mesmo com esforços hercúleos para reverter os quadros de abandono para com toda a região setentrional.

Mas não se pode dizer que os esforços foram em vão, pois a construção do território brasileiro pode ser considerada tanto uma proeza militar como política dos portugueses e brasileiros que idealizaram uma grande nação desde o seu descobrimento. Houve falhas, mas a façanha de atingir o tamanho atual desse imenso território, a partir das capitânias hereditárias, equipara-se à dos Estados Unidos da América e suas treze colônias.

É inegável o resultado prático dos esforços para conquistar e manter a região do rio Branco como território brasileiro, fato que mantém viva na cultura local esse tipo de atuação dentro de um ambiente coletivo mais abrangente, que abarca a sociedade internacional, haja vista os interesses de potências estrangeiras que atuaram efusivamente nessa região de fronteira desde os tempos coloniais.

Entretanto, os povos indígenas e suas culturas próprias também acabaram fazendo parte de uma percepção local anti-alienígena, que rechaça as ameaças aos espaços conquistados, mesmo que de forma ilegítima, e que pode ser considerada como uma espécie de auto-preservação, conhecida em sua forma mais primitiva como instinto de sobrevivência.

Mesclam-se, assim, os diversos interesses em que se contabilizam os políticos, econômicos, culturais, ideológicos, dentre outros, aos aspectos que adentram no cerne das questões ligadas à segurança nacional para sensibilizar a opinião pública nacional e internacional aos argumentos que rondam a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, trazendo à tona a relevância daquela região para as partes interessadas.

O debate acirrado sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol defendida pela vertente nacionalista em forma de 'ilhas', em oposição à vertente contínua, revelou as esferas de abrangência dos interesses – e por conseqüência, as partes interessadas – nos assuntos relativos à Amazônia e, mais particularmente, à região da Raposa Serra do Sol,

quando se observa o transbordamento do debate de um nível interno nacional para o nível internacional, com pressões evidentes de ONG's e da mídia.

Como resposta lógica à pressão internacional, houve o uso intenso do conceito de soberania para a defesa dos interesses nacionais ligados ao setor produtivo de Roraima, assim como foi utilizada argumentação sobre a problemática demarcação dessa terra indígena localizada em uma área de tríplice fronteira.

Destarte, percebe-se no passado recente que as questões ligadas à soberania sobre o território de Roraima também foram determinantes na execução de programas ligados à ocupação e ao desenvolvimento da região do rio Branco ao longo do século XX, partindo da esfera federal a iniciativa de promover a migração de colonos de origem nordestina e sulista por meio da concessão de lotes de terra para cultivo e criação de gado.

Entretanto, o desenvolvimento também foi parte fundamental da visão de missionários da ordem da consolata para os povos indígenas que viviam na região da Raposa Serra do Sol, ao elaborarem os programas da 'cantina' e do 'gado' para livrarem aqueles povos da secular subserviência à sociedade envolvente. Aliados a fatores como educação e organização política, os povos dessa região erigiram bases mais sólidas para modificar as relações sociais, econômicas e políticas existentes junto ao ambiente externo às aldeias, agindo por meio de associações em prol de suas aspirações.

A rede de interesses que se formou ao se buscar o apoio para a demarcação da Raposa Serra do Sol acabou extrapolando a esfera local, para abarcar níveis nacional e internacional em uma disputa que está intrinsecamente ligada à capacidade do Estado-Nação em gerir parcelas de seu território, à concepção de estados plurinacionais e à relativização da soberania no ambiente internacional.

Destaca-se a conjuntura internacional nos processos desencadeados no plano interno do Estado, com a ascensão da agenda dos direitos das minorias indígenas e a mutação da soberania como percebida ao longo dos séculos, que foi relativizada com o advento da globalização, que tornou mais permeáveis as fronteiras.

Como foi percebido ao longo de todo o texto, a ingerência e a cobiça internacional sobre a Amazônia existiram durante toda a história de ocupação daquele território, fato que deve ser levado em consideração ao se teorizarem 'novas ameaças'. Afinal, os interesses modificaram ao longo do tempo, percebidos nos ciclos econômicos descritos ao longo do texto, mas o foco sempre foi o mesmo: os recursos conhecidos ou por conhecer que

perpassam o ecossistema amazônico. Não se pode negar que uma plêiade de interesses internos e externos tem como foco a Amazônia, entretanto, uma das barreiras que se levanta contra os abusos àquela região trata do arcabouço jurídico construído (regimes que abrangem direta ou indiretamente a defesa da Amazônia) e a sua institucionalização nos Estados nacionais.

Dessa forma, a soberania brasileira sobre a Amazônia, como entendida por atores nacionalistas, implicaria ao mesmo tempo na negação do uso de seus recursos por parte de estrangeiros não autorizados e o usufruto exclusivo das riquezas pelos nacionais. Entretanto, estrangeiros buscariam negar o usufruto pelos nacionais articulando descobertas científicas que ligam a exploração dos recursos ao desenvolvimento insustentável, assim como agendas de proteção às minorias que habitam áreas remotas. Essa balança acaba pendendo de um lado a outro conforme se justifica uma parte perante a outra.

Indo mais a fundo na problemática da soberania, os povos indígenas, ao assumir sua identidade dentro de um Estado com fronteiras territoriais consolidadas, trariam como consequência o desafio à ordem vigente, representada pela primazia do Estado unitário e sua soberania. Dessa forma, reconhecer a autonomia dos povos indígenas nas áreas indígenas demarcadas torna-se um problema para o Estado contemporâneo, pois seria a negação do seu pilar básico.

Alem do mais, ocorrem questionamentos sobre estatísticas e identificação dos indivíduos pertencentes à etnia indígena, como efeito tanto da expansão das populações indígenas, constatada pelos censos, como no fato de que mais cidadãos têm se identificado como tal. Essa questão acaba emergindo junto com a problemática encontrada na reserva de vagas para cidadãos de origem indígena e negra para o ensino superior, em que se encontraram dificuldades para identificar até que ponto o candidato à vaga seria pertencente àquelas raças.

Em um regime democrático, a constatação de que a hipocrisia humana - refletida no universalismo - insiste em não aceitar que as raças existentes possuem diferenças e abarcam diversos parâmetros denota que o assunto pode ser considerado um tabu, quando a igualdade que se pode aventar entre os Homens é a igualdade perante o direito, o qual é frequentemente deturpado ao ser utilizado em favor dos interesses das elites. Nesses aspectos, os grupos ameaçados pela pena do legislador - utilizada para beneficiar grupo(s) em detrimento de outro(s) -, ou pela falta de um regime legal que atenda seus interesses, utilizam os artifícios que podem dispor para contestar a ordem vigente.

Visto por esse ângulo, a ameaça de que países desenvolvidos possam incentivar o desmembramento de populações de minorias étnicas em um novo estado nacional não só é possível como já ocorreu historicamente. Entretanto diversos fatores fizeram parte desses processos e envolveram, principalmente, a construção de uma imagem, verídica ou não, sobre as condições extremas a que eram submetidas essas populações. Dessa forma, a ação salvacionista seria mais bem aceita pela comunidade internacional.

Sinteticamente, as ações em território brasileiro que visam à proteção das minorias indígenas não deixam de ser válidas por evitarem a possibilidade de construção de uma imagem negativa do Brasil perante a comunidade internacional, como ocorreu à época da demarcação da reserva Ianomami e os massacres de índios noticiados internacionalmente. Mas em caso de inevitabilidade da criação desse tipo de imagem, as ações voltadas para a segurança e a integração nacional, mesmo que realizados por meio da criação de imagem externa, seriam úteis para desmotivar tentativas estrangeiras de ocupação da Amazônia.

Por vezes, o debate acerca de agendas das minorias mergulha por demais nos problemas internos, ficando de lado questões correlatas existentes no âmbito internacional, em todos os continentes. São esquecidas, por exemplo a situação dos índios nos Estados Unidos da América, dizimados ao longo dos séculos de ocupação de suas terras; a dos Lapões na Escandinávia; as minorias islâmicas em países europeus; a questão da palestina; os conflitos étnicos na África, dentre muitos outros existentes devido à diversidade de culturas recortadas ou restritas pela existência de fronteiras delimitadas pelos Estados nacionais.

Na verdade, as ameaças ao Estado nacional não se restringem apenas às minorias étnicas, mas também à posse de recursos estratégicos, como da água potável, um dos minerais que se prevê escasso dentro de algumas décadas a não ser que se reverta o processo de degradação mundial do meio-ambiente ou se implementem tecnologias de processamento da água a baixo custo. Assim, as medidas que evidenciam a construção de uma imagem de eficiência quanto à segurança nacional em território brasileiro são de vital importância para evitar interferências estrangeiras nesses assuntos.

Concluindo, as ameaças à soberania brasileira na região amazônica podem ser interpretadas à luz dos problemas internos vivenciados a nível institucional e da sociedade brasileira como um todo, pois mesmo sabendo-se que inexitem Estados monolíticos, que representem unissonamente seus interesses em âmbito interno/externo, a capacidade de mobilização nacional, em determinados pontos fulcrais, diferencia os Estados fortes dos falidos.

Apesar de ser interpretado como um discurso nacionalista, a união de esforços em temas relevantes ou mesmo a capacidade de organização para atingir determinados objetivos deve ser um dos parâmetros a balizar medidas de efeito na Amazônia, haja vista que existem exemplos recentes de países, como a Alemanha e o Japão no período pós II Guerra Mundial, que suportaram reveses dramáticos e ressurgiram como a lendária Fênix no cenário internacional.

Ainda, com a ressalva ao desenvolvimento acelerado ocorrido em países europeus no pós-II Guerra Mundial, na atualidade os conceitos de Estado, nação e supranacionalidade, como postos em prática em processos de integração regional, podem proporcionar ou balizar iniciativas interessantes dos pontos de vista econômico e de segurança, mas ainda estão em fase incipiente quando se trata de aspectos culturais envolvidos, havendo a necessidade de uma revisão profunda para que não ocorra uma reversão histórica das conquistas obtidas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS OFICIAIS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 23 jan. 2006.

BRASIL. Decreto de 15 de abril de 2005. *Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima*. Publicado no Diário Oficial da União, em 18/04/2005, seção 1, p. 11-12.

BRASIL. Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. *Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=431807&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>. Acessado em 23 jan. 2006.

BRASIL. DNAEE - CGRH / CNPq & PEGI-GBF / ORSTOM. *Sétima campanha de amostragem de água e sedimentos na bacia do rio Branco: campanha rio Branco 96*. Brasília: HiBAm, 1997. Disponível em http://www.ana.gov.br/hibam/bancodedados/BR_07.pdf. Acessado em 26 dez. 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Tendências Demográficas: uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996*. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.v.5.

- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. *Glossário*. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/fnde/glossario.html>. Acessado em 09 nov. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Estudos especiais: censo da educação indígena*. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/outroslevantamentos/indigena/indigena.htm>. Acessado em 04 Fev. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Inep divulga dados preliminares do Censo Escolar 2005*. Dados disponíveis em http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05_10.htm. Acessado em 04 Fev. 2006.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. *Geologia Econômica*. Projeto Roraima Central. Cap. 5, p. 129-134. Disponível em: ftp://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/roraima/roraima_geoeconomica.pdf. Acessado em 26 Dez. 2005.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE. *Temas da Agenda Internacional: Guiana*. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/narco_trafico/guiana.asp. Acessado em 26 dez. 2005.
- BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. *Os índios*. Disponível em http://www.funai.gov.br/indios/fr_conteudo.htm. Acessado em 16 Jul. 2004.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. NASCIMENTO, Alfredo. *Projetos e Ações do Ministério dos Transportes para o Amazonas e Amazônia Ocidental*. In: Seminário ‘A Arte de Fazer Logística na Amazônia’. Manaus, 04 mar. 2005. Disponível em <http://www.transportes.gov.br/bit/palestras/log-amazonia/logistica-amazonial.pps>. Acessado em 26 dez. 2005.
- OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. *Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2004*. 23 fev. 2005. Disponível em <http://www.cidh.org/annualrep/2004sp/cap.3b.htm>. Acessado em 24 Jan. 2006.
- OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil*. Aprovado pela comissão em 29 de setembro de 1997.

Disponível em <http://www.cidh.org/countryrep/brazil-port/cap%206.htm>. Acessado em 24 jan. 2006.

ONU. Conselho de Segurança. *Declaração sobre a questão da luta contra o terrorismo*. Resolução 1456, aprovada em 20 de janeiro de 2003.

RORAIMA. Secretaria de Estado e do Planejamento, Indústria e Comércio. *Estado de Roraima: Perfil*. Boa Vista: SEPLAN/DEPLAG. 1997. 82 p.

BIBLIOGRAFIA

1 - LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALSTON, Philip (Organizador). *The United Nations and human rights: a critical appraisal*. Oxford: Clarendon Press, 1996. 765 p.

ANDRADE, Álvaro Pereira de; SILVA, Maria das Dores Barros e; KAHN, Marina. *Manual para a administração de organizações indígenas*. ISA, AFINCO, NORAD, 2002.

BADIE, Bertrand & SMOUTS, Marie-Claude. *O mundo em viragem: sociologia da cena internacional*. Lisboa: Instituto PIAGET, 1995.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek. : desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 302 p.

BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de política*. 5 ed. Trad. Carmem Varrialle *et alii*. Brasília: Ed. UnB : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRAGA, Leopoldo. *O Homem nas relações internacionais: proteção internacional das minorias*. Salvador: Oficinas Gráficas da Escola de A. Artífices, 1939. 365 p.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Vol. I As Origens*. Brasília: Senado Federal, 1998.

- CALSAMIGLIA, Albert. *Cuestiones de lealtad: limites del liberalismo – corrupción, nacionalismo y multiculturalismo*. Barcelona: PAIDÓS, 2000.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: Vol. III da Regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CANÇADO TRINDADE, A. A. (Ed.). *A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional: perspectivas brasileiras* (Seminário de Brasília, 1991). San José de Costa Rica/Brasília: Instituto Interamericano de Direitos Humanos & Friedrich - Naumann - Stiftung, 1992. 358 p.
- CARVALHO, Delgado de & CARVALHO, Ana Maria Delgado de. *História das Américas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. 421 p.
- CERVO, Amado L. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001. 320 p. (Coleção Relações Internacionais; 4).
- CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- COELHO, Pedro M. Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992. 159 p. (Coleção Relações Internacionais; 14).
- DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina: Da Utopia Bolivariana à Fragmentação*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1994. 109 p.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. 200 p.
- FREITAS, Aimberê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998. 262 p.
- GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. In BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002. 400 p.

- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 120p.
- GUERRA, Sidney & SILVA, R. Luiz (Coord.). *Soberania: antigos e novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 374 p.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, S. Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. I, vol. I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. New Jersey: Princeton University Press, 1999. 264 p.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 151 p.
- LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's target plan, 1956-1961*. Michigan: University Microfilms, 1970.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social dos sertões do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1996. 431 p.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15, 2000. 181 p.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, 1999. 272 p.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Brasília: INL – MEC, 1980. 216 p.
- MELLO, Evaldo Cabral. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- ORENSTEIN, Luiz & SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. *Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961*. In ABREU, Marcelo de Paiva (Coord.). *A ordem do*

- progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 9 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975.
- PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia: ecologia e degradação social*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1992. 264 p.
- PROCÓPIO, Argemiro. *Destino amazônico: devastação nos oito países da Hiléia*. São Paulo: HUCITEC, 2005. 371 p.
- PROCÓPIO, Argemiro (Org.). *Os excluídos da arca de noé*. São Paulo: HUCITEC, 2005. 329 p.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: CEA - Companhia Editora de Letras, 1972. 4 ed.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução á história das relações internacionais*. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 543 p.
- REPETTO, Maxim. *Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la línea de transmisión Venezuela-Brasil*. In OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & BAINES, Stephen G. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 278 p.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- RIVIÈRE, Peter. *O indivíduo e a sociedade na Guiana: um estudo comparativo sobre a Organização Social Ameríndia*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 160 p. (Ponta; v. 18).
- ROSENAU, James N. *Along The Domestic-Foreign Frontier*. New York: CAMBRIDGE University Press, 1997, 452 p.
- ROULAND, Norbert (Organizador), Stéphane Pierre-Caps, Jacques Poumarède. *Direito das minorias e dos povos autóctones*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg. Brasília: Editora UnB, 2004. 614 p.

- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 228 p.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Las relaciones hispano-lusitanas en América y el secretísimo plan de comercio del Marqués de Pombal*. In MENEZES, Albene Miriam F. (Org.). *História em Movimento*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1999. 248 p.
- SMITH, Thomas W. *History and International Relations*. London: Routledge, 1999. 227 p.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999. 178 p.
- SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Tradução de Georgete M. Rodrigues). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 408 p.
- SOUZA, Jessé (Organizador). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 480 p.
- TUCKER, Ruth A. *Até aos Confins da Terra: Uma História Biográfica das Missões Cristãs*. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1996. p. 499-531.
- VESENTINI, José William. *Geografia: Ensino Médio*. Série Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2004. 544 p.
- WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. New York: CAMBRIDGE University Press, 1993, 230 p.
- WASSERMAN, Claudia (Coord.). *História da América Latina: Cinco Séculos (temas e problemas)*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000. 222 p.

2 – ARTIGOS E RESENHAS

- ARZABE, P. H. M. & GRACIANO, P. G. *A declaração universal dos direitos humanos 50 anos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/patricia.htm>. Acessado em 27 Jan. 2006.
- BAINES, Stephen Grant. *Indianidade e Nacionalidade na Fronteira Brasil-Guiana*. Série Antropologia, Brasília, n. 360, 2004.

- BARBOSA, Livia. *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 4, n. 8, 1991, p. 229-243. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/87.pdf>. Acessado em: 03 maio 2005.
- CAVALCANTI, H. B. *O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista*. Revista de Estudos da Religião, nº 4. São Paulo: PUC, 2001. p. 61-93.
- CHUEIRI, Thais & DINIZ, Lilia Toledo. *Índio pode...?* ISA, 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/direito/indpode.shtm>. Acessado em 28 Jan. 2006.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: A Experiência dos Anos 50*. São Paulo: RBCS, n. 19, p. 41-55, jun. 1992.
- DERÉNS, Jean-Arnault. *Adeus à multiétnia*. Le monde diplomatique, Edição Brasileira, ano 1, nº 2. Disponível em <http://www.diplo.com.br/aberto/0003/13.htm>. Acessado em 04 Fev. 2006
- DINIZ FILHO, Luis Lopes & BESSA, Vagner de Carvalho. *TERRITÓRIO E POLÍTICA: as mutações do discurso regionalista no Brasil*. APDOC/FGV. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.1-176.
- DOMINGUES, José Maurício. *Regionalismos, poder de Estado e desenvolvimento*. Análise de Conjuntura nº 7. Rio de Janeiro: OPSA, junho de 2005.
- FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. In ITUASSU, Arthur. *O Estado contra ataca*. JB, 30 Abr. 2005, Caderno Idéias. Resenha.
- GOMES, M. P. *O caminho brasileiro para a cidadania indígena*. In PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O paraíso perdido: território e Amazônia*. Disponível em : http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2034. Agência Carta Maior, 01 Jun. 2005.
- MATTOS, Adherbal Meira. *O interesse nacional e os interesses internacionais na Amazônia brasileira*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 71, jul. 1990. p. 101-123.

- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *Dinâmica populacional e social na região amazônica*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/iesam/l-a-oliveira.html>. Acessado em 03 Maio 2005.
- ORGANIZAÇÃO indígena começou na década de 70. *Conselho Indígena de Roraima*. Disponível em: http://www.cir.org.br/cir_organizacao.asp. Acessado em 17 Jan. 2006.
- POVOS indígenas no Brasil: quadro geral. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/quadro.asp>. Acessado em 17 Jan. 2006.
- RUFINO, Marcos Pereira. *Candidaturas indígenas*. Disponível em <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/cand.shtm#t3>. Acessado em 23 Jan. 2006.
- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 228 p. In SCHÖDER, Peter. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 2003, v. 46, n° 1. Resenha.
- SIDEKUM, Antonio. *Multiculturalismo: Desafios para a educação na América Latina*. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/sidekum.pdf> Acessado em: 01 Jul. 2006.
- TEIXEIRA, Anísio. *Unidade do Brasil*. Boletim Informativo CAPES. Nº. 132, nov. 1963. p. 1-4.
- VARESE, Stefano. *Memories of Solidarity: Anthropology and the Indigenous Movement in Latin America*. *Cultural Survival Quarterly Magazine*. Issue 21.3, 31 Out. 1997. Disponível em: <http://209.200.101.189/publications/csq/csq-article.cfm?id=1473>. Acessado em 27 jan. 2006.

3 - ARTIGOS DE IMPRENSA

- ALBANO, Mauro. *Para governador de Roraima, reserva inviabilizará o Estado*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A8, 9 jan. 2004.

AMAZÔNIA não é intocável, diz FHC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 jul. 1995.

ATO contra a demarcação reúne 30 mil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1-12, 14 abr. 2000.

AZEVEDO, Ana Lucia. *Brasil ganha seu primeiro retrato genético*. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 51, 02 abr. 2000.

BRASIL, Kátia. *Objetivo é impedir conflitos índios e militares terão regras de convivência*. *Folha de S. Paulo*, p. A10, 10 dez. 2002.

DANTAS, Iuri. *Demarcação da reserva em Roraima é liberada pelo STF*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 17 dez. 2004.

FRANÇA insiste em ação supranacional. *Jornal Correio Braziliense*, Brasília, 24 ago. 1993.

GARIMPEIROS: religiosos levam ouro dos índios. *Correio Brasiliense*, Brasília, 26 jan. 1988.

GOING beyond charity: should christian cash be given to terrorists? *Time Magazine*, October 2, 1978.

GONDIM, Abnor. *Decreto permite rever 153 áreas indígenas*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1-12, 20 jan. 1996.

GOVERNADOR de Roraima recorre à Justiça e decreta luto oficial. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 abr. 2005. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68462.shtml>. Acessado em 29 abr. 2005.

ÍNDIA brasileira ganha prêmio internacional de direitos humanos. *BBC Brasil*, 08 mar. 2004. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040308_reebokm_s.shtml Acessado em 24 Jan. 2006.

ÍNDIA brasileira leva caso contra governo à OEA. *BBC Brasil*, 30 mar. 2004. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040330_indiarg.shtml. Acessado em 24 jan. 2006.

ÍNDIOS se opõem à construção de quartéis em áreas próximas às reservas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A9, 27 out. 2000.

ÍNDIOS de RR invadem sede da Funai local. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 1999.

ÍNDIOS são presos acusados de contrabando. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A8, 22 jun. 2004.

- NETO, Olímpio Cruz. *Jobim quer alterar processo de demarcações*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 1-17, 11 jun. 1995.
- NUNES, Juliana Cezar. *Governador de Roraima decreta luto oficial por homologação da Raposa*. Agência Brasil, 18 abr. 2005. Disponível em: <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1479/raposa-serra-do-sol>. Acessado em 07 fev. 2006.
- ONG acusa Lula de 'trair' índios e levar a violência. *BBC Brasil*, 17 abr. 2004. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/04/040417_ongindios.shtml. Acessado em 24 Jan. 2006.
- PERDA da Amazônia toma imaginação militar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jan. 1996.
- PINTO, Lúcio Flávio. Entrevista. *Entrevista*. Revista Caros Amigos. Ago/04. Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp. Acessado em 13 Dez 2005.
- PRESENCAS internacionais marcam I Encontro Tribal de Roraima. *Brasil Norte*. Boa Vista, 24 mar. 1998.
- QUEM ameaça a soberania da Amazônia? *Agência brasileira de Notícias*. 08 abr. 2005. Disponível em: <http://www.abn.com.br/editorias1.php?id=25739>. Acessado em 29 Abr. 2005.
- RADIOBRÁS. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na declaração conjunta à imprensa*. Georgetown, 15 Fev. 2005. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/integras/2005/integra_15022005_2.htm. Acessado em 26 dez. 2005.
- RONDON, José Eduardo. *Índios ocupam sede da Funai em Roraima*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A11, 11 mai. 2004.
- SCOLESE, Eduardo; STRAUSS, Luis Renato; MARQUES, Jairo. *Depois de pressão, Bastos promete homologação de terras até 2006*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A10, 21 abr. 2004.
- THE Amazon's indian wars*. *The Economist*, 15 jan. 2004. Disponível em http://economist.com/displayStory.cfm?story_id=2352267. Acessado em 18 jan. 2006.

VALENTE, Rubens. *Índios atacam filiação de governador ao PT*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A10, 21 mar. 2003.

4 - TESES E DISSERTAÇÕES

ANDRADE, Karenina Vieira. *O projeto Calha Norte e suas transformações*. 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UNB, Brasília, 2003.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. 2005. 407 f. Tese (Doutorado) - História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. *Os Macuxi: desenvolvimento e políticas públicas em Roraima*. 1998. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, ILHA DE SANTA CATARINA, 1998.

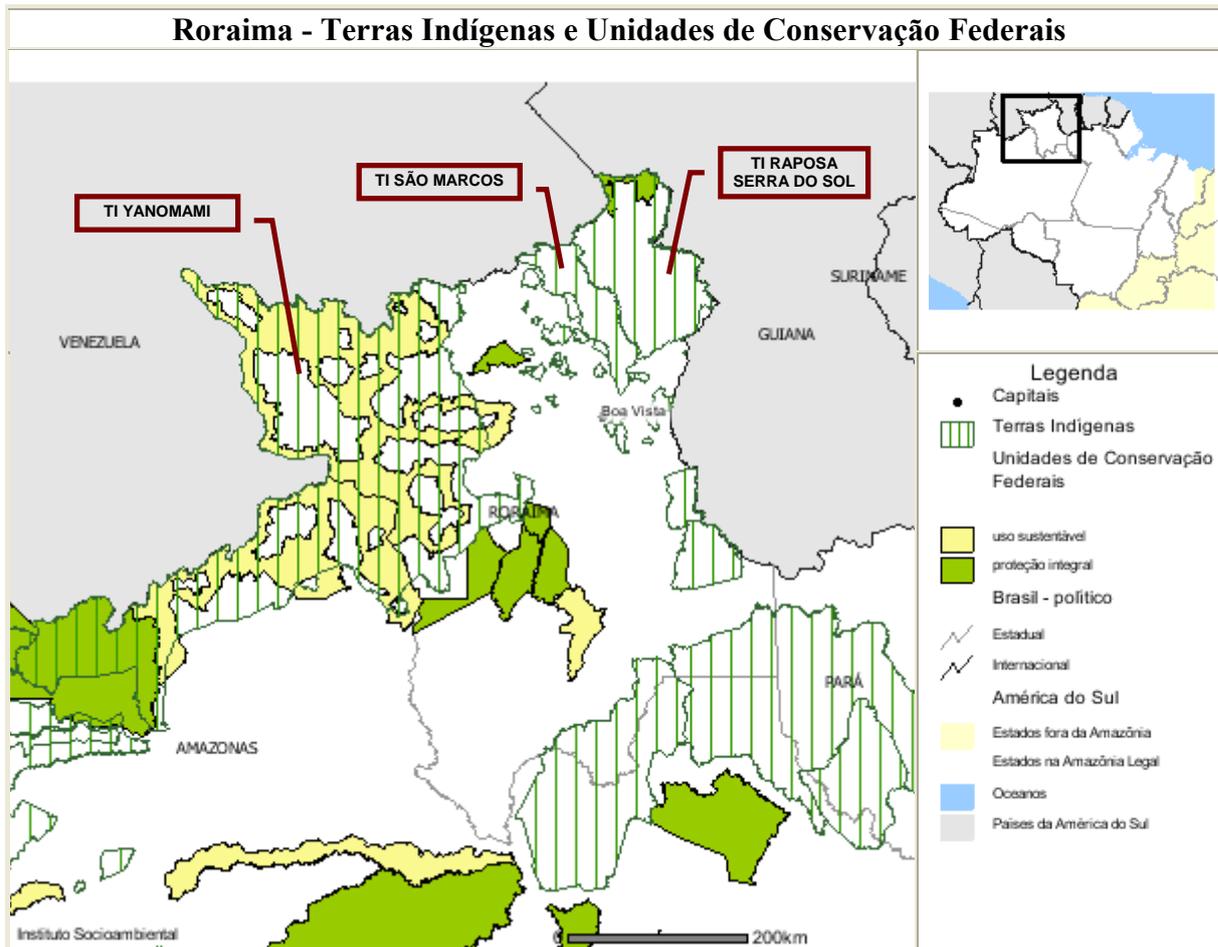
MENEGOTTO, Ricardo. *Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. Série Conhecimento, nº 25. 103 p.

SANTOS, RAIMUNDO NONATO GOMES DOS. *RORAIMA: a construção de identidades políticas indígenas e não-indígenas no final do século XX*. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. 2003. 231 f. Tese (Doutorado) - História do Brasil, Departamento de História, UFPe, Recife, 2003.

Anexos

ANEXO 1



Fonte: Instituto Socioambiental

GEOPROCESSAMENTO ⁵⁰¹

Integra as Atividades Permanentes do ISA e envolve a produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (SIG), para fins de elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e outras áreas de interesse socioambiental e para o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas.

Visa atender as demandas internas de programas e projetos do ISA - em desenvolvimento ou em fase de planejamento -, bem como as externas, de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo Instituto.

Equipe

Cícero Cardoso Augusto - coordenador - engenheiro cartógrafo, analista de Sistemas de Informações Geográficas
Rosimeire Rurico Sacó - geógrafa, analista de Sistemas de Informações Geográficas

Parcerias e fontes de financiamento

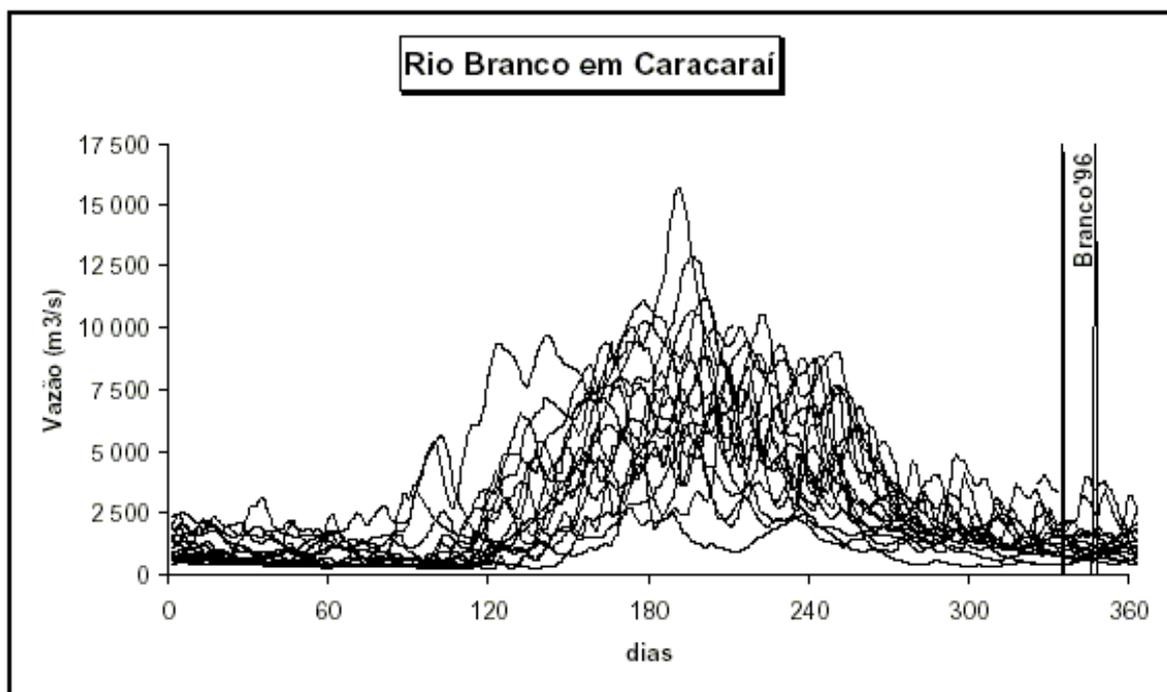
ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Holanda): apoio institucional
NCA - Norwegian Church Aid: apoio institucional
UE - União Européia: apoio financeiro

⁵⁰¹ GEOPROCESSAMENTO. ISA. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/geo.shtm>. Acessado em 04 Ago. 2006.

ANEXO 2

Descarga líquida diária do rio Branco em Caracaraí – Ano 1996

HiBAm : Campanha Rio Branco 96

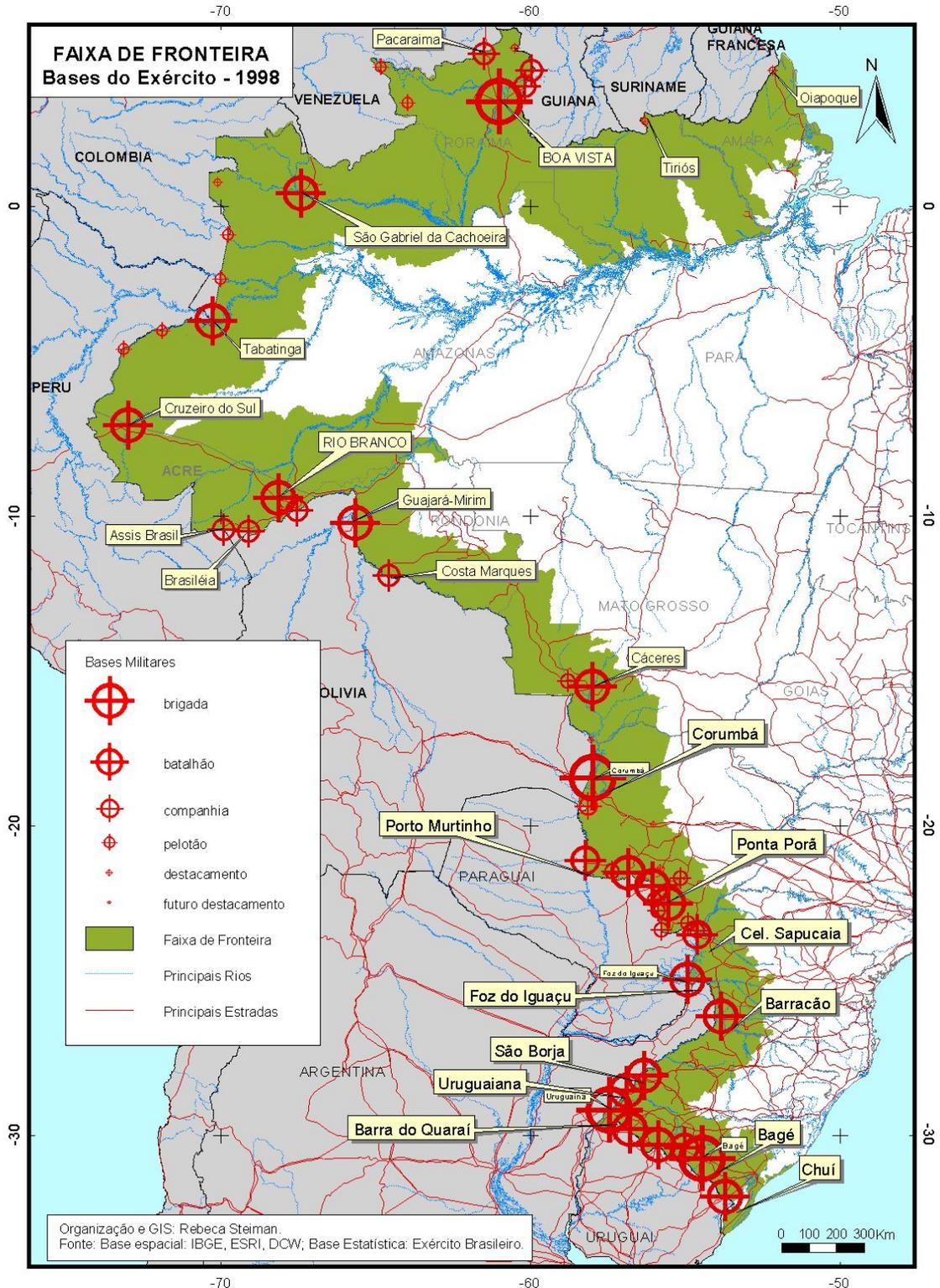


Fonte: HIBAN

Disponível em: http://www.ana.gov.br/hibam/bancodedados/BR_07.pdf.
Acessado em 26 Dez. 2005.

ANEXO 4

Faixa de Fronteira – Bases do Exército - 1998



ANEXO 5

Estado de Roraima visto do espaço



Fonte: EMBRAPA

Coordenação: MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C.

Disponível em: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br> .

Acesso em: 27 jul. 2006.

ANEXO 6

Mapa da América do Sul



Fonte: Universidade do Texas

Disponível em http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/south_america_ref04.jpg.

Acesso em: 27 jul. 2006.